



ALÉM DAS NOTAS

Anderson do Vale Sousa (Org.)



ALÉM DAS NOTAS

AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA
TRANSFORMADORA

Anderson do Vale Sousa (org.)

Copyright © 2026, Editora Oiticica, alguns direitos reservados

Copyright do texto © 2026, o autor

Copyright da edição © 2026, Editora Oiticica



Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercialSemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Editora Oiticica pelos autores e organizadores desta obra. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando a posição oficial da Editora Oiticica.

contato@editoraoitica.com.br | www.editoraoitica.com.br

João Pessoa, PB

CONSELHO EDITORIAL

Ana Karine Farias da Trindade Coelho Pereira (UFPB)

Danielle Fernandes Rodrigues (UFPB)

Geraldo Barboza de Oliveira Junior (IFRN)

Hieny Quezzia de Oliveira Bezerra (FCU)

José Gláucio Ferreira de Figueiredo (UFCEG)

José Moacir Soares da Costa Filho (IFPB)

José Nikácio Junior Lopes Vieira (UFPB)

Julyana de Lira Fernandes Gentle (FCU)

Larissa Jacheta Riberti (UFRN)

Luiz Gonzaga Firmino Junior (UFRN)

Mayara de Fátima Martins de Souza (PUC/SP)

Reginaldo de Sousa Andrade (UFPI)

Wendel Alves Sales Macedo (UFPB)



ALÉM DAS NOTAS

AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA
TRANSFORMADORA



ALÉM DAS NOTAS

AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA TRANSFORMADORA

Organizador:

Anderson do Vale Sousa

Edição:

Editora Oititica

Autores:

Ana Daiane Oliveira Freire

Anderson do Vale Sousa

Erica Maria Santos Santana

Leociane Siqueira da Costa

Maria Rejane de Sousa Oliveira

Rillary De Kássia Lopes Nascimento

Anatália Abreu Mouzinho

Dieffson Cleison Lopes Muniz

Jaclene Alves de Melo Monteiro

Márcia Geovana Trindade Santos

Natália Brandão Rocha

Tawany Sthefany Frazão dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Além das notas : avaliação como ferramenta transformadora / Anderson do Vale Sousa (org.). -- João Pessoa, PB : Editora Oititica, 2026.

ISBN 978-85-85264-68-0

1. Aprendizagem 2. Educação 3. Educação - Avaliação 4. Pesquisas educacionais I. Sousa, Anderson do Vale.

26-345932.0

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SOBRE O ORGANIZADOR



Anderson Sousa é graduado em Pedagogia pela Faculdade Evangélica do Piauí (FAEPI), em Ciências Contábeis pela Faculdade FEMAF e em Filosofia pela FAEME. É especialista em Educação Global, Inteligências Humanas e Construção da Cidadania pela UNIFUTURO; em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); e em Metodologia Científica e Inovação em Pesquisa pela UNIFUTURO. Possui mestrado em Ciências da Educação, na linha de pesquisa Formação de Professores, pela Florida Christian University (FCU), por meio do Programa Sem Fronteiras, com título reconhecido pela UNAMA. Atualmente, é doutorando em Educação pela Florida Christian University (FCU) e atua como professor, pesquisador e orientador de pesquisas científicas.

SOBRE OS AUTORES



Ana Oliveira é graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco (FEMAF). Pesquisadora com foco em alfabetização e letramento, dedica seus estudos à conexão entre comunicação e educação. Com trajetória consolidada como comunicadora, atua na redação de pautas jornalísticas. Possui aperfeiçoamento em Linguagens e Tecnologias da Aprendizagem pelo Ministério da Educação (MEC) e em Neuroeducação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Sua formação complementar abrange Metodologias Ativas, BNCC e Metodologia da Pesquisa Científica (FGV), além de cursos em Comunicação Escrita, Oral, Língua Portuguesa e Gramática pela Fundação Bradesco.



Anatalia Abreu Mouzinho é acadêmica do curso de Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco (FEMAF), atualmente cursando o 8º período. Possui formação complementar nas áreas de Planejamento e Avaliação Escolar, Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Comunicação Escrita e Língua Portuguesa em nível básico, o que fortalece sua atuação e interesse no campo educacional. Dedicar-se aos estudos voltados ao processo de ensino-aprendizagem, com ênfase no desenvolvimento educacional e nas práticas pedagógicas nos anos iniciais. Seu percurso acadêmico reflete o compromisso com a educação de qualidade e com a construção de uma prática docente crítica, reflexiva e humanizada.



Dieffson Cleison Lopes Muniz é graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco (FEMAF). Destaca-se por seu compromisso com a educação e pelo interesse no desenvolvimento integral dos educandos, construindo uma trajetória pautada em dedicação, sensibilidade e responsabilidade no campo educacional. Sua formação acadêmica é marcada pela valorização de práticas pedagógicas humanizadas, com ênfase na aprendizagem significativa. Acredita na educação como instrumento de transformação social e desenvolve sua atuação profissional fundamentada na ética, no respeito à dignidade humana e na busca contínua pelo conhecimento.



Erica Santana é graduada em Administração pela Faculdade do Interior Paulista (FIP) e em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco (FEMAF). Cristã e movida por propósito, acredita na educação, na fé e no conhecimento como instrumentos de transformação na vida das pessoas e na sociedade. Mãe de Paolla e Moisés, tem sua trajetória marcada pela perseverança, pelos valores familiares e pelo compromisso com o crescimento pessoal e intelectual. Participa da presente obra como autora de artigo científico, contribuindo para a construção e a disseminação do conhecimento acadêmico.



Jaclene Melo é graduada em Pedagogia pela Faculdade FEMAF e também graduanda em pós-graduações pela FAVENI, incluindo Neuropsicopedagogia, Libras e Braille, Educação Infantil e Anos Iniciais, além de Educação Especial e Inclusiva. É pós-graduanda em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva pela UFMA, em Neuroeducação pela SEB/Ministério da Educação e em Atendimento Educacional Especializado (AEE) para deficiência visual, intelectual e auditiva pela SEMESP, com ênfase em alfabetização e abordagens fônicas para surdos oralizados. Atualmente atua na área da Educação.



Leociane Siqueira é pedagoga formada pela FEMAF e pós-graduanda em Neuropsicopedagogia. Dedicase à área da educação com foco no desenvolvimento da aprendizagem, buscando compreender as particularidades de cada aluno e contribuir para uma prática pedagógica mais inclusiva e significativa.



Márcia Geovana Trindade Santos Trovão é Graduanda em Pedagogia pela faculdade de educação memorial Adelaide Franco (FEMAF) com experiência na área da Educação Infantil, atuando de forma comprometida com o desenvolvimento integral da criança. Possui prática no planejamento e na execução de atividades pedagógicas que valorizam o aspecto lúdico, contribuindo para a construção do conhecimento e o fortalecimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Acredita na educação como instrumento de transformação social, pautando sua atuação em princípios éticos, sensibilidade e responsabilidade, buscando constantemente o aprimoramento profissional e a promoção de uma aprendizagem significativa. Mãe do Hugo Miguel e da Maria Valentina



Maria Rejane de Sousa Oliveira é pedagoga, especialista em Alfabetização e Letramento, Neuropsicopedagogia e Educação Especial e Inclusiva. Atua como professora nos anos iniciais do Ensino Fundamental e no Ensino Superior, dedicando-se à formação de estudantes e futuros docentes a partir de uma prática pedagógica sensível, crítica e comprometida com a realidade educacional. Sua trajetória é marcada pelo interesse nas questões que envolvem a aprendizagem, especialmente nos processos de alfabetização e nas dificuldades enfrentadas pelos alunos no contexto escolar. Defende uma educação inclusiva, humanizada e significativa, que reconheça as singularidades dos sujeitos e valorize suas potencialidades. Integra grupo de pesquisa na área da Educação e é autora de capítulos de livros, nos quais discute temas relacionados a práticas pedagógicas e inclusão. Acredita na educação como instrumento de transformação social e na docência como um exercício contínuo de escuta, reflexão e construção coletiva do conhecimento.



Natália Brandão Rocha é graduada em Pedagogia pela Faculdade Memorial Adelaide Franco (FEMAF). Ao longo de sua formação, realizou estágios nas diferentes áreas da educação, o que lhe proporcionou uma compreensão ampliada das práticas pedagógicas, com maior identificação com a atuação em sala de aula. Atualmente, atua na Educação Infantil, com interesse direcionado aos anos iniciais do Ensino Fundamental. É autora do artigo intitulado “Educação Fundamental I e a formação continuada de professores para novas práticas avaliativas” e concluiu o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o tema “Relação família-escola na primeira infância: fundamentos teóricos e implicações para o desenvolvimento infantil”, buscando contribuir para a reflexão e o aprimoramento das práticas educativas.



Rillary Lopes é graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco (FEMAF) e graduanda em Enfermagem Bacharelado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com interesse nos processos de ensino e aprendizagem e na construção de práticas educativas humanizadas e inclusivas. Dedicar-se aos estudos voltados à educação e à saúde, com ênfase na formação integral do indivíduo, destacando a educação como instrumento de transformação social.



Tawany Sthefany é graduada em Letras e Pedagogia, com formação voltada às áreas de linguagem e educação. Ao longo de sua trajetória, tem se dedicado ao desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizam o ensino de forma significativa, especialmente no trabalho com crianças, adolescentes e jovens. Possui experiência na elaboração de materiais didáticos e na condução de atividades educativas, atuando em projetos que envolvem o ensino, a alfabetização e a formação de valores. Acredita na educação como um instrumento de transformação, contribuindo para a formação integral do indivíduo — não apenas no aspecto acadêmico, mas também humano e social.

- 172** AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS
PROFESSORES NA AVALIAÇÃO DE ALUNOS
EM SITUAÇÃO DE ANALFABETISMO NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- Jaclene Alves de Melo Monteiro
Anderson do Vale Sousa
- 204** A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NO
APRENDIZADO DAS CRIANÇAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL
- Márcia Geovana Trindade Santos
Anderson do Vale Sousa
- 230** METODOLOGIAS E AVALIAÇÕES
ULTRAPASSADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
- Rillary de Kássia Lopes Nascimento
Anderson do Vale Sousa
- 257** AVALIAÇÕES ULTRAPASSADAS E EVASÃO
ESCOLAR NA EJAI NA ZONA RURAL
- Leociane Siqueira da Costa
Anderson do Vale Sousa
- 284** EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL I E A FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES PARA
NOVAS PRÁTICAS AVALIATIVAS
- Natália Brandão Rocha
Anderson do Vale Sousa
- 311** A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PROCESSUAL
PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM
DOS ALUNOS NO QUESITO DA AUTOAVALIAÇÃO E
DA AUTONOMIA
- Tawany Sthefany Frazão dos Santos
Anderson do Vale Sousa

APRESENTAÇÃO

A EPISTEMOLOGIA DA AVALIAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE FUTUROS SIGNIFICATIVOS

“Além das Notas: avaliação como ferramenta transformadora”. Esta obra não é meramente uma coletânea de artigos; é um manifesto epistemológico, um chamado incisivo à reconfiguração do paradigma avaliativo que, por demasiado tempo, tem obscurecido o verdadeiro cerne da experiência educativa.

A avaliação, em sua concepção mais arcaica, frequentemente se viu reduzida a um ritual classificatório, um instrumento de controle e, paradoxalmente, um motor de exclusão. Num cenário educacional em constante mutação, onde a complexidade dos processos cognitivos e socioemocionais emerge como pilar incontornável da aprendizagem, manter-se refém de métricas unidimensionais e práticas punitivas é não apenas anacrônico, mas profundamente prejudicial à agência e ao potencial pleno do estudante.

Este trabalho, magistralmente orquestrado, transcende a superficialidade das cifras para mergulhar na heurística do processo avaliativo, iluminando-o como um dispositivo

intrinsecamente formativo e inerente à própria construção do conhecimento. Ao convidar o leitor a perscrutar as multifacetadas dimensões da avaliação – desde a sua ressignificação no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, passando pelos desafios impostos por contextos de superlotação e escassez de recursos, até a análise dos impactos da avaliação tradicional e a imperiosa necessidade da formação continuada docente –, os autores demonstram um rigor metodológico e uma acuidade teórica admiráveis.

Aqui, a avaliação é desnudada em suas potenciais fragilidades e glorificadas em suas virtudes transformadoras. É apresentada como um espelho refletor da práxis pedagógica, um catalisador para a metacognição do estudante e um imperativo para a autonomia e o desenvolvimento integral do indivíduo. A densidade da pesquisa aqui contida, aliada à sua notável clareza conceitual, oferece um subsídio inestimável para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas que ousam sonhar com uma educação mais justa, equitativa e, acima de tudo, humanizadora.

A escola "que abriga esta visão transformadora" e, por extensão, o campo da Educação como um todo, são enriquecidos por esta contribuição. Ela não só desafia as estruturas fossilizadas, como também propõe rotas de fuga para a ineficácia, pavimentando caminhos para a inovação pedagógica e para a edificação de uma cultura avaliativa que

celebre o progresso contínuo, a singularidade de cada aprendiz e a intrínseca alegria da descoberta.

Que a leitura de "Além das Notas" não seja apenas um exercício intelectual, mas um convite à reflexão profunda e à ação transformadora, impulsionando cada um de nós a ir, de fato, para além das notas, em direção a uma educação que verdadeiramente emancipe.

Com a mais alta consideração acadêmica,

Professor Doutor Ricardo Monteiro

Reitor da UNIFUTURO

FOREWORD

THE EPISTEMOLOGY OF ASSESSMENT FOR THE CONSTRUCTION OF MEANINGFUL FUTURES

"Beyond grades: assessment as a transformative tool". This work is not merely a collection of articles; it is an epistemological manifesto, an incisive call for the reconfiguration of the evaluative paradigm that, for too long, has obscured the true core of the educational experience.

Assessment, in its most archaic conception, has often been reduced to a classificatory ritual, an instrument of control and, paradoxically, a driver of exclusion. In an educational scenario in constant flux, where the complexity of cognitive and socio-emotional processes emerges as an unavoidable pillar of learning, remaining hostage to one-dimensional metrics and punitive practices is not only anachronistic but deeply detrimental to student agency and full potential.

This masterfully orchestrated work transcends the superficiality of numbers to delve into the heuristic of the assessment process, illuminating it as an intrinsically formative device inherent to the very construction of knowledge. By inviting the reader to scrutinize the multifaceted dimensions of assessment – from its re-signification in ‘‘Elementary

Education'' and ''Early Childhood Education'', through the challenges posed by overcrowded contexts and resource scarcity, to the analysis of the impacts of traditional assessment and the imperative need for continuous teacher training – the authors demonstrate admirable methodological rigor and theoretical acuity.

Here, assessment is laid bare in its potential frailties and glorified in its transformative virtues. It is presented as a reflective mirror of pedagogical praxis, a catalyst for student metacognition, and an imperative for individual autonomy and integral development. The density of the research contained herein, coupled with its remarkable conceptual clarity, offers invaluable support for educators, managers, and public policy makers who dare to dream of a more just, equitable, and, above all, humanizing education.

The school "that harbors this transformative vision" and, by extension, the field of ''Education'' as a whole, are enriched by this contribution. It not only challenges fossilized structures but also proposes escape routes from inefficiency, paving the way for pedagogical innovation and for the establishment of an assessment culture that celebrates continuous progress, the uniqueness of each learner, and the intrinsic joy of discovery.

May the reading of "Beyond grades" not be merely an intellectual exercise, but an invitation to profound reflection and transformative action, impelling each one of us to truly go

beyond the grades, towards an education that genuinely emancipates.

With the highest academic consideration,

Professor Doctor Ricardo Monteiro

Rector of UNIFUTURO

RESSIGNIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NO PROCESSO QUALITATIVO DA EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

Anderson do Vale Sousa¹
Maria Rejane de Sousa Oliveira

I INTRODUÇÃO

Falar em avaliação é abrir espaço para questionamentos e conflitos, pois, desde o surgimento da educação e das formas avaliativas, sempre houve contestações e ainda hoje, por mais que a Ciência da Educação esteja em constante evolução, com muitos teóricos contribuintes, há uma abertura para discussões. Dessa maneira, torna-se um assunto delicado e precisa sempre um olhar atento para a práxis educativa aliada a teorias e teóricos sólidos, unindo ideias e prática para um novo olhar avaliativo, que possa agregar melhorias para a educação.

O termo “avaliação” pode ser substituído por verificação, análise, observação, julgamento, de maneira geral, o manejo avaliativo encontrado nas escolas ainda é apresentado como

¹ Pedagogia pela FAEPI; Especialista em Educação Global pela UNIFUTURO; Mestre em Educação pela FCU (Reconhecido pela UNAMA); Doutorando em Educação pela FCU.

exames que mostram apenas números quantitativos ao final das etapas do ano letivo, sem a utilização da prática contínua que uma avaliação pode oferecer. Dessa forma, a discussão sobre essa temática ganha relevância ao propor a substituição de uma avaliação meramente classificatória por uma prática avaliativa que se configure como instrumento pedagógico indispensável à promoção da aprendizagem contínua.

A avaliação formativa não está canalizada apenas no resultado da aprendizagem, como ocorrem em avaliações somativas e nem isoladamente nas avaliações iniciais, como ocorre nas avaliações diagnósticas. A avaliação formativa apresenta-se enquanto um processo pedagógico que mensura a aprendizagem dos alunos durante todo o processo anual para, assim, assegurar que a aprendizagem dos alunos ocorra de maneira eficaz.

O processo contínuo de uma avaliação é o acompanhamento dos alunos durante todo o processo de ensino no ano letivo, propiciando ao docente uma detecção de problemas ou dificuldades de aprendizagens e visando um olhar em suas práticas e metodologias pedagógicas, reorganizando a estrutura de ensino para garantir uma aprendizagem satisfatória para os discentes. Essa humildade profissional alavanca para uma evolução promissora, pois através dessa conscientização do professor, com ajuda de outros profissionais da educação, pode-se ver um rumo melhor para a educação, ampliando a prática avaliativa formativa.

A problemática deste artigo apresenta uma permanência cultural da avaliação herdada pelos professores, no que tange a

não ressignificação avaliativa no processo de ensino, insiste em apenas quantificar os alunos sem atender as necessidades e habilidades dos discentes no processo contínuo escolar. Todavia, o desafio instigador da pesquisa em questão é: como os professores podem qualificar o processo avaliativo formativo nas séries iniciais do Ensino Fundamental?

As hipóteses aderidas nesta pesquisa são: H¹ o sistema de ensino infere um padrão na forma de avaliação da aprendizagem nas escolas, e o professor não flexibiliza colocando as especificidades dos alunos nessas avaliações e não compreende o processo contínuo da avaliação formativa. H² uma boa avaliação, sem caracterizar a quantificação, proporciona uma boa percepção dos conteúdos abordados e valoriza o que foi aprendido pelos alunos.

Os objetivos estão organizados em geral e específicos. O geral consiste em promover o entendimento dos tipos de avaliações com vista a proporcionar aos docentes a escolha de acordo com a realidade apresentada pelos discentes. Quanto aos específicos, busca-se: identificar os fatores que influenciam a má avaliação por parte dos professores; analisar à luz dos referenciais teóricos que falam dos benefícios e prejuízos que uma avaliação proporciona; construir mudanças de atitudes para uma nova prática avaliativa que esteja voltada para todo o processo de aprimoramento da aprendizagem.

A metodologia desta pesquisa possui uma natureza básica. Os objetivos foram formulados de maneira exploratória, visando aumentar a familiaridade com o problema em questão. O artigo adota uma abordagem qualitativa, enfocando a

interpretação e a análise dos fatos. O método utilizado é o dedutivo, que parte de informações gerais para alcançar conclusões sobre casos específicos. A pesquisa bibliográfica realizada neste artigo concentra-se na exploração de conteúdos relacionados ao tema, utilizando diversos meios, como livros, artigos e dissertações, que contribuirão significativamente para fundamentar a investigação.

2 ATUAL MODELO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA AVALIAÇÃO

Sob uma perspectiva histórica, a avaliação escolar tem sido reconhecida e tratada como um simples instrumento de mensuração do aprendizado. Seu caráter classificatório e punitivo a torna alvo de intensos debates e questionamentos. Em vez de cumprir uma função pedagógica exclusiva, a avaliação, muitas vezes, se transforma em um mecanismo de controle, que reforça desigualdades, gera estigmas e desconsidera as diversas formas de aprendizado.

Nessa perspectiva, autores como Santos (2022) e Silveira (2024), dentre outros, destacam que a cultura avaliativa vigente acaba por reproduzir um modelo educacional que privilegia a memorização e a obtenção de notas em detrimento do desenvolvimento crítico e reflexivo dos estudantes. Considerando esse cenário, mostra-se indispensável repensar os processos avaliativos para que possam, realmente, contribuir para uma aprendizagem significativa e inclusiva.

Nesse contexto, por um lado, a educação emprega a avaliação como um instrumento de poder para controlar o aluno; por outro, o aluno desenvolve estratégias para lidar com essa busca por controle, uma vez que não é um ser passivo. Assim, estabelece-se uma relação utilitarista com o conhecimento e com os outros, em que o principal objetivo da avaliação se torna a obtenção de notas. Para alcançar esse objetivo, o aluno pode recorrer a práticas como colar ou escrever respostas sem sentido, tentando enganar o professor.

Assim, o que se verifica, é que a suposta correlação entre nota e qualidade da aprendizagem acaba por não ocorrer, pois o aluno desvenda o jogo da escola e constrói formas de resistir e enfrentar. A avaliação faz com que o aluno busque de todas as formas não ser reprovado, atingindo o seu objetivo, que é o certificado, o diploma, e não o que deveria ser, o nível de conhecimento satisfatório, dessa forma, a avaliação trata-se de reproduzir para que não seja excluído. Isso porque a avaliação, segundo Santos (2022), é classificatória, produzindo estigmas, exclusão, preconceito, consequências negativas para os alunos, evidenciando que a avaliação nessa conjuntura não é um elemento para a busca do conhecimento, mas traz em seu cerne uma função, que é avaliar, classificar e, conseqüentemente, estigmatizar, de modo que passa a ser repressão.

Nesse sentido, Silveira (2024, p. 10) destaca:

A aplicação de testes ou provas para mensurar o conhecimento dos alunos, o professor passa a reprimir os estudantes, porque seu desejo é que todos possam ser capazes de mostrar seu

aprendizado de modo que ele ou a gestão julga correto o que torna a avaliação processo autoritário quando na verdade deveria ser um processo democrático em que todos fossem capazes de ser avaliados de acordo com as suas capacidades (Silveira, 2024, p. 10).

Mediante o exposto, percebe-se que a aplicação da avaliação no intuito de medir o conhecimento dos alunos acaba por reprimir estes, isso porque espera-se que nessas avaliações o aluno mostre que realmente aprendeu aquilo que professores e gestores julgam ser o correto, com respostas já definidas, sem chances de interpretação, fazendo com que a avaliação se constitua em um processo autoritário, quando o certo seria que este fosse democrático, considerando a capacidade dos alunos, sabendo que estes são diferentes e aprendem de formas e ritmos diferentes, bem como têm sua própria forma de se expressar.

Ainda, conforme Silveira (2014), avaliar precisa ser muito mais do que a aplicação das provas em sala de aula, a avaliação precisa se constituir em uma ferramenta capaz de analisar o andamento do processo. A avaliação tem capacidade para ser uma ferramenta de grande potencial no processo de ensino e aprendizagem, mas isso depende muito da forma como ela é utilizada, de modo que, se for direcionada apenas para classificar e mediar o conhecimento dos alunos, ela não servirá ao propósito de ajudar na construção do conhecimento.

Perrenoud (1999) destaca que, dentro do sistema educacional, tem-se consciência de investimentos para capacitar professores a fim de que tragam melhorias para o

processo educacional, mas não há uma evolução nas práticas educativas, no que tange à avaliação, de modo que se continua o debate sobre o papel da escola.

Dessa forma, percebe-se que há um desafio das reformas educacionais para lidar com diferentes concepções acerca de aprendizado e de cultura, de modo que nenhuma delas pode se impor a outra de maneira puramente racional. É preciso que o indivíduo esteja preparado para enfrentar situações inéditas, isso requer um modelo educacional que seja dinâmico e flexível. Desse modo, o debate sobre escola precisa considerar a pluralidade de abordagens, e buscar encontrar um equilíbrio entre a transmissão de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades críticas, criativas, assim como socioemocionais, sendo esses essenciais para a formação humana em um mundo que se transforma constantemente.

Conforme Luckesi (1997, p. 174), “A avaliação, aqui, apresenta-se como meio constante de fornecer suporte ao educando no seu processo de assimilação dos conteúdos e no seu processo de constituição de si mesma como sujeito existencial e como cidadão”. Ainda de acordo com Luckesi (1997), a tradição dos exames escolares que se conhece nas escolas contemporâneas foi sistematizada nos séculos XVI e XVII, tendo sido produzidas pelos padres jesuítas, no século XVI, pelo Bispo John Amós Comênio, já no fim do século XVI e primeira metade do século XVII.

No entendimento de Hengemühle (2017), no ensino atual, são transmitidas teorias, sem que se faça uma ligação com a realidade dos alunos, para que possam compreender o meio em

que vivem e consigam relacionar com problemas reais, o que é um dos principais motivos para que os alunos demonstrem pouco interesse por aprender. As matrizes curriculares atuais continuam sendo organizadas em disciplinas, quando, na verdade, seria ideal promover a interdisciplinaridade, lançando desafios e problemas a fim de que seja possível formar mentes investigativas. Percebe-se que a lista de conteúdos bastante ampla que os alunos precisam aprender, incentiva a metodologia de transmissão e repetição, o que limita o desenvolvimento de habilidades reflexivas nos alunos.

Dessa forma, a educação segue sem que se resolva antigas inquietações e os alunos muitas vezes não sabem por que estão estudando algo, por que precisam aprender, onde esse conhecimento será utilizado, segue-se pedindo que memorize e promove-se um ensino de repetições de informações, com foco em memorizar, inquietando os alunos em um ensino descontextualizado.

Transmitem-se teorias e não se faz a ligação ou integração dessas teorias com a realidade para que os estudantes possam aprender a relacionar os referenciais teóricos com sua realidade e utilizá-los para a compreensão do meio ou solução de problemas reais. Esse talvez seja o grande motivo do pouco interesse dos estudantes por aprender. (Hengemühle, 2017, p. 11).

A educação atual continua focada em relacionar referenciais teóricos para os alunos mediante as disciplinas

estudadas, apresentando uma enorme lista de conteúdos, que se espera que os alunos memorizem, limitando a possibilidade de que desenvolvam habilidades reflexivas.

A avaliação tem sido utilizada como uma ferramenta coercitiva para garantir que os alunos prestem atenção ao conteúdo transmitido pelo professor. Caso os estudantes não se dediquem adequadamente, o conteúdo será cobrado nas provas, e, para garantir a atenção, são aplicadas avaliações surpresa. Dessa forma, muitos docentes continuam adotando práticas que não atendem às necessidades contemporâneas da educação, perpetuando ciclos nos quais os responsáveis pela formação docente seguem utilizando metodologias antiquadas. Embora os professores frequentemente falem sobre a necessidade de mudanças na avaliação e sugiram formas de torná-la mais atraente para os alunos, suas práticas pedagógicas e os modelos de avaliação que implementam estão em desacordo com seus discursos. Isso reforça a importância de as instituições educacionais revisarem suas abordagens para promover transformações efetivas na forma de ensino e avaliação Hengemühle (2017).

É primordial considerar que muitos problemas se apresentam à formação inicial, ressaltando a necessidade de que haja formação continuada de professores, em que é necessária uma reflexão contínua, que haja foco em um perfil a ser desenvolvido, com foco em novas concepções educacionais, em planejar e inovar (Sousa, 2025).

Nessa conjuntura, Moretto (2010, p. 115) observa que:

A avaliação da aprendizagem é angustiante para muitos professores por não saberem como transformá-la num processo que não seja mera cobrança de conteúdos aprendidos de cor, de forma mecânica e sem muito significado para o aluno. Angustiante por terem de usar um instrumento tão valioso no processo educativo como recurso de repressão, como meio de garantir que uma aula seja levada a termo com certo grau de interesse. Sentenças como ‘Anotem, pois vai cair na prova’.

Dessa forma, a avaliação da aprendizagem traz angústia não só para os alunos, mas também para professores, eles não sabem como usar a avaliação de forma que não seja apenas uma cobrança de conteúdos memorizados, não conseguem fazer com que o aluno encontre significado na avaliação, não conseguem demonstrar o valor da avaliação para os discentes.

Moraes (2000) acredita que uma escola que tem como centro o professor e a transmissão de conteúdo, continua vendo o aluno como uma tábula rasa, buscando produzir seres subservientes, obedientes, ainda acreditando que os alunos serão capazes de construir um conhecimento que fará com que seja capaz de afrontar seu destino histórico, mas está apenas depositando conteúdos, o docente possui o saber e o demonstra de forma autoritária, dirigindo um processo que ele quer que seja seguido.

Dessa forma, a escola segue com propostas para que os alunos adquiram conhecimento através da transmissão de conteúdos acumulados, através da verbalização destes, com

aulas expositivas, em que os alunos realizam exercícios de fixação, o professor age de forma rígida, espera que os alunos sejam bem-comportados, controlando-os e sem considerar que eles pensam e aprendem de formas diferentes.

Sobre a avaliação Caldeira (2000, p. 122) comenta:

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica.

Assim, a avaliação escolar não é neutra, pois ela é orientada por pressupostos teóricos e práticas pedagógicas específicas. O que significa que diferentes modelos de ensino criam formas diferentes de avaliar, de modo que a avaliação tem potencial para reforçar ou desafiar concepções sobre o papel da educação na formação do indivíduo e na estruturação da sociedade. Entende-se, dessa forma, ser imprescindível refletir a respeito dos princípios que fundamentam as práticas avaliativas buscando contribuir para que o aprendizado e desenvolvimento dos estudantes possa acontecer. Para Hadji (2001), é preciso registrar que se sabe que a avaliação não é medida pelo simples fato de que o avaliador não é um instrumento, sendo primordial que os professores compreendam que a nota que vem se alcançando com as avaliações não tem sentido.

Na atualidade, a educação enfrenta diversos desafios, e a avaliação, da maneira como é conduzida, torna-se uma das questões mais debatidas e preocupantes. Nesse contexto, o papel do professor se torna fundamental, pois ele deve se preparar adequadamente para realizar uma avaliação que seja significativa. O objetivo não é apenas medir o que os alunos aprenderam, mas, sim, contribuir para o seu desenvolvimento, proporcionando condições para que possam alcançar uma aprendizagem efetiva.

2.1 O FRACASSO DA AVALIAÇÃO POR PROFESSOR DESPREPARADO

A avaliação escolar é um instrumento fundamental no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, frequentemente, ela não tem cumprido adequadamente essa função. Em vez de facilitar o desenvolvimento das competências dos alunos, sua utilização tem se restringido à mera mensuração do aprendizado. É pertinente ressaltar que a efetividade desse instrumento avaliativo está intrinsecamente ligada à formação e à preparação dos docentes. Quando os professores carecem de uma compreensão profunda sobre o verdadeiro significado das práticas avaliativas, a avaliação tende a se transformar em um mecanismo classificatório e excludente, em vez de se apresentar como um processo formativo e integrador. (Hadji, 2001).

Perrenewoud (1999) acredita que a avaliação está no centro do sistema didático e que ela precisa passar por mudanças

estruturais na escola. No entanto, Hengemühle (2017) e Esteban (2001), apontam que muitos professores acabam reproduzindo metodologias ultrapassadas, pois não têm conhecimento sobre práticas pedagógicas inovadoras, e a maneira como vêm utilizando a avaliação gera desmotivação e insucesso para os alunos e também para professores.

Nesse contexto, ressalta-se a importância fundamental de uma formação adequada para os professores, uma vez que a sua ausência pode comprometer o potencial da avaliação como ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento. Essa situação pode perpetuar um ciclo educacional que não atinge sua eficácia plena. Portanto, torna-se essencial abordar a questão da preparação docente em relação à avaliação e suas implicações no processo educativo, promovendo discussões que favoreçam um aprimoramento contínuo e a construção de práticas mais integradoras e formativas.

Segundo Demo (2004), é imperativa a formação docente sólida para que a avaliação desempenhe efetivamente seu papel de promover a aprendizagem, evitando que essa prática se restrinja a um mero mecanismo classificatório. O autor enfatiza que os processos são mais significativos do que os produtos, evidenciando que uma abordagem avaliativa centrada exclusivamente em métricas quantitativas não consegue abarcar a complexidade da realidade educacional. Assim, pode-se concluir que a falta de preparo dos docentes compromete o potencial da avaliação, resultando em práticas avaliativas que se mostram reducionistas e excludentes.

Compreende-se, assim, que insistir em métodos tradicionais, que na maioria das vezes se sustentam em uma visão empírica limitada, acaba contribuindo para que se perpetue um ciclo educacional ineficiente, mostrando ser essencial a reflexão sobre a formação dos educadores e suas práticas avaliativas.

Na perspectiva de Perrenoud (1999) é preciso mudar as práticas da avaliação para que ela seja mais formativa e menos seletiva, isso requer mudanças na escola, mudanças no sistema de ensino, requer preparação docente para que supere a avaliação tradicional, trazendo novas abordagens, superando a avaliação clássica.

Introduzir uma pedagogia diferenciada é essencial para ser buscar uma avaliação formativa, extrair a essência da prática, ressignificando-a para que auxilie os alunos a alcançarem o êxito e não para impor medo de reprovação, quantificá-los e classificá-los.

Hengemühle (2010, p. 6) comenta:

No entanto, os professores, no atual cenário educacional, têm limitado conhecimento dos conceitos e das práticas que conferem sentido à ação pedagógica, trazendo desmotivações, crises afetivas, mal-estares e insucessos na sua vida pessoal e profissional.

Evidencia-se um problema central no contexto educacional, que é a formação insuficiente dos professores e as consequências que isso acarreta para a prática pedagógica e

para o bem-estar dos próprios docentes. A ausência de conhecimento sobre conceitos e práticas pedagógicas eficazes tende a comprometer a qualidade da avaliação e do ensino, e como resultado, os professores sentem-se desmotivados, assim como os alunos, trazendo resultados negativos para a aprendizagem. O que também reforça a necessidade de que haja investimento em formação continuada por parte da gestão, seja ela escolar ou governamental, preparando os docentes para que empreendam estratégias avaliativas inovadoras (Sousa, 2025).

Comumente, os alunos tendem a se desvincular daquilo que estão estudando, pois não conseguem perceber que os conteúdos fazem parte de sua realidade. Isso contribui para o desinteresse e desmotivação, tanto dos alunos quanto dos docentes. No que tange à avaliação, é notório que esta tem reproduzido metodologias ultrapassadas diante da formação docente deficiente. Avanços teóricos têm ocorrido no discurso acadêmico, mas as práticas pedagógicas nas universidades continuam perpetuando modelos tradicionais, de modo que se cria um círculo vicioso com impacto negativo na qualidade do ensino e da avaliação.

Dessa forma, a inovação e a adaptação às necessidades educacionais atuais são prejudicadas pela continuidade dos modelos tradicionais de ensinar e avaliar, reforçando a urgência de reformulações na formação inicial e continuada dos professores.

Luckesi (1997, p. 175) corrobora a respeito da avaliação:

A avaliação da aprendizagem nesse contexto é um ato amoroso, na medida em que inclui o educando no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória, assim como na medida em que o inclui entre os bem-sucedidos, devido ao fato de que esse sucesso foi construído ao longo do processo de ensino aprendizagem (o sucesso não vem de graça). A construção, para efetivamente ser construção, necessita incluir, seja do ponto de vista individual, integrando a aprendizagem e o desenvolvimento do educando, seja do ponto de vista coletivo, integrando o educando num grupo de iguais, o todo da sociedade.

A avaliação precisa se constituir como um processo inclusivo e formativo, devendo acompanhar e apoiar o desenvolvimento do aluno em toda a sua trajetória de aprendizagem. A avaliação como um “ato amoroso” mostra a relevância de que se tenha um olhar sensível e orientado para o progresso, em vez de apenas usá-la para medir conhecimentos. Esse entendimento destaca que é preciso uma avaliação destinada tanto ao crescimento individual quanto à integração do aluno em um contexto social mais amplo, fazendo com que a educação seja mais humana e significativa (Luckesi, 2011).

Para Moretto (2005), avaliar a aprendizagem possui um sentido amplo, em que é feita de formas diversas e com instrumentos variados, o mais comum é a prova escrita, a esta tem sido apontados muitos malefícios, mas se for elaborada adequadamente, com o objetivo de verificar se o aluno aprendeu

conteúdos importantes ou se ele ainda precisa de reforço, ela pode sim ser uma aliada da educação.

Assim, mostra-se necessário fazer com que o ato de avaliar evolua, deixe de ser apenas uma ação classificatória, sendo utilizado para ajudar os alunos a aprenderem, observando suas potencialidades e dificuldades para que possam continuar com seu trabalho docente de melhor qualidade. Nesse ponto, é primordial que os professores se capacitem e possam compreender o real significado da avaliação e mudem a forma de utilizá-la no processo educacional.

2.2 DIFERENTES FORMAS (CONCEITOS) DE AVALIAR

A avaliação no contexto educacional corresponde a um processo dinâmico, sendo mais do que meramente a mensuração do desempenho dos estudantes. Existem diferentes abordagens avaliativas e é importante considerá-las, buscando trazer uma compreensão mais profunda acerca das diferentes formas de avaliar.

Enquanto processo pedagógico, a avaliação precisa ser compreendida como uma ferramenta fundamental para que prática educacional seja melhorada. Dessa forma, avaliar é também um o ato de medir desempenho, de modo que, consiste em uma análise que deve ocorrer de maneira continuada, possibilitando correção, aperfeiçoamento, assim como tornar o ensino mais eficiente. A avaliação precisa ser integrada ao processo de aprendizagem, de modo que leve a momentos de reflexão, não só para os alunos, mas também para os

professores, possibilitando que ocorram mudanças na prática pedagógica, para que esta seja aprimorada (Ferreira e Morosini, 2019)

Nesse sentido, Freire (1984) destaca que a prática educacional só se desenvolve de maneira plena se ela contar com um processo avaliativo reflexivo, que revele acertos e dificuldades e que, a partir de então, sejam feitos ajustes, a fim de que haja melhorias no processo de ensino e aprendizagem, focando, de fato, em desenvolver o potencial dos alunos.

Camargo (2010) e Moretto (2003), na mesma perspectiva, destacam a importância da avaliação como um instrumento de comunicação e de construção do conhecimento em sala de aula, de modo que os dados que resultam de sua aplicação sirvam para que as estratégias pedagógicas sejam revisadas e o pensamento crítico dos alunos seja estimulado.

Mas, a tradição educacional, muitas vezes, tem caráter classificatório e seletivo, em que a compreensão significativa é deixada de lado e a memorização é priorizada. Para Luckesi (2011), a avaliação tem de ser compreendida como um processo de construção de resultados, não devendo ser utilizada como um mecanismo de certificação. Luckesi (2011) afirma, ainda, que a avaliação não deve se restringir a um modelo de exame para verificar a retenção de conteúdos, ela precisa ser diagnóstica e mediadora, assim ela pode garantir que o aprendizado evolua.

Nesse âmbito de educação, Perrenewoud (1999) e Moraes (2000) chamam atenção para o fato de que ter uma visão estática da avaliação, resumindo o futuro dos alunos ao seu desempenho

nas provas, deixa de considerar a complexidade do conhecimento e o desenvolvimento contínuo das competências, o que é totalmente prejudicial ao desenvolvimento dos alunos, fazendo com que a avaliação seja punitiva.

Assim, é fundamental repensar o papel da avaliação para que ela tenha significância no processo educativo, ao invés de se constituir em um instrumento punitivo e excluyente, assumindo caráter formativo, o que favorece a autonomia dos estudantes e a melhoria constante da prática docente.

A avaliação formativa tem sido cada vez mais valorizada nas discussões sobre o processo avaliativo. Costa (2023, p. 3) considera:

A regulação da aprendizagem realizada pela avaliação formativa opera tanto através da ação do professor, que ajusta o seu planejamento com base nos resultados encontrados no processo educativo, mas, especialmente, por meio da ação da/o estudante, ou seja, na autorregulação das suas próprias aprendizagens.

A avaliação formativa colabora com a aprendizagem à medida que o professor a utiliza para conseguir alcançar resultados positivos, assim ele pode ajustar seu planejamento com os resultados que a avaliação lhe traz, principalmente considerando a ação dos estudantes nesse processo.

Lovo (2020, p. 20) destaca: “Avaliação formativa é entendida como uma forma de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, que busca reunir continuamente

informações que podem gerar reflexão para o professor, acarretando um reconsiderar ou recriar no modo de agir com os alunos.”

Assim, a avaliação formativa permite acompanhar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, reunindo informações para que seja possível refletir e reconsiderar o que pode ser feito em prol de sua aprendizagem. Nessa mesma conjuntura, possibilita processos de construção e aplicação de conhecimentos, levando em conta os contextos e as condições de aprendizagem, em que os registros que são conseguidos com a avaliação constituem-se em referências para melhorar o desempenho da escola, assim como de alunos e professores (Brasil, 2018).

Nessa perspectiva, Santos e Canen (2014) acreditam que a avaliação precisa de um instrumento que favoreça a inclusão e a igualdade no âmbito educacional, contemplando, estudantes e instituições de ensino. É preciso superar a avaliação utilizada como um mecanismo classificatório ou punitivo, devendo refletir um compromisso com uma educação que respeite a diversidade cultural dos alunos, que compreenda que cada aluno tem suas particularidades, características que lhes são únicas e que precisam ser consideradas nesse processo. De modo que a avaliação deve acompanhar o desenvolvimento dos alunos, o que requer estratégias pedagógicas adaptadas, voltadas para um ensino mais justo e eficaz.

Miranda *et al.* (2020) argumentam que boas práticas de avaliação formativa requerem que haja um *feedback* constante, trazendo oportunidades de reflexão na experiência educacional.

Ela é acompanhada de uma intervenção diferenciada, em que os professores se organizam de diferentes maneiras para transformar o ensino.

A avaliação formativa participa da renovação global da pedagogia, da centralização sobre o aprendiz, da manutenção da profissão de professor: outrora dispensador de aulas e de lições, o professor se torna o criador de situações de aprendizagem portadores de sentido e de regulação' (Miranda *et al.*, 2020, p. 18).

A avaliação formativa faz parte da renovação de práticas pedagógicas em que os alunos se tornam o centro do processo de ensino aprendizagem e o professor assume o processo de mediador, de criador de situações para que os alunos possam aprender, encontrando sentido nas práticas avaliativas.

Perrenoud (1999, p. 15) corrobora:

Uma verdadeira avaliação formativa é necessariamente acompanhada de uma intervenção diferenciada, com o que isso supõe em termos de meios de ensino, de organização dos horários, de organização do grupo-aula, até mesmo de transformações radicais das estruturas escolares.

A avaliação formativa precisa de uma prática que ajude a organizar o processo de ensino e de transformações radicais das estruturas escolares. Para Libaneo (1994), a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho do

professor, ele precisa considerar os resultados obtidos com a avaliação para mensurar os progressos e dificuldades, e consiga reorientar, fazendo as alterações necessárias.

Assim, a avaliação formativa tem os elementos necessários para que seja possível alcançar bons resultados com o processo avaliativo, de maneira que seja possível utilizar os dados que são obtidos com sua aplicação para promover mudanças no processo de ensino, sempre em busca de fazer com que os alunos aprendam, desenvolvam seu conhecimento e encontrem significado nessa prática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ALTERNATIVAS PARA UMA BOA AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem tem um papel de grande relevância na prática educacional, devendo se constituir como um processo que busca refletir e aprimorar o ensino, tornando-o mais efetivo e não apenas medindo o que conseguiram aprender. Abordagens diversas sugerem que uma avaliação eficaz deve ser contínua, processual e formativa, possibilitando professores e alunos utilizarem os resultados obtidos no intuito de reorientar suas práticas pedagógicas e promover um aprendizado mais significativo.

Bosco e Silva (2020, p. 155) enfatizam a importância de uma avaliação de qualidade, abordando aspectos fundamentais que caracterizam uma prática avaliativa eficaz:

Nesse sentido, requer que as professoras coloquem em operação sua capacidade de observar, refletir e agir em prol da construção de caminhos favoráveis ao desenvolvimento das crianças como sujeitos de aprendizagem. Atentando ao fato de que estas precisam contar com apoio e estímulo para transformarem em realidade suas potencialidades e superarem possíveis dificuldades enfrentadas no processo de construção do conhecimento é que podemos constatar a importância das práticas de avaliação realizadas com a intenção de contemplar suas necessidades educativas específicas atuais, mas também seu desenvolvimento futuro.

Assim, uma boa avaliação requer de o docente observar, refletir e agir em busca de desenvolver os alunos, estimulando suas potencialidades, com práticas que contemplem suas necessidades educativas, considerando suas especificidades, ajudando a vencer os desafios para que possam aprender.

Luckesi (2013) ressalta que, para que a avaliação seja considerada eficaz, é necessária uma dedicação contínua por parte dos professores, que devem agir e refletir criticamente sobre suas práticas. Essa reflexão permite que os educadores atribuam um significado profundo às suas ações, encontrando relevância no ato de avaliar.

A avaliação da aprendizagem corresponde ao elemento essencial no processo educativo, contudo, não segue um único modelo teórico ou metodológico. Gonçalves e Larchert (2011) enfatizam que não há um paradigma que seja universalmente aceito para a avaliação, mas, ao contrário, há uma diversidade

de abordagens, assim como de formas de aplicá-la. Desse modo, a avaliação apresenta-se em perspectivas múltiplas, isso porque é preciso adaptar a avaliação a cada contexto escolar, pois cada um deles possui suas especificidades, em que é preciso considerar os objetivos de ensino, assim como as características dos alunos e as estratégias pedagógicas utilizadas. Se considerar esses pontos, a avaliação acaba se tornando um processo flexível, podendo se constituir em uma forma mais eficiente de atender às demandas da aprendizagem, assim como mais significativa.

Os professores precisam utilizar diversos instrumentos, critérios e recursos para avaliar os alunos, só assim esse processo será mais justo e democrático. Os docentes precisam ser competentes e criativos para superarem as provas tradicionais, devendo utilizar estratégias variadas, para que todos os alunos tenham oportunidade de demonstrar seus conhecimentos e habilidades.

Gonçalves e Larchert (2011) destacam que a avaliação precisa ser fundamentada em princípios de transformação, inclusão e emancipação, assumindo um caráter formativo e contínuo. Evidenciando que a avaliação não deve ser vista como um mecanismo para classificar ou aprovar alunos, precisa ser entendida como um processo de diagnóstico e acompanhamento do aprendizado. Utilizando-se a avaliação para acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos, professores e estudantes podem identificar dificuldades, ajustar estratégias e reorientar suas ações, assim, a avaliação

será um recurso pedagógico para impulsionar o crescimento acadêmico de todos que fazem parte do processo educacional.

A avaliação eficaz precisa possibilitar ao professor refletir a respeito de sua prática e modificar suas estratégias pedagógicas conforme os resultados que obtém com sua aplicação. Para isso, é fundamental compreender o que cada aluno sabe, como ele aprende e os desafios presentes em seu percurso da aprendizagem. A avaliação não será, assim, punitiva, mas, ao identificar equívocos e dificuldades, ela trará uma oportunidade de realizar mudanças (Sibila, 2012).

Através dessas ações, a avaliação será um meio para fortalecer o ensino, e os alunos serão mais autônomos e participativos em seu próprio processo de aprendizagem, portanto, a avaliação se mostra como uma aliada em potencial do processo de ensino e aprendizagem.

Grillo e Gessinger (2010, p.19) destacam que:

Em qualquer momento do processo são necessárias informações claras sobre aspectos relevantes do objeto da avaliação, de forma que tais aspectos sejam compreendidos em suas causas. Esse esforço terá significado se gerar um diagnóstico que possibilite a tomada de consciência do ponto em que se encontra a aprendizagem do aluno e do que falta para chegar ao pretendido, encaminhando a realização de intervenções mediadoras do professor.

Para o processo de aprendizagem, é indispensável que o professor tenha informações claras sobre os alunos, que possa conhecer suas potencialidades e suas limitações e identifique sobre quais aspectos precisa agir para que os alunos alcancem bons resultados, realizando intervenções ao identificar a necessidade do estudante.

Gonçalves e Larchert (2011) destacam que não existe uma única forma de avaliar, uma única prática, mas diferentes maneiras, em que os professores usam de criatividade, compromisso e competência, além de instrumentos diversos, recursos e informações, para que a avaliação seja construtiva e transformadora, funcionando como um diagnóstico para os professores e discentes, orientando novos encaminhamentos ao processo de ensino e aprendizagem.

Hengemühle (2017) acredita que a avaliação não se concentra mais na capacidade de memorização e armazenamento de informações, mas na capacidade de analisar, refletir, compreender e aplicar. Já Luckesi (2011) defende que o ato de avaliar é construtivo e mediador, dialético e dialógico, porque é diagnóstico, com objetivo de subsidiar a obtenção de resultados que sejam mais satisfatórios, algo diferente do que busca o exame classificatório.

Para tanto, é essencial a formação adequada de professores, com foco em uma avaliação formativa, com uma pedagogia diferenciada, dominando conhecimentos e a didática. A avaliação formativa leva a situações de aprendizagem, pois traz sentido a essa prática.

Camargo (2010, p. 10):

A avaliação tem que ser um momento de aprendizagem que permita repensar e mudar a ação, um instrumento de comunicação que facilite a construção do conhecimento em sala de aula. [...]. A avaliação só faz sentido, se os seus resultados permitirem tanto aos alunos quanto aos professores, uma reflexão sobre os processos pedagógicos desenvolvidos.

A avaliação desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem, uma vez que práticas avaliativas bem conduzidas promovem a reflexão crítica sobre os processos pedagógicos, permitindo ajustes nas ações educativas e favorecendo a construção do conhecimento em sala de aula. Ao possibilitar intervenções mais eficazes, a avaliação contribui significativamente para a melhoria contínua do ensino e da aprendizagem. Repensar os processos pedagógicos a partir dos resultados obtidos por meio da avaliação permite o desenvolvimento de estratégias mais adequadas, potencializando o desempenho dos estudantes e promovendo o aprimoramento de suas capacidades.

A discussão empreendida ao longo desse estudo mostra como é relevante repensar a avaliação e fazer com que esta assuma o caráter formativo, em que a capacitação docente é determinante para a qualidade da avaliação no ensino. Nesse sentido, Villas Boas (2008) destaca que os futuros professores precisam vivenciar práticas avaliativas durante sua formação, uma experiência muito importante para que atuem de forma positiva em sala de aula. É preciso, também, incentivar a

autoavaliação, levando professores e alunos a desenvolverem capacidades e cada vez mais aprimorarem-se no processo de ensino e aprendizagem. Ainda, é preciso diversificar nos instrumentos avaliativos, em que se pode usar a criatividade no processo de avaliação.

Moraes (2000), entretanto, chama atenção para o fato de que práticas educacionais ainda reproduzem modelos instrucionistas que já estão ultrapassados. Assim, menciona que a tecnologia pode ser uma aliada do processo de educação e da avaliação, mas a mera adoção de tecnologias não garante que haja inovação, se elas forem utilizadas somente na intenção de transmitir informações, sem estimular a construção ativa do conhecimento, não terão significância nesse processo. É preciso considerar, ainda, a resistência dos professores à mudança, que acaba por perpetuar métodos tradicionais, sem que se atualizem e entrem em contato com novas metodologias e com as tecnologias, eles acabam por limitar o aluno e fazer com que este permaneça sendo passivo no processo de ensino e aprendizagem. A escola, muitas vezes, impõe métodos rígidos que desestimulam a criatividade e a liberdade dos estudantes.

Assim, a memorização e a punição de erros ao invés de adotar práticas de reflexão e inovação não colaboram para que a avaliação cumpra seu papel formativo, em que é essencial romper práticas tradicionais e empreender boas formas de avaliação que incentivem um ensino mais dinâmico e significativo, colaborando com o desenvolvimento integral dos alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível ressignificar a avaliação no contexto do ensino fundamental, de modo a contribuir efetivamente para a elevação da qualidade da educação. Para tanto, é necessário que a avaliação deixe de ser concebida unicamente como um instrumento classificatório e de mensuração de resultados, assumindo uma função diagnóstica e formativa, capaz de identificar dificuldades e orientar intervenções no processo educacional. O estudo realizado evidencia que uma prática avaliativa contínua e reflexiva favorece ajustes pedagógicos que promovem a aprendizagem de forma mais eficaz. Nesse sentido, destaca-se a importância da formação continuada dos professores, a fim de que possam conduzir práticas avaliativas que sejam inclusivas, democráticas e comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes.

Um ponto primordial é diversificar os instrumentos avaliativos, assim como é relevante a promoção da autoavaliação, estratégias que se mostram fundamentais para tornar a avaliação mais justa e alinhada às necessidades da contemporaneidade. Nessa perspectiva, o professor precisa atuar como mediador do conhecimento, e, assim, a avaliação tem de ser um estímulo aos alunos ao seu aprendizado e não um meio de medir o seu conhecimento.

Dessa forma, o estudo conclui que a avaliação deve se constituir em uma ferramenta pedagógica transformadora, indo além da mera classificação, tornando-se um processo contínuo para aprimorar a aprendizagem. Enfatiza-se que para

que isso ocorra é fundamental que a formação docente seja repensada, que em sua formação sejam adotadas práticas avaliativas inovadoras, estimulando seu uso, garantindo uma educação mais significativa, democrática e direcionada a formar os alunos integralmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. C. de. Instrumentos, estratégias, critérios de avaliação da aprendizagem na educação à distância – EaD. **Multifaces**, v. 1, n. 1, p. 62-74, abr. 2018.

ALVES, A. R. T. **Avaliar para conhecer, Conhecer para avaliar**: saberes-fazeres mobilizados nas práticas avaliativas de professores dos anos iniciais da educação básica no contexto da pandemia covid-19. Trabalho de Conclusão de Curso [Licenciatura em Pedagogia]. Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru, 2020.

BARBOSA, A. A. **Desvelando impactos da pandemia de COVID-19 sobre a aprendizagem matemática de estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental por meio de uma Avaliação Diagnóstica**. Trabalho de conclusão de curso [Licenciatura em Matemática]. Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2022.

BOSCO, Vânia Oliveira Dal; SILVA, Ivone Maria Mendes. Avaliação na educação infantil: Os instrumentos avaliativos utilizados nas escolas de Educação infantil do município de Erechim/RS. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 29, p. 153-164, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4870>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/reso466_12_12_2012.html. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, F. J. da. Avaliação formativa e regulação das aprendizagens por meio de rubricas: relato de experiência sobre a formação de professores de ensino médio em escolas do município de Bela Cruz, Ceará. **Anais**. VIII Congresso Nacional de Educação. João Pessoa, 2023.

DEMO, Pedro. Teoria e prática da avaliação qualitativa. Temas do 2º Congresso Internacional sobre Avaliação na Educação. **Anais [...]**. Curitiba, Paraná, 2004. p. 156-166.

ESTEBAN, Maria Tereza. **O Que sabe quem erra? Reflexões sobre a avaliação e fracasso escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FARIAS, M. I. R. de. **Métodos Avaliativos no Ensino de Ciências**: uma análise da percepção discente sobre a avaliação. Trabalho de conclusão de curso [Licenciatura em Ciências Biológicas]. Universidade Federal da Paraíba. Areia, 2018.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Trad. Adriana Lopes. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GONÇALVES, Alba Lúcia; LARCHERT, Jeanes Martins. **Avaliação da aprendizagem**. Ilhéus, BA: EDITUS, 2011.

HADJI, Charles. **A avaliação desmitificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Professor Empreendedor Preparando Pessoas Empreendedoras: Limitações E Possibilidades**. Porto Alegre: Penso, 2010.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Futuro da Educação: resgate a natureza humana**. São Paulo: Laços, 2017.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Pós-modernidade: O pensamento científico, as teorias da educação e a formação de formadores**. São Paulo: Laços, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LOPES, P. P. da S. **Avaliação Educacional: estudo de caso das práticas avaliativas dos egressos licenciados em Ciências da Natureza/Química do IFMT Campus Confresa**. Dissertação [Mestrado em Educação]. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, 2019.

LOVO, G. R. M. **Avaliação Formativa na educação infantil: um olhar para os documentos do município de Londrina-PR**. Dissertação [Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias]. Universidade Pitágoras UNOPAR. Londrina, 2020.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MENDES, E. da C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. Serra, ES: Centro de Ensino Superior Fabra, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, G. R. N. *et al.* Desafios do Feedback na Avaliação Formativa, no Programa Interinstitucional de Interação Ensino-Serviço-Comunidade: Perspectiva de Alunos. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 4, e122, 2020.

MORAES, M. C. **O paradigma Educacional Emergente**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova**: um momento privilegiado de estudos e não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova**: um momento privilegiado de estudos e não um acerto de contas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. 2010.

MORIN, Edgar, **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, A. P. S.; CANEN, A. Avaliação Escolar para a aprendizagem: possibilidade e avanços na prática pedagógica. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, jan/abr. 2014.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância/UFSC, 2005.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da. **A mudança de paradigmas da ciência e a relação com a educação escolar**. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 26, n. 51, p. 231–250, jul./dez. 2012. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/4483>.
Acesso em: 7 maio de 2025.

SILVA, Tânia Zanata. Avaliação na Educação Infantil: um breve olhar na avaliação da aprendizagem. **Revista Tema**, v. 9, n. 2, p. 1-14, 2012.

SILVÉRIO, Marcelo dos Santos. **Metodologias do ensino da matemática**. São Paulo: SENAC, 2024. p. 10.

SIMÃO, Márcia; BARCELOS, Roberta. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2005.

SOUSA, Anderson do Vale. **Anarquismo pedagógico: um olhar voltado para as práticas pedagógicas**. João Pessoa, PB: Editora Oiticica, 2025.

TRIVIÑOS, **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. Campinas, SP: Papyrus 2008.

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES AO AVALIAR ALUNOS EM SALAS SUPERLOTADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Daiane Oliveira Freire²
Anderson do Vale Sousa³

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil é uma etapa fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. A avaliação escolar nessa fase encontra-se frequentemente comprometida, especialmente em ambientes superlotados. A superlotação nas instituições de ensino infantil é resultado de diversos fatores, como a falta de infraestrutura adequada para atender à crescente demanda de alunos. Salas pequenas, ausência de auxiliares de classe e recursos pedagógicos insuficientes tornam o processo de avaliação mais desafiador, dificultando que os professores atendam à individualidade de cada criança e identifiquem, precocemente, possíveis

²Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF.

³Pedagogia pela FAEPI; Especialista em Educação Global pela UNIFUTURO; Mestre em Educação pela FCU (Reconhecido pela UNAMA); Doutorando em Educação pela FCU.

transtornos de aprendizagem. Além disso, muitos professores acabam com o psicológico comprometido, pois as aulas frequentemente não saem conforme o planejado, gerando frustração e sobrecarga emocional.

Nesse contexto, este artigo propõe estratégias para minimizar os impactos da superlotação, como a construção de novas instituições de ensino, a contratação de auxiliares de classe, a realização de atividades fora da sala de aula e a participação ativa dos alunos na criação de recursos pedagógicos. Essas medidas, aliadas a políticas públicas eficazes, podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, favorecer a saúde mental dos educadores e permitir que o professor atue de forma mais assertiva na avaliação e no desenvolvimento integral das crianças.

A temática apresentada é de grande relevância para a sociedade, por tratar-se de informações de interesse coletivo, pertinentes aos educandos, educadores, equipe pedagógica e à comunidade em geral. Esta pesquisa científica tem como objetivo abordar a problemática da superlotação nas salas de aula da educação infantil. O excesso de alunos em uma única sala prejudica a qualidade do aprendizado e a interação entre professores e alunos, limitando as oportunidades de um acompanhamento mais personalizado.

Observa-se com frequência um aumento significativo no número de alunos matriculados na educação infantil, o que representa um avanço importante para o setor educacional. No entanto, esse crescimento tem gerado uma sobrecarga nas instituições de ensino, já que, na maioria dos casos, essas

instituições não dispõem de infraestrutura suficiente para atender a uma elevada demanda de alunos, resultando em salas de aula superlotadas. Diante do exposto, este artigo aborda: Quais as dificuldades enfrentadas pelos professores ao avaliar os alunos em salas de aula superlotadas na educação infantil.

O presente artigo tem como objetivo geral sugerir estratégias para minimizar as adversidades enfrentadas pelos professores ao avaliarem alunos em salas de aula superlotadas na educação infantil. Quanto aos objetivos específicos, buscase: identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores ao avaliarem alunos na educação infantil em salas com número elevado de estudantes; analisar como o processo de avaliação realizado pelos professores em salas superlotadas pode afetar a aprendizagem dos educandos; e sugerir estratégias para reduzir as dificuldades enfrentadas pelos professores nesse contexto.

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na necessidade de compreender e enfrentar os desafios impostos pela superlotação nas salas de aula da educação infantil. O impacto negativo desse fenômeno afeta não apenas o processo de ensino e aprendizagem, mas também a qualidade da educação oferecida, o bem-estar dos alunos e as condições de trabalho dos professores. Ao identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores e propor estratégias para superá-las, espera-se promover um ambiente educacional mais adequado e eficiente, que favoreça o desenvolvimento integral dos alunos e valorize o trabalho dos educadores. Além disso, os resultados desta pesquisa poderão subsidiar a formulação de

políticas públicas voltadas para a melhoria da infraestrutura das escolas e a redução da superlotação nas salas de aula.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, que consiste em sua abordagem aprofundar-se com base em materiais previamente já elaborados, como artigos científicos e revistas para o desenvolvimento do trabalho. As fontes bibliográficas mais conhecidas são os livros de leitura corrente. No entanto existem muitas outras fontes de interesse para a pesquisa bibliográfica, tais como: obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo.

A abordagem do problema, caracteriza-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, que viabiliza, por meio de análises e interpretações de fenômenos, uma compreensão subjetiva e direta entre o pesquisador e o objeto de estudo, também trata-se de uma pesquisa exploratória que visa investigar um determinado assunto que está em sua fase inicial e no qual ainda não há muitas informações disponíveis ou amplamente discutidas sobre o tema.

Em relação à natureza da pesquisa, foi classificada como básica pois dispõe-se a gerar conhecimento sobre as condições que afetam o desempenho dos docentes e o aprendizado das crianças, sem necessariamente buscar uma aplicação imediata ou estudos de campo. No que diz respeito ao método científico, relaciona-se ao método dedutivo pelo fato de partir de dados gerais para situações tratadas em suas especificidades.

2. SUPERLOTAÇÃO: DESAFIOS AO AVALIAR ALUNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é uma etapa crucial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, levando em consideração o ambiente em que ela está inserida como um fator decisivo nesse processo de aprendizagem. É recorrente, constatar-se um aumento significativo no número de crianças matriculadas na educação infantil, o que é um passo importante para o desenvolvimento educacional. Entretanto, esse crescimento tem causado sobrecarga nas instituições de ensino, pois muitas delas não têm a infraestrutura necessária para acomodar uma demanda tão alta, gerando salas de aula superlotadas.

De acordo com o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA), em seu inciso V, conforme descrito no artigo 53, assegura a obrigatoriedade do direito a criança ao acesso a educação pública e gratuita, em um local mais próximo a sua residência, e respalda vaga na mesma instituição de ensino a irmãos que frequentem a mesma etapa de ensino na educação básica (Brasil,2019).

Diante do que, o educador apresenta diferentes abordagens para avaliar o aluno de forma qualitativa na educação infantil, por meio de atividades lúdicas que incluem o trabalho em equipe, brincadeiras, produção de atividades realizadas pelos próprios alunos, conversas com os pais ou responsáveis, o que é algo indispensável para fortalecer o vínculo escola e família e que influencia significativamente no

desenvolvimento integral da criança. Entretanto, é desafiador para o professor ter que lidar com a realidade de salas de aulas superlotadas, com espaços reduzidos para trabalhar as atividades pedagógicas planejadas o que reflete sobre a qualidade de ensino para os alunos da educação infantil.

Além disso, convém ressaltar que, a avaliação na educação infantil ocorre através de observação contínua do professor, que busca detectar o quanto o aluno progrediu em seu processo de desenvolvimento de habilidades competências. A priori, torna-se imprescindível o acompanhamento integrado do professor ao avaliar os conhecimentos específicos de cada aluno.

Entendendo que na educação infantil faz-se necessário respeitar o ritmo de desenvolvimento cognitivo de cada criança, o educador deve interagir como aluno, acompanhando em todos os momentos, observando, intervindo numa constante produção de conhecimentos, promovendo assim uma avaliação correta frente a construção de cada um (Silva, 2012 ,p.05).

A avaliação na educação infantil, é realizada ao observar o aluno em suas interações e no seu desenvolvimento de aprendizagem, o professor utiliza de diferentes estratégias pedagógicas para estimular o aluno e assim pode identificar como o aluno está se sobressaindo nas aulas. Assim como, também é uma excelente forma de o professor se auto avaliar, percebendo se suas metodologias pedagógicas obtiveram êxito, ou se será necessário ajustar sua didática, caso não tenha

conseguido o resultado que esperava-se de acordo com seu planejamento.

Silva (2012), a avaliação na educação infantil deve ser frequente e que se adapte a realidade de seus alunos, é essencial o educador ter conhecimento a respeito do contexto de vida dos alunos e respeitar suas diferenças e individualidade, promovendo que essas informações facilitem o processo de avaliação de forma coerente e prática para se compreender. Contudo, a avaliação deve agregar e enriquecer as experiências de aprendizagem da criança, estimulando um ambiente acolhedor com respeito a diversidade.

Vale enfatizar que, o educador apresenta diferentes abordagens para avaliar o aluno de forma qualitativa na educação infantil, por meio de atividades lúdicas que incluem o trabalho em equipe, brincadeiras, produção de atividades realizadas pelo os próprios alunos, conversas com os pais ou responsáveis, o que é algo indispensável para fortalecer o vínculo escola e família e que influencia significativamente no desenvolvimento integral da criança. Entretanto, é desafiador para o educador lidar com a realidade de salas de aulas superlotadas, com espaços reduzidos para trabalhar as atividades pedagógicas o que reflete sobre a qualidade de ensino para os alunos da educação infantil.

Conforme Tavares (2020), a criança requer de um atendimento individualizado para que seja possível a identificação de dificuldades enfrentadas pelo aluno no seu processo de aprendizagem. No contexto da superlotação em salas de aula, atender as necessidades de cada aluno é

impraticável, especialmente na educação infantil em que as crianças se movimentam com frequência, estimuladas pela curiosidade o que é algo normal nessa fase. No entanto, é uma prática desafiadora para o educador avaliar os alunos em salas com um quantitativo elevado de crianças.

Vale frisar que, devido a superlotação, os professores dificilmente conseguem colocar em ação as atividades que foram elaboradas e planejadas para serem aplicadas em sala de aula. Isso acaba dificultando os alunos a vivenciarem experiências idealizadas pelo professor, o que pode causar frustrações pelo fato de o aluno não aproveitar o conteúdo da forma que o professor gostaria.

Conforme a lei 14.254 de 30 de novembro de 2021, no artigo 5º, destaca a atribuição dos sistemas de ensino garantir aos professores da educação básica acesso à informação, inclusive no que refere-se aos encaminhamentos para atendimento multisetorial e responsabilidade de capacitá-los por meio de formação continuada para a identificação de sinais precoces em relação aos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH, assim como fornecer atendimento educacional escolar aos educandos (Brasil, 2021).

Além disso, é válido ressaltar que, a avaliação na educação infantil em salas superlotadas evidenciam o quanto a ausência de atenção individualizada necessária ocasiona danos ao desenvolvimento do aluno, nessa circunstância, também prejudica que professor possa fazer a identificação precoce de transtornos de aprendizagem levando em consideração as

dificuldades enfrentadas pelo aluno, que em alguns casos passam-se despercebidos.

É notório, a diferença do professor ao avaliar as crianças da educação infantil, existem crianças com conhecimentos avançados e que possuem facilidade para desenvolver suas habilidades, geralmente são aquelas que o educador auxilia primeiro durante as atividades pedagógicas. No entanto, por conta de um número significativo de alunos, oferecer atenção individualizada a cada criança, transforma-se em uma tarefa desgastante para o professor. Conseqüentemente, o aproveitamento dos alunos não ocorre da mesma forma, essa desigualdade pode explicar um dos motivos de alguns alunos regredirem no processo de aprendizagem, aquelas crianças que acabam recebendo menos atenção, são as que se desenvolve lentamente por conta das dificuldades enfrentadas.

Para Miléo (2023) a superlotação prejudica tanto o desenvolvimento das crianças, assim como, compromete o domínio do professor na sala de aula, o elevado número de alunos dificulta a interação individualizada entre educador e o educando, interferindo na qualidade da educação ofertada nas instituições de ensino da educação infantil. Os alunos ao ficarem em uma sala superlotada, não conseguem se concentrar de forma eficiente, o desempenho escolar do aluno tende a não ser tão satisfatório por não estarem sendo acompanhados adequadamente, os professores por sua vez, não pode contar com espaços apropriados para a realização de atividades educacionais.

Os desafios enfrentados por professores, ao avaliar alunos em salas de aula com um expressivo número de alunos, se dão em relação as escolas não contarem com uma expansão na infraestrutura física da escola, para que possa atender todo esse público da educação infantil, o número de salas é insuficiente, os recursos provenientes para a instituição são limitados, a falta de um ambiente educativo favorável dificulta a realização de atividades lúdicas fundamentais para estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e social das crianças.

Vale ressaltar que, os professores estão mais suscetíveis e propensos desenvolverem problemas psicológicas e emocionais ao trabalharem em salas de aulas superlotadas. Na educação infantil esses profissionais lidam diariamente com a pressão psicológica para atender as necessidades de cada aluno, além do mais, o professor encontra-se sobrecarregados por não colocar em prática as expectativas idealizadas da forma que gostaria para fornecer um aula mais proveitosa ao aluno, a ausência de recursos e espaços reduzidos causados pela superlotação de alunos tendem não só prejudicar o seu domínio e desempenho sala de aula, mais também provocam danos até irreversíveis a saúde mental desses profissionais causadas pelo estresse de ambiente superlotados.

Convém destacar, outro desafio enfrentados pelo educadores nas salas de aulas com uma imensa quantidade de alunos, é a alta de auxiliares de classe, que agrava esse cenário da superlotação de alunos nas salas de aulas. Os auxiliares de classe visa a ajudar esses profissionais em seu dia a dia, principalmente ao acompanhar o aluno em suas ações

pedagógicas para que assim o processo de avaliação de cada aluno, venha ocorrer de forma mais eficiente e equilibrada para que não comprometa a aprendizagem e o desenvolvimento da criança na educação infantil, principalmente se o aluno apresentar histórico ou indícios de retrocesso .

Tendo em vista, que o professor dentro da sala de aula encontra-se diante de muitas situações que os desafia: salas numerosas, alunos com diferentes níveis de aprendizagem, a estrutura da escola muitas vezes é desmotivadora, as diversidades culturais, as condições sociais diversas, indisciplina, e também fatores externos como a desvalorização profissional da educação (Araújo; Oliveira; Costa, s.d.).

Diante do que foi mencionado, podemos refletir sobre a desmotivação que muitos professores sentem ao notar que seu esforço não está sendo recompensado, e que cada vez mais está sendo limitado por uma problemática que afeta a anos a qualidade da educação básica nas redes de ensino. A superlotação em sala de aula, principalmente no que tange a educação infantil já se estende a muito tempo e que essa situação não recebe a atenção que deveria para que sejam sanadas essas questões, o que percebe-se é que esse assunto passa-se despercebido aos olhos de quem não vive a realidade que esses profissionais enfrentam na sala de aula diariamente, a temática que as salas de aulas superlotadas e o quanto ela refletem no processo de avaliar o aluno, quase não são debatidas.

O esgotamento de educadores da educação infantil, exemplifica que o excesso de crianças na educação infantil, acarreta em uma série de problemas e transtornos ao educando e ao professor na qual fica com seu psicológico emocional afetados por questões de pressão por resultados de progresso significativo dos educandos, sendo que é praticamente impossível alcançar resultados positivos em relação ao aprendizagem a maioria de alunos em turmas superlotadas.

Além do mais, os desafios enfrentados pelos professores ao dar aulas em uma sala com um número índice de alunos é a realidade de diversas instituições de ensino que busca atender as crianças da comunidade local na qual está situada um número crescente de alunos, a defasagem de um ensino com condições adequadas para dedicar-se a esse determinado público.

2.2. IMPACTOS NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS EM SALAS SUPERLOTADAS

Compreende-se que as crianças têm total direito a vagas em instituições de ensino próximas às suas casas, independentemente da quantidade de escolas disponíveis nessas localidades. Mesmo diante do desafio da superlotação nas salas de aula, é imprescindível que se faça valer a garantia e o cumprimento desse direito, assegurando que toda criança possa frequentar a educação infantil. As legislações vigentes na sociedade reconhecem e amparam a educação como um princípio de direito indispensável para o desenvolvimento

integral do aluno e para a construção de uma democracia equitativa.

A educação infantil exerce um compromisso fundamental e de grande relevância para a formação de bases cognitivas, emocionais e sociais das crianças. Restringir ou dificultar o acesso a ela compromete não apenas o futuro das crianças, mas também a habilidade de formar indivíduos aptos a enfrentar os desafios da vida adulta.

Silva (2020) destaca que os espaços nas escolas destinados ao atendimento de alunos da educação infantil devem propiciar condições favoráveis para que os alunos possam usufruí-los em benefício de seu desenvolvimento e aprendizagem. Ou seja, a escola deve ser um ambiente agradável, com condições adequadas, principalmente no que diz respeito à sua infraestrutura, de forma a atender a uma demanda considerável de alunos. Isso possibilita um melhor aproveitamento e promove uma educação de qualidade para os educandos, sendo satisfatória para ambos os que estejam envolvidos no processo educacional.

A avaliação educacional tem um sentido por si bem complexo, pois são inúmeros fatores que caracterizam a mesma, sendo voltada a trabalhar o processo de ensino aprendizagem tanto de forma qualitativa quanto quantitativa. A prática de avaliar pedagogicamente ainda tem um modelo muito tradicional, comumente sendo usada como uma forma de comparação ou classificação.

Vale ressaltar que, os impactos na aprendizagem de alunos em salas superlotadas prejudicam o educando, uma vez que, ao

interagir com um número significativo de colegas, a criança encontra dificuldades para concentrar-se nas atividades pedagógicas. Independentemente de serem atividades práticas e que envolvem a ludicidade, a grande quantidade de alunos torna essas atividades longas e cansativas para o aluno, que perde o foco durante a execução dessas ações realizadas pelo professor, compromete ainda mais o desenvolvimento das habilidades e competências essenciais dessa etapa de ensino.

Como consequência, essas dificuldades refletem no desempenho do aluno nas avaliações realizadas pelo professor, visto que é inviável avaliar de forma mais ampla e precisa a aprendizagem do aluno em salas com superlotação na educação infantil. A falta de condições adequadas de espaço e a sobrecarga dos alunos dificultam o ajuste pedagógico e a identificação das necessidades individuais, o que impede a efetividade do processo educativo e o pleno desenvolvimento das crianças.

Nessa conjuntura, os impactos sofridos pelos alunos não se limitam apenas ao âmbito educacional, mais também afetam suas relações sociais e vivências do próprio cotidiano de vida. A superlotação nas salas de aulas podem impedir que o aluno se envolva plenamente no aprimoramento de seus conhecimentos. As dificuldades decorrentes desse cenário dificultam a identificação de transtornos de aprendizagem que o aluno possa apresentar. O professor, ao avaliar os educandos, pode identificar de forma precoce dificuldades relacionadas a esses transtornos, e posteriormente tende a implementar

metodologias adequadas às necessidades de cada aluno. Esse acompanhamento individualizado permite.

Para Mendes e Pereira (2021) , o desempenho geral em turmas grandes tende a ser abaixo do esperado, inúmeros fatores impactam negativamente na qualidade de ensino ofertado aos estudantes o que pode comprometer principalmente a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. Ao trazer essas informações para o contexto da educação infantil, explica-se de certa forma, a lentidão que os estudantes tendem a desenvolver suas habilidades e competências apropriadas para a faixa etária em que estão inseridos, salas superlotadas faz com que os alunos se distraem facilmente, por mais que um professor busque alternativas que inove as novas práticas metodológicas, o aproveitamento dessas aulas é comprometido por conta da superlotação.

Os impactos causados no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes são mais nítidos e perceptíveis do que se pode imaginar. Em uma sala de aula superlotada, os alunos enfrentam desafios significativos para manter a concentração, comprometendo sua capacidade de absorver os conteúdos de forma eficaz. A falta de acompanhamento personalizado torna ainda mais difícil atender às necessidades individuais, especialmente em um ambiente onde o ritmo de aprendizado pode variar amplamente entre as crianças.

Essa situação se agrava nas salas de educação infantil, onde a ausência de auxiliares de classe compromete ainda mais o processo pedagógico. Esses profissionais são essenciais para garantir o suporte necessário tanto aos professores quanto aos

alunos. Sem essa ajuda, os pequenos podem enfrentar maiores dificuldades para desenvolver competências básicas, como habilidades motoras, sociais e cognitivas, fundamentais para o progresso do educando.

Além disso, a sobrecarga do professor prejudica não apenas a qualidade do ensino, mas também a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem ou comportamentais, que são cruciais para intervenções adequadas. Nesse cenário, o tempo destinado a cada aluno é reduzido, limitando o potencial de cada um e ampliando as desigualdades no acesso a uma educação de qualidade. Consequentemente, a demora no desenvolvimento dessas competências impacta diretamente a autoestima e a motivação dos estudantes, podendo gerar lacunas que os acompanharão ao longo de sua trajetória escolar.

No período de adaptação dos alunos da educação infantil, a problemática da superlotação e da falta de auxiliares de classe torna-se ainda mais difícil de ser enfrentada. Essa fase é marcada por desafios específicos, como a inserção das crianças em um novo ambiente, a construção de vínculos afetivos e o desenvolvimento de uma rotina escolar. Em turmas com excesso de alunos, o professor, muitas vezes sozinho, precisa lidar com demandas emocionais e comportamentais intensas, como a insegurança, o choro frequente e a dificuldade de socialização, o que exige atenção constante e personalizada.

Sem o suporte de um auxiliar, essas tarefas se tornam ainda mais exaustivas e complexas. Enquanto algumas crianças conseguem adaptar-se mais rapidamente, outras demandam maior dedicação e paciência, o que, em um cenário de

superlotação, se torna quase inviável. Essa dificuldade impacta não apenas o acolhimento das crianças, mas também o início do processo de ensino- aprendizagem, que pode ser comprometido pela falta de um ambiente calmo e organizado.

A presença do auxiliar em sala de aula é fundamental para assegurar que as demandas dos alunos sejam atendidas de maneira eficiente e organizada. Enquanto o pedagogo se dedica a momentos de cuidado corporal ou assistência mais específica a algum estudante, o auxiliar pode direcionar sua atenção às demais crianças, garantindo que elas se sintam acolhidas e acompanhadas em suas necessidades imediatas. Esse suporte permite que o professor mantenha o foco em ações pedagógicas estratégicas, sem comprometer a dinâmica da turma como um todo (Sousa, 2025).

A presença de um auxiliar de classe, também favorece a inclusão, possibilitando uma atenção mais individualizada às crianças que apresentam dificuldades de socialização, desafios cognitivos ou qualquer outra necessidade especial. Com mais de um adulto na sala, há uma ampliação significativa no acompanhamento e na qualidade das intervenções pedagógicas, potencializando o desenvolvimento de todos os alunos. Assim, a colaboração entre o professor e o auxiliar não apenas alivia a sobrecarga docente, mas também fortalece a experiência educacional, garantindo que cada criança tenha acesso às condições ideais para crescer e aprender.

Cobrar do professor é justo desde que ele tenha estruturas suficientes para fazer trabalhos de

qualidade, como acompanhamento e participação dos profissionais das escolas e da família, recursos, ambiente favorável, capacitações continuadas, o próprio professor ser mais pesquisador e compreender mais sobre as práticas pedagógicas. (Sousa, p. 114, 2025).

A ausência de uma infraestrutura adequada, a falta de recursos e de espaços apropriados para a realização de metodologias pedagógicas eficazes são desafios constantes na educação infantil. Essa perspectiva torna-se ainda mais crítico com a superlotação das salas de aula e a carência de auxiliares de classe, o que compromete não apenas o desenvolvimento dos alunos, mas também a saúde e o bem-estar dos educadores.

Os professores, frequentemente encontram-se sobrecarregados, enfrentam uma pressão intensa para manter o equilíbrio entre as demandas pedagógicas e a gestão de turmas grandes da educação infantil. A falta de apoio prático e estrutural limita as possibilidades de criar ambientes de aprendizado dinâmicos e acolhedores, dificultando o atendimento às necessidades individuais das crianças. Isso resulta em um acúmulo de tarefas e responsabilidades que vão além do ensino, aumentando os níveis de estresse e desgaste profissional.

As consequências dessa sobrecarga afetam principalmente a saúde psicológica dos educadores. A pressão constante para atender às expectativas de um sistema educacional em crise, aliado à necessidade de lidar com turmas lotadas e diversificadas, pode gerar ansiedade, exaustão emocional e até

o esgotamento profissional, que inclusive é conhecida como síndrome de burnout. Docentes cansados emocionalmente encontram muitos desafios em desenvolver suas práticas de forma criativa e eficaz (Santilla na Educação, 2024).

O desgaste emocional dos professores pode afetar diretamente a qualidade do ensino e a relação com os alunos. Quando os educadores estão sobrecarregados, seja pela pressão de grandes turmas ou pela falta de apoio, torna-se difícil manter uma abordagem criativa e motivadora. O resultado é um ambiente de sala de aula estagnado, onde a aprendizagem não se dá de forma fluida e o entusiasmo dos alunos diminui. Esse ciclo de desmotivação não só compromete o bem-estar dos professores, mas também impacta o desenvolvimento dos estudantes, que podem perceber a escola como um lugar desinteressante e sem estímulo para o aprendizado, prejudicando seu engajamento e crescimento (Santillana na Educação, 2024).

De igual forma, tanto educadores quanto educandos enfrentam diariamente desafios significativos para o processo de ensino e aprendizagem. A superlotação das salas de aula, especialmente na educação infantil, surge como um obstáculo primordial, dificultando a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento integral das crianças. Em salas superlotadas, a atenção individualizada, tão necessária para o aprendizado eficaz, torna-se praticamente impossível. Além disso, a falta de espaço e recursos adequados agrava a situação, dificultando a implementação de estratégias pedagógicas

diversificadas e a realização de atividades que favoreçam a criatividade e o engajamento dos alunos (Sousa. 2025).

Os impactos dessa problemática não se limitam apenas ao ambiente físico da sala de aula, mas repercutem diretamente no sucesso escolar dos alunos. O excesso de alunos por turma gera uma sobrecarga no trabalho dos professores, que se veem forçados a adotar métodos mais tradicionais e repetitivos, em detrimento de práticas mais dinâmicas e inclusivas. Esse cenário contribui para a redução da qualidade do ensino, afetando a motivação dos estudantes e prejudicando seu desenvolvimento acadêmico e emocional. O reflexo disso é um ciclo de desinteresse e baixo rendimento escolar, que compromete não só o aprendizado das crianças, mas também sua visão sobre a educação, transformando a escola em um ambiente pouco atrativo e afastado das suas reais necessidades. De igual forma, educadores e educandos vivenciam rotineiramente adversidades para ensinar e aprender, a superlotação das salas na educação infantil viram verdadeiros obstáculos para garantir uma educação decente ao seu público.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ESTRATÉGIAS PARA AMENIZAR A SUPERLOTAÇÃO NAS SALAS DE AULA

Convém lembrar que, a superlotação nas salas de aula da educação infantil acarreta uma série de problemas, que afetam diretamente o desenvolvimento das crianças e a qualidade do ensino. Entre os impactos mais relevantes, podemos destacar:

consequências sociais que envolvem toda a comunidade e a população local, falta de recursos e infraestrutura adequada nas instituições de ensino da rede básica, além de ocasionar problemas no processo de desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Além disso, a sobrecarga dos professores compromete sua saúde física e mental, dificultando a realização de atividades pedagógicas eficientes e o acompanhamento adequado ao avaliar cada aluno.

É primordial que a problemática em questão seja sanada com urgência por meio de investimentos estruturais e ações governamentais, especialmente por parte do poder executivo municipal. A construção de novos prédios educacionais deve ser uma prioridade, especialmente em áreas com grande concentração de crianças matriculadas nas escolas. A ampliação do número de salas de aula e a melhoria das condições das instituições são medidas fundamentais para garantir um ensino gratuito e de qualidade, que atenda às necessidades de todos os alunos. No entanto, sabemos que a construção de novos prédios na rede de ensino é um processo demorado, que exige planejamento, investimentos financeiros e o cumprimento de uma série de etapas burocráticas, como a avaliação de profissionais especializados sobre as condições do terreno e a segurança da área. Portanto, a implementação dessas medidas deve ser acompanhada de um cronograma realista e de um compromisso com a qualidade do ensino.

Enquanto as obras de construção de novas escolas não se concretizam, é possível adotar estratégias temporárias para minimizar os efeitos da superlotação nas salas de aula. Uma

medida viável seria a contratação de auxiliares de classe, com o objetivo de aliviar a carga de trabalho dos professores, auxiliando nas atividades de avaliação e acompanhamento dos alunos. No entanto, é crucial que a contratação desses profissionais seja feita com critérios rigorosos, priorizando aqueles que possuem formação pedagógica ou especializações na área educacional. Isso porque, o papel desses auxiliares não é apenas dar apoio a criança nas atividades diárias, mas também contribuir para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Assim, é fundamental que esses profissionais recebam preparação técnica antes de adentrarem em sala de aula, para garantir que possam realmente trabalhar em conjunto com o professor, e garantir que o processo de avaliação do educando se desenvolva de forma eficiente.

De acordo com Jesus e Gracia Ferreira (2023), a presença dos auxiliares de classe pode influenciar na construção do “não lugar” profissional, ou seja, eles desempenham um papel importante ao fornecer apoio aos alunos, enquanto o professor regente continua sendo o responsável pela intervenção pedagógica e pela elaboração dos relatórios sobre o processo de aprendizagem e avaliação. Dessa forma, é possível criar um ambiente de trabalho mais equilibrado e eficiente, proporcionando uma experiência educacional mais rica e eficaz para os alunos da educação infantil.

Uma alternativa bem viável nesse caso, para minimizar os impactos da superlotação nas salas de aulas da educação infantil, é adaptação de materiais para atividades didáticas com a participação ativa dos educandos. Desta forma essa atividade

não apenas instiga a criança a explorar sua criatividade, mas também mantém os alunos interessados na aula elaborada de uma maneira bem descontraída e dinâmica. Uma possibilidade bem interessante é a utilização de materiais recicláveis principalmente aqueles que a criança conhece e que esteja próximo à realidade do aluno, como por exemplo : caixas de papelão, garrafas pets, rolos de papel higiênico, tampinhas entre outros materiais que o educador junto com os educandos possam transformar em recursos pedagógicos.

O professor ao disponibilizar a oportunidade do aluno se envolver no processo de criação, vai despertar o interesse dos alunos e assim trabalhar as habilidades dos alunos, o professor ao utilizar esses recursos pode explorar os conteúdos de acordo com o planejamento na qual foi realizado, o educador pode trabalhar formas geométricas, números , cores, tamanho, a importância de cuidar do planeta de maneira sustentável através da reciclagem entre outras possibilidades que se pode trabalhar nas salas de aula com uma extensa quantidade de alunos.

Além disso, buscar-se alternativas estratégicas para aproveitar outros espaços da escola que sejam mais amplos e com maior capacidade para acomodar as crianças. Por exemplo, o pátio da escola ou áreas ao ar livre que podem ser utilizados para a realização de atividades práticas, lúdicas e dinâmicas, que promovam o bem-estar e o aprendizado das crianças . Esses ambientes disponibilizam de espaços mais estimulantes e agradável para os alunos, em que os discentes podem interagir

entre si com mais facilidade, a elaboração de atividades nesses espaços se tornam mais prazerosas e retém a atenção do aluno.

Um fator bem importante, para implementar esse tipo de estratégias é que permite os alunos a não ficarem entediados e confinados em ambientes superlotados, que no caso trata-se das salas de aulas da educação infantil. Para minimizar esses empecilhos que afetam o desenvolvimento integral da criança é importante, aderir a utilização de espaços alternativos para que os alunos possam interagir em um espaço estimulante de maneira natural e agradável. Essa intervenção metodológica também incentiva o uso de metodologias mais criativas, como jogos pedagógicos em equipes, exploração sensorial e atividades ao ar livre que enriquecem o desenvolvimento infantil em diversas áreas, como social, cognitiva e motora que contribui significativamente ao professor avaliar o aluno.

A contação de histórias propõe trabalhar as emoções da criança, assim como é uma atividade lúdica de aprendizagem que informa e educa. Essa prática além de promover o desenvolvimento da oralidade desde cedo, também permite abordar contextos da própria sociedade. Por meio de uma entonação de voz adequada só realizar a contação de histórias para os alunos em salas de aula, o professor pode estimular o interesse dos alunos de forma harmônica, facilitando a aquisição de novos conhecimentos e a descoberta de habilidades.

Em virtude do que já foi mencionado, é primordial reforçar a importância do aprimoramento e da capacitação profissional para os educadores que, diariamente, lidam com os desafios

impostos pelas salas de aula superlotadas. Investir no desenvolvimento contínuo desses profissionais não apenas os capacita com novos conhecimentos, mas também oferece ferramentas para que possam se reinventar na prática pedagógica. A busca por novas estratégias de ensino e abordagens inovadoras é essencial para garantir um ensino mais proveitoso e eficaz, mesmo em ambientes desafiadores. Além disso, a capacitação proporciona aos educadores a oportunidade de refletirem sobre suas práticas e se prepararem para lidar de maneira mais eficiente com as adversidades da superlotação, promovendo um ambiente de aprendizagem mais equilibrado e inclusivo para todos os alunos.

Diante deste cenário que assola as instituições de ensino com superlotação de alunos sem as devidas acomodações, é necessário um olhar mais humano e acolhedor aos professores, que, em sua grande maioria, encontram-se com seu emocional comprometido, desmotivados e cansados da rotina exaustiva de salas numerosas. Um suporte psicológico nas escolas para esses profissionais é fundamental. O apoio à saúde mental dos educadores é essencial para minimizar os efeitos da sobrecarga causada pela superlotação nas salas de educação infantil. Isso pode ser alcançado por meio de programas de apoio psicológico, que ofereçam sessões de escuta ativa e orientação a estes profissionais, além de criar espaços seguros para que os professores compartilhem suas experiências e desafios. Atividades que promovem o relaxamento também podem ser implementadas para reduzir o estresse e promover o bem-estar dos profissionais, auxiliando-os a lidar melhor com as

demandas diárias e garantindo um ambiente de trabalho mais saudável e propício para trabalhar-se em prol de uma boa qualidade de ensino

A superlotação nas salas de aulas da educação infantil é uma difícil e desafiadora realidade para profissionais que atuam na área da educação, que se veem sobrecarregados e com a capacidade de recursos limitadas para atender a todos os alunos de forma adequada. Assim como, essa problemática também afeta diretamente os educandos, que enfrentam dificuldades para os educandos que também sofrem com os impactos de espaços limitados. Essa situação aflige muitas instituições da rede básica de ensino, que frequentemente não têm infraestrutura ou número suficiente de profissionais para lidar com a quantidade excessiva de estudantes. Nesse contexto, é urgente a implementação de estratégias eficazes que viabilizem melhorias no enfrentamento dessas adversidades, promovendo uma educação mais inclusiva e de qualidade para os alunos da educação infantil.

Segundo Brasil (1988), deve-se garantir o direito à educação para todos, assegurando que cada criança tenha acesso a um ensino de qualidade, com condições adequadas para o seu desenvolvimento pleno e individualizado. Nesse contexto, as instituições da rede básica de ensino enfrentam diversas adversidades, sendo essencial a implementação de estratégias que promovam melhorias para superar essas dificuldades e garantir o direito à educação de qualidade aos educandos.

Estratégias eficazes, quando colocadas em prática de maneira segura e apropriada, atendem de forma significativa às necessidades da população, especialmente àquelas pessoas que dependem da garantia de seus direitos, conforme estabelecido pela legislação vigente no país. No contexto da educação, a implementação de tais estratégias é essencial para assegurar que os direitos educacionais de todos sejam respeitados, proporcionando um ambiente que favoreça o desenvolvimento pleno de cada indivíduo. Dessa forma, todos os envolvidos no processo educacional tanto os alunos, quanto os profissionais da educação se beneficiam diretamente de abordagens que busquem minimizar os impactos da superlotação nas salas de aula. Essas iniciativas são fundamentais para garantir que a qualidade do ensino não seja comprometida e que as condições adequadas para aprendizado sejam asseguradas, promovendo, assim, um sistema educacional mais justo e inclusivo para todos.

Erradicar a superlotação nas salas de aula é um objetivo ainda distante, mas minimizar os impactos dessa problemática, que afeta tanto os educadores quanto os alunos, é um passo decisivo para a melhoria da qualidade educacional. Embora a solução definitiva envolva uma série de mudanças estruturais e investimentos em infraestrutura, a adoção de medidas que atenuem os efeitos da superlotação já representa um avanço significativo. Isso inclui a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas, o aumento do número de profissionais por turma e a criação de ambientes de aprendizado mais adequados. Ao focar na redução dos danos causados pela

superlotação, estamos investindo no fortalecimento de um sistema educacional mais eficiente, inclusivo e capaz de atender de forma mais eficaz às necessidades de todos os estudantes.

Dessa maneira, consegue-se promover um ambiente mais saudável e propício ao desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos, o que, por sua vez, contribui para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa para o bem de todos. Estruturar e aplicar metodologias estratégicas para lidar com o desafio de salas superlotadas é de extrema importância tanto para a sociedade quanto para o setor educacional. Essas estratégias podem auxiliar na promoção de um ensino mais eficiente e inclusivo, garantindo que todos os alunos recebam a atenção necessária, mesmo em um contexto de elevada demanda nas instituições de ensino.

Essas medidas, são eficientes para fortalecer o aprimoramento na forma dos professores avaliarem os educandos na educação infantil, favorecendo que os alunos desenvolvam suas habilidades e competências de acordo com seu ritmo de aprendizagem e com a qualidade de ensino ofertada a estes estudantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e considerando a temática discutida ao longo deste artigo, evidenciou-se, de maneira ampla e objetiva, as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação infantil no processo avaliativo dos educandos nas instituições

da rede básica de ensino, especialmente em contextos marcados por turmas superlotadas. A elevada quantidade de alunos por sala compromete significativamente a qualidade do ensino ofertado, uma vez que dificulta a atenção individualizada e precisa que cada estudante necessita, gerando obstáculos concretos à efetividade do processo de avaliação da aprendizagem.

Adicionalmente, destaca-se que os docentes também são diretamente impactados por esse cenário, visto que enfrentam limitações para aplicar metodologias e atividades pedagógicas de forma eficaz. A superlotação impede o pleno aproveitamento das propostas didáticas pelos alunos, o que acarreta frustração e insatisfação profissional, culminando em quadros de estresse e comprometimento da saúde física e psicológica dos educadores. Tais condições desfavoráveis interferem diretamente no desempenho docente e, conseqüentemente, na aprendizagem dos educandos.

Nesse sentido, o presente estudo propôs estratégias que visam mitigar os impactos provocados pela superlotação nas salas de aula da educação infantil, com foco na flexibilização e melhoria dos métodos avaliativos, bem como na oferta de condições estruturais adequadas para a realização de intervenções pedagógicas eficazes. Essas ações buscam não apenas atender às necessidades dos alunos, mas também proporcionar um ambiente de trabalho digno e favorável aos profissionais da educação.

É imperativo, portanto, identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de

avaliação em contextos superlotados, bem como compreender as causas estruturais que originam tal problemática. A implementação de estratégias e metodologias que visem a redução desses impactos torna-se essencial, tendo em vista os prejuízos causados a alunos, professores, equipe pedagógica e à comunidade escolar como um todo. É necessário, ainda, adotar uma perspectiva mais humanizada frente às questões educacionais, reconhecendo o direito à educação de qualidade como um compromisso coletivo.

Por fim, destaca-se a necessidade urgente de revisão das políticas públicas voltadas à educação infantil, com vistas à definição de um número adequado de alunos por turma, à valorização das condições de trabalho dos professores e à promoção de um ambiente escolar mais propício ao desenvolvimento integral dos educandos. Apenas por meio de ações estruturais e comprometidas com a equidade será possível superar os desafios impostos pela superlotação e garantir uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Diário Oficial da União. Ano 1990, Disponível em: <https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, **LEI Nº 14.254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021, ART.5º**. 2021.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIANA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Eventos Pedagógicos**, [S.l.], v. 8, n.2, p. 935–950, 2017. DOI: 10.30681/rep.v8i2.10009. Disponível em: [HTTPS://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10009](https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10009) , Acesso em:15dez. 2024.

MENDES, Dhara Santos; PEREIRA, Vanessa Alves. Metodologias Ativas em salas de aulasuperlotadaseasfragilidadesdaeducaçãobásica. **Revista Conexão Com Ciência**, n.3, v.1 , e5376, 2021.

SILVA, Renata Marques de Almeida. Superlotação em sala de aula. **Revista mais educação**[recursoeletrônico]/[Editorachefe]FabíolaLarissaTavares – Vol.3,n.8(Out. 2020) -. São Caetano do Sul: Editora Centro Educacional Sem Fronteiras, 2020.

MILÉO, Irlanda do Socorro de Oliveira, **O problema da superlotação e suas implicações na aprendizagens das crianças da educação infantil em município de porto Moz-PA**, RBEC Tocantinópolis/Brasil v. 8 e15765 10.20873/uft.rbec.e15765 2023 ISSN: 2525-4863

SILVA, Tânia Zanatta, **Avaliação na Educação infantil: Um breve olhar na avaliação da aprendizagem**, Revista Thema, v.9 n.2 (2012), Pelotas/RS, Brasil. ISSN Eletrônico 2177-2894.

SOUSA, Anderson do Vale. **Anarquismo pedagógico: um olhar voltado para as práticas pedagógicas**. João Pessoa, PB: Editora Oiticica, 2025.

TAVARES, Sabrina Cardoso. Estudos sobre a discalculia e instrumentos de avaliação psicopedagógica. **Revista Psicopedagogia** – versão impressa ISSN0103-8486 Ver. Psicopedag. Vol.39no.118São Paulojan./abr.2022.

JESUS, Lívia Karen Figueiredo de; GRACIA FERREIRA, Lucia. Qual a origem dosaberdo auxiliar de classe? Estudo sobre o não lugar

profissional, **Dialnet**, ISSN-e 2177-6059, ISSN 0104-4311, bom.48, n° 1.2023.

SANTILLA NA EDUCAÇÃO. **Saúde mental dos professores e os seus impactos na educação**. 26 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.santillanaeducacao.com.br/blog/saude-mental-escola/>. Acesso em: 14.jan.2025.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Anatália Abreu Mouzinho ⁴

Anderson do Vale Sousa ⁵

I. INTRODUÇÃO

Muito se discute acerca dos processos avaliativos na disciplina de Matemática no contexto escolar, sendo realizados diversos estudos com o intuito de compreender suas fragilidades e limitações no âmbito educacional. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo central analisar a avaliação em Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa crucial para a consolidação das bases do raciocínio lógico-matemático.

A avaliação da aprendizagem em Matemática, historicamente, tem se associado a práticas tradicionais, centradas na memorização de fórmulas e na obtenção de

⁴Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF.

⁵Pedagogia pela FAEPI; Especialista em Educação Global pela UNIFUTURO; Mestre em Educação pela FCU (Reconhecido pela UNAMA); Doutorando em Educação pela FCU.

resultados corretos, em detrimento da compreensão dos processos de construção do conhecimento. Nesse modelo, o professor assume o papel de transmissor do saber, enquanto o aluno é colocado em uma posição passiva, reduzido à condição de receptor de informações. Essa abordagem, marcada por práticas mecânicas e repetitivas, desconsidera as potencialidades do ensino significativo e do desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo.

Além de ser considerada complexa, a avaliação em matemática, tem sido uma grande dor de “cabeça” tanto para os que ensinam (Professores) quanto aos que aprendem (Alunos). Os professores enfrentam imensas dificuldades na avaliação da matemática, e essa dificuldade está associada a falta de formação continuada, que pode ter ligação direta com formação limitada, que conseqüentemente afeta no desenvolvimento do aluno, alunos esses, que passam para novas séries educacionais sem adquirir os conhecimentos básicos essenciais da anterior, quem ensina precisa saber o que ensinar, e como ensinar.

Diante disso, a pesquisa visa compreender o processo da avaliação em matemática nas séries iniciais. No primeiro momento, a pesquisa tratou de investigar os métodos abordados pelos educadores, até que ponto esses métodos interferem no ensino-aprendizado. No segundo momento, a relação de métodos ligados ao desinteresse do aluno com relação à matemática. Em virtude disso, surge a preocupação e necessidade de desenvolver novos métodos de avaliação em matemática, visando torná-la, mas atrativas aos alunos, estimulando assim o seu interesse e aprendizado.

Diante das evidências observadas no contexto educacional, delinea-se a seguinte problemática: os métodos de avaliação em Matemática adotados pelos professores nos anos iniciais do Ensino Fundamental estão diretamente relacionados à sua formação acadêmica pgressa, influenciando significativamente o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, questiona-se: até que ponto essas metodologias avaliativas são eficazes na mensuração da aprendizagem matemática dos alunos nas séries iniciais?

A partir dessa perspectiva, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar os fatores que envolvem os processos de avaliação em Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase nas metodologias educacionais e na sua relação com o desenvolvimento da aprendizagem discente.

Como objetivos específicos, propõe-se: investigar a influência da formação docente sobre os métodos de avaliação em Matemática empregados nos anos iniciais do Ensino Fundamental; examinar a eficácia das estratégias avaliativas adotadas, considerando sua capacidade de aferir de forma precisa e significativa o progresso da aprendizagem matemática dos alunos; identificar e propor práticas pedagógicas e estratégias inovadoras que contribuam para o aprimoramento dos processos avaliativos, de modo a favorecer um ensino-aprendizagem mais eficaz, inclusivo e significativo nas séries iniciais.

A realização desta pesquisa é justificada pela necessidade urgente de repensar as práticas avaliativas em matemática, com o intuito de criar um ambiente educacional que propicie o

desenvolvimento integral dos alunos e que suas potencialidades possam ser descobertas, valorizadas e trabalhadas, podendo ainda oferecer condições adequadas para seu crescimento acadêmico, pessoal e crítico.

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada em materiais disponíveis em fontes digitais e físicas, tais como artigos científicos, livros especializados, revistas acadêmicas e documentos oficiais. Esses materiais apresentam conteúdo pertinente e suficiente para sustentar a discussão acerca da avaliação da aprendizagem em Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O procedimento metodológico baseia-se no levantamento e análise de produções científicas já publicadas, com o intuito de compreender diferentes abordagens teóricas sobre a temática em questão. Segundo Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica consiste na busca, seleção e interpretação de documentos já publicados, proporcionando embasamento teórico e aprofundamento crítico do tema investigado.

No que se refere à abordagem metodológica, este trabalho adota o método dedutivo, partindo de fundamentos teóricos amplos para a análise de aspectos específicos da realidade educacional. Complementarmente, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa, uma vez que se propõe a analisar e interpretar os dados de forma subjetiva e contextualizada, considerando os significados e implicações pedagógicas das práticas avaliativas em Matemática.

Quanto à finalidade, trata-se de uma pesquisa básica, pois visa contribuir para o aprofundamento do conhecimento teórico, sem a intenção imediata de aplicação prática direta. Em relação aos objetivos, a investigação assume um caráter exploratório, por buscar compreender e mapear os principais elementos que envolvem os métodos de avaliação na disciplina de Matemática, especialmente nas séries iniciais, a partir da análise crítica de produções acadêmicas previamente consolidadas.

2. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA MATEMÁTICA

Quando se fala em avaliação matemática nas séries iniciais, a primeira coisa que se imagina é a utilização de provas, cálculos, aulas expositivas, onde a principal função do professor é aprovar ou reprovar o aluno, e realmente é assim, os professores apresentam uma delimitação de abordagens metodológicas, o método de ensino convencional constante, um conteúdo restrito a números, símbolos e equações, que modificam o olhar do aluno sobre a matéria, interpretando-a como chata, repetitiva e desgastante.

A aplicação de testes ou provas para mensurar o conhecimento dos alunos, o professor passa a reprimir os estudantes, porque seu desejo é que todos possam ser capazes de mostrar seu aprendizado de modo que ele ou a gestão julga correto o que torna a avaliação processo autoritário quando na verdade deveria ser um

processo democrático em que todos fossem capazes de ser avaliados de acordo com as suas capacidades (Silvério, 2024, p. 10).

Da mesma forma, os métodos tradicionais utilizados pelos professores, não só têm baixas de desempenho, como também, cria um problema de aprendizagem (desinteresse), como também faz com que os alunos criem aversão à matemática. Segundo Silveira (2024, p. 10) “o ato de avaliar, vai muito além das provas e da sala de aula, é uma ferramenta essencial para analisar o andamento do processo” no que tange ao desinteresse, conclui-se que quando os alunos são constantemente submetidos a avaliações de memorização, sem uma conexão significativa torna a aprendizagem algo mecânico e assim, o aluno vai perdendo o interesse, é nesse sentido que o professor de matemática deve buscar melhorias, para que seus alunos consigam uma aprendizagem significativa.

As séries iniciais é o momento em que os alunos estão desenvolvendo seu conhecimento em cálculo, Alfabetização, para servir de base a esses alunos, os professores devem implementar seu modelo de ensino, propiciar ao aluno de ter seu cotidiano como exemplo, desenvolver diálogo, recursos metodológicos para atrair a atenção do aluno, implementar ou deixar os “velhos” métodos de ensino, é aderir métodos a qual, o aluno seja protagonista da aprendizagem.

A matemática passa a representar um julgamento simbólico pela qual os estudantes compreendem o mundo e cabe aos professores

dos anos iniciais do ensino fundamental buscar estratégias didáticas que partam do mundo em que o aluno vive para que ele possa gradativamente atingir as construções abstratas (Silveira, 2024 p, 11).

Os professores devem ampliar seus horizontes em relação a avaliação da matemática, os métodos tradicionais já não se encaixam nos padrões atuais, é preciso modificá-los e associá-los ao cotidiano dos alunos, criar curiosidades e expectativas nos alunos. O processo de avaliação da matemática não é exclusivo do ensino tradicional, mesmo que a história dite isso, existe diversos meios de avaliar a aprendizagem em matemática, um deles é a utilização do lúdico, utilizar de recursos didáticos, jogos e brincadeiras para ensinar e avaliar. Essas metodologias ativas tornam a disciplina mais prazerosa e contribuem no processo de ensino-aprendizado dos alunos.

Na concepção de (Carneiro, Sousa e Bertine 2018, p. 18) “O professor tem um papel muito importante na avaliação de matemática, ele é responsável por motivar os alunos, organizar o ambiente a qual as tarefas serão propostas e como serão propostas”. Aqui é destacado a importância do papel do professor no processo de avaliação de matemática, pontuando várias responsabilidades que o professor assume, entre elas está a motivação dos alunos, ponto esse de fundamental importância, a organização do ambiente, este por sua vez, precisa ser bem estruturado e acolhedor a proposição e estruturação de tarefas é também outro fator essencial, e nesse rol entra também a avaliação formativa do aluno.

A demais, os anos iniciais exigem maior atenção, é o momento em que os alunos estão desenvolvendo raciocínio lógico, o simbolismo, operações e cálculos matemáticos, o professor tem o papel de promover o interesse do aluno, desafiados a resolver Problemas de formas interessantes, isso é crucial para desenvolver suas habilidades. Segundo Dantas (2016, p, 17) “A abordagem da matemática é imprescindível na formação social, intelectual, no desenvolvimento da autonomia e crítica do aluno, matemática sempre vai ser uma grande necessidade humana”.

A avaliação da matemática deve ser iniciada logo nas primeiras etapas dos anos iniciais, o principal objetivo da matemática não está relacionado apenas a cálculo, adição, subtração e outras habilidades, os métodos devem abordar o contexto da matemática como um todo, muito além do ensino convencional. Os alunos denominam a matemática como: “Não entendo” “Não gosto” “é difícil” esses pensamentos tem ligação com os métodos tradicionais utilizados em sala de aula, sendo uma matéria de alta complexidade, os educadores devem propor um ensino de qualidade, não só apresentando os conteúdos aos alunos, mais fazendo com que os mesmos aprendam.

Com base nesse raciocínio, surge a necessidade de aprimorar os métodos avaliativos. O ensino da matemática é uma tarefa difícil, nos anos iniciais é ainda mais difícil, o aluno está desenvolvendo seu relacionamento com essa temática, cabe ao professor da liberdade dos alunos expressar-se, conhecer, explorar e adquirir conhecimentos básicos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 RELAÇÃO DA METODOLOGIA COM DESINTERESSE DOS ALUNOS

Diante dessas informações, o segundo momento relaciona o desinteresse do aluno com os métodos avaliativos. Muitos alunos apresentam dificuldades, discalculia, analfabetismo matemático, e ingressam para outras séries, sem ter de adquirir os conhecimentos básicos da anterior. Nessa perspectiva, o professor notando a dificuldade dos alunos a disciplina, deveria implementar novos métodos de avaliação. Esse trabalho faz uma crítica ao ensino tradicionalista, que faz a matemática parecer um “bicho de sete cabeças”, o professor que não adquiriu experiência durante sua formação acadêmica, não compreende a necessidade do aluno.

Em consequência do desgosto manifestado e da suposta incapacidade para matemática tem se um professor que julgará os seus alunos a maioria incapazes de aprendê-la os poucos alunos que obtiverem êxito nesse difícil tarefa são considerados especialmente as inteligentes (Carvalho, 2009. p, 16)

De acordo com a fala do autor, o professor que tem dificuldades em avaliar o ensino-aprendizado de matemática, não admite que seu aluno apresente dificuldades em aprender aquilo que ele está ensinando, recaindo a culpa sobre o aluno, más, esse professor deveria questionar a si mesmo se o método que ele está usando, está sendo favorável ao aluno. “Será que o aluno está aprendendo,” “esse conteúdo e adequado a série em

que o aluno está inserido,” são questionamentos que seriam bases para o professor revisar sua avaliação.

Para aprender a agir com a educação da aprendizagem, é necessário colocar-se à frente desse desejo, tomando em nossas mãos, se dedicando todos os dias, agindo, refletindo sobre nossas ações fazendo diferente do que já foi, incompatibilidade com o efetivo significado de avaliar (Luckesi, 2013. P, 27).

Segundo o autor, é necessário deixar o comodismo, se propor a explorar, criticar e principalmente praticar, utilizar dos recursos avaliativos para motivar seus alunos, utilizar jogos, oferecer um estudo voltado não apenas nos resultados, mais também no processo em que esses resultados foram obtidos, avaliação somativa sozinha não deve ser levada em conta. Em razão disso, do uso excessivo dos métodos convencionais, existentes desde o século XX, faz com que os alunos percam o interesse por essa matéria.

Diante do exposto acima, é necessário reformular os métodos de abordagem da matemática nas salas de aula, visando o aprimoramento da disciplina no meio educacional, mudando a visão distorcida sobre sua eficácia. Sendo essa uma das matérias mais importantes da educação, deve se utilizar métodos mais “leves” para sua aplicação seja em qualquer série e principalmente nos anos iniciais.

Acerca do desinteresse dos alunos com a relação metodológica, Goulart, 2022 traz o seguinte:

A metodologia tradicional de ensino, muitas vezes centrada na transmissão de conhecimento de forma passiva, tem sido apontada como uma das principais causas do desinteresse dos alunos. A falta de interação e de atividades práticas pode levar os estudantes a se sentirem desmotivados e desconectados do processo de aprendizagem. (Goulart, 2022, p. 95).

Analisando a fala do autor, percebe-se uma crítica a metodologia tradicional de ensino e sua relação com o desinteresse dos alunos, tal crítica é assim exposta quando o professor se denomina detentor único do conhecimento e aprendizagem, olhando para o aluno como apenas como receptor passível, ou seja, incapaz de realizar ações significativas, repetindo o que foi dito pelo professor, esse é ponto que infelizmente acontece muito na metodologia tradicional. Quando o aluno não é motivado a desenvolver seu aprendizado ele se desmotiva e passa a ser um indivíduo reflexo do ensino mecanizado.

Ainda sobre a temática do desinteresse do aluno em relação a prática metodologia, Silva, (2024, p. 78) “a relação entre a metodologia de ensino e o desinteresse dos alunos é complexa e multifacetada. Métodos de ensino que não promovem a participação ativa dos alunos, desmotiva-os”. Nesse sentido, é importante que o professor repense seu método de ensino sempre os alunos apresentarem desmotivação na aprendizagem, em especial na matemática, visto que essa

disciplina é vista como difícil de entendimento por muitos, de modo que o é importante que o educador desmistifique esse pensamento.

Ao reconhecer a complexidade da relação entre a metodologia de ensino e o desinteresse dos alunos, os educadores podem buscar estratégias pedagógicas mais eficazes e inclusivas. Essa abordagem não apenas melhora o engajamento e a motivação dos alunos, mas também contribui para um aprendizado mais significativo e duradouro.

A introdução de práticas pedagógicas que envolvam os alunos de maneira ativa é essencial para manter o engajamento e a motivação, e falta destas pode levar o aluno ao desinteresse (Goulart, 2022, p. 102). Práticas pedagógicas são fundamentais para manter o engajamento e motivação dos alunos, e para isso, é importante que o professor utilize-se de práticas ativas, incluindo avaliação formativa. Enfim, a ausência desse tipo de ações são dispositivos que leva os alunos ao desinteresse.

Práticas ativas são mais do que necessárias no ensino de matemática, para Soprani, Mol e Espírito Santo (2025):

O uso de metodologias ativas, como a gamificação e a aprendizagem baseada em projetos, tem mostrado resultados promissores no ensino de matemática. Essas abordagens promovem maior engajamento e motivação dos alunos, além de desenvolverem habilidades críticas e de resolução de problemas. (Soprani, Mól & Espírito Santo, 2025, p. 55).

Mediante o exposto, percebe-se o destaque para os benefícios significativos das metodologias ativas no ensino de matemática, entre elas o uso da gamificação, que envolve a aplicação de elementos e dinâmicas de jogos no contexto educacional, colaborando na aprendizagem ativa e significativa, possibilitando o desenvolvimento de habilidades ativas e crítica. Ensinar a matemática no contexto em que esta já está inserida a ideia de que é quase impossível aprender, de que decorar as quatro operações é o básico para concluir a educação básica torna o trabalho desse professor mais desafiador ainda.

3.1.1 ALTERAÇÕES METODOLÓGICAS PARA AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS

A necessidade de aprimorar a avaliação da matemática nas escolas, buscar novos métodos que sejam atrativos, que busquem o interesse do aluno a essa matéria. Além disso, surge a grande necessidade de ter professores capacitados para avaliação e ensino da matemática, envolvendo o aluno em um contexto em que ele tenha afinidade, associando seu cotidiano nas práticas educacionais, desenvolver jogos e brincadeiras, o lúdico pode ser um grande aliado ao professor que trabalha matemática nas séries iniciais, essa matéria tem uma grande extensão de conteúdo e quando o professor não demonstra interesse em torná-la mais leve, ele contribui com o desinteresse dos alunos.

Nesse sentido, Silva, 2023, discorre que:

A sala de aula invertida é uma metodologia ativa que tem sido eficaz no ensino de matemática. Ao permitir que os alunos estudem os conceitos teóricos em casa e utilizem o tempo de aula para atividades práticas e resolução de problemas, essa abordagem aumenta a participação e o entendimento dos alunos. (Silva, 2023, p. 22).

A sala de aula invertida é uma prática pedagógica que inverte a tradicional estrutura de ensino, e acontece da seguinte maneira, o aluno estuda os conceitos teóricos em casa, por meio de vídeos aulas, leitura e outras matérias, e chegando à escola, utilizam a aula para colocar em prática as atividades através de discussões e resoluções de problemas. Assim, pode-se dizer que essa é uma abordagem que cria e promove a participação mais ativa dos alunos. O ensino de matemática que muitas vezes acontece de forma mecanizada, não precisa continuar práticas novas alinhadas ao tradicional podem gerar melhores resultados.

O estudo em casa, no caso da sala de aula invertida funciona, daria certo, o que permite e oportuniza ao aluno, essas questões a citação acima respondem, posto que a utilização do tempo de aula para atividades práticas e resoluções de questões de problemas é um dos principais focos da sala de aula invertida. Essa abordagem facilita a aplicação dos conceitos teóricos em situações reais, ajudando os alunos a desenvolverem uma compreensão mais profunda e prática do conteúdo. A resolução de problemas é uma competência central

no ensino de matemática, e a sala de aula invertida proporciona um ambiente propício para seu desenvolvimento.

A literatura tem mostrado ao longo do tempo que em decorrência de seu ensino pautado apenas em metodologias antigas passa a ser considerada uma matéria “chata” pelos estudantes, eles não conseguem aprender e não se interessam em aprendê-la, sendo que, muitas das vezes o docente que ministra as aulas, não contribui com esse aprendizado e não tem domínio sobre aquilo que ensina. Mesmo a educação tendo passado por muitos avanços, ainda se encontram em sala de aula professores que não se desenvolveram junto a esses avanços, é muito persistentes os métodos convencionais, mesmo com surgimento de diversas abordagens avaliativas.

A integração de tecnologias digitais e metodologias ativas são fundamentais e precisam ser inseridas no contexto educacional atual. Na visão de Araújo, Almeida e Moura 2023.

A integração de tecnologias digitais e metodologias ativas, como o uso de softwares educacionais e a aprendizagem baseada em problemas, tem potencial para transformar o ensino de geometria espacial. Essas práticas promovem um aprendizado mais dinâmico e interativo, facilitando a compreensão de conceitos complexos. (Araújo, Almeida & Moura, 2023, p. 38).

Para esses autores, a integração de tecnologias digitais e metodologias ativas no ensino de matemática oferecem aos alunos um potencial transformador, uma vez que estas

promovem um aprendizado mais dinâmico e interativo, podendo assim, facilitar a compreensão de conceitos complexos. Ao adotar essas abordagens, os educadores podem criar um ambiente de aprendizado mais eficaz e inclusivo, preparando os alunos para enfrentar os desafios acadêmicos e profissionais do futuro.

Os docentes devem usar aquilo que está a seu favor como as tecnologias, livros didáticos, brincadeiras e cotidiano, transformá-los em recursos avaliativos, que tornariam a avaliação da matemática algo prazeroso. Levando em consideração que, nas séries iniciais, as crianças estão desenvolvendo suas habilidades e conhecimentos matemáticos, crianças não aprendem somente através do ensino convencional, o professor ensina, direciona e auxilia, más, deve buscar métodos novos, utilizar o cotidiano da criança como um recurso infalível para aprendizagem. É compreensível que há outros recursos também que facilitariam esse ensino aprendizado da matemática nas séries iniciais.

Enfim, para avaliação em matemática, o docente precisa observar os alunos, entender suas necessidades e complexidade, entender que avaliar está muito além do que aplicar prova, reprovar ou aprovar o aluno, no momento em que ele compreender realmente que a avaliação de matemática precisa de métodos inovadores para sua aplicação, ele saberá que os métodos convencionais não se adéquam mais as necessidades existentes na atualidade. Em outras palavras inovar na educação é necessário para que o indivíduo tenha

mais chances de se tornar um cidadão crítico e defensor de seus de seus sabres com propriedade.

De fato, o professor tem um grande desafio na avaliação da matemática, ele que implica no desenvolvimento do seu aluno, para se obter bons resultados no ensino-aprendizado da matemática é necessário abordar novos recursos de ensino, novos método de abordagens, talvez deste modo, a matemática teria bons resultados de aprendizagem nas escolas.

3.1.2 O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS

O ensino da matemática passou por muitas mudanças ao longo dos anos, e muitas das práticas tradicionais precisaram ser deixadas no caminho, ou reinventadas para que os alunos pudessem aprender de maneira, dinâmica, interativa e formativa. Assim, as metodologias ativas precisaram ser desenvolvidas e assim, elas têm ganhado cada vez mais destaque no ensino desse componente em especial nas séries iniciais, são abordagens que vem envolvendo os alunos de maneira prática e colaborativa, considerando que são métodos e técnicas que incentivam a participação ativa, colaborando assim como o desenvolvimento de habilidades.

Uma das metodologias que tem ajudado muito os educadores é a gamificação onde os alunos aprendem de maneira prática e interativa. Antes de discorrer sobre essa prática no ensino de matemática é importante apresentar o que esta significa. Para Deterrding, Dixon, Khalde e Nacke, 2011.

Gamificação é a aplicação de elementos e dinâmicas de jogos em contextos não lúdicos, com o objetivo de aumentar o engajamento, a motivação e a participação dos indivíduos. Ao incorporar mecânicas de jogos, como pontuações, recompensas e desafios, a gamificação transforma atividades cotidianas em experiências mais interativas e estimulantes. (Deterding, Dixon, Khaled & Nacke, 2011, p. 9)

Destarte, tem-se que a gamificação envolve a utilização de elementos de jogos, (ponto forte dos jovens hoje) como pontuações, recompensas, desafios e níveis, em contextos não lúdicos, com a educação, o trabalho ou a saúde. Enfim, são elementos projetados para que as atividades possam se tornar mais envolventes e agradáveis e ao mesmo a aquisição de saberes de maneira integrativa e formativa. Essa é também uma maneira de aproveitar o poder motivacional que os jogos despertam, em especial nas crianças, jovens e também adultos. Por fim, ao trazer essas dinâmicas para contextos sérios como educação, por exemplo, a gamificação tem a prerrogativa de aumentar a participação dos alunos nas atividades escolar, despertando saberes para além dos muros escolares.

Sobre o uso da gamificação no ensino da matemática Almeida, 2024 postula que:

A gamificação no ensino de matemática tem se mostrado uma estratégia eficaz para aumentar o engajamento e a motivação dos alunos. Ao incorporar elementos de jogos, como

pontuações, recompensas e desafios, a gamificação transforma o aprendizado em uma experiência mais interativa e estimulante, promovendo uma compreensão mais profunda dos conceitos matemáticos. (Almeida, 2024, p. 45

Aqui ficam expressos os benefícios da gamificação no ensino de matemática, destacando a eficácia em propiciar maior engajamento nos alunos. Quando o assunto é motivar e estimular os alunos para as aulas de matemática, a gamificação é uma opção bastante atrativa, considerando que envolve o jogo, a disputa, e as crianças e jovens de hoje estão bastante imerso nesse mundo dos “jogos”. Ademais, cabe ao professor trabalhar essa metodologia ativa de modo que os alunos possam integrar a disputa, o jogar em aprendizados da matemática.

Como já mensurado, o modo de aprender ganhou novos componentes. Boufleuer (2013) comenta que muitos aprendizados decorrem em razão circunstâncias em que vivemos, pelo contexto em que estamos inseridos, pela necessidade de resolver problemas do cotidiano e, inclusive em função dos tropeços que vamos sofrendo. A fala expressa, põe em destaque de que muitos aprendizados ocorrem devido às circunstâncias em que vivemos, o que sugere o ambiente de aprendizagem seja propício ao desenvolvimento dessas aprendizagens. A exposição a diferentes experiências e situações pode enriquecer nosso conhecimento e ampliar nossa compreensão.

Para Lubachewski e Cerutti (2020):

A criança que nasce hoje tem condições de incorporar o legado da espécie em poucos anos. Novas práticas metodológicas na aprendizagem e no ensino permitem ao professor ensinar de maneira diferenciada e tornar as aulas atraentes, de modo a propiciar maior aprendizagem aos alunos, que cada vez mais cedo teriam contato com metodologias diferenciadas no ensino-aprendizagem (Lubachewski e Cerutti, 2020,p. 04).

Mediante citação fica compreendida a capacidade das crianças modernas de aprender com rapidez e a relevância em adotar novas práticas metodológicas no ensino, para tornar as aulas mais atraentes e assim promover o contato com metodologias diferenciadas. As crianças de hoje aprendem com métodos que fazem parte do seu dia a dia, e como a gamificação faz parte da vida delas, essa prática pode e deve ser inserida na educação, em especial ao ensino de matemática que até hoje é visto como algo de difícil aprendizagem.

Importante pontuar que as crianças aprendem com rapidez devido ao avanço tecnológico e a acessibilidade à informação. O ambiente digital que está em crescente evolução, oferece múltiplas oportunidades de aprendizado, e muitas dessas integradas até mesmo em atividades diárias. Destarte, é fundamental que o sistema educacional aproveite essa predisposição e oferte aos alunos métodos de ensino que os estimule a capacidade de aprender, criar e desenvolver novos saberes.

Sobre a integração de tecnologias digitais no ensino de matemática. Pereira nos fala que:

A integração de tecnologias digitais no ensino de matemática tem se mostrado uma ferramenta poderosa para facilitar a compreensão de conceitos complexos e promover um aprendizado mais interativo e dinâmico. O uso de softwares educacionais, aplicativos e outras ferramentas digitais permite que os alunos visualizem e manipulem os conceitos matemáticos de maneira prática e envolvente. (Pereira, 2021, p. 114).

É visível que a integração de tecnologias digitais no ensino de matemática é necessária, ela torna o ensino e aprendizagem mais interativa e dinâmica através do uso de softwares educacionais e aplicativos criados e adaptados para esse fim. Alguns desse softwares são: *GeoGebra*, trata-se de um software de matemática que oferece para geometria, álgebra e cálculo, permitindo que os alunos criem construções geométricas e explorem conceitos matemáticos de maneira visual. *Khan Academy*, que é uma plataforma educacional que oferece vídeos explicativos e exercícios interativos em diversas áreas da matemática, proporcionando uma abordagem personalizada para o aprendizado. *Desmos*, este, trata-se de uma calculadora gráfica online que permite que os alunos criem e explorem gráficos de funções matemáticas, facilitando a compreensão de conceitos de álgebra e cálculo.

De maneira mais explicada, sobre o uso desses softwares no ensino da matemática, Almeida e Santos 2022 explicam que:

A utilização de tecnologias digitais, como GeoGebra, Khan Academy e Desmos, tem se mostrado eficaz no ensino de matemática. GeoGebra permite a criação de construções geométricas e a exploração de conceitos matemáticos de maneira visual. Khan Academy oferece uma abordagem personalizada com vídeos explicativos e exercícios interativos em diversas áreas da matemática. Desmos facilita a compreensão de conceitos de álgebra e cálculo, permitindo a criação e exploração de gráficos de funções matemáticas. (Almeida; Santos, 2022, p. 78).

Ao analisar a citação, fica evidente que esses *softwares* fazem parte das metodologias ativas de ensino e aprendizagem e que são necessárias na educação hoje, e que sua utilização no ensino da matemática nas séries iniciais é fundamental. A bem dizer, pode-se aprender o tradicional de maneira inovadora através desses.

As Metodologias Ativas priorizam o aluno, dando possibilidades para que o educando se envolva diretamente, participe e ponha em xeque a sua reflexão. “As Metodologias Ativas dão ênfase ao papel protagonista do aluno e todas as etapas do processo, experimentando, desenhando, criando, com orientação do professor” (Bacich; Moran, 2018, P. 4).

Para esses autores, as Metodologias Ativas devem priorizar os alunos, ou seja, colocá-los no centro no centro do processo de

ensino e aprendizagem, oferecendo-o subsídios suficientes para que possam desenvolver suas habilidades, observando cada necessidade e foco de cada um deles. Ao dar ênfase ao papel protagonista do aluno, essas metodologias incentivam a participação ativa e o envolvimento direto no aprendizado.

O uso dessas metodologias envolve a participação direta do aluno, e este por sua vez sai do contexto passivo e passa a ser um ser ativo, plausível de aprendizagem alinhada ao conceito e ensinamento do professor, a figura deste é sem dúvida necessária nesse contexto de ensino e aprendizagem. Ademais, esse envolvimento direto é essencial para o desenvolvimento de habilidades críticas, como o pensamento analítico, a resolução de problemas e a capacidade de trabalhar em equipe.

A reflexão crítica é também fruto do uso de metodologias ativas no ensino, pois elas colocam o aluno como protagonista de sua aprendizagem, ou seja, o professor aqui já pode ser visto como único detentor do saber, ou contrário, o docente, encoraja os alunos a questionar, a analisar diferentes perspectivas e a desenvolver uma compreensão mais profundas dos conceitos. O aluno experimenta o poder da criação através dessas metodologias e ao experimentar e criar, os alunos têm a oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos de maneira prática, facilitando assim a internalização dos conceitos e criando mecanismos de desenvolvimento de habilidades.

Sobre as Metodologias Ativas, Gewehr, Strohschoen, Marchi, Martins e Schuck (2016) corroboram que Metodologias Ativas de ensino e de aprendizagem são, de um

modo geral, abordagens que os professores fazem uso para ensinar, de maneira que facilite o processo do aluno aprender. A citação mensura a importância das metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem e de como sendo bem utilizadas pelos professores facilita o aprendizado dos alunos. Considerando a literatura apresentada, pode-se dizer que as metodologias ativas não beneficiam apenas os alunos, o professor também ganha, posto que de certa forma facilita seu trabalho.

Segundo Bacich e Moran (2018), a Educação baseada no processo ativo de busca do conhecimento do estudante, deveria exercer sua liberdade, formar cidadãos competentes, criativos, com uma proposta de aprendizagem pela ação. Isso porque o usos dessas metodologias ativas estão ancorados na prerrogativa de que o estudante assuma o protagonismo pedagógico de sua aprendizagem, que ela seja capaz de questionar, de buscar, de criar e desenvolver. Em outras palavras ele se torna um aluno ativo, saindo do contexto de ensino onde o aluno por muitos anos foi visto e considerado como ser passivo onde apenas decorava, contribuindo com um ensino e aprendizagem mecanizada.

“No processo de alfabetização das crianças, a Matemática é uma aliada que coopera no processo de comunicação e no desenvolvimento de múltiplas linguagens. As crianças, desde muito pequenas, estão rodeadas de informações escritas, visuais, sonoras, artísticas, etc.”, ponderam os Cadernos de Alfabetização Matemática (2015, p. 30). Analisando a citação,

sugere que a matemática é uma aliada no processo de alfabetização das crianças, enfatizando que a matemática vai muito além de números e operações, ao contrário, ela é parte integrante na construção de habilidades de comunicação e entendimento de múltiplas linguagens. Em suma, através da matemática, as crianças desenvolvem o raciocínio lógico, a resolução de problemas e a capacidade de pensar de forma abstrata.

Para Moran, Maseto e Behrens 2013:

A prática pedagógica do professor precisa desafiar os alunos a buscarem uma formação humana, crítica e competente, alicerçada numa visão holística, com uma abordagem progressista num ensino com pesquisa que levará o aluno a aprender. O aprendizado deve ser impulsionado pela curiosidade, pelo interesse, pela crise, pela problematização e pela busca de soluções possíveis para aquele momento histórico com visão de que não são respostas únicas, absolutas e inquestionáveis. (Moran, Maseto e Behrens 2013:13, p. 91),

Os autores enfatizam uma visão abrangente e também progressista acerca da prática pedagógica e o processo de ensino e aprendizagem, podendo em evidência a formação humana, crítica e competente, onde o professor deve desafiar os alunos a buscarem uma formação humana crítica, ou seja, a educação não dever ser apenas uma transmissão de conhecimentos técnicos, mas também o desenvolvimento integral de si como

ser humano capaz de pensar, questionar, aprender, integrar e desenvolver. No mais, uma formação crítica capacita os alunos refletirem sobre seu próprio aprendizado, onde há lacunas, onde é bom.

Em suma, o uso de metodologias ativas no ensino de matemática nas séries iniciais tem se mostrado essencial para acompanhar as mudanças educacionais e atender às necessidades dos alunos modernos. À medida que as práticas tradicionais de ensino foram sendo substituídas ou reinventadas, as metodologias ativas surgiram como abordagens eficazes que tornam o aprendizado mais dinâmico, interativo e formativo. Essas metodologias envolvem os alunos de maneira prática e colaborativa, incentivando a participação ativa e o desenvolvimento de habilidades cruciais para o século XXI.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linha de raciocínio exposto na literatura apresentada mostra que é necessário abordar novos métodos para avaliação em matemática, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental, Investigar novos métodos pra aplicar essa avaliação de forma com que faça com que o aluno tenha interesse em aprender essa matéria. É comprovado que os métodos tradicionais não conseguem atrair a atenção dos alunos, visto que essa matéria tem uma extensa linha de raciocínio, na qual o problema principal são os métodos

utilizados pelos professores para sua aplicação, essa falha metodológica está ligada à sua formação acadêmica.

A avaliação de matemática, todavia foi vista como um grande desafio nas escolas, seja em qualquer série, no ensino fundamental não seria diferente, é o momento em que os alunos estão desenvolvendo suas habilidades e a sua intimidade com a matemática, a maneira em que essa temática é apresentada a eles, influenciam no seu desenvolvimento, positivamente ou negativamente.

Os teóricos enfatizam em suas pesquisas, que os professores estão muito ligados ao comodismo, muitos deles até possuem requisitos mínimos para avaliação de matemática, mas eles não se propõem a investigar, se questionar sobre os seus métodos de ensino. Portanto, a pesquisa conclui seus objetivos, enfatizando a necessidade de criação de novos métodos para abordar a matemática nas salas de aula, visando melhorar o nível de ensino, e estabelecer a compreensão dessa temática nas séries iniciais do ensino fundamental.

A pesquisa mostrou que é necessário o uso de metodologias ativas e a gamificação é um exemplo notável de metodologia ativa e que tem ganhado destaque no ensino de matemática, uma vez que faz de elementos e dinâmicas de jogos, como pontuações, recompensas e desafios, a gamificação transforma o aprendizado em uma experiência interativa e estimulante. Portanto, é fundamental que o sistema educacional aproveite essa predisposição natural das crianças modernas e ofereça métodos de ensino que estimulem sua capacidade de aprender, criar e desenvolver novos saberes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. V., & Santos, R. M. Tecnologias Digitais no Ensino de Matemática: Ferramentas e Estratégias. **Revista de Educação Matemática**. 2022.
- ALMEIDA, N. V.. Gamificação no Ensino de Matemática: Aumentando o Engajamento e a Motivação dos Alunos. **Revista Tópicos**. 2024.
- ARAÚJO, J., ALMEIDA, F., & MOURA, R. **Transformações no Ensino de Geometria Espacial com Tecnologias Digitais e Metodologias Ativas**. 2023.
- BACICH, L., & MORAN, J. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**. 2018.
- BRASIL. Cadernos de Alfabetização Matemática. **Matemática e Alfabetização Infantil**. 2015.
- BOUFLEUER, N. **Aprendizado e Desenvolvimento ao Longo da Vida**. 2013.
- CARVALHO, **Metodologias do ensino da matemática**. São Paulo, Ed. Cortez, 2013. P, 16.
- CARNEIR, Reginaldo Fernandes. SOUSA, Antônio Carlos de. Bertine. **A matemática nos anos iniciais: Práticas de aulas e de formação dos professores**. vol.11.2018. p, 18
- DANTAS, **Educação em Matemática**. Rio Janeiro, 1. Ed. Rio Janeiro, 2016. p, 17.
- DETERDING, S., DIXON, D., KHALED, R., & NACKE, L. *From Game Design Elements to Gamefulness: Defining "Gamification"*. Proceedings of the 15th International Academic MindTrek Conference: **Envisioning Future Media Environments**, 9-15. 2011.
- GEWEHR, M., STROHSCHOEN, A. A., MARCHI, J. G. D., MARTINS, V. E., & Schuck, R. **Metodologias Ativas no Ensino e Aprendizagem**. 2016.
- GOULART, J. L. Desinteresse escolar: em busca de uma compreensão. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. 2022.

LUBACHEWSKI, M., & CERUTTI, F. Metodologias Ativas No Ensino Da Matemática No Anos Iniciais: Aprendizagem Por Meio De Jogos **Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo, Campinas** (SP), v. 6, p. 1-11, e020018, 2020.

LUCKESI, **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo. 2013, Ed. São Paulo. p. 27-28.

MORAN, J., MASETO, T., & BEHRENS, M. **Práticas Pedagógicas Inovadoras**. 2013

PEREIRA, R. R. **Uso de Tecnologias Digitais como Ferramenta Didático-Pedagógica no Ensino de Matemática**. Instituto Federal da Paraíba. 2021

SILVA, M. **Metodologias Ativas no Ensino de Matemática**. 2023

SILVA, M. Desinteresse escolar: revisão de literatura (2007–2021) em teses, dissertações e artigos de periódicos da América Latina. **Rev. Bras. Educ.** 2024.

SILVÉRIO, Marcelo dos Santos. **Metodologias do ensino da matemática**. São Paulo: Senac, 2024.

SOPRANI, M., MÓL, G., & ESPÍRITO SANTO, J. **Inovações Pedagógicas no Ensino de Matemática**. 2025.

SOUSA, Anderson do Vale. **Anarquismo pedagógico: um olhar voltado para as práticas pedagógicas**. João Pessoa, PB: Editora Oitica, 2025.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ESCASSEZ DE RECURSOS E SEUS IMPACTOS NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Dieffson Cleison Lopes Muniz ⁶

Anderson do Vale Sousa ⁷

I. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca entender como a avaliação da aprendizagem acontece na Educação Infantil, especialmente em um cenário onde a falta de recursos é uma realidade que afeta o desenvolvimento das crianças. Com uma abordagem qualitativa, o estudo busca avaliar as consequências que a escassez de recursos pode trazer para a prática avaliativa nas instituições que cuidam do ensino das crianças. A temática é de grande relevância e merece um olhar atento a respeito desse processo de avaliação nessa etapa da vida escolar.

A educação infantil é uma etapa crucial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. No

⁶Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF.

⁷Pedagogia pela FAEPI; Especialista em Educação Global pela UNIFUTURO; Mestre em Educação pela FCU (Reconhecido pela UNAMA); Doutorando em Educação pela FCU.

entanto, muitas instituições enfrentam desafios significativos, como a ausência de recursos pedagógicos. Essa insuficiência pode impactar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, o desempenho dos alunos. Assim, é necessário que as políticas públicas reconheçam o valor da educação infantil e invistam de forma significativa na formação de professores, na infraestrutura das escolas e na disponibilidade de materiais didáticos adequados.

A justificativa para este estudo reside na importância crítica da Educação Infantil para o desenvolvimento integral das crianças. Neste estágio educacional, as experiências de aprendizado têm um impacto significativo no desenvolvimento cognitivo, emocional e social. A presença de recursos pedagógicos adequados é vital para criar um ambiente de aprendizagem estimulante e eficaz. A limitação de recursos pode comprometer não apenas a qualidade do ensino, mas também a avaliação dos alunos, o que é fundamental para monitorar seu progresso e identificar necessidades específicas de apoio.

A problemática em questão é altamente significativa no contexto educacional. Em um ambiente de aprendizagem, a presença de recursos como materiais didáticos, brinquedos educativos e outras ferramentas pedagógicas é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Esses recursos contribuem para a compreensão de conceitos e são igualmente vitais para estimular a criatividade, a curiosidade e o engajamento dos alunos. Quando esses recursos estão ausentes, a situação se torna preocupante. A falta de materiais adequados

pode dificultar a avaliação dos alunos na Educação Infantil, uma vez que as crianças precisam de experiências práticas e interativas para realmente compreender o que estão aprendendo e demonstrar seu verdadeiro potencial.

O estudo parte do pressuposto da escassez de recursos didático no processo de avaliação dos alunos da educação infantil, pode resultar em falhas graves com as crianças e que nesse sentido precisa ser analisada com um olhar diferenciado. Portanto, o problema da pesquisa apresenta-se: Como a escassez de recursos pedagógicos impacta a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e quais estratégias podem ser implementadas para mitigar os efeitos negativos dessa falta de recursos nas instituições educacionais? Quanto a hipótese, tem-se que a escassez de recursos pedagógicos na Educação Infantil impacta negativamente a qualidade das práticas avaliativas e o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

Para responder ao problema de pesquisa e a hipótese levantada, adotou-se como objetivo geral: Investigar como a falta de recursos pedagógicos afeta a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, analisando as consequências dessa escassez para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Como objetivos específicos: Conhecer os principais desafios que os educadores enfrentam ao incorporar novos recursos pedagógicos em suas práticas, analisar como a escassez de recursos pedagógicos impacta a avaliação na Educação Infantil e destacar a implementação de políticas públicas que visem à melhoria da infraestrutura, à formação

continuada dos professores e à disponibilização de materiais didáticos adequados nas instituições de Educação Infantil.

Na metodologia deste estudo é classificado como uma investigação qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdos, também foi aderida o meio bibliográfico, essa abordagem tem como objetivo oferecer ao pesquisador uma compreensão abrangente dos fenômenos. Conseqüentemente, envolve a consulta fontes de informações já publicadas, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos relevantes, com o objetivo de identificar, analisar e discutir o conhecimento existente sobre um determinado tema. "A pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico que se utiliza de fontes de informações já publicadas para identificar, analisar e discutir o conhecimento existente sobre determinado tema. Ela é fundamental para a construção de um referencial teórico sólido e para a contextualização do problema de pesquisa." (Severino, 2017, p. 35).

Esse artigo foi classificado quanto a natureza a pesquisa básica, que visa adquirir conhecimento fundamental sobre a realidade da Educação Infantil, permitindo o entendimento amplo das práticas atuais e dos desafios enfrentados pelos educadores. Quanto ao método utilizado, foi o dedutivo, a pesquisa também poderá indicar direções para futuras investigações sobre a qualidade da educação infantil e a formação contínua dos profissionais dessa área.

2. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação na Educação Infantil é fundamental para garantir que todas as crianças, independentemente de suas origens, tenham acesso a uma educação de qualidade. Ela é importante para que possam enfrentar os desafios decorrentes da falta de recursos, assegurando que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado. Dessa forma, a avaliação da aprendizagem se transforma em uma ferramenta valiosa, que ajuda os educadores a direcionar seu trabalho e a contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Com isso, é possível promover um ambiente mais justo e inclusivo para o aprendizado de todos.

Neste contexto, ao implementar estratégias inovadoras e utilizar tecnologias educacionais, pode-se considerar o aprimoramento do processo de avaliação, permitindo uma análise mais completa e abrangente do desenvolvimento das crianças. Além disso, é importante destacar a relevância do engajamento dos pais e responsáveis no processo de avaliação da aprendizagem. Ao valorizar a participação ativa da família na educação das crianças, é possível estabelecer uma parceria sólida entre escola e família, fortalecendo os laços de confiança e colaboração.

Na concepção de Souza (2020):

A parceria entre a família e a escola é essencial para o desenvolvimento integral dos alunos.

Professores e pais devem trabalhar juntos para identificar as necessidades e os progressos dos estudantes, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e eficaz (Souza, 2020, p. 45).

A parceria entre família e professor no processo de avaliação e aprendizagem da criança é indispensável para ambos. Quando a família oferece suporte educacional escolar o trabalho do professor se torna mais leve, posto que juntos podem identificar possíveis problemas e buscar soluções. Em resumo, a colaboração entre essas instituições é crucial na garantia de que cada aluno tenha oportunidade de alcançar seu potencial e construir uma aprendizagem significativa e duradoura.

Em razão disso, pais e responsáveis podem contribuir com informações relevantes sobre o desenvolvimento e o progresso dos alunos, auxiliando no planejamento e na implementação de estratégias pedagógicas adequadas. Entretanto, a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil não deve se limitar a aspectos quantitativos e formalidades pré-determinadas. É necessário adotar uma abordagem holística, considerando o desenvolvimento integral das crianças, valorizando suas habilidades, capacidades e potencialidades.

Nesse sentido, a observação atenta e cuidadosa do educador, aliada a registros e documentações detalhadas, possibilita uma compreensão mais significativa do processo educativo e do crescimento individual de cada aluno. É imprescindível que a avaliação da aprendizagem na Educação

Infantil seja realizada de forma cuidadosa, reflexiva e contextualizada. A escassez de recursos não pode ser um obstáculo intransponível, mas sim um desafio a ser enfrentado com criatividade, comprometimento e parceria. Dessa forma, promover uma educação de qualidade, que proporcione igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento de todas as crianças, preparando-as para os desafios e exigências do mundo contemporâneo. (Barbosa, 2024)

Não há dúvida de que a avaliação da aprendizagem é determinante para assegurar o sucesso educacional das crianças na Educação Infantil. A Educação Infantil é o alicerce de todo o processo educacional, e garantir que ela seja de qualidade é investir no futuro de toda uma sociedade. A falta de recursos impacta diretamente a qualidade da avaliação, tornando o trabalho do professor desafiador e dificultando a identificação das reais necessidades das crianças. Considere um professor que precisa avaliar o desenvolvimento motor de um aluno, mas não dispõe de materiais ou espaço adequado.

A escassez de recursos prejudica a todos. As crianças perdem a chance de aprender brincando e de explorar materiais diversos, enquanto os professores ficam limitados na hora de propor atividades interessantes. A falta de recursos nas escolas prejudica significativamente o processo de ensino-aprendizagem. As crianças perdem oportunidades valiosas de aprender de forma lúdica e de explorar diferentes materiais, enquanto os professores enfrentam limitações na hora de propor atividades inovadoras e interessantes. (Silva, 2018, p. 123). Isso pode resultar em uma queda na aprendizagem dos

alunos, já que as aulas se tornam menos dinâmicas e menos envolventes. Além disso, a falta de recursos adequados pode levar a avaliações que não refletem com precisão o potencial e o progresso das crianças, dificultando a elaboração de planos de ensino personalizados que atendam às necessidades de cada aluno.

É essencial que sejam realizados investigações e investimentos na Educação Infantil, garantindo que os professores tenham acesso a materiais, espaços e formações contínuas que os auxiliem a realizar avaliações mais eficazes. Políticas públicas voltadas para a educação devem priorizar o fornecimento de recursos e apoio necessários para que as crianças possam se desenvolver plenamente em um ambiente rico e estimulante.

Destarte, é fundamental que concentramos nossos esforços em investigar e investir na Educação Infantil. Somente assim poderemos assegurar que nossos educadores tenham as ferramentas necessárias para realizar avaliações significativas, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e eficaz. Ao priorizar recursos e políticas públicas voltadas para a educação, estaremos não apenas construindo um presente melhor, mas também preparando nossas crianças para um futuro repleto de oportunidades e desafios.

Além disso, a participação ativa da comunidade escolar, incluindo pais e responsáveis, é crucial para apoiar e enriquecer o ambiente escolar. Quando todos os envolvidos se unem em prol de um objetivo comum, é possível criar um ambiente de aprendizado colaborativo e acolhedor. Avaliar deveria ser uma

experiência tão gratificante quanto ensinar e aprender, mas essa não é a realidade que se tem visto: “Os professores elaboram suas provas para provar os alunos e não para auxiliá-los na sua aprendizagem” (Luckesi, 2010, p.21).

A avaliação requer que o avaliador tenha uma compreensão clara de seu próprio papel e dos esforços que realiza para alcançar seus propósitos e objetivos. Pode ser pertinente que a avaliação do aluno inicie com uma autoavaliação do professor. Tal prática permitiria ao professor refletir sobre suas práticas pedagógicas e identificar áreas de melhoria e desenvolvimento pessoal. Ao promover essa reflexão, o professor pode se tornar mais consciente de suas atitudes, métodos de ensino e da forma como interage com os alunos. Essa autoavaliação pode também servir como um ponto de partida para discussões construtivas com colegas e coordenadores, fomentando um ambiente colaborativo na busca pela excelência educacional. Assim, a avaliação se transforma em uma ferramenta de crescimento contínuo, beneficiando tanto o professor quanto seus alunos, que passam a receber uma educação mais engajada e adaptada às suas necessidades.

Para Silva, (2012):

[...] não é possível praticar sem avaliar a prática. Avaliar a prática é analisar o que se faz, comparando os resultados obtidos com as finalidades que procuramos alcançar com a prática. A avaliação da prática revela acertos, erros e imprecisões. A avaliação corrige a prática, melhora a prática, aumenta a nossa eficiência. O

trabalho de avaliar a prática jamais deixa de acompanhá-la (Silva, 2012, p. 02).

A citação sintetiza a relevância da avaliação contínua na prática pedagógica, destacando que não é apenas uma etapa ocasional, mas um componente integral e permanente do processo de ensino. Em outras palavras, avaliar a prática significa analisar de maneira crítica o que se faz comparando com resultados obtidos com os objetivos pretendidos, é também nesse momento que o professor tem a oportunidade de identificar tanto o sucesso, como as falhas, ou seja, é uma busca constante por melhoria que abarque as necessidades de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação na Educação Infantil vai muito além de simplesmente atribuir notas e aplicar testes, trata-se de um processo contínuo de observação e registro, que exige um olhar clínico e afetuoso sobre cada criança. Esse método permite que o educador compreenda não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento integral do pequeno, considerando suas emoções, interações e curiosidades.

Sobre a educação infantil Plaza (2015) comenta que a Educação Infantil tem por finalidade cumprir o seguinte tripé: cuidar, brincar e educar (Proinfância), realizando no seu

interior um trabalho que possua caráter educativo. Percebe-se que o tripé apresentado pela autora inclui o cuidado, o brincar e o educar, três pontos essenciais que evidenciam que a criança na Educação Infantil, pode aprender de forma significativa por meio do brincar. A presença do lúdico é fundamental e, quando alinhada a práticas pedagógicas e estratégias adequadas, potencializa o desenvolvimento infantil de maneira mais interessante e eficaz.

Além disso, a utilização de diversos recursos pedagógicos enriquece essa experiência, tornando-a mais significativa e conectada à realidade da criança, promovendo seu aprendizado de maneira lúdica e envolvente.

Avaliar é uma palavra que deriva do latim *valere* e significa Dar valor. “Avaliar significa determinar a valia ou valor de algo ou alguém. Avaliar quer dizer analisar o processo de construção da aprendizagem vivenciada pelo educando, tendo como objetivo redimensionar Todo o momento das propostas educacionais, servindo como um instrumento educativo fundamental no desenvolvimento humano. (Ferreira, Medeiros, Vieira, 2012).

Avaliar consiste em determinar o valor de algo ou alguém, o que no contexto educacional se traduz em reconhecer o progresso e as conquistas dos alunos. Isso requer uma análise cuidadosa e crítica do processo de aprendizagem, observando como os alunos aplicam e internalizam os conhecimentos adquiridos. O professor ao avaliar a aprendizagem da criança

deve considerar todas as questões que envolvem esse processo, por isso, a relevância da inclusão de práticas novas na educação infantil.

O brincar e o jogar também faz parte da aprendizagem da criança, de acordo com Vygotsky (1998), os jogos e brincadeiras são essenciais para o desenvolvimento infantil, pois permitem que as crianças experimentem, imaginem e resolvam problemas de forma criativa. O autor mensura ainda que ao brincar, as crianças aprendem também a lidar com suas emoções, essa sem dúvida é um ponto fundamental, considerando que no contexto atual, as escolas estão cheias de alunos que não tem ideia do que fazer com as emoções, e o professor se ver em um dilema de como cuidar desses pormenores.

Os jogos e as brincadeiras transcendem o simples entretenimento. Elas são ferramentas pedagógicas cruciais no processo de ensino-aprendizagem. Essas atividades permitem que as crianças explorem o mundo ao seu redor de forma interativa e cativante, promovendo a criatividade, a curiosidade e a colaboração entre os colegas. Além disso, por meio dessas experiências, os educadores podem identificar as necessidades individuais de cada aluno, ajustando suas abordagens para criar um ambiente inclusivo e acolhedor. Portanto, é essencial que o uso de jogos e brincadeiras seja incentivado e cuidadosamente planejado, assegurando que todas as crianças tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente em um ambiente seguro e estimulante.

Para Medeiros e Viera, 2012: “Recurso pedagógico, nesse sentido, é o que auxilia a aprendizagem, de quaisquer conteúdos, intermediando os processos de ensino aprendizagem intencionalmente organizados por educadores na escola ou fora dela [...]” os autores mencionados definem um recurso pedagógico como qualquer outra ferramenta ou material pedagógico que auxilia a aprendizagem de diversos conteúdos. Entende-se que os recursos pedagógicos são variados que vai desde um livro a softwares e aplicativos educativos. Contudo, é importante relembrar da formação do professor, pois não basta a escola disponibilizar recursos pedagógicos se o professor não sabe fazer uso de forma com que os alunos possam aprender.

Os recursos pedagógicos são ferramentas essenciais que facilitam o processo de ensino e aprendizagem, como quadros, canetas, folhas, imagens e tecnologias digitais. Eles visam criar um ambiente mais interativo e natural para a troca de conhecimento entre professores e alunos. Com o tempo, esses recursos evoluíram, incorporando inovações que atendem às necessidades contemporâneas. Embora os recursos tradicionais ainda sejam utilizados, a introdução de novas tecnologias, como plataformas online, tem transformado a forma como o conteúdo é apresentado e aprendido, permitindo experiências mais dinâmicas e lúdicas. (Abreu, 2021).

A literatura apresentada aponta que os recursos pedagógicos são alicerces indispensáveis que favorecem a interação entre o ensinar e o aprender, criando um ambiente mais interativo e natural para a troca de conhecimento, e a

evolução desses recursos, com a incorporação de tecnologias digitais, tem transformado a forma como o conteúdo é apresentado e aprendido, permitindo experiências mais dinâmicas e lúdicas. Importante destacar que embora existam todo esse novo aparato pedagógico, as metodologias tradicionais não perderam sua essência nem sua funcionalidade, apenas foram adaptadas as novas tecnologias e recursos didáticos.

3.2 RECURSOS PEDAGÓGICOS E FERRAMENTAS ESSENCIAIS PARA O ENSINO

Os recursos didáticos são fundamentais para tornar o ensino mais dinâmico, especialmente em um contexto em que muitos educadores ainda utilizam métodos tradicionais que podem desmotivar os alunos. Esses recursos, que vão desde materiais simples a tecnologias mais avançadas, têm o potencial de valorizar o saber do aluno e estimular seu interesse, contribuindo para um aprendizado mais eficaz. Apesar de sua importância, muitos professores enfrentam desafios, como a falta de tempo e estrutura, que impedem a utilização plena dessas ferramentas. Assim, a adoção de recursos didáticos pode transformar a experiência educacional, promovendo um ambiente de aprendizado mais colaborativo e interativo. (Brasil, 2024).

Os recursos didáticos são importantes aliados do professor, por tornar o ensino mais dinâmico e atrativo, atuam como dispositivos que estimulam o interesse do aluno na

aprendizagem, com isso, acontece a valorização do aluno como sujeito ativo de sua aprendizagem. É certo que os recursos didáticos, em escalas assertivas, são relevantes, no entanto, é preciso lembrar dos desafios que o professor enfrenta para trabalhar esses recursos alinhados às suas práticas. A falta de tempo e a estrutura das escolas são discutidos como os principais desafios, além da formação continuada para melhor lidar com a diversidade e especificidades das salas de aula de hoje.

Sobre essa perspectiva Bosco e Silva (2020) discutem que:

Nesse sentido, requer que as professoras coloquem em operação sua capacidade de observar, refletir e agir em prol da construção de caminhos favoráveis ao desenvolvimento das crianças como sujeitos de aprendizagem. Atentando ao fato de que estas precisam contar com apoio e estímulo para transformarem em realidade suas potencialidades e superarem possíveis dificuldades enfrentadas no processo de construção do conhecimento é que podemos constatar a importância das práticas de avaliação realizadas com a intenção de contemplar suas necessidades educativas específicas atuais, mas também seu desenvolvimento futuro. (Bosco e Silva, 2020, P.155).

Diversos tipos de recursos didáticos podem ser empregados nas aulas, incluindo quadros negros ou brancos, jornais, revistas, livros, vídeos e instrumentos específicos para cada disciplina. A eficácia desses recursos depende largamente

da criatividade do professor, que deve ser capaz de explorar seu potencial ao máximo e integrá-los de forma adequada ao processo de ensino-aprendizagem.

É importante distinguir entre recursos didáticos e materiais didáticos. Os materiais didáticos referem-se a objetos físicos que os alunos podem manipular, enquanto os recursos didáticos abarcam um espectro mais amplo de ferramentas, tanto digitais quanto não digitais, que os educadores utilizam para facilitar a aprendizagem. Essa diferenciação é fundamental para a compreensão de como os professores podem enriquecer suas práticas pedagógicas.

Ao escolher o recurso didático mais apropriado, os educadores precisam considerar várias características, como a adequação ao projeto pedagógico da escola, as necessidades específicas dos alunos e a capacidade do recurso de promover o desenvolvimento de competências e habilidades relevantes para o século XXI. Além disso, é imprescindível avaliar o custo envolvido e garantir que o recurso selecionado esteja em conformidade com os objetivos educacionais estabelecidos.

A carência de recursos educacionais pode afetar de maneira significativa a qualidade do ensino e o desempenho dos estudantes. Os educadores frequentemente enfrentam salas de aula lotadas, escassez de materiais didáticos atualizados e insuficiência de tecnologias adequadas para serem integradas ao processo de aprendizagem. Além disso, a falta de formação continuada para os professores pode restringir suas habilidades em adaptar os métodos de ensino às necessidades particulares dos alunos.

Fontoura (2018), comenta em seu estudo que os números demonstram que a formação é mesmo um dos grandes desafios no que diz respeito ao uso da tecnologia como recurso didático. Segundo ela e de acordo com a pesquisa TIC Educação 2016, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), 54% dos professores não cursaram na graduação disciplina específica sobre como usar computador e internet em atividades com os alunos. Além disso, 70% não realizaram formação continuada sobre o tema no ano anterior ao levantamento. Dos que realizaram, 20% afirmaram que a capacitação “contribuiu muito” para a atualização na área.

Mediante exposto fica compreendido que a falta de formação do professor para trabalhar a tecnologia em sala de aula aliada à sua prática pedagógica tem sido um desafio. É cabível que muitos docentes sabem fazer uso dos novos recursos didático para si, mas não conseguem alinhá-los a sua prática pedagógica, deixando a ênfase de que a formação continuada para lidar com esses novos recursos é essencial. Nesse contexto entra a prerrogativa de que a escassez de recursos ou no uso inadequado deles, pode afetar o desenvolvimento e aprendizagem do aluno.

A formação do professor é discutida como um dos principais desafios na implementação e uso dos recursos didáticos Sales e Melo 2024, diz que embora os professores reconheçam que os recursos didáticos auxiliam no processo de aprendizagem, no geral a maioria não sabe como utilizar em sala de aula. (Santos, 2011). A situação fica ainda mais delicada

quando falamos de RDD, pois um questionamento que surge ao se pensar nas tecnologias digitais na sala de aula é o papel do professor. D'Ambrosio (2012) responde a esta pergunta ao afirmar que o novo papel do professor será o de mediador e facilitador do processo de aprendizagem e, conseqüentemente, de interagir com o estudante na produção e na crítica de novos conhecimentos. Evidencia-se então que não é possível trazer recursos digitais de forma efetiva para sala de aula, sem o auxílio do docente.

3.2.1 FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR E OS NOVOS RECURSOS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Incorporar as novas tecnologias no processo educacional é essencial, ainda mais no contexto atual, onde as crianças já nascem imersas a elas. No entanto, é preciso lembrar que o professor deve saber como lidar com esses novos recursos e acima de tudo, conseguir alinhar junto às práticas pedagógicas, e para isso, requer uma formação, e como na maioria das instituições de educação superior não foca nesses pormenores, é importante que o professor encaminhe para uma formação continuada.

Fontoura (2018), comenta que por mais que a desconfiança docente em relação ao uso das novas tecnologias venham diminuindo, ainda há muitos desafios para incorporar essas ferramentas, entre esses desafios a pesquisadora aponta a ausência de formação específica do professor. Destarte, fica a

importância do sistema de ensino, buscar formar seus professores para que estes possam fazer uso das novas tecnologias aliadas as suas práticas pedagógicas e assim tornar o ensino e aprendizagem significativa desde a base.

Quando os professores estão bem preparados para integrar as tecnologias, eles podem criar experiências de aprendizado mais envolventes e relevantes para os alunos, o que é fundamental, principalmente na fase inicial escolar, visto que, muitas crianças não se sentem motivadas a irem à escola, dessa maneira, o professor como mediador da aprendizagem deve proporcionar esse ambiente de aprendizagem significativa e duradoura.

Para Sales e Melo (2024), a utilização de recursos digitais implica em certas mudanças na prática docente, entretanto, nem todos os professores estão dispostos a mudar e entrar na “zona de risco”, ambiente onde situações imprevisíveis podem acontecer. A fala dos autores expressa que nem todos os professores estão dispostos a mudar e entrar na “zona de risco”. Essa “zona é tida como um ambiente onde situações imprevisíveis podem acontecer. No entanto, é relevante considerar vários fatores dessa resistência, entre eles, a escola oferece estrutura, o professor possui formação para lidar com essas tecnologias, a escola disponibiliza desses recursos, enfim, são muitas questões a serem consideradas, antes que se diga que o docente tem medo do novo, ou que simplesmente prefere os métodos tradicionais.

Ainda sobre essa discussão Sales e Melo (2024) diz que

Ao pensar em utilizar recursos digitais em sua prática em sala de aula, o docente enfrenta a dúvida entre produzir seu material didático digital ou utilizar os já postos na internet. Qual o melhor? A resposta é que não há melhor ou pior, é necessário ponderar o contexto do docente (Sales e Melo, 2024, p.07)

A internet hoje disponibiliza inúmeros mecanismos que o professor pode utilizar para melhorar suas aulas. No entanto, fica a dúvida, utilizar o que já está disponível, ou criar seu próprio material, a verdade é que o professor deve considerar o contexto dele e o do aluno também, nem sempre o que está lá prontinho atende a criança e o docente, por isso, sugere-se que seja alinhado os recursos a prática pedagógica que beneficia a todos.

Santos et al (2021), comenta que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deixa clara a necessidade de mobilização de práticas docentes que propiciem a utilização de tecnologias digitais em sala de aula, mas que, no entanto, não apresenta estratégias, possibilidades ou caminhos para que o docente possa alcançar as competências e habilidades propostas por tal documento. Nessa mesma direção, Freitas, Silva e Leite 2018, apontam que não há menção ou suporte de como estas habilidades devem ser trabalhadas em nome de uma pluralidade metodológica e da autonomia dos docentes e das redes de ensino.

Analisando as falas dos autores, fica expresso que, embora os documentos oficiais da educação, no caso, a BNCC, deixe

claro que o docente deve realizar práticas que possam fazer uso das novas tecnologias, esse mesmo documento não oferta estratégias ou possibilidades, deixando tudo a encargo do professor. Assim sendo, percebe-se uma contribuição do próprio sistema educacional com a escassez de práticas metodológicas e recursos avaliativos para a Educação Infantil. Isso porque, ainda que exista o professor, não são ofertados na mesma proporção, os subsídios necessários para alinhar a prática aos recursos didáticos tecnológicos.

Para Santos *et al.* (2021) a escola precisaria passar por mudanças significativas a fim de ampliar a utilização de recursos didáticos durante as aulas. Essa é uma realidade presente em muitas instituições de ensino, onde se observam contradições evidentes, a escolas com um computador, mas não possui internet, outras com data show, mas sem notebook, algumas com aula de informática na grade curricular, mas sem laboratório adequado. Em certos casos existem centenas de livros, mas nenhum espaço para uma biblioteca, alguns alunos possuem celulares, outros não, esse é apenas uns dos fatores mais recorrentes e visíveis nas discussões sobre as limitações estruturais no ambiente escolar.

Nesse contexto, é necessário que escola e o docente encontre meios de equilibrar as possibilidades e as limitações, não é tarefa fácil, afinal, se o sistema educacional falha em alguns aspectos, fica a cargo da escola e do professor tentar conter lacunas para que alunos não sejam prejudicados e possam ter uma educação capaz de levar a caminhos positivos e necessários a formação humana de cada sujeito. E assim, mais

uma vez, entendido a necessidade da formação continuada do professor para lidar com ações que muitas vezes não lhes inerentes. Pontua-se ainda que os órgãos responsáveis pelo setor educacional, deve estar atento a formação dos professores para que estes atendam as demandas que o sistema prevê, cobrar, mas também subsidiar.

No decorrer da pesquisa, foi pontuado a avaliação, ou seja, o processo avaliativo da criança. Avaliar o desenvolvimento de uma criança é uma ação complexa e exige da escola um olhar de extrema atenção, um conhecimento sobre o aprender e o desenvolver do aluno, para que assim, através de metodologias de avaliação ou de instrumentos variados seja possível aferir de maneira mais sistematizada, contemplando o indivíduo e seus avanços (Silva; Urt, 2014, p. 63).

As autoras expressam em sua fala, a complexidade da avaliação do desenvolvimento infantil, destacando que avaliar esse desenvolvimento de uma criança é uma complexa, o que nos leva ao entendimento de que deve ser uma ação conjunta entre docente e escola, cada um com seu papel, o professor de ensinar e avaliar e a escola de oferecer recursos pedagógicos necessários para avaliar a aprendizagem das crianças na educação infantil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que uma educação de qualidade na infância é essencial para garantir o sucesso das crianças ao longo de sua trajetória escolar. A avaliação deve ser feita de maneira

cuidadosa, reflexiva e levando em conta o contexto em que cada criança está inserida. É importante que possamos superar os desafios, incluindo a falta de recursos, para que todos tenham acesso a uma formação que realmente faça a diferença em suas vidas.

Precisamos apostar em novas metodologias que incentivem o pensamento crítico e a criatividade, ajudando as crianças a se prepararem para um mundo que está sempre mudando. É fundamental também que a comunidade e as famílias participem ativamente desse processo, pois isso cria um ambiente de aprendizado mais rico e inclusivo. Com empenho e colaboração, podemos construir um futuro mais justo e próspero, onde a educação seja realmente transformadora e acessível a todos.

Consideramos que através de práticas pedagógicas inovadoras, adaptadas às necessidades de cada criança, podemos criar um ambiente de aprendizagem que seja inclusivo e estimulante. É importante também que as famílias se envolvam nesse processo, pois isso fortalece o vínculo entre a escola e o lar, ajudando a entender melhor o contexto em que a criança vive. Além disso, a formação contínua dos educadores é essencial, pois permite que eles atualizem seus métodos e adotem estratégias eficazes, tornando o ensino mais dinâmico e enriquecedor. No final das contas, a colaboração e a visão conjunta são fundamentais para enfrentarmos os desafios e construirmos uma base sólida para o futuro das crianças.

Promover um espaço onde a criatividade e a curiosidade sejam valorizadas pode realmente transformar a educação em

uma jornada empolgante e cheia de significado. Quando os educadores e as famílias trabalham em harmonia, as crianças sentem-se mais seguras e motivadas para explorar, aprender e crescer. A utilização de tecnologias inovadoras e abordagens interdisciplinares pode ampliar ainda mais esse aprendizado, conectando os alunos com o mundo ao seu redor de maneira mais profunda e relevante.

Além disso, é fundamental criar um ambiente que respeite a diversidade e incentive a empatia, onde cada aluno se sinta respeitado e valorizado por suas diferenças. O respeito mútuo e a inclusão são pilares que sustentam uma comunidade escolar vibrante e acolhedora. Com dedicação e compromisso, temos a oportunidade de preparar as crianças não para o sucesso nos estudos e para serem cidadãos conscientes e responsáveis, prontos para contribuir positivamente para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Raissa, 2021. disponível em: <<https://blog.profantenado.com/o-que-sao-recursos-pedagogicos/>> Acesso em 28 de novembro de 2024.

BARBOSA, D. L. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, A QUALIDADE DO ENSINO EA RELAÇÃO DISCENTE E DOCENTE NA SALA DE AULA. **Revista Primeira Evolução**. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 fevereiro. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Recursos Didáticos e a Transformação da Educação**. Ministério da Educação. 2024 acesso em janeiro de 2025.

BOSCO, Vânia Oliveira Dal. SILVA, Ivone Maria Mendes. Avaliação na educação infantil: Os instrumentos avaliativos utilizados nas escolas de Educação infantil do município de erchim/rs. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.29, 2020.

D´AMBROSIO, U. **Educação matemática: Da teoria à prática**. 23 ed., Campinas, Papirus; 2012.

FERREIRA, M. A., MEDEIROS, K. F., & VIEIRA, R. S. (2012). **Avaliação Educacional: Teorias e Práticas**. São Paulo: Editora Educação Moderna. FONTOURA, J., **Quais os desafios dos professores para incorporar as novas tecnologias no ensino**, 2018.
<https://revistaeducacao.com.br/2018/05/09/quais-os-desafios-dos-professores-para-incorporar-as-novas-tecnologias-no-ensino/> acesso em janeiro de 2025.

FREITAS, F. M.; SILVA, J. A.; LEITE, M. C. L. Diretrizes invisíveis e regras distributivas nas políticas curriculares da nova BNCC. **Currículo sem Fronteiras**. v. 18, n. 3, p. 857-870, 2018.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. P. **Recursos Didático-Pedagógicos na Educação Matemática Escolar - uma abordagem teórico-prática**. Rio de Janeiro, Editora Ciência Moderna Ltda; 2011.

SALES, E. D. N. S; MELO, D. F. P, – Possibilidades E Desafios Na Implementação De Recursos Didáticos Digitais No 1º Ano Do Ensino Médio: Experiências Na Residência Pedagógica. DOI http://dx.doi.org/10.20873/RP2023_6 **Revista Desafios – Dossiê Especial: RP 2023**.

SANTOS, W. L.; FONSECA, M. R.; ALVES, M. M. S.; & RODRIGUES, B. M. Cultura digital e BNCC: contradições e desafios para a prática docente. **Brazilian Journal of Development**. v. 7, n. 6, p. 55908-55921, 2021. SANTOS, A. E. C., COSTA, J. DE S., SANTOS, M. P. N., & JESUS, T. dos S. GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPACTOS E DESAFIOS. **Revista Formadores**, v.21. n.3.2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** (24ª ed.). São Paulo: Cortez Editora. 2017.

SILVA, Tânia Zanata. **Avaliação na Educação Infantil: um breve olhar na avaliação Da aprendizagem**. Revista Tema, Rio Grande do Sul, 2012.

SILVA, J. P; URT, S. C. **Educação infantil e avaliação: uma ação mediadora. Nuances: estudos sobre Educação. Presidente Prudente: v. 25, n. 3, p. 56-78, set./dez. 2014**. Acesso novembro de 2024.

SILVA, E. S. (2018). *A importância dos recursos materiais na educação infantil: Desafios e perspectivas*. **Revista Brasileira de Educação Infantil**, 23(2), 123-135. DOI: 10.1590/S0101-32892018000200008.

SOUZA, A. I. de A. *A relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem*. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, 2020. 5(1), 134-144. ISSN: 2448-0959.

PLAZA. R. F, **Da Aprendizagem na Educação Infantil: Recurso Para A Prática Pedagógica**. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/avaliacao-da-aprendizagem.pdf>. Acesso em novembro de 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores** (6ª ed., J. C. Neto, L. S. M. Barreto, & S. C. Afeche, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. 1998.

IMPACTOS DA AVALIAÇÃO TRADICIONAL NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

Erica Maria Santos Santana ⁸

Anderson do Vale Sousa ⁹

I INTRODUÇÃO

As metodologias utilizadas para a avaliação da aprendizagem nas escolas, que são amplamente adotadas em nossa sociedade, continuam a seguir um modelo teórico convencional. Este modelo entende a educação principalmente como um instrumento destinado à manutenção e à reprodução das condições sociais existentes, sem considerar adequadamente as diversificadas potencialidades e necessidades dos alunos.

A lógica da avaliação educacional está interligada à das instituições escolares, sendo um subproduto de uma escola desconectada da vida real e das práticas sociais. Esse desvio resulta no autoritarismo como um elemento fundamental para sustentar esse modelo social, fazendo da avaliação uma

⁸ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF.

⁹ Pedagogia pela FAEPI; Especialista em Educação Global pela UNIFUTURO; Mestre em Educação pela FCU (Reconhecido pela UNAMA); Doutorando em Educação pela FCU.

manifestação desse autoritarismo. Essa visão da avaliação no ambiente escolar reflete uma abordagem pedagógica associada a um modelo liberal conservador.

Estudantes estão constantemente sob julgamento e avaliação por professores e instituições, o que prejudica sua capacidade de aprendizagem. Esse processo muitas vezes leva a um autoconceito negativo e sentimentos de inadequação. A avaliação deveria promover a consciência de que todos desejam aprender e são capazes de evoluir em seus estudos.

As avaliações classificatórias convencionais avaliam os alunos de maneira objetiva, tratando-os quase como se fossem simples objetos inanimados que podem ser facilmente categorizados em categorias de bom ou ruim, sem levar em consideração suas individualidades e nuances. Desta forma, o problema desta pesquisa é: quais as consequências dos procedimentos de avaliação tradicional para o processo ensino-aprendizagem dos alunos?

Assim, definiu-se como objetivo geral: Analisar os aspectos do processo avaliativo tradicional e apresentar sugestões que possam enriquecer e facilitar o processo de aprendizagem, permitindo que os alunos tenham uma experiência mais completa e significativa. Como objetivos específicos: Identificar a avaliação tradicional como fator de entrave para o desenvolvimento de uma avaliação que contribua para o desenvolvimento integral; analisar os impactos gerados pela avaliação tradicional no processo ensino-aprendizagem; propor a avaliação formativa como procedimento metodológico que pode contribuir para a eficácia do ensino.

Justifica-se, portanto, a realização desta pesquisa pela necessidade de repensar e reestruturar as práticas avaliativas nas escolas. A pesquisa busca identificar a avaliação tradicional como fator de entrave para o desenvolvimento de uma avaliação que contribua para o desenvolvimento integral dos alunos. Além disso, visa analisar os impactos gerados pela avaliação tradicional no processo ensino-aprendizagem e propor a avaliação formativa como um procedimento metodológico que pode contribuir para a eficácia do ensino

Como metodologia a abordagem utilizada foi qualitativa, pois essa foca na análise e interpretação de aspectos mais profundos, além de descrever a complexidade do comportamento humano. Ela oferece uma análise mais detalhada das investigações, hábitos e atitudes.

Quanto ao procedimento de coleta de dados foi adotada a bibliográfica, para obtenção das informações por meio de: livros, artigos científicos e sites que tratavam da temática, abordando as principais peculiaridades do estudo e examinado de forma clara e de fácil perceptividade todo o material encontrado para esta pesquisa. Nesse contexto, Lakatos e Marconi (2017) destacam que pesquisa bibliográfica compreende toda a literatura disponível sobre o tema estudado, incluindo publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, dissertações, teses e material cartográfico.

Já em relação ao método adotou-se o dedutivo, considerando que este permite a consecução dos objetivos da investigação proposta. Segundo Mendes (2016) A dedução é um recurso metodológico em que a racionalização ou combinação

de ideias em sentido interpretativo tem mais valia do que a experimentação de casos particulares.

Considerando os objetivos da pesquisa, esta é exploratória, constituindo-se em um tipo de investigação que tem como objetivo principal de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, de modo que proporciona uma visão geral de um determinado fato (Gil, 2019).

2. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A etimologia da palavra “avaliar” remonta ao latim, onde é formada pela junção da partícula “a” com “valare”, que se traduz como atribuir valor e reconhecer a relevância de algo. De acordo com Luckesi (2018), avaliação envolve um tipo de julgamento de valor relativo a algum aspecto da realidade; a partir desse julgamento, é viável tomar decisões que podem levar à aceitação ou à transformação da situação em questão. No ambiente escolar, o autor enfatiza que é possível definir a avaliação como o processo de análise e julgamento das atividades realizadas no contexto do ensino-aprendizagem, refletindo sobre a eficácia e o impacto das ações educativas.

Dessa maneira, chega-se à conclusão de que o ato de avaliar envolve não apenas a análise dos aspectos quantitativos do objeto em questão, mas também abrange uma consideração cuidadosa dos aspectos qualitativos. No entanto, segundo as observações de Libâneo (2018), o processo de avaliação no

contexto do ensino e aprendizagem ainda é frequentemente orientado pelo paradigma da lógica quantitativa. Isso significa que é comum nas instituições e nas práticas educacionais a ênfase na mensuração, ou na “medida”, dos conhecimentos que foram adquiridos pelos alunos ao longo do tempo.

Segundo Almeida (2018), a avaliação possui um campo de estudos bem definido que se consolidou a partir do século XX. No entanto, a autora enfatiza que já existem registros de estudos sobre avaliação que remontam a 1897. As duas primeiras décadas deste século foram marcadas por um crescimento significativo no desenvolvimento de testes padronizados, que foram criados com o intuito de mensurar as habilidades e aptidões dos alunos. (Chuieire, 2008 apud Farias, 2018).

Dessa forma, é possível entender que essa concepção de avaliação exerceu uma influência preponderante nos processos de avaliação da aprendizagem nos sistemas escolares, impactos que perduram até os dias atuais.

A avaliação da aprendizagem desempenha um papel crucial no processo de ensino e aprendizagem. Essa prática é fundamental, pois proporciona a oportunidade de monitorar, descrever, informar e atribuir valor ao que está sendo avaliado nos estudantes. Nesse contexto, Reis, Machado e Cunha (2024) enfatizam que é imprescindível que haja:

[...] no contexto do ensino e da aprendizagem, podemos enxergar essa jornada como um percurso que se estende entre um ponto de partida e um destino final. É de suma importância que, ao longo dessa trajetória,

fazemos uma verificação constante para assegurar que estamos avançando em direção à nossa meta. Além disso, é crucial identificar se alguns participantes pararam devido à incerteza sobre qual caminho seguir, ou se, por ventura, se desviaram para rota indesejada. (Reis; Machado; Cunha, 2024, p. 79).

Sob essa perspectiva, a verificação desse percurso acontece através de processos avaliativos, os quais possibilitam que os participantes possam redirecionar suas trajetórias com o intuito de atingir as metas e objetivos relacionados ao ensino e à aprendizagem. Contudo, essa compreensão a respeito da avaliação da aprendizagem é um tema que ainda desencadeia muitas discussões e impasses sempre que é colocado em pauta.

A divergência nas compreensões sobre os objetivos da avaliação, frequentemente vista como medição do progresso do aluno (avaliação processual), ocorre porque muitos ambientes escolares carecem de um entendimento claro sobre seu papel. Poucos veem a avaliação como parte essencial do ensino e aprendizagem; a maioria a limita à atribuição de notas após um ciclo de ensino. Essa visão é refletida na maneira como os alunos mostram suas habilidades, geralmente por meio de acertos em testes e provas.

Assim, compreende-se que o processo de ensino e aprendizagem é validado através da avaliação, a qual é fundamental para determinar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes ao longo de um período específico de estudo. Considerando essa perspectiva, Moretto (2014) destaca que o

sistema educacional é centrado nos processos avaliativos, direcionando tanto alunos quanto professores a se organizarem e estruturarem suas atividades de acordo com essas avaliações.

A avaliação, quando compreendida meramente como um processo classificatório que se baseia na mensuração e aferição, busca analisar e verificar o desempenho do estudante através de instrumentos que resultam na atribuição de uma nota. Essa abordagem, além de ser excludente, se revela bastante pouco democrática.

Essa abordagem de avaliação é frequentemente reconhecida como tradicional ou somativa, uma vez que dá ênfase à ideia de mensuração, medição e quantificação do conhecimento adquirido pelos alunos. Essa concepção remonta a períodos anteriores ao século XX (Almeida, 2018).

A avaliação tradicional ou somativa se caracteriza pela prática de atribuir uma nota ao estudante ao final de uma etapa educacional, sendo essa avaliação, como afirmam Guimarães et al. (2020), crucial para determinar se o aluno será retido ou promovido ao próximo nível durante o período letivo em curso. No entanto, seu uso indevido pode resultar na criação de rótulos, estigmas e uma sensação de fracasso, além de fomentarem um ambiente de competitividade desnecessária entre os alunos.

Ademais, a avaliação é um componente essencial do ensino e aprendizagem, tornando-se uma prática inclusiva e democrática. Luckesi (2018) afirma que, sob essa perspectiva, a avaliação é um valioso instrumento para verificar o progresso dos alunos e promover uma reflexão sobre os resultados

obtidos. Se necessário, pode também indicar a necessidade de ajustar o planejamento para aprimorar o processo educativo. Santos e Canen (2014) complementam essa reflexão ao afirmar que:

[...] a avaliação é entendida como uma prática destinada a ser mais inclusiva e menos discriminatória, tanto para os alunos quanto para as instituições de ensino. Essa abordagem reflete um compromisso com uma educação que valoriza e respeita as diversas culturas dos alunos, ao invés de se restringir à mera classificação e punição. O foco aqui é acompanhar e apoiar todo o processo de ensino-aprendizagem de forma holística. (Santos; Canen, 2014, p. 64).

A avaliação deve ser integrada aos currículos e planejamentos pedagógicos dos sistemas educacionais. Luckesi (2018) afirma que a forma de avaliação é crucial para o sucesso dos projetos educativos, pois indica o que professores e instituições consideram valioso. Se a avaliação for vista como parte do processo de ensino, será percebida pelos alunos como uma fase da jornada educativa, e não um momento isolado para demonstrar todo o conhecimento adquirido.

A avaliação deve:

[...] considerar os elementos fundamentais que estão entrelaçados no processo de ensino e aprendizagem – que incluem o aluno, o professor e o conhecimento em si. Essa

consideração é essencial, pois possibilita que tanto o educador quanto o estudante tenham uma visão clara de como cada um está interagindo com o conhecimento matemático, promovendo assim uma relação mais significativa e produtiva com a matéria em questão (Pavanello; Nogueira, 2006, p. 37 apud Barbosa, 2022, p. 5).

A visão dos autores se alinha perfeitamente com a ideia de que a avaliação deve ser integrada ao processo de ensino e aprendizagem. Isso representa uma ruptura significativa em relação à perspectiva tradicional, que frequentemente limita a avaliação à mera mensuração de resultados. Essa nova abordagem enfatiza a avaliação como um componente dinâmico e essencial, contribuindo para o desenvolvimento contínuo dos alunos.

Valente (2008 apud Lima; Nasser, 2022) aborda a avaliação como fundamentada em três princípios essenciais: justiça, rigor e impessoalidade. A justiça implica que o professor deve ser equitativo ao avaliar as respostas dos alunos, considerando tanto os bem-sucedidos quanto os que erraram, sem se preocupar com os métodos que usaram. O rigor relaciona-se ao conteúdo, onde o educador deve trazer o conhecimento da sua formação superior para a aula. Por último, a impessoalidade exige que o professor mantenha distância dos alunos, assegurando uma avaliação objetiva e imparcial.

Esses três pilares tornam a avaliação excludente, priorizando acertos e valorizando os bem-sucedidos nas provas.

Contudo, essa abordagem ignora os diversos métodos e estratégias dos alunos, especialmente dos que têm dificuldades e não conseguem um bom desempenho. Uma avaliação focada nesses três pilares restringe o progresso dos alunos, especialmente quando educadores se afastam deles, tratando a avaliação apenas como um momento de contabilizar erros e acertos, em vez de uma chance valiosa para aprendizado e crescimento individual.

A partir das reflexões proporcionadas por essa discussão, Kraemer (2005 apud Tuchtenhagen et al., 2022) oferece uma análise essencial para que o entendimento adequado da concepção tradicional de avaliação. Além disso, ele contrasta essa perspectiva com uma abordagem que se revela mais apropriada, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento do processo de aprendizagem, mediante a aplicação do paradigma das competências.

Silva (2023) corrobora ao afirmar que essa interpretação pode oferecer suporte e fortalecer uma visão de avaliação que é intrínseca ao processo educativo. Nesse contexto, esse momento deve ser entendido como uma oportunidade de aprendizado enriquecedor para os alunos.

Este modelo de avaliação se baseia nas competências essenciais, claramente refletidas nos documentos que orientam a educação básica no Brasil, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos são diretrizes fundamentais para o sistema educacional e a abordagem por competências pode influenciar significativamente as decisões

de instituições e educadores, impactando os procedimentos de avaliação.

2.1 A AVALIAÇÃO NA LEGISLAÇÃO E NA DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A sala de aula não deve ser vista como um espaço exclusivo para o professor, pois há diversas diretrizes que moldam o processo ensino-aprendizagem. Isso não implica que a prática pedagógica do educador seja inflexível. É essencial que o professor considere metas educacionais, métodos de ensino e normas ao planejar as atividades, pois esses elementos são cruciais para criar um ambiente de aprendizado eficaz e alinhado às exigências educacionais.

A avaliação é uma ferramenta crucial para garantir a qualidade do ensino, tornando essencial a contextualização das leis sobre o processo avaliativo nas salas de aula. No Brasil, três documentos oficiais orientam a educação básica: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação (PNE). Essas diretrizes estruturam o ensino e asseguram que as práticas avaliativas atendam às necessidades educacionais atuais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor desde 20 de dezembro de 1996 (número 9.394), estabelece que a avaliação deve ser contínua e cumulativa. Ela prioriza os aspectos qualitativos em vez dos quantitativos, considerando os resultados ao longo do tempo, não apenas as provas finais. Isso destaca a importância de uma avaliação formativa que valoriza

o progresso contínuo e os resultados qualitativos, promovendo uma abordagem mais holística à educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Básica oferecem uma visão abrangente da avaliação em sala de aula, alinhando-se a metodologias eficazes. Segundo as DCN, "A avaliação do aluno, a ser realizada pelo professor e pela escola, é redimensionadora da ação pedagógica e deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica" (Brasil, 2013, p. 123). Essa citação destaca que a avaliação não é apenas um ato de atribuir notas, mas um instrumento transformador da prática pedagógica, orientando e influenciando o processo educacional de maneira significativa e evolutiva.

O Plano Nacional de Educação (PNE) define diretrizes e metas para a política educacional de 2014 a 2024. Embora não detalhe as avaliações em sala de aula, aborda questões gerais sobre educação e aprendizagem, conectando-se ao cumprimento das metas estabelecidas. Destaca a necessidade urgente de fortalecer a coordenação estatal da educação em todas as regiões e a importância do monitoramento contínuo para assegurar a qualidade do sistema educacional.

O estado precisa fortalecer seu papel de coordenação no território, fazendo busca ativa e viabilizando o planejamento de matrículas de forma integrada aos municípios, bem como incorporando instrumentos de monitoramento e avaliação contínua em colaboração com os municípios e com a União. (Brasil, 2018, p. 11).

Além dos documentos previamente mencionados, é crucial destacar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC estabelece diretrizes para o currículo da educação básica no Brasil, definindo aprendizagens essenciais para os estudantes. Seu foco é detalhar o que os alunos devem aprender em cada fase da educação, garantindo uma formação consistente e de qualidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não define um método específico para avaliações, considerando a avaliação uma parte essencial do processo educacional, já integrada na rotina das escolas. O documento destaca a importância da avaliação formativa no ambiente escolar, mencionando que:

Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos. (Brasil, 2018, p. 19)

Este trecho enfatiza a importância da avaliação, mostrando como ela é uma aliada na melhoria do desempenho da escola, professores e alunos. A avaliação funciona como uma ferramenta essencial que identifica áreas a serem aprimoradas e fornece insights para ajustes no processo educativo, criando um ambiente de aprendizado mais eficaz e adaptável.

Por outro lado, mesmo que não haja um enfoque específico em como realizar avaliações nas escolas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca de forma significativa a importância do desenvolvimento do conhecimento e da aprendizagem dos alunos.

O professor possui a responsabilidade de avaliar cuidadosamente o desempenho dos alunos em relação às habilidades que foram definidas no documento pertinente, pois a eficácia desse processo de avaliação está diretamente ligada à habilidade do professor em interpretar corretamente os resultados obtidos nas avaliações.

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS DA AVALIAÇÃO TRADICIONAL

O modelo tradicional de avaliação escolar prioriza a classificação dos alunos, essencial no processo avaliativo. O julgamento de valor é utilizado para posicioná-los segundo padrões pré-definidos, resultando em notas que os colocam em um espectro de desempenho. Essa abordagem gera uma hierarquia rígida, acarretando consequências prejudiciais, como preconceito e estigma, que podem acompanhar o aluno ao longo de sua educação. Dessa forma, a avaliação classificatória torna-se uma ferramenta opressiva, limitando o desenvolvimento acadêmico e pessoal, ao invés de fomentar o crescimento e sucesso escolar.

Outro aspecto autoritário da avaliação tradicional é seu papel como controle das condutas sociais. Nas escolas, é comum usar os resultados da avaliação para intimidar os alunos. Luckesi (2018, p. 12) destaca: “De um instrumento de diagnóstico para o crescimento do aluno, a avaliação se torna um recurso que impõe ameaças e disciplina por meio do medo [...]”. Essa prática prejudica o ambiente educacional e limita o aprendizado e desenvolvimento dos estudantes.

O modelo de avaliação adotado em muitas escolas contribui significativamente para os altos índices de fracasso escolar, evidenciados pela repetência, evasão e exclusão interna dos alunos. Essa abordagem crítica muitas vezes gera uma relação negativa entre os estudantes e o aprendizado, resultando em dramas e angústias que afetam seriamente sua autoestima. Portanto, é essencial promover estudos e iniciativas que revelem os efeitos nocivos do modelo tradicional de avaliação e proponham alternativas que fomentem ambientes de aprendizado mais saudáveis e o desenvolvimento integral dos alunos.

3.2.1 DESGASTE DA RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO E PERDA DA MOTIVAÇÃO

Os efeitos negativos da avaliação tradicional podem dificultar a ligação entre o aluno e o objeto de aprendizagem. Ao investigar a afetividade escolar, analisam-se as condições que facilitam ou prejudicam os vínculos entre o aluno e o conteúdo. A imposição de condições aversivas nas avaliações pode gerar

aversão ao conhecimento, prejudicando o aprendizado e a curiosidade necessárias no processo educativo.

Ao revisitar Luckesi (2018), nota-se que a avaliação, sob a perspectiva tradicional, pode se tornar uma ferramenta de autoridade excessiva, dificultando o real desenvolvimento dos alunos. Esse modelo oferece acesso ao conhecimento para alguns, enquanto outros enfrentam estagnação ou até abandono escolar.

Um dos impactos mais preocupantes das avaliações tradicionais é a deterioração da relação entre alunos e o aprendizado. Feedback negativo e avaliações inadequadas geram aversão e desinteresse pela disciplina, levando a uma desconexão que prejudica o entusiasmo e o desenvolvimento educacional.

Leite e Kager (2009) destacam que um dos principais efeitos é a queda na motivação para estudar e o aumento do desinteresse pela disciplina, além do desânimo resultante do insucesso nas avaliações. Essas consequências tendem a se manifestar em curto a médio prazo, apresentando efeitos imediatos, mas de curta duração. Em contrapartida, os impactos da deterioração na relação entre sujeito e objeto podem se estender de médio a longo prazo, persistindo mesmo após algum tempo.

Luckesi (2018) argumenta que o modelo de avaliação escolar tradicional prioriza a classificação dos alunos em vez de um diagnóstico efetivo. O julgamento de valor, que poderia promover nova análise pedagógica, se torna uma simples classificação com base em padrões estabelecidos. Assim, a

avaliação não incentiva reflexões sobre a prática pedagógica, mas emite um veredicto sobre o aluno, perpetuando condições de ensino. Esse enfoque impede avanços no desenvolvimento do aluno e no processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, uma avaliação diagnóstica pode ser usada para fins educacionais relevantes, realmente contribuindo para a evolução da aprendizagem.

A avaliação classificatória traz consequências negativas, como preconceito e estigmas em alunos. Leite e Kager (2009) destacam que o objetivo das avaliações tradicionais é classificar os alunos em uma hierarquia, resultando em estigmas que criam barreiras além da avaliação em si.

A produção de estigmas se dá quando a avaliação classificatória produz consequências negativas no aluno (preconceito é uma delas), evidenciando que a função das práticas avaliativas era, em seu cerne, classificar e, por consequência, estigmatizar. (Santos, 2022, p. 20)

Os autores destacam a importância de ver a avaliação como um objetivo, não apenas uma atividade, pois os resultados das provas costumam ser ignorados. Isso implica que, em vez de beneficiar o aluno de maneira construtiva, esses resultados não ajudam na reflexão ou na melhoria das condições de ensino, mantendo um ciclo que precisa de mudanças significativas.

As avaliações tradicionais afetam a autoestima dos alunos, gerando sentimentos de incapacidade, frustração e exclusão social. Lopes (2019) afirma que esses sentimentos se tornam

constantes, marcando a trajetória escolar e muitas vezes persistindo na vida acadêmica.

Segundo Leite e Keger (2009), o professor pode intensificar os sentimentos negativos dos alunos sobre as práticas de avaliação nas instituições. Essa intensificação se mostra de várias formas, destacando que o comportamento do docente ajuda a perpetuar estigmas enfrentados por muitos alunos. Um relacionamento conflituoso pode gerar emoções como raiva, ódio, desprezo e humilhação, segundo os relatos analisados.

3.2.2 AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE PODER NAS MÃOS DO EDUCADOR

A avaliação possui a capacidade de atuar como uma ferramenta disciplinadora sob a responsabilidade do professor. Dessa dinâmica, surgem manifestações frequentes de autoritarismo, que podem, em última instância, culminar em uma intensificação desse comportamento.

Luckesi (2018) aponta que o uso autoritário do professor nas avaliações se manifesta na escolha do que é relevante ou irrelevante, feita apenas por seu critério pessoal ou, mais preocupantemente, influenciada por seu estado emocional. Essa prática pode prejudicar a objetividade e a equidade nas avaliações.

Dentro desse cenário, Leite e Kager (2009) ilustraram a avaliação como uma armadilha elaborada pelos educadores, uma vez que, de maneira intencional, exigem nas provas conhecimentos mais elaborados e complexos, que muitas vezes

não têm relação com as práticas efetivamente desenvolvidas nas salas de aula.

Santos *et al.* (2023) analisam as experiências de alunos em contextos de recuperação punitiva, onde enfrentam provas muito mais difíceis que as anteriores, com exercícios de maior complexidade. Assim, em vez de ajudar na recuperação, essas avaliações se tornam armadilhas. Evidencia-se que a avaliação não visa o benefício do aluno, mas sim a imposição de desafios adicionais. Os relatos sugerem que essas práticas prejudicam o desempenho dos alunos, em vez de promover seu desenvolvimento.

Leite e Kager (2009) destacam casos que exemplificam o uso autoritário das avaliações pelos professores, manifestado pelo controle sobre os alunos e feedback punitivo. Durante a avaliação, educadores demonstram excessiva preocupação com as condições físicas dos alunos e ambiente. Assim, o dia da prova torna-se um ritual opressivo, cheio de exigências que geram medo e ansiedade nos alunos, tanto pela avaliação quanto pela disciplina em questão.

A relação entre professor e aluno costuma ser hostil devido à dinâmica de poder, que geralmente envolve desconfiança em relação ao aluno desde o início. Alcântara, Baia e Soares (2019) apoiam essa visão, analisando como essa interação afeta o ambiente educacional e o processo de ensino-aprendizagem.

Se, de um lado, a educação usa a avaliação como instrumento de poder e de controle do aluno, por outro, o aluno, que não é um ser passivo,

desenvolve estratégias de sobrevivência e cria um contra poder: estabelece uma relação utilitarista com o saber e com o outro; consegue nota a qualquer custo, mesmo que por meio de “cola”; procura enrolar o professor nas respostas escrevendo “abobrinhas”, etc. De qualquer maneira, o que verifica-se frequentemente é que não há, como seria razoável supor, correlação entre a nota e a qualidade da aprendizagem. Ou seja, o aluno acaba desvendando o jogo da escola e encontra formas de resistência e enfrentamento. Ocorre que não há alteração de paradigma, qual seja, o aluno apenas busca uma forma de se safar da eventual reprovação e, sobretudo, de atingir seu objetivo: o certificado, o diploma (que não corresponde, como se esperaria, a um nível satisfatório de conhecimento). Trata-se de reproduzir para não ser excluído (Alcântara; Baia; Soares, 2019, p. 230).

Os autores (2019) destacam as atitudes de professores ao aplicar avaliações, frequentemente reprimindo e humilhando alunos com baixo desempenho. Relatos impactantes evidenciam a aversão dos estudantes, que se sentem desrespeitados, vivendo humilhação e constrangimento que marcam suas vivências escolares.

Uma outra forma autoritária de se empregar a avaliação é a sua conversão em um instrumento que disciplina as condutas sociais. No ambiente escolar, é comum observar a adoção do poder e do julgamento que a avaliação confere, sendo muitas

vezes utilizado como uma forma de intimidação aos alunos, conforme sugere os dados disponíveis.

As práticas de avaliação tradicional se tornam ferramentas de controle para os educadores. Em muitos casos, alguns professores as usam não só para medir o aprendizado, mas também como punição para comportamentos indisciplinados. Isso pode criar um ambiente escolar onde a avaliação reflete o poder do professor, em vez de ser um meio construtivo de aprendizagem.

A avaliação, que é frequentemente utilizada pelo professor como uma ferramenta de poder, acaba se transformando em um instrumento de intimidação. Isso gera uma série de emoções negativas entre os alunos, o que ajuda a entender por que os dias dedicados às avaliações podem ser fontes significativas de ansiedade e sofrimento na vida escolar dos estudantes.

Constata-se que a avaliação, sob o prisma tradicional, se transforma em uma prática capaz de evocar sentimentos profundos e, em alguns casos, tão intensos que chegam a comprometer seriamente a qualidade de vida dos alunos.

3.2.3 AVALIAÇÃO FORMATIVA COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DE AVALIAÇÃO QUE CONTRIBUI PARA A EFICÁCIA DO ENSINO

Existem várias formas de avaliação, mas este estudo foca na avaliação formativa. Essa avaliação se diferencia das tradicionais, pois não se concentra apenas no resultado. Em vez

disso, é um processo dinâmico que avalia o aprendizado dos alunos ao longo de sua educação, buscando garantir uma aprendizagem efetiva para todos, possibilitando ajustes e intervenções oportunas para um aprendizado mais significativo (Queiroz; Maciel, 2020).

Na sociedade atual, com crescentes exigências sobre avaliações e avaliadores, a avaliação formativa se destaca como uma ferramenta essencial no ensino. Ela possibilita o acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes, aprofundando a compreensão de suas necessidades educacionais e melhorando a qualidade do ensino.

A avaliação formativa é uma ferramenta vital que valoriza a qualidade educacional e o sucesso dos alunos. Seu objetivo principal é entender o aluno durante a aprendizagem e apoiar o professor em sua prática. Essa avaliação evolui, deixando de ser apenas um instrumento de quantificação e adotando um papel que prioriza a qualidade e profundidade do aprendizado (Queiroz; Maciel, 2020; Roldão, 2014).

Essa avaliação se destaca por ser mais igualitária, garantindo a todos os estudantes uma aprendizagem semelhante. Ao contrário de métodos que focam apenas no desempenho final, essa abordagem promove um ambiente contínuo e equitativo, permitindo que o aprendizado ocorra de forma linear e justa, favorecendo o progresso de todos (Roldão, 2014).

A avaliação formativa é fundamental para a autoavaliação do professor. Quando ele percebe que os alunos não atingem os objetivos de aprendizagem, deve refletir sobre seu

planejamento e estratégias de ensino. Essa autoavaliação melhora a qualidade do ensino e mantém o educador preparado para refletir sobre seu método. O foco é a aprendizagem dos alunos, priorizando a compreensão dos conteúdos em vez de apenas repassar as informações do currículo (Libâneo, 2018).

O educador que integra a avaliação formativa em sua prática pedagógica tem a oportunidade de fortalecer o núcleo da educação: incentivar o desenvolvimento do aluno. Durante a avaliação formativa, a aprendizagem do aluno deve ser o foco principal. Além disso, a abordagem de avaliação deve ser diversificada, permitindo ao estudante aprimorar diversas habilidades e competências essenciais para seu aprendizado e crescimento acadêmico (Roldão; Ferro, 2015).

3.2.4 ESTRUTURA DA AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação formativa é voltada para a regulação e orientação do processo de ensino-aprendizagem, funcionando como um caminho para moldar práticas educacionais eficazes. Neste contexto, a regulação refere-se à coleta e à análise contínua de informações sobre o que ocorre durante o processo educativo, permitindo a graduação de valores qualitativos, quantitativos e descritivos acerca do desempenho dos alunos (Roldão; Ferro, 2015).

A partir dessa regulação, emerge uma importante função de orientação, que se revela essencial para que o professor possa ajustar suas estratégias de ensino. Caso essas abordagens não estejam proporcionando uma aprendizagem significativa, essa

orientação possibilitará ao educador realizar as modificações necessárias para promover um aprendizado mais eficaz (Santos; Moreira, 2024).

Os erros não devem ser vistos negativamente; ao contrário, representam uma oportunidade para avaliar se o método de ensino precisa de ajustes para promover um aprendizado eficaz. No ambiente escolar, eles não devem ser encarados como punições, mas como sinais de que as estratégias de ensino devem ser revisadas, garantindo a todos os alunos a mesma chance de aprender e prosperar (Libâneo, 2018).

Assim, para facilitar um entendimento mais aprofundado do processo de avaliação formativa, é possível dividir esse procedimento em três etapas distintas e interligadas. A primeira etapa é a Informação, na qual o professor desempenha o papel de observador atento, analisando não apenas os métodos de ensino que estão sendo empregados, mas também identificando as dificuldades que os alunos enfrentam. A segunda etapa é o Feedback, em que o educador se dedica a reconhecer os diversos fatores que podem estar contribuindo para as dificuldades de aprendizagem que cada aluno apresenta. Por último, têm-se a Regulação do processo de ensino e aprendizagem, na qual o professor realiza ajustes e adaptações necessárias nos métodos de ensino, visando promover e facilitar a aprendizagem daqueles alunos que estavam enfrentando obstáculos (Santos; Moreira, 2024).

3.2.5 ETAPA INFORMAÇÃO

A informação é essencial na avaliação formativa, onde o professor verifica se os alunos atingem os objetivos de aprendizagem. Nesse contexto, o educador assume um duplo papel: apresenta conteúdos e atividades programadas e observa o nível de aprendizado dos alunos ao longo do processo (Libâneo, 2018).

Avaliação formativa é entendida como uma forma de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, que busca reunir continuamente informações que podem gerar reflexão para o professor, acarretando um reconsiderar ou recriar no modo de agir com os alunos (Lovo, 2020, p. 20).

Nesta fase do ensino, é crucial que o professor documente diversos aspectos como comentários, ações e interações, ajudando na avaliação da aprendizagem dos alunos. Esses registros devem incluir não só a comunicação entre professor e aluno, mas também as interações entre os alunos e sua relação com a turma, permitindo uma melhor compreensão dos tópicos não assimilados e oportunidades para intervenções pedagógicas (Libâneo, 2018).

Os alunos também podem fornecer essa informação enquanto realizam autoavaliações ou avaliações em grupo. No entanto, é crucial que o professor seja claro e transparente sobre os critérios de avaliação e a finalidade desse processo. Isso

previne tentativas de manipular os resultados por medo de avaliações negativas (Queiroz, 2020).

Outro aspecto importante para o professor durante a coleta de informações é a definição clara e imparcial dos critérios de avaliação, essenciais para evitar viés nos resultados. É crucial focar na verificação do cumprimento dos objetivos de aprendizagem, em vez de comparar diferentes alunos ou turmas em termos de desenvolvimento pessoal (Queiroz, 2020).

É crucial notar que o erro pode indicar que o ensino não está gerando resultados adequados. Em vez de ser temido, o erro deve ser visto como uma oportunidade para implementar mudanças necessárias. Essas mudanças são essenciais para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem, ajudando todos os alunos a atingirem os objetivos do currículo (Libâneo, 2018).

Conclui-se que a informação é a etapa inicial essencial da avaliação formativa. Nesse estágio, o professor faz um diagnóstico detalhado de sua aula, identificando aspectos positivos e negativos do processo de ensino-aprendizagem.

3.2.6 ETAPA FEEDBACK

Esta fase é a segunda etapa da avaliação formativa, onde o educador, com base no diagnóstico anterior, identifica as dificuldades de aprendizado dos alunos. Após reconhecer os problemas, o professor busca entender suas causas para implementar novas estratégias para corrigir os erros dos estudantes (Oliveira, 2014).

As boas práticas em termos de avaliação formativa recomendam que o feedback seja feito regularmente, de modo a oferecer oportunidades para o estudante refletir e rever suas práticas ainda durante a experiência educacional (Miranda *et al.*, 2020, p. 4).

A deficiência na aprendizagem dos alunos pode estar ligada a vários fatores, incluindo o processo de ensino e as estratégias de aprendizagem. Portanto, é crucial compreender que o erro não é apenas uma falha do aluno; o professor também pode impactar as dificuldades enfrentadas (Libâneo, 2018).

Os dois primeiros pontos discutidos estão ligados ao papel do professor. Durante o feedback, é fundamental que o professor realize uma autoavaliação de sua atuação. O erro de um aluno pode resultar de fatores do ensino ou das abordagens pedagógicas, planejadas para facilitar a aprendizagem de todos. Quando um aluno enfrenta dificuldades, o professor deve refletir profundamente sobre sua prática, ajustando suas estratégias para promover um aprendizado efetivo em toda a turma, assegurando oportunidades para todos prosperarem no ambiente educacional (Oliveira, 2014).

O docente deve analisar a lógica do aluno para compreender o erro cometido. Ao se colocar na visão do estudante, o professor identifica estratégias que melhoram o ensino, garantindo o sucesso na aprendizagem de todos no ambiente educacional (Roldão, 2014).

O professor, com profundo conhecimento sobre o processo educativo, será responsável por identificar as causas dos erros.

Reconhecendo essas dificuldades, ele iniciará uma reavaliação e adaptação de estratégias para assegurar o sucesso na aprendizagem de todos os alunos (Oliveira, 2014; Libâneo, 2018).

3.2.7. ETAPA REGULAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Na regulação do aprendizado, o professor deve identificar os fatores que causaram o erro e elaborar um planejamento cuidadoso, desenvolvendo estratégias eficazes para atender às necessidades e dificuldades dos alunos (Santos; Moreira, 2024).

Dependendo do erro identificado, as mudanças pedagógicas podem incluir alterações nas atividades, uso de novos recursos didáticos, metodologias inovadoras e definição de objetivos intermediários adequados ao contexto dos alunos. A chave é a habilidade do professor em avaliar cada aluno individualmente, guiando-os rumo ao sucesso na aprendizagem (Libâneo, 2018).

Por esta razão é que Costa (2023) pondera:

A regulação da aprendizagem realizada pela avaliação formativa opera tanto através da ação do professor, que ajusta o seu planejamento com base nos resultados encontrados no processo educativo, mas, especialmente, por meio da ação da/o estudante, ou seja, na autorregulação das suas próprias aprendizagens. (Costa, 2023, p. 3)

A regulação do processo educativo não deve ser vista pelos professores como uma falha no planejamento, mas sim como

uma oportunidade para aprimorar o ensino. Essa visão busca garantir o sucesso na aprendizagem dos alunos e apoiar o crescimento profissional dos educadores (Queiroz; Maciel, 2020).

É crucial reconhecer que as turmas têm um número significativo de alunos, cada um com suas particularidades e estilos de aprendizado. Portanto, ao diversificar atividades e métodos de avaliação, aumentam as chances de resultados satisfatórios. Isso porque muitos estudantes têm competências únicas a serem desenvolvidas. Assim, essa diversificação não apenas enriquece a experiência educacional, mas também ajuda a reduzir disparidades nas aprendizagens, muitas vezes ligadas à origem sociocultural dos alunos.

Esse método de ensino exige um planejamento cuidadoso do currículo e dos procedimentos didáticos. Isso permitirá aos educadores implementar estratégias que proporcionem uma experiência de aprendizado equitativa para todos, apesar das variações de ritmo e dificuldades. Ao adotar a avaliação formativa, o professor valoriza mais o processo de aquisição do conhecimento e habilidades do que os resultados de avaliações pontuais (Haga *et al.*, 2014).

Na avaliação formativa, a aprendizagem do aluno é o objetivo principal. O professor, com sólida formação, atua como líder para guiar esse processo. Deve ensinar, adaptar métodos e intervir eficazmente, criando oportunidades para que os alunos se tornem protagonistas de sua aprendizagem. Essa abordagem também deve promover o desenvolvimento integral do aluno, contemplando aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores,

assegurando uma formação enriquecedora (Ferreira; Costa, 2017).

A avaliação formativa é uma prática contínua que visa monitorar a aprendizagem dos alunos e fornecer feedback constante para melhorar o ensino e a aprendizagem. Diferente da avaliação somativa, que geralmente ocorre no final de um período de aprendizado, a avaliação formativa está integrada ao processo de ensino, permitindo ajustes e intervenções imediatas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação constitui um processo completo que requer reflexões críticas e abordagens contextualizadas. Isso é essencial para promover progressos e superar desafios, permitindo decisões informadas sobre a forma de avaliar os alunos, de modo que as limitações no ensino e na aprendizagem sejam efetivamente abordadas, afastando-a da mera intenção de classificação.

Entender que a avaliação é uma parte integrante do processo de ensino e aprendizagem implica reconhecer que esse momento não deve ser visto como um tribunal, onde os alunos são julgados por seu desempenho. A ideia de que uma nota baixa indica culpa e uma alta, inocência, deve ser evitada. Em vez disso, a avaliação deve ser encarada como um elemento natural que ocorre ao longo do aprendizado, ajudando a reduzir a ansiedade entre todos os participantes dessa fase.

A pesquisa revelou que as abordagens tradicionais de avaliação educacional podem impactar negativamente a relação dos estudantes com o conteúdo que estão aprendendo. Constatou-se que a avaliação, especialmente a tradicional, representa um dos aspectos cruciais de nosso sistema educativo, tendo potencial para influenciar significativamente a qualidade da experiência escolar dos alunos. Portanto, entre as escolhas pedagógicas feitas pelos educadores ao planejar o ensino, a avaliação deve receber uma consideração especial, como demonstrado pelos relatos dos jovens apresentados neste estudo.

Ao concluir esta discussão, torna-se claro que o objetivo deste estudo, que era analisar os elementos do sistema de avaliação tradicional e propor alternativas que possam enriquecer e simplificar o processo de aprendizagem, possibilitando aos alunos uma vivência mais plena e significativa, foi efetivamente atingida.

A avaliação formativa foi sugerida como uma forma de aprimorar o processo avaliativo, caracterizando-se como um modelo que permite a avaliação dos alunos de maneiras variadas e em diferentes momentos. Isso possibilita verificar se os alunos alcançaram todos os objetivos do currículo. Se algum aluno não obtiver um desempenho satisfatório, o professor poderá implementar novas estratégias de ensino.

Esta pesquisa enriquece as fontes científicas que auxiliam na seleção e implementação da avaliação formativa como uma ferramenta relevante no ensino e na aprendizagem. É importante ressaltar que ainda existe um vasto campo a ser

explorado e estudado acerca da avaliação formativa e sua aplicação no contexto educacional.

Em resumo, a avaliação deve estar integrada ao aprendizado, promovendo pensamento crítico e reflexivo, além da mera memorização. Educadores precisam de formação adequada, pois não existe uma única fórmula para avaliações eficazes. As avaliações devem ser contínuas, variadas, participativas e relevantes, abordando todos os aspectos do desenvolvimento dos alunos, a fim de construir um conhecimento significativo. Essa abordagem também permite que educadores inovem suas práticas, tornando o conhecimento mais significativo para os estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. C. de. Instrumentos, estratégias, critérios de avaliação da aprendizagem na educação à distância – EaD. **Multifaces** / V. 1, N. 1, abril, 2018, p. 62-74.

ALVES, A. R. T. **Avaliar para conhecer, Conhecer para avaliar: saberes-fazeres mobilizados nas práticas avaliativas de professores dos anos iniciais da educação básica no contexto da pandemia covid-19.** Trabalho de Conclusão de Curso [Licenciatura em Pedagogia]. Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru, 2020.

BARBOSA, A. A. **Desvelando impactos da pandemia de COVID-19 sobre a aprendizagem matemática de estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental por meio de uma Avaliação Diagnóstica.** Trabalho de conclusão de curso [Licenciatura em Matemática]. Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, F. J. da. Avaliação formativa e regulação das aprendizagens por meio de rubricas: relato de experiência sobre a formação de professores de ensino médio em escolas do município de Bela Cruz, Ceará. **Anais**. VIII Congresso Nacional de Educação. João Pessoa, 2023.

FARIAS, M. I. R. de. **Métodos Avaliativos no Ensino de Ciências**: uma análise da percepção discente sobre a avaliação. Trabalho de conclusão de curso [Licenciatura em Ciências Biológicas]. Universidade Federal da Paraíba. Areia, 2018.

FERREIRA, C. L. R.; COSTA, P. de F. da S. **Avaliação na educação infantil e as diretrizes do MEC na condução dos instrumentos**. Trabalho de Conclusão de Curso [Licenciatura em Pedagogia]. Associação Educacional Dom Bosco. Resende, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUIMARÃES, T. de C. et al. **Identidade em ação**: linguagens e suas tecnologias. Manual do professor. São Paulo: Moderna, 2020.

HAGA, M. S. et al. Prática de mediação da aprendizagem com uma avaliação formativa na escola pública. **Anais**. II Congresso Nacional de Formação de Professores. XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Águas de Lindoia – SP, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, S. A. da S.; KAGER, S. Efeitos aversivos das práticas de avaliação da aprendizagem escolar. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 109-134, jan./mar. 2009.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LIMA, D. de O.; NASSER, L. Concepções docentes sobre a avaliação em Matemática – valores e instrumentos que compõem a prática docente. **Revemop**, Ouro Preto, Brasil, v. 4, e202206, p. 1-23, 2022.

LOPES, P. P. da S. **Avaliação Educacional**: estudo de caso das práticas avaliativas dos egressos licenciados em Ciências da Natureza/Química do IFMT Campus Confresa. Dissertação [Mestrado em Educação]. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, 2019.

LOVO, G. R. M. **Avaliação Formativa na educação infantil**: um olhar para os documentos do município de Londrina-PR. Dissertação [Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias]. Universidade Pitágoras UNOPAR. Londrina, 2020.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

MENDES, E. da C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. Serra, ES: Centro de Ensino Superior Fabra, 2016

MIRANDA, G. R. N. et al. Desafios do Feedback na Avaliação Formativa, no Programa Interinstitucional de Interação Ensino-Serviço-Comunidade: Perspectiva de Alunos. **Revista Brasileira de Educação Médica** 44 (4) : e122; 2020.

MORETTO, V. P. **Prova**: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. 9ª ed. I. reimpr. Rio de Janeiro, Lamparina, 2014.

OLIVEIRA, R. A. M. **A avaliação formativa como instrumento de aprendizagem** – perspectivas dos professores de Informática do concelho de Aveiro. Relatório de Estágio [Mestrado em Ensino de Informática]. Universidade do Minho. Braga, 2014.

QUEIROZ, A. P. C. de; MACIEL, F. A. S. Avaliação formativa: instrumento de formação contínua do professor em serviço. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 6, n. 5, p.29784-29794, may. 2020.

QUEIROZ, A. P. C. de. Avaliação formativa: Ferramenta significativa no processo de ensino e aprendizagem. In: Série Educar- Volume 13 – **Metodologias**. Editora Poisson Belo Horizonte–MG: Poisson, 2020.

REIS, L. N. C.; MACHADO, A. P. L. N.; CUNHA, D. K. S. A avaliação como uma poderosa aliada do processo ensino-aprendizagem para séries iniciais do ensino fundamental. In: SOUZA, L. O. dos S.; SILVA, M. S. P. de L.; SANTOS, S. M. de A. (Orgs). **O Processo de Avaliação para Aprendizagem**. Formiga (MG): Editora Ópera, 2024. 151 p.

ROLDÃO, M. do C.; FERRO, N. O que é avaliar? Reconstrução de práticas e concepções de avaliação. **Estudos em avaliação educacional**. 26(63). Portugal, 2015.

ROLDÃO, M. do C. Desenvolvimento do currículo e a melhoria de processos e resultados. In: MACHADO, J.; MATIAS ALVES, J. (Org.). **Melhorar a escola**: sucesso escolar, disciplina, motivação, direção de escolas e políticas educativas. Porto: Universidade Católica Editora, 2014. p. 136-146.

SANTOS, A.P.S.; CANEN, A. Avaliação Escolar para a aprendizagem: possibilidade e avanços na prática pedagógica. **Meta**: Avaliação, v. 6m n. 16, Rio de Janeiro: jan/abr. 2014

SANTOS, J. P. dos; SANTOS, E. A.; MOREIRA, N. G.; ZUQUIM, A. F. Avaliação da aprendizagem e interações professor-aluno: estratégias aplicadas no aprimoramento do processo educacional. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.9, n.10, p. 28666-28684, oct., 2023.

SANTOS, A. B. dos; MOREIRA, A. L. O. R. Avaliação formativa na perspectiva de professores do noroeste do paraná. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí · ISSN 2179-1309 · Ano 39 · nº 121 · 2024.

SANTOS, J. C. V. dos. **As práticas da avaliação da aprendizagem na Escola de Ensino Fundamental (EMEF) Amorim Lima**. Trabalho de

Conclusão de Curso [Licenciatura em Pedagogia]. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro, 2022.

SILVA, J. C. da. **Currículo de Pernambuco e Pedagogia das Competências**: possibilidades de avaliação que podem ser articuladas para o desenvolvimento da aprendizagem do conteúdo de porcentagem. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em Matemática]. Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru, 2023.

TUCHTENHAGEN, P. et al. Abordagens de ensino e o processo avaliativo de alunos e professores. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, e347111234433, 2022.

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES NA AVALIAÇÃO DE ALUNOS EM SITUAÇÃO DE ANALFABETISMO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jaclene Alves de Melo Monteiro ¹⁰
Anderson do Vale Sousa ¹¹

1. INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental representa uma das etapas cruciais para o desenvolvimento acadêmico e social das crianças. No entanto, a realidade das salas de aula revela que muitos alunos enfrentam dificuldades significativas nesse processo, resultando em analfabetismo funcional ou dificuldades severas de leitura e escrita, o que torna a avaliação das competências de leitura, escrita e compreensão textual um grande desafio para os educadores. Esse contexto impõe aos professores o desafio de avaliar alunos que ainda não possuem as competências básicas

¹⁰Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF.

¹¹Pedagogia pela FAEPI; Especialista em Educação Global pela UNIFUTURO; Mestre em Educação pela FCU (Reconhecido pela UNAMA); Doutorando em Educação pela FCU.

esperadas, o que evidencia uma lacuna entre as expectativas curriculares e as condições reais de aprendizagem.

A avaliação nesse contexto, deixa de ser apenas um instrumento de diagnóstico, e passa a se tornar um processo que abrange dificuldades pedagógicas, sociais e emocionais, que por sua vez, impactam tanto os alunos quanto os professores. A ausência de estratégias avaliativas inclusivas e personalizadas pode resultar em processos avaliativos excludentes, que não consideram as particularidades e o ritmo de aprendizado de cada estudante.

O estudo pretende responder à problemática de como os professores podem avaliar de maneira eficaz e inclusiva os alunos com dificuldades de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, garantindo que essas avaliações contribuam para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita. Para responder ao problema de pesquisa, tem-se como objetivo geral: Avaliar estratégias pedagógicas que possam auxiliar os professores a realizar avaliações mais inclusivas e eficazes para alunos com dificuldades de alfabetização.

Quanto aos objetivos específicos consistem em: Identificar e analisar principais dificuldades de alfabetização enfrentadas por alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, investigar práticas e ferramentas de avaliação inclusiva que possam ser implementadas por professores para apoiar alunos com dificuldades de alfabetização, e avaliar a eficácia de diferentes estratégias pedagógicas na melhoria do desempenho desses alunos, propondo recomendações para sua implementação.

A justificativa desse estudo está na busca por contribuir para uma reflexão sobre práticas avaliativas mais inclusivas e eficazes, destacando a importância do papel do professor como mediador e agente de transformações, bem como promover uma avaliação que reconheça a diversidade e as potencialidades dos alunos. Dessa forma, almeja-se uma educação mais equitativa e significativa, capaz de promover o desenvolvimento integral de todos, especialmente daqueles que enfrentam maiores dificuldades no processo de alfabetização.

A metodologia deste estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica elaborada a partir de livros, artigos científicos, documentos oficiais disponibilizados na Internet. A pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador a possibilidade de pesquisa como busca constante e variável para o alcance de entendimento quanto ao objeto de estudo, sendo cabível bastante leitura e interpretação do material pesquisado (Lakatos; Marconi, 2017).

A abordagem utilizada foi a qualitativa, que adota meios para interpretar os dados, permitindo uma compreensão aprofundada dos desafios e das estratégias pedagógicas. Quanto aos objetivos, a pesquisa foi definida como exploratória, com o propósito de compreender as práticas pedagógicas e propor caminhos para o desenvolvimento de estratégias educacionais inclusivas. Em relação à natureza da pesquisa, foi caracterizada como básica, cuja finalidade é gerar conhecimentos teóricos que contribuem para o entendimento aprofundado do assunto.

2. DESAFIOS PEDAGÓGICOS, SOCIAIS E EMOCIONAIS NA AVALIAÇÃO DE ALUNOS COM DIFICULDADES DE ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização é um processo fundamental na formação do indivíduo, representando a base para o desenvolvimento educacional e social do estudante. Do mesmo modo espera-se que os alunos desenvolvam habilidades básicas de leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental, além das competências relacionadas à compreensão e interpretação de textos simples, conforme estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Porém, a realidade é que muitas escolas brasileiras revelam um quadro alarmante, com altos índices de alunos que chegam ao final do 3º ano com níveis insuficientes de alfabetização. O documento (Brasil, 2017, p. 59) ressalta que:

[...] Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (Brasil, 2017, p. 59).

Todavia, esse cenário expõe a necessidade de uma reflexão minuciosa acerca do processo avaliativo e suas implicações no contexto das dificuldades de aprendizagem, pois avaliar alunos

com dificuldades severas de leitura ou em situação de analfabetismo impõe uma série de desafios que vão além do domínio de métodos pedagógicos tradicionais. Esses desafios envolvem questões pedagógicas, sociais e emocionais, o que exige do professor não apenas conhecimento técnico, mas também empatia, flexibilidade e um olhar sensível sobre as diferentes realidades dos alunos. Outro aspecto relevante são os obstáculos pedagógicos, que representam uma das principais barreiras enfrentadas pelos professores ao avaliar alunos com dificuldade de alfabetização.

A alfabetização é um processo fundamental para o desenvolvimento integral de cada indivíduo. No entanto, o processo de alfabetização apresenta desafios significativos para professores e alunos, como a falta de formação adequada e recursos insuficientes (Cunha, 2024). A fala da autora, destaca a importância da alfabetização para o desenvolvimento integral de cada indivíduo, pontua ainda que esse processo vai além da simples capacidade de ler e escrever, sendo essencial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Pode-se dizer que a alfabetização abre portas para o acesso à informação, para o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico e para uma participação ativa e relevante na sociedade.

É importante mensurar que a boa alfabetização depende muito de como o docente irá trabalhar suas metodologias e da forma de lidar com as dificuldades de aprendizagem de algum aluno. Isso porque, infelizmente, há uma lacuna significativa na formação inicial e continuada de muitos docentes, posto que,

muitas vezes, os cursos de licenciatura não oferecem subsídios suficientes para uma boa formação.

No que tange aos desafios enfrentados pelos professores ao avaliar os alunos com dificuldade no processo de alfabetização Silva (2024), pontua que:

As condições de trabalho docente, infelizmente, não favorecem o desenvolvimento de um bom trabalho pedagógico. Na maior parte das escolas brasileiras, as salas de aula são superlotadas, há poucos recursos físicos e materiais e há muita cobrança referente às questões burocráticas que envolvem os processos pedagógicos (Silva, 2014,p.06).

A partir da citação exposta, é perceptível a evidência de um problema recorrente no sistema educacional brasileiro, que são as condições de trabalho enfrentadas pelos professores que acabam por dificultar o desenvolvimento de um trabalho pedagógico eficaz, capaz de fazer toda a diferença na vida escolar do estudante. Ademais, essa problemática pode ser abordada por mais ângulos tais como: superlotação das aulas de aula, recursos insuficientes, cobranças burocráticas e impacto na qualidade do ensino.

É de suma importância investir em melhores condições de trabalho para os professores, a fim de promover a melhoria da qualidade de ensino e proporcionar um ambiente de aprendizagem mais adequado e significativo. Tal investimento inclui a adequação do número de alunos por sala, o

fornecimento de recursos didáticos apropriados e a simplificação das demandas burocráticas. A valorização profissional e a oferta de uma formação continuada de qualidade revelam-se essenciais para os processos de alfabetização e aprendizagem.

Além disso, os métodos avaliativos tradicionalmente utilizados nas escolas tendem a ser padronizados, com foco na mensuração de competências de forma homogênea. Por outro lado, essa abordagem pode ser inadequada para alunos com dificuldades de alfabetização, pois não considera suas particularidades e limitações. Outro aspecto fundamental nesse contexto é a falta de recursos didáticos adaptados, como materiais em formato acessível ou atividades lúdicas que favoreçam a aprendizagem, o que também contribui para a perpetuação dessas dificuldades. Diante disso, o professor se vê desafiado a encontrar alternativas pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada aluno, sem comprometer a integridade do processo avaliativo. Ferreira (1984) destaca que:

[...]Se aceitarmos que a criança não é uma tábua rasa onde se inscrevem as letras e as palavras segundo determinado método; se aceitarmos que o “fácil” e o “difícil” não podem ser definidos a partir da perspectiva do adulto, mas da de quem aprende; se aceitarmos que qualquer informação deve ser assimilada (e portanto transformada) para ser operante, então deveríamos também aceitar que os métodos (como sequência de passos ordenados para chegar a um fim) não oferecem mais do que

sugestões ,incitações, quando não pode criar conhecimento (Ferreira,1984,p.32).

Dessa forma, outra necessidade crucial é a personalização das avaliações, estratégias diferenciadas e formativas permite acompanhar com mais clareza o progresso dos alunos, no entanto, sua implementação exige tempo, recursos e capacitação adequada.

Entretanto, neste aspecto, o desafio está em equilibrar a exigência por resultados com a necessidade de uma abordagem mais individualizada que respeite o ritmo de aprendizagem de cada criança. Freire enfatiza que “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção” (Freire,1996, p.21).

Da mesma forma os desafios sociais desempenham um papel significativo no processo avaliativo dos alunos com dificuldades de alfabetização. Em muitos casos, a origem dessas dificuldades está ligada a fatores socioeconômicos, como a falta de acesso a recursos educacionais adequados e as vulnerabilidades que impedem as famílias de atender às necessidades básicas dos seus membros, impactando diretamente o desenvolvimento das crianças, bem como o baixo nível de escolaridade dos responsáveis. Muitas das vezes, essa situação também compromete o suporte mediador por parte da família. Ou seja essas condições criam barreiras que dificultam a aprendizagem e, conseqüentemente, o desempenho escolar dos educandos.

A avaliação, quando descontextualizada dessas realidades, pode reforçar a exclusão social. Em muitos casos, alunos que enfrentam desafios socioeconômicos precisam lidar, desde crianças, com responsabilidades voltadas para adultos. Ainda segundo a Brasil (2007, p.10):

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas (Brasil,2007, p.10).

Ademais, o contexto familiar influencia diretamente no processo de alfabetização. Nesse sentido, é fundamental que o professor compreenda o contexto social no qual os alunos estão inseridos. Isso significa que promover um processo de avaliação que ofereça oportunidades de aprendizagem dentro e fora da escola requer dos professores habilidades de analisar a realidade estudantil como um todo. Entender os saberes dos alunos e realizar palestras com os pais ou responsáveis são algumas das estratégias que podem ser utilizadas diante desses desafios.

Nesse sentido, os desafios emocionais talvez sejam os mais subestimados no processo avaliativo, justamente em função das diferentes realidades vivenciada nos lares de cada aluno. Portanto, evidenciar o pelas realidades existentes nos lares de cada aluno. Portanto, focar no aspecto emocional exige dos professores conhecimentos teóricos sobre as etapas do

desenvolvimento emocional, além de sensibilidade cultural para compreender e atuar diante das dificuldades presentes em cada contexto social. Esses fatores, por sua vez, desempenham um papel crucial no surgimento e agravamento das dificuldades de alfabetização das crianças.

Sobretudo, as dificuldades enfrentadas pelos alunos podem atingir um número alarmante de elementos a serem analisados. Mas, que de forma prescindível podem ser diagnosticados por profissionais capacitados. Esses sentimentos, se não forem investigados e tratados, tendem a se agravar durante os processos avaliativos. Sob essa perspectiva, a ausência de diagnósticos pode intensificar as dificuldades de desenvolvimento dos alunos, especialmente em situações que acabam por expor suas fragilidades.

Contudo, o impacto emocional restringe-se não só aos alunos, mas também aos professores enfrentam um desgaste significativo ao lidar com essas situações, especialmente quando percebem limitações em determinadas práticas pedagógicas. A pressão por resultados aliada à falta de apoio institucional, contribui para um ambiente de trabalho estressante, o que pode comprometer a qualidade do ensino, e consequentemente, a aprendizagem dos alunos.

Na tentativa de compreender o sentido da leitura, Emília Ferreira (1985) diz que existe um fator que interfere nesse ato, ele é o cognitivo, onde a criança não assimila os processos na organização da construção do conhecimento. Segundo a autora “As crianças enfrentam este problema não somente quando produzem uma escrita, mas quando procuram ler e interpretar

a escrita produzida por outra pessoa” (Ferreira,1985, *apud* Revista,2021, p.21). Nesse contexto, o professor precisa desenvolver uma postura empática e acolhedora, criando um ambiente de aprendizagem seguro e inclusivo.

Do mesmo modo, o apoio emocional deve ser integrado ao processo avaliativo, de forma que o aluno se sinta valorizado e motivado a superar suas dificuldades. Para isso, devem ser utilizadas estratégias que evidenciem o progresso, valorizando inclusive as pequenas conquistas, que são essenciais para promover o desenvolvimento socioemocional dos estudantes, tendo como enfoque projetos que ressalte esses avanços. De acordo com Brasil (2017, p.14): “A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado”.

Vale destacar que os desafios pedagógicos, sociais e emocionais enfrentados pelos professores ao avaliar alunos com dificuldades de alfabetização, demonstram a complexidade desse processo. Nesse aspecto, a avaliação não pode ser reduzida a um instrumento de medição de resultados, mas ela deve ser compreendida como parte integrante do processo de aprendizagem, isto é, com o foco no desenvolvimento integral dos alunos.

Além disso, para superar esses desafios, é necessário investigar essa formação contínua, adaptar as práticas avaliativas às necessidades dos estudantes e promover uma educação que valorize a diversidade e a inclusão. Apesar dos

diversos desafios existentes, há uma diversidade de casos de implementação de práticas avaliativas inovadoras que demonstram aspectos positivos na formação do aluno. Em muitos casos, a integração de ideias avaliativas personalizadas, alinhada com o contexto histórico-cultural, pode melhorar a qualidade da formação contínua dos professores.

Considera-se ainda que a avaliação, quando entendida como desenvolvimento contínuo e mediador, proporciona não apenas como aprendizado dos alunos, mas também um aspecto de reflexão constante nos estudantes, contribuindo para o aprimoramento de suas práticas pedagógicas. Embora haja dificuldades, os resultados podem ser evidenciados por meio de práticas inovadoras, capazes de promover uma transformação significativa no papel da avaliação. Ainda segundo (Libâneo, 1994, p. 195)

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação as quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar. (Libâneo, 1994, p. 195 *apud* Baumgratz, 2024, p.22).

Desta forma, os resultados não serão estabelecidos somente como ferramenta de mensuração, mas também como uma ferramenta de reflexão e desenvolvimento para os

professores, que, por meio do seu desempenho, com esforço e dedicação, tornam-se exemplos de sucesso que reforçam a importância de superar os obstáculos e implementar práticas avaliativas inovadoras. Essas práticas melhoram o desempenho do aluno e promovem um ciclo contínuo de melhoria na formação educacional do educando.

Todavia , de acordo com essa perspectiva de conceito, entende-se que a aprendizagem é um processo constante e transformador, que igualmente visa que a educação não se limite exclusivamente ao acúmulo de conhecimento. Ao contrário, busca-se trabalhar em prol do desenvolvimento de habilidades e competências ao longo do tempo. Assim, o professor, torna-se responsável por criar um ambiente de aprendizagem efetivo e o aluno por aprender dentro desse ambiente.

De forma geral, pode-se assegurar que a aprendizagem contribui significativamente para elevação do saber do aluno, à medida que favorece o desenvolvimento de uma sólida contextualização dos conhecimentos e habilidades adquiridos, os sucessos vinculados a esse processo estimulam a autoestima do aprendiz e potencializam uma aplicação mais ampla e qualitativamente superior dos aprendizados na prática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DIFERENCIADAS E PERSONALIZADAS

A avaliação, quando compreendida como parte integrante do processo educacional, vai além de simples verificações de conhecimentos. Para alunos com dificuldades de alfabetização, esse processo torna-se ainda mais crucial, pois, se mal administrado pode reforçar desigualdades e estigmatizar o estudante. A avaliação inclusiva propõe uma abordagem diferenciada que considera as características individuais de cada aluno, respeitando seu ritmo de aprendizagem e valorizando suas potencialidades.

Além disso, trata-se de um processo contínuo, dinâmico e adaptativo, que não se limita à aplicação de testes padronizados, mas que busca identificar as necessidades específicas dos estudantes e orientar intervenções pedagógicas adequadas. Nesse cenário, o conceito de avaliação formativa ganha destaque, diferenciando-se da avaliação somativa, que se concentra nos resultados.

Segundo Black e Wiliam (1998), "a avaliação formativa é o processo de buscar e interpretar evidências para que os alunos e os professores possam decidir em que ponto os alunos estão em sua aprendizagem, onde eles precisam ir e como melhor chegar lá." As implementações de estratégias avaliativas diferenciadas são fundamentais para atender às necessidades dos alunos com dificuldades de alfabetização. Essas estratégias devem ser

flexíveis, adaptáveis e centradas no aluno, considerando suas competências cognitivas, aspectos socioemocionais e culturais.

Considerando isso, algumas das principais estratégias incluem as avaliações formativas, cuja principal característica é o acompanhamento contínuo do processo do aluno. Logo, concordamos com Silva (2014, p. 20-21): ao afirmar que é importante que o docente tenha uma formação continuada, possibilitando novos horizontes a esses profissionais que procuram se renovar e estar atentos de como trabalhar com assuntos atuais e como inseri-los na prática do cotidiano em sala de aula.

[...] A formação continuada de professores é um direito e não uma obrigatoriedade cabe ao professor se conscientizar da necessidade contínua de informação, interagir e se socializar com os outros profissionais de sua área para ficar ciente das mudanças que ocorrem no ambiente educacional (Silva, 2014, p. 20-21 apud Prazeres, 2018,p.19).

Em vez de focar apenas no produto, essas abordagens valorizam o processo de aprendizagem como um todo, permitindo ao professor identificar as dificuldades em tempo real e intervir de maneira mais eficaz, por meio de técnicas como a observação direta, e questionamentos durante as atividades. Essas estratégias são ferramentas valiosas nesse tipo de avaliação.

Ademais, a avaliação formativa promove um ambiente de aprendizagem mais colaborativo, onde o erro é visto como parte do processo de aprendizado. Isso contribui para a construção da autoestima do aluno, especialmente daqueles alunos que enfrentam dificuldades, pois se sentem mais seguros para experimentar e aprender sem o medo de serem avaliados de forma negativa.

Os portfólios de aprendizagem são ferramentas valiosas para a avaliação personalizada na alfabetização. Eles permitem que os alunos colem e reflitam sobre suas produções ao longo do tempo, proporcionando uma visão abrangente de seu progresso. Para Nass (2024), o portfólio é um instrumento valioso para a avaliação da aprendizagem, pois permite uma visão holística do progresso dos alunos, destacando não apenas os resultados finais, mas também o processo de aprendizagem e desenvolvimento ao longo do tempo.

Outra estratégia a ser mensurada são as rubricas e autoavaliação. Brookhart (2013), destaca que “ as rubricas são eficazes porque fornecem uma linguagem comum para discutir a qualidade do trabalho dos alunos e permitem uma avaliação mais transparente e equitativa”. Desse modo, entende-se que as rubricas são instrumentos de avaliação que estabelecem critérios claros e específicos para diferentes níveis de desempenho.

A autoavaliação é também uma estratégia bastante relevante. Para Silva e Chaves (2022) autoavaliação é uma prática educacional que promove a metacognição e a autorregulação, permitindo que os alunos se tornem mais

conscientes de seus próprios processos de aprendizagem e desenvolvam habilidades de autogestão. Nesse sentido essas estratégias possibilitam uma avaliação mais ampla e profunda, que valoriza o esforço e a evolução do aluno, em vez de focar apenas em resultados pontuais.

Ainda no campo das estratégias avaliativas diferenciadas, destacam-se as avaliações orais e não verbais, indicada para alunos com dificuldades na leitura e escrita. Tais abordagens representam alternativas viáveis e eficazes, permitindo ao aluno demonstrar seus conhecimentos e suas competências de forma menos estressante, sem a obrigatoriedade de recorrer à leitura ou à escrita. Na tentativa de compreender o sentido da leitura, Emília Ferreira (1985) diz que existe um fator que interfere nesse ato, ele é o cognitivo, onde a criança não assimila os processos na organização da construção do conhecimento. Segundo a autora: “As crianças enfrentam este problema não somente quando produzem uma escrita, mas quando procuram ler e interpretar uma escrita produzida por outra pessoa” (Ferreira, 1985, apud Reis, 2021, p.21).

Dessa forma, as entrevistas, apresentações orais, e atividades práticas são exemplos de métodos que podem ser utilizados na avaliação oral, pois oferece ao professor uma visão mais clara das habilidades do aluno, especialmente em relação à compreensão e expressão verbal.

Por outro lado, as atividades não verbais, como desenhos, mapas mentais e jogos pedagógicos, permitem avaliar aspectos mais centrais de alunos com analfabetismo, possibilitando

evidenciar o raciocínio lógico, e a criatividade do aluno, destacando também a compreensão dos conceitos.

Cabe ressaltar que as atividades lúdicas e interativas são estratégias eficazes na avaliação de crianças com dificuldades de alfabetização, pois transforma o processo avaliativo em uma experiência mais agradável e menos ameaçadora, como em jogos e brincadeiras. As atividades interativas facilitam a aprendizagem, e permitem ao professor observar o desenvolvimento das competências de forma natural e contextualizada.

As atividades lúdicas favorecem a aprendizagem significativa, estimulando a curiosidade e o interesse do aluno, além de oferecer ao professor a oportunidade de avaliar não apenas o conhecimento formal, mas também habilidades socioemocionais, como cooperação, resolução de problemas e resiliência. Além disso, existem avaliações adaptadas para diferentes níveis de alfabetização, visto que uma avaliação verdadeiramente inclusiva deve considerar o nível de alfabetização de cada aluno, ajustando os instrumentos e métodos utilizados.

Nesse sentido, o professor precisa-se identificar primeiramente em qual estágio de desenvolvimento o aluno se encontra, para então planejar intervenções e avaliações adequadas. Sobretudo a avaliação inclusiva que está centrada no aluno deve considerar suas particularidades e potencialidades, oferecendo oportunidades para que todos possam demonstrar suas competências de maneira justa e significativa.

Portanto cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem, e a avaliação precisa respeitar essas diferenças, do mesmo modo é crucial entender que a alfabetização não ocorre de forma linear. Contudo, as crianças analfabetas podem estar em diferentes estágios de aquisição de habilidades, como por exemplo, reconhecimento de letras, consciência fonológica ou compreensão oral, ainda mais em analisar essas etapas com ferramentas flexíveis possibilita ao professor planejar intervenções que respeitem o estágio de desenvolvimento de cada aluno.

A avaliação integrada é outro ponto relevante uma vez que propõe uma visão ampla holística do processo avaliativo, onde o desempenho acadêmico é apenas uma das dimensões consideradas. Nessa perspectiva, o apoio pedagógico, social e emocional é essencial para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, e capaz de atender às necessidades individuais dos alunos. Essas abordagens pressupõe a colaboração entre professores, família e demais profissionais envolvidos no processo educacional, pois o suporte pedagógico neste contexto é de grande relevância.

Buscar na experiência dos alunos, é abre espaço para a valorização das vivências, conhecimentos e relações que eles possuem e a partir das referências do cotidiano, se possibilita a ampliação dos aprendizados. Diante disso, o posicionamento de Lima (2008,p.34) afirma:

As vivências na escola e fora dela são construídas por ações e interações que configuram todas

elas, o desenvolvimento da criança. Não cabe assim falar da experiência extraescolar ou da experiência escolar como antagônicas na formação da pessoa. É equivocada, pois, a posição que supõe que o educando- que é aluno na instituição e criança fora dela (em casa, na turma da rua ou da igreja, na família) - desenvolva processos independentes em cada uma das situações. A questão relevante é compreender como estas experiências se organizam no desenvolvimento da personalidade e da identidade na constituição do novo conhecimento. (Lima,2008, P.34 apud Reis,2021,p.27).

Bem como os planos de intervenção individualizados, são ferramentas fundamentais no processo de avaliação integrativa, permitindo que o professor planeje ações específicas para cada aluno, com base em suas necessidades e potencialidades. As intervenções devem ser elaboradas a partir de uma avaliação diagnóstica detalhada, que identifique as principais dificuldades e estabeleça metas realistas e alcançáveis.

3.1.1 PRÁTICAS AVALIATIVAS INTEGRADAS AO APOIO PEDAGÓGICO SOCIAL E EMOCIONAL.

Os conceitos de avaliação integrativas nas escolas tradicionais, tem sido frequentemente criticada por sua ênfase de resultados quantitativos quanto as complexidades do processo de aprendizagem. No contexto de alunos com

dificuldades de alfabetização, essa abordagem pode se tornar excludente e ineficaz, diante dessa realidade, surge a necessidade de uma avaliação integrativa que compreenda o aluno em sua totalidade, abordando o aspecto cognitivo e os fatores pedagógicos, sociais e emocionais que influenciam o desenvolvimento educacional.

Para Araújo (2024) a avaliação integrativa é um método que permite a síntese de diversas evidências disponíveis, oferecendo uma visão holística e abrangente do estado atual do conhecimento sobre um determinado tema, facilitando a implementação de intervenções eficazes e a redução de custos, capaz de atender às necessidades individuais dos alunos. Além disso, essa abordagem pressupõe a colaboração entre professores, família e demais profissionais envolvidos no processo educacional.

Desta forma, faz-se necessário não só reformular o currículo escolar, mas também no trato ao desenvolvimento total do ser humano, contemplando todas as suas dimensões. Já que a ideia de conexões em educação holística é também a ideia do conceito de investigação, cujo foco são investigações transdisciplinares que, por sua vez, fazem se necessárias entender o mundo de maneira global, tanto quanto possível, e não em partes fragmentadas, como o que ocorre com os currículos e na prática pedagógica presente em grande parte de nossas escolas. Explicitando bem essa ideia, Cardoso enfatiza : “A aprendizagem holística não é fruto apenas de estudos interdisciplinares, visando superar a fragmentação curricular.

É indispensável também a vivência globalizantes dos conteúdos conteúdos(Cardoso,1995,p.56)”.

Podemos relacionar que a abordagem holística no contexto educacional preza por uma educação integral da pessoa, comparando-se a outras pedagogias, ela se destaca pela concepção de consciência ecológica profunda e desenvolvida, bem pela integração do sujeito com a natureza de forma total e pelo desenvolvimento pleno de sua intelectualidade.

Contudo, propor e adequar possibilidades para o aluno, fornecendo meios que facilitem e ofereçam acesso diversificado às atividades, conforme a capacidade do estudante, atentando-se às dificuldades e particularidades de cada um. Dessa forma, analisa-se as condições oferecidas para que se estabeleçam vínculos entre o sujeito e o objeto.

Considera-se que a natureza da experiência afetiva depende, em grande parte, da qualidade da mediação vivenciada pelo sujeito, na relação com o objeto. De acordo com esses pressupostos, não se pode mais restringir a questão do processo ensino-aprendizagem apenas à dimensão cognitiva, dado que a afetividade também é parte integrante do processo que por sua vez está ligada às práticas inclusivas, bem como o suporte pedagógico no contexto de avaliação integrada requer a implementação de práticas que respeitem a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem. Isso significa adotar estratégias que não apenas avaliem, mas que também promovam o desenvolvimento contínuo das habilidades dos alunos. Algumas propostas incluem, planos de intervenção individualizados que são ferramentas fundamentais no

processo de avaliação integrativa dos estudantes, onde eles permitem que o professor planeje ações específicas para cada aluno, e suas dificuldades e potencialidades individuais.

Todavia as atividades colaborativas também são estratégias eficazes para promover a inclusão e desenvolvimento das competências socioemocionais, já as atividades em grupo também é uma excelente estratégia para os alunos com dificuldades de alfabetização estarem compartilhando em equipe novas experiências, permitindo a troca mútua de onde conhecimentos.

Porém, alunos que não tem suporte familiar, nesses casos, a coordenação escolar juntamente, com o professor, precisarão usar métodos para modificar essa realidade existencial. A BNCC enfatiza sobre a importância da família no contexto educacional e seu papel no incentivo do aluno, conforme destaca Brasil (2007):

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, pg.10).

Outro aspecto importante a ser trabalhado com crianças que têm dificuldades severas de leitura são projetos de inclusão

social. A escola poderá desenvolver projetos que promovam a inclusão social desses alunos. Essas iniciativas podem envolver atividades culturais, esportivas e comunitárias, oferecendo oportunidades para que os alunos desenvolvam suas habilidades em diferentes contextos. Dessa forma, a avaliação dessas atividades será realizada com a participação do aluno, valorizando suas conquistas e esforços.

Nesse sentido o suporte emocional e o desenvolvimento socioemocional do aluno são fundamentais para avaliação integrada, alunos com dificuldades de alfabetização frequentemente enfrentam desafios emocionais, e que afetam sua autoestima e motivação para aprender. Portanto cabe ao professor identificar esses desafios e oferecer o suporte necessário. De acordo com essas concepções Brasil (2007, p.8) aponta que:

Competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil,2007, p.8).

O apoio emocional não se restringe apenas aos alunos, mas também aos professores que enfrentam desafios significativos ao lidar com dificuldades e desafios em sala de aula, especialmente quando se trata de desenvolver suas metas até o final do ano letivo.

Os professores passam por variados contratempos que, por sua vez, deixam marcas em sua trajetória profissional, especialmente diante da constante cobrança por parte da gestão e da família dos alunos. A pressão por apresentar resultados em sala de aula pode se tornar um fator desgastante, e, quando esses resultados não são alcançados, o impacto pode comprometer até mesmo a identidade profissional do professor enquanto mediador do processo de aprendizagem. Nesse caso, tornam-se necessários programas de apoio que ofereça suporte emocional e pedagógico aos docentes, ajudando-os a lidar com desafios cotidianos da profissão.

Portanto, a avaliação integrativa, consiste em diversas abordagens e etapas pedagógicas, sociais e emocionais, que representa uma experiência mais justa e eficaz para lidar com as dificuldades de alfabetização nos anos iniciais. Ao propor práticas avaliativas personalizadas, que respeitem as particularidades dos alunos e promovam o desenvolvimento integral, os resultados serão satisfatórios, através desses métodos a escola irá estimular um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e acolhedor, proporcionando experiências significativas aos estudantes.

Somente dominar o conteúdo não é capaz de suprir as necessidades dos estudantes, faz-se necessário que haja planejamento e organização referente ao conteúdo abordado. Nesse sentido, destaca-se o posicionamento de Libâneo (2001, p.36):

É certo, assim, que a tarefa de ensinar a pensar requer dos professores o conhecimento de estratégias de ensino e o desenvolvimento de suas próprias competências do pensar. Se o professor não dispõe de habilidades de pensamento, se não sabe “aprender a aprender”, se é incapaz de organizar e regular suas próprias atividades de aprendizagem, será impossível ajudar os alunos a potencializarem suas capacidades cognitivas.

Ao longo dos anos, houve inúmeros avanços de metodologias na educação, as estratégias utilizadas pelos professores foram se aprimorando e tornando-se cada vez mais inovadoras, deixou de existir aquele professor que era apenas um transmissor de conhecimentos. É evidente, que a formação profissional é constante e que se desenvolve ao decorrer do tempo, sua carreira é construída com êxito conforme sua busca por novos saberes, técnicas e assim aperfeiçoando-se na arte de ensinar. E é necessário que seja transmitido aos professores requisitos primordiais para trabalhar os desafios das salas de aula.

Com toda a amplitude do processo de constante atualização dos educadores, estes tornam-se facilitadores da formação de alunos alfabetizados. Os resultados são bastante evidentes. Além disso, quando a educação é bem estruturada e adaptada, as habilidades de avaliar os alunos tendem a reverter o índice de analfabetismo. Nesse contexto, é possível ajudar os alunos a se tornarem cada vez mais capazes de se adaptar às mudanças no ambiente educacional, superando as dificuldades

enfrentadas em sala de aula. Dessa forma, a formulação de estratégias adaptadas deve ser considerada uma excelente aliada dos educadores, pois contribui para o desenvolvimento contínuo dos estudantes.

Nesse sentido, cabe ao professor o papel de acompanhar os estudantes, auxiliando-os em seus processos de aprendizagem. Sobre esse assunto, Saviani (2008, p. 83) aponta que:

[...]o eixo do trabalho pedagógico desloca-se, portanto, da compreensão intelectual para a atividade prática, do aspecto lógico ao psicológico, dos conteúdos cognitivos aos métodos ou processos de aprendizagens, do professor para o estudante, do esforço ao interesse, da disciplina à espontaneidade, da quantidade para a qualidade. Estabelecem o primado da prática sobre a teoria, onde a prática determina a teoria, onde esta subordina-se àquela, renunciando qualquer tentativa de orientá-la, isto é, de prescrever regras e diretrizes a serem seguidas pelas práticas e resumindo-se aos enunciados que vierem a emergir da própria atividade prática desenvolvida pelos estudantes com o acompanhamento do professor (Saviani, 2008, p.83 *apud* Barros, 2021, p.50).

Para Soares (2020), o processo de alfabetizar e letrar ocorre de forma simultânea para que ele se concretize, é necessário que os estudantes compreendam os processos de aprendizagem do sistema alfabético de escrita, que envolvem habilidades cognitivas e linguísticas necessárias à apropriação de um objeto de conhecimento específico. Ou seja, um sistema de

representação abstrato e bastante complexo que por sua vez, os processos de aprendizagem da leitura e da produção textual que envolvem habilidades cognitivas e linguísticas necessárias à aquisição de objetos de conhecimento específicos, atribui-se as competências de leitura e interpretação e de produção de textos, em diferentes situações que envolvem a língua escrita de eventos de letramento.

Portanto, caminhando para a conclusão desses respectivos apontamento, que são as análises feita das melhores intervenções das práticas avaliativas integradas ao contexto emocional e social da criança no anos iniciais, que estabelece por suas implementações, melhores estratégias adaptáveis ao contexto educacional.

A amplitude com que os educadores que estão em constante atualização tornam-se facilitadores da formação de alunos alfabetizados é evidente nos resultados obtidos. A educação, quando bem estruturada e modificada nas suas habilidades de avaliar os alunos, tende a reverter o índice de analfabetismo. Nesse aspecto, educadores capacitados são cada vez mais capazes de se adaptar às mudanças no ambiente educacional, superando as dificuldades encontradas em sala de aula. A formação de estratégias adaptadas deve, portanto, ser considerada uma excelente aliada dos educadores, contribuindo para o contínuo desenvolvimento dos estudantes.

Cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem, e a avaliação precisa respeitar essas diferenças. A alfabetização não ocorre de forma linear, e as crianças podem estar em diferentes estágios de aquisição de habilidades, como reconhecimento de

letras, consciência fonológica ou compreensão oral. A análise dessas etapas com ferramentas flexíveis permite ao professor planejar intervenções que respeitem o estágio de desenvolvimento de cada aluno.

Os planos de intervenção individualizados são ferramentas fundamentais no processo de avaliação integrativa. Eles permitem que o professor planeje ações específicas para cada aluno, com base em suas necessidades e potencialidades. As intervenções devem ser elaboradas a partir de uma avaliação diagnóstica detalhada, que identifique as principais dificuldades e estabeleça metas realistas e alcançáveis.

Portanto, as análises realizadas sobre as melhores intervenções das práticas avaliativas integradas ao contexto emocional e social da criança nos anos iniciais estabelecem, por suas implementações, estratégias adaptáveis ao contexto educacional. Tais estratégias são fundamentais para a criação de um ambiente de aprendizagem que valorize a individualidade do aluno, promovendo o desenvolvimento integral e inclusivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado, a avaliação de alunos com dificuldades de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental representa um desafio complexo e multiformente para os professores. Além disso, este estudo destacou as abordagens avaliativas tradicionais, focada em resultados padronizados, que frequentemente se mostra inadequada para atender às

necessidades desses alunos, resultando em exclusão e comprometendo o desenvolvimento integral dos alunos. Nesse contexto, torna-se essencial repensar as práticas avaliativas, buscando estratégias mais inclusivas e eficazes que considerem não apenas o desempenho cognitivo, mas também os aspectos socioemocionais e sociais envolvidos no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, ao longo da análise verificou-se que a avaliação formativa, tendo como método o uso de portfólios, e avaliações orais e não verbais, bem como o desenvolvimento de atividades lúdicas e colaborativas, são ferramentas eficazes para avaliar e apoiar alunos com dificuldades de alfabetização. Tais práticas oferecem uma visão mais abrangente do desenvolvimento do estudante e respeitando suas particularidades e valorizando suas potencialidades.

Além disso, através de vários estudos norteou-se que o envolvimento da família e o suporte emocional são fatores determinantes para o sucesso do processo avaliativo, pois criam um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e estimulante.

O conceito de avaliação integrativa, do mesmo modo discutido neste trabalho, propõe uma abordagem holística, na qual o aluno é compreendido em sua totalidade. Ao integrar o apoio pedagógico, social e emocional, a avaliação torna-se uma ferramenta não apenas de mensuração, mas de promoção do desenvolvimento contínuo. Isso exige um compromisso coletivo, envolvendo a escola, a família e a comunidade bem como a oferta de formação contínua e suporte para os professores.

Portanto, a construção de práticas avaliativas é um caminho necessário para garantir uma educação equitativa e de qualidade. Repensar a avaliação significa transformar a escola em um espaço mais democrático e acolhedor, onde todos os alunos independentemente de suas dificuldades, possam se desenvolver plenamente. Este estudo, ao propor reflexões e estratégias concretas, busca contribuir para essa transformação, destacando a importância de uma avaliação que reconheça e valorize a diversidade como parte fundamental no processo educativo de alunos com analfabetismo nos anos iniciais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, B. T., Munhoz Matoski, L. V., Prado, M. R. *A avaliação institucional na formação permanente no ensino superior: uma revisão integrativa*. **Caderno Pedagógico**, 21(13), 127-142. 2024.

BAUMGRATZ, Helen Cristina. **Processos avaliativos e suas tecnologias: as perspectivas dos docentes do colégio militar de Brasília**. Curitiba, 2024.

BLACK, P., & WILIAM, D. Assessment and Classroom Learning. **Assessment in Education: Principles, Policy & Practice**, 5(1), 7-74. 1998.

BRASIL, Ministério da Educação, **Base Nacional Comum Curricular**, Brasília: MEC, 2017.

BROOKHART, S. M. **How to Create and Use Rubrics for Formative Assessment and Grading**. Alexandria, VA: ASCD. 2013.

CUNHA, G. **Alfabetização e Desenvolvimento Integral: Desafios e Soluções**. 2024.

FERREIRA, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra,1996.

LIMA, R. **Educação e Vivência: a Construção da Identidade na Infância**. São Paulo: Cortez. 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: Estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2008.

NASS, I. R., & Zucolotto, M. P. da R. **Reflexões sobre o portfólio como instrumento de avaliação da aprendizagem**. *Interfaces Científicas - Educação*, 12(2), 23-37. 2024.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez. 2008.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2020.

SILVA, E., & CHAVES, E. **Autoavaliação: da discussão teórica aos sentidos que emergem nos discursos de mestrandos em Educação em Ciências e Matemática**. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/7trGtMHc6mNFdF4QqFDG4YD/>. Acesso em: 13.02.2025.

SILVA, B. A. F. **Alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual: Considerações sobre as barreiras encontradas pelo aluno em seu processo de aprendizagem**. Repositório UFMS. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/7285/1/5798.pdf>. Acesso em: 15.02.2024.

A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NO APRENDIZADO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Márcia Geovana Trindade Santos¹²

Anderson do Vale Sousa¹³

I. INTRODUÇÃO

O lúdico configura-se como uma solução pedagógica e social, sendo uma ferramenta estratégica que o educador pode utilizar em sua prática para avaliar o desenvolvimento dos alunos. No contexto brasileiro, o termo "lúdico" possui múltiplos significados e concepções, devido à sua pluralidade. No entanto, no âmbito educacional, é mais comumente associado a jogos, brincadeiras, brinquedos, lazer e recreação. Esses elementos são essenciais no processo de avaliação de crianças na educação infantil, uma vez que, através das atividades lúdicas, é possível observar o progresso e as dificuldades dos educandos.

¹² Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF.

¹³ Pedagogia pela FAEPI, Especialista em Educação Global pela UNIFUTURO, Mestre em Educação pela FCU (Reconhecido pela UNAMA); Doutorando em Educação pela FCU.

Apesar da importância do lúdico, muitos professores ainda adotam abordagens tradicionais que não exploram de maneira plena as potencialidades das práticas lúdicas. Contudo, no contexto da educação infantil, o uso do lúdico como método pedagógico se destaca como uma das formas mais eficazes de envolver os alunos, especialmente as crianças mais tímidas, tornando o aprendizado mais atraente e significativo. As brincadeiras e jogos, ao estimularem a participação ativa e o interesse dos alunos, oferecem um ambiente propício para a avaliação do seu desenvolvimento de forma integradora e prazerosa.

Este artigo visa explorar a relevância do lúdico como ferramenta avaliativa e pedagógica, bem como sua contribuição para o processo de aprendizagem. O problema de pesquisa que norteia este estudo é: qual é o impacto da ausência de atividades lúdicas no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças na educação infantil? A negligência do lúdico na prática educativa muitas vezes é subestimada, sendo que alguns educadores ainda seguem metodologias tradicionais que desconsideram a importância dessas atividades no processo de aprendizagem.

O estudo parte do pressuposto de que a integração de atividades lúdicas no currículo da educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, e que sua ausência pode ocasionar prejuízos significativos no aprendizado e no desenvolvimento global dos alunos. A hipótese deste trabalho é que a carência de atividades lúdicas compromete de forma considerável o aprendizado das crianças,

resultando em baixos níveis de engajamento, motivação e no subdesenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais.

Para investigar as questões levantadas, foram estabelecidos os seguintes objetivos: o objetivo geral consiste em compreender a importância das atividades lúdicas no desenvolvimento e aprendizado das crianças na educação infantil, identificando as consequências da sua ausência e propondo estratégias para a inclusão de práticas lúdicas no ambiente escolar. Os objetivos específicos incluem: analisar o efeito da falta de ludicidade no desenvolvimento cognitivo das crianças na educação infantil; investigar as implicações da ausência de atividades lúdicas no desenvolvimento emocional e social dos alunos; e identificar práticas pedagógicas que possam integrar a ludicidade no cotidiano escolar, com vistas a promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

A educação infantil é uma fase crucial para o desenvolvimento holístico das crianças, sendo um período no qual o aprendizado deve ser promovido de forma dinâmica e envolvente. As atividades lúdicas desempenham um papel fundamental nesse processo, pois proporcionam uma forma natural e prazerosa de aprender, ao mesmo tempo em que favorecem o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais, que são essenciais para a formação do indivíduo. Por outro lado, a falta de ludicidade pode tornar o ambiente de aprendizagem menos estimulante, prejudicando a motivação e o engajamento dos alunos.

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender os impactos negativos da ausência de atividades lúdicas no desenvolvimento das crianças e pela importância de identificar estratégias pedagógicas que possam reverter essa situação. Ao abordar essa temática, pretende-se contribuir para a melhoria da qualidade da educação infantil, promovendo um ambiente mais inclusivo e estimulante, que favoreça o aprendizado significativo e o desenvolvimento integral dos alunos.

Quanto à metodologia adotada, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo instrumento de coleta de dados foi constituído por sites, artigos científicos e livros. A pesquisa bibliográfica é essencial para fornecer a base teórica necessária ao estudo, uma vez que permite ao pesquisador reunir e analisar informações previamente publicadas, consolidando um referencial teórico robusto e alinhado com o conhecimento existente. Segundo Gil (2008, p. 44), "a pesquisa bibliográfica é um procedimento que visa recolher, selecionar e analisar informações já publicadas sobre um determinado tema. Esse tipo de pesquisa é fundamental para fundamentar teoricamente um estudo ou trabalho acadêmico, permitindo ao pesquisador conhecer o estado da arte e identificar lacunas no conhecimento".

Em relação à abordagem do problema, optou-se pela pesquisa qualitativa, que visa compreender e refletir sobre a temática em questão. O estudo também seguiu uma abordagem exploratória, buscando identificar novas perspectivas sobre o impacto da ludicidade no desenvolvimento das crianças. Quanto ao método utilizado, foi adotado o método dedutivo,

que parte de uma ideia geral para a análise de casos específicos, facilitando a compreensão e interpretação dos dados.

2. INOVAÇÃO, LÚDICO E O BRINCAR

A palavra lúdica se origina do latim Ludus que significa brincar, no brincar a criança experimenta, inventa, descobre, aprende, estimula a curiosidade e a criatividade, a autonomia, o pensamento, a concentração, a atenção e a linguagem. Toda criança tem direito a educação de qualidade, tendo em vista, o lúdico é uma ferramenta primordial na aprendizagem da criança, sendo um recurso metodológico e com grande importância. Os jogos e as brincadeiras são essenciais na educação infantil, através delas as crianças desenvolvem seus estímulos, acredita-se que a ludicidade pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento emocional e cognitivo.

“A educação infantil é um grande campo em constante evolução, onde a inovação desempenha um papel crucial no desenvolvimento da criança” (Costa, 2024, p.1). As inovações nas atividades devem ser constantes, o professor da educação infantil precisa preparar aulas criativas que possam chamar a atenção daquela criança, através dessas atividades que o professor vai avaliar o desenvolvimento do aluno e ver como ele se desenvolveu com tal método.

Inovação lúdica combina com criatividade, diversão, testar novas ideias, desenvolver soluções criativas e compartilhar ideias, o professor inovador ele foca nas necessidades do aluno,

ele gera ideias, desenvolve algo que possa inovar nas suas aulas. A inovação na educação infantil promove a utilização de novas abordagens e metodologias que estimulam o aprendizado ativo, além de envolver a integração de tecnologias, jogos e projetos interativos que incentivem a curiosidade das crianças.

Há vários tipos de inovação que podem ser implementados para enriquecer a experiência educacional como: metodologias ativas, o uso de tecnologias educacionais, ambiente de aprendizagem flexível, projetos interdisciplinares, educação ao ar livre, formação continuada para educadores.

A ludicidade e a inovação buscam, de maneira integrada, potencializar as possibilidades de aprendizagem e diversão por meio de jogos e brincadeiras. No contexto educacional, a inovação refere-se à implementação de novas abordagens pedagógicas, métodos, tecnologias e práticas, com o objetivo de aprimorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem e promover uma aprendizagem significativa. Essas práticas inovadoras não apenas ampliam as estratégias de ensino, mas também contribuem para o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais, favorecendo a construção de conhecimentos de forma mais engajante e contextualizada.

A atividade lúdica, é aquela que dá plenitude e por isso, prazer ao ser humano, seja como exercício, seja como jogo simbólico, seja como jogo de regras. Os jogos apresentam múltiplas possibilidades de interação consigo mesmo e com os outros. (Luckessi, 1998, p. 29 *apud* Mengue, 2010, p. 10).

Há inúmeros benefícios que a atividade lúdica traz para o aprendizado da criança da educação infantil, pois é nessa etapa que a criança está conhecendo o ambiente no qual ela está inserida, portanto, o ambiente deve ser acolhedor e com isso a criança irá se envolver de forma prazerosa e livre.

Segundo Costa (2024) diz que:

Os benefícios da inovação na educação infantil incluem a promoção do engajamento e da motivação entre as crianças, o desenvolvimento de habilidades criativas, além de incentivar a colaboração e o trabalho em equipe, além disso, os métodos inovadores podem facilitar a personalidade do ensino, entendendo melhor as diferentes formas de aprendizagem dos alunos (Costa, 2024, p.03).

O lúdico desempenha um papel fundamental como impulsionador da inovação, ao proporcionar um espaço para a exploração de ideias, o questionamento de conceitos estabelecidos e a experimentação de novas soluções. Ao integrar criatividade, imaginação e o processo experimental, o lúdico permite a construção de soluções inovadoras que promovem transformações significativas no contexto educacional e social. Esse ambiente dinâmico e estimulante não apenas favorece o crescimento e o desenvolvimento, mas também contribui para a formação de indivíduos capazes de pensar de maneira crítica e criativa, essencial para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Uma das metodologias mais importantes para ser trabalhada na sala de aula é a atividade lúdica, além de auxiliar no desenvolvimento afetivo e cognitivo, apresenta grandes benefícios a educação. A atividade lúdica contribui para a imaginação, a fantasia e a construir o aprendizado. A ludicidade também refere-se a jogos pedagógicos, brincadeiras, recortes, colagem, cantigas de rodas e entre outras. O lúdico facilita a aprendizagem, também facilita os processos de socialização, expressão e construção do conhecimento.

Mengue (2010) ressalta que:

A educação infantil espelha muito bem o benefício que o lúdico traz para a construção da aprendizagem da criança, percebe-se que ela aprende brincando. Isso acontece porque com o lúdico a criança se desenvolve de maneira prazerosa, com mais significado. Sendo assim, as atividades lúdicas tem outro valor para a criança, ou seja, elas se identificam mais com essas atividades. (Mengue, 2010, p. 10)

O brincar e os jogos contribuem e dão oportunidade as crianças de se socializar, e onde acontece a troca de conhecimento uns com os outros. Brincar é uma ferramenta pedagógica, porém deve se saber usar para que seja algo que realmente vá fazer um diferencial na aula, um brincar de forma que a criança esteja aprendendo que chame a atenção e que envolva toda a sala. A maioria das atividades da educação infantil deve ser lúdica, é uma grande ferramenta que temos em mãos que nos auxilia em um aprendizado mais fácil e prazeroso.

As atividades com o lúdico podem proporcionar a possibilidade de uma base sólida que influencia no desenvolvimento da criança, o lúdico não é apenas para criança, mas também é uma ferramenta valiosa para adolescentes e adultos e idosos. O lúdico é analisado como uma atividade admirável na educação da criança. A base nacional comum curricular (BNCC), estabelece seis direitos de aprendizagem, o desenvolvimento que deve ser assegurado as crianças de 11 meses a 5 anos, matriculadas em creches até a pré-escola, são eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Pensadores como Piaget, Wallon, Leif, Vygotsky, defendem o uso do lúdico como essencial para a prática educacional, no sentido da busca do desenvolvimento cognitivo e intelectual, tornando a ludicidade um instrumento que pode ser utilizado para o desenvolvimento de qualquer pessoa. O lúdico ele é um facilitador na aprendizagem da criança, um instrumento rico em inovação.

O brincar esteve presente em todas as épocas da humanidade (antiguidade, idade média e idade moderna), os povos daquela época já tinha o lúdico no seu dia a dia, o método foi passado de geração em geração, ou seja, historicamente e permanece até nos dias de hoje, porém vem se tornando mais inovador, nos dias de hoje ver-se muitas atividades que são usados em computadores, tabletes e até celulares.

“O lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, além de facilitar os processos de socialização, expressão e construção do conhecimento “.

(Cristina, et al.). As atividades lúdicas são ferramentas importantes no processo de aprendizagem da criança, o lúdico não é apenas usado na educação, mas sim em toda a educação básica, porém o professor que irá elaborar suas aulas conforme a capacidade de realização que os alunos possuem.

Nos dias atuais é observado que os educadores deparam-se com diversos obstáculos, no vivência da educação infantil pode-se observar como é dentro da sala de aula, a dificuldade de transmitir uma aula para a criança, fazer com que o foco da criança esteja no professor(a) ao transmitir o conteúdo, porém nem sempre sai como planejado mesmo sendo uma aula bem dinâmica e divertida, mas é uma das formas na qual os alunos mais prestam atenção, além de interagirem uns com os outros cada um mostrando o seu potencial e sua participação.

Sousa (2024) ressalta que:

O novo cenário educacional que se apresenta exige dos educadores o desenvolvimento de preparação e habilidades baseadas na criatividade e inovação, buscando fazer com que as práticas pedagógicas não venham a reproduzir a metodologia da educação tradicional apenas, mas que utilize todos os meios necessários para uma escolarização mais adequada. (Sousa, 2025, p. 115)

O lúdico é uma das abordagens mais eficazes para captar a atenção do aluno, despertar seu interesse e estimular sua curiosidade. Contudo, esse processo não é simples, exigindo perseverança por parte do educador. Acredita-se que o lúdico

não tenha um período restrito na vida da criança; pelo contrário, ele representa uma janela aberta para a criatividade, permitindo a exploração de novas ideias e interesses. As atividades lúdicas podem ser implementadas em todas as disciplinas do currículo, não devendo ser vistas apenas como momentos de diversão ou de descarregamento de energia, mas como instrumentos essenciais para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e moral dos alunos (Sousa, 2025).

O professor deve adotar metodologias que favoreçam a exploração do potencial do aluno, selecionando materiais significativos e planejando atividades que promovam o encantamento e o interesse. Ao trabalhar com atividades lúdicas, é possível observar com mais clareza o envolvimento dos alunos e o seu desenvolvimento de forma integrada e dinâmica. Como afirmam Souza et al. (2021), “brincar é uma experiência fundamental para qualquer idade, especialmente para as crianças da educação infantil.”

No contexto da educação infantil, o brincar vai além de ser uma mera atividade recreativa; deve ser uma parte integrante do plano de aula e uma ferramenta essencial no processo avaliativo do professor. Através das brincadeiras e jogos, é possível avaliar não apenas o comportamento dos alunos, mas também a sua interação com o grupo e o desenvolvimento social. O processo avaliativo na educação infantil, portanto, deve se basear na observação contínua, registros sistemáticos e acompanhamento constante do progresso dos alunos.

Kishimoto (2003) ressalta que o brincar deve ser a atividade principal do cotidiano da criança, pois é um momento no qual

ela exerce a capacidade de tomar decisões, expressar sentimentos e valores. Em consonância com essa perspectiva, Duarte e Mota (2021) destacam que o brincar está intimamente relacionado ao lúdico e à inovação. Para que as brincadeiras cumpram seu papel pedagógico, é fundamental que os métodos lúdicos sejam inovadores, e ambos: o brincar e a inovação se complementam no contexto educacional. Além disso, é crucial compreender que o brincar na escola possui um caráter distinto do brincar em casa, sendo uma atividade organizada e direcionada para o aprendizado e desenvolvimento integral das crianças.

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 MÉTODO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O método lúdico de aprendizagem é uma Metodologia pedagógica no qual se utiliza brincadeiras jogos e outras atividades, esse método ensina de forma significativa e sem cobrança. O lúdico pode ser trabalhado como ferramenta que auxilia na prática docente, quando o professor proporciona à criança diferentes possibilidades lúdica, automaticamente novas ideias são criadas.

O lúdico torna-se assim, uma proposta dentro da sala de aula fundamental para o enfrentamento das dificuldades e atrasos na aprendizagem e também no processo de ensino aprendizagem da criança, porém muitas escolas continuam com um método de ensino repetitivo,

descontextualizado e conceitos decorados e que não proporciona prazer para a criança no processo ensino-aprendizado (Oliveira; Albrecht, 2021, p. 4).

A educação infantil, como uma etapa fundamental da educação básica, exige atenção especial, uma vez que constitui a base para todo o aprendizado subsequente. Nesse contexto, é imprescindível que os profissionais da educação infantil compreendam a importância do brincar, dos jogos e das brincadeiras, pois um dos principais objetivos do método lúdico é promover o conhecimento por meio dessas práticas.

A metodologia lúdica na educação infantil não deve ser reduzida a um simples passatempo, mas reconhecida como um método pedagógico dinâmico e interativo, que favorece a aprendizagem e a socialização das crianças. Para que isso ocorra de maneira eficaz, é crucial um planejamento pedagógico criativo, dinâmico e motivador, capaz de despertar o interesse dos alunos e promover seu desenvolvimento integral. Ao adotar o método lúdico, o professor rompe com as barreiras do ensino tradicional, proporcionando uma experiência educacional mais envolvente e significativa.

Batista (2014, p. 17) diz que:

Espera-se que o lúdico venha a ter um lugar garantido no cotidiano das instituições educativas, pois é fundamental a atuação do educador, e principalmente que tal atuação seja nutrida pela vivência lúdica, em que o professor

se coloque pleno, inteiro no momento, alegre e flexível.

Percebe-se o quanto o lúdico é relevante na educação infantil e para a formação da criança, pois há inúmeras contribuições para a aprendizagem do aluno, espera-se que o lúdico faça parte das instituições educacionais garantindo um aprendizado significativo.

As brincadeiras em todos seus aspectos são de extrema importância para o desenvolvimento da criança, através das brincadeiras a criança vai se desenvolver, vai se envolver com outras crianças, vai aprender dividir o seu espaço

Kishimoto (2010, P. 1) afirma que:

[...] o brincar é uma ação livre que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condução um produto final, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades e introduz a criança e no mundo imaginário.

A ludicidade desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem, despertando nas crianças o interesse e tornando as aulas mais prazerosas. Além de sua capacidade de estimular a participação ativa dos alunos, o trabalho com a ludicidade cria um espaço significativo para que as crianças possam expressar seus sentimentos e explorar sua criatividade. Dessa forma, a ludicidade contribui para o desenvolvimento da autoestima, favorecendo a autoafirmação e

a valorização pessoal (Souza et al., 2021, p. 6). Ao ser incorporada no ambiente escolar, por meio de jogos e brincadeiras, essa abordagem pode ser especialmente benéfica para crianças com necessidades especiais, ajudando-as a se desenvolver de forma mais integradora, além de facilitar sua comunicação com os outros.

O método lúdico é uma ferramenta pedagógica que possibilita à criança aprender de maneira prazerosa. Ao brincar, as crianças se divertem enquanto assimilam novos conteúdos, o que transforma o processo educacional em uma experiência mais envolvente. No entanto, para que o uso do lúdico seja eficaz, o professor deve contar com um planejamento e organização adequados. É essencial que o docente defina claramente seus objetivos e metas a serem alcançadas por meio dessa abordagem, criando um ambiente de ensino motivador e agradável para os alunos.

Enquanto método pedagógico, o lúdico valoriza a liberdade de expressão e comunicação, proporcionando uma abordagem menos rígida e mais flexível ao ensino. No contexto da educação infantil, o brincar e o aprender se complementam, pois a brincadeira contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo e motor da criança, além de estimular suas habilidades sociais.

Existem diversos tipos de métodos lúdicos que podem ser empregados na sala de aula, adaptando-se a diferentes níveis de desenvolvimento e estilos de aprendizagem. Exemplos incluem quebra-cabeças, jogos de construção, massas de modelar, entre outros, que não apenas favorecem o aprendizado, mas também

promovem uma interação positiva entre o aluno e o professor, consolidando a ludicidade como um elemento-chave para o sucesso educacional.

Maria (2014, p. 10) diz que:

No passado a ludicidade já foi vista com alguma coisa sem muita importância no processo de desenvolvimento humano, hoje é estudada como algo fundamental no processo, fazendo com que cada vez mais se produzam estudos científicos para entender sua dimensão [...].

Hoje vemos a importância do lúdico no processo aprendizado do aluno, o quanto grande é os benefícios desse método, é indispensável em sala de aula. As atividades lúdicas na educação infantil têm como foco proporcionar estímulos construtivos para a formação da criança. Alhadaz (2012) as atividades lúdicas na educação infantil podem ser aplicadas em diversos espaços e por diferentes pessoas.

A ludicidade pode ser utilizada como uma ferramenta de mediação no processo de ensino aprendizagem, as aplicações das atividades lúdicas são muito importantes na educação infantil, porém toda brincadeira precisa ser direcionada ao um objetivo de aprendizagem, o professor precisa estar atento com as brincadeiras, o objetivo deve ser sempre de desenvolver habilidades para chegar nas competências, é necessário que a atividade seja bem elaborada com toda estrutura e que sirva não só como brincadeira, é necessário ter intencionalidade.

Quando se fala no lúdico como ferramenta pedagógica é mais comum se pensar ao conceito de brincadeiras, jogos e diversão, sendo mais relacionada a educação infantil, a ludicidade promove atividades vividas e sentidas que não são definidas por palavras, mais pela fantasia e imaginação que demonstram a aprendizagem.

No âmbito escolar o lúdico é importante, pois seu objetivo principal é instigar o aluno a querer aprender buscando cada vez mais conhecimento, a ludicidade tem uma leitura dinâmica, que estimula a imaginação. A atividade lúdica surgiu como nova forma de abordar os conhecimentos de diferentes formas e também uma atividade que favorece a interdisciplinaridade, o professor é a peça fundamental nesse processo, ele é o elemento essencial. O trabalho com os jogos e brincadeiras possibilita ao professor observar a atuação de cada indivíduo.

Conforme o referencial Curricular Nacional para Educação Infantil:

O adulto, na figura do professor que na instituição infantil ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele que organiza a sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasia, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar. Por meio das brincadeiras os professores podem observar e construir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada um particular, registrando suas capacidades. (RCNEI, 1998, p. 28)

Piaget (1976, apud Carla 2016) diz que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança. Ao aplicar os recursos da ludicidade em suas ações cotidianas o professor abre caminhos para as crianças com dificuldade de aprendizagem possam vencer as barreiras para avançar em suas conquistas educacionais, através de atividades lúdicas o relacionamento entre os alunos pode ser melhorado e/ou fortalecido, assim como é possível criar várias oportunidades para que eles aprendam a jogar de forma mais ativa. Ao utilizar o lúdico os alunos aprendem a lidar com as frustrações, mas não gera traumas e nem competição.

As atividades lúdicas oferecem uma abordagem prática e envolvente para a resolução de problemas e a assimilação de novos conhecimentos, o que pode ser especialmente benéfico para alunos que enfrentam desafios no aprendizado. Tal método aplicado na educação infantil, pode contribuir para a superação de barreiras de aprendizagem, posto que quando o professor se utiliza recursos lúdicos, abre caminhos para que as crianças com dificuldade de aprendizagem possam superar essas barreiras e alcançar suas conquistas educacionais que são tão importantes na formação humana.

3.2. JOGOS E ATIVIDADES LÚDICAS NO PROCESSO DE APRENDIZADO

Os jogos e as atividades lúdicas são importantes para o processo de aprendizagem, ajudando o aluno a desenvolver a

solidariedade e a cooperação, os jogos e as brincadeiras ajudam as crianças a interagirem uns com os outros, a esperar sua vez, a ganhar e a perder. Estudos e análises sobre os jogos e às brincadeiras ressaltam sua importância que é muito importante para o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo, social e cultural.

A educação infantil representa o primeiro contato da criança com o ambiente escolar, sendo um momento crucial para o seu desenvolvimento integral. Nesse contexto, os jogos e as brincadeiras desempenham um papel fundamental, pois exercem uma influência significativa no processo de aprendizagem e socialização. Por meio das atividades lúdicas, o professor estimula a imaginação das crianças, promovendo o despertar de ideias, questionamentos e reflexões. Assim, a prática de jogos e brincadeiras se torna um componente essencial na educação infantil, pois possibilita que as crianças desenvolvam suas próprias aprendizagens, além de aprenderem a respeitar regras e normas de convivência (Sousa, 2025).

Os jogos, ao envolverem regras e estruturas, permitem que as crianças explorem o ambiente ao seu redor e integrem novos conhecimentos, promovendo aprendizagens significativas. Além de seu valor pedagógico, o jogo também possui um valor social considerável, preparando as crianças para viver em sociedade, ao ensinar-lhes importantes aspectos da convivência e da interação social. Como destaca Conceição (2022, p. 09), "os jogos e as brincadeiras são de suma importância para o desenvolvimento da criança na educação infantil, pois, através

deles, a criança aprende a respeitar regras e favorece sua autonomia."

As atividades lúdicas, realizadas de forma livre e espontânea, visam à aprendizagem por meio de brincadeiras, brinquedos e ações, permitindo que as crianças se engajem de maneira criativa e prazerosa. Nesse processo, ocorre o primeiro contato das crianças com objetos, brinquedos e pessoas, proporcionando uma rica oportunidade para a construção de conhecimentos, habilidades sociais e emocionais.

Os primeiros anos de vida são decisivos na formação da criança, pois se trata de um período em que ela está construindo sua identidade e grande parte de sua estrutura física, afetiva e intelectual e sobretudo, nesta fase, deve-se adotar várias estratégias entre elas as atividades lúdicas, que são capazes de intervir positivamente no desempenho da criança, suprimindo suas necessidades biopsicossociais, assegurando-lhe condições adequadas para desenvolver suas competências (Silva; Ferreira, 2021, p. 7).

O trabalho lúdico nas escolas deve ser estruturado de forma a integrar brincadeiras e jogos que proporcionem à criança um ambiente propício para o aprendizado e desenvolvimento. De acordo com a fundamentação teórica de Vygotsky e Piaget, os jogos e as brincadeiras desempenham um papel essencial no desenvolvimento cognitivo e na aprendizagem das crianças. Para Vygotsky, o jogo é uma das

principais formas de mediação entre o pensamento e a realidade, permitindo que a criança organize e expanda suas experiências, enquanto Piaget vê o jogo como um reflexo das fases do desenvolvimento cognitivo, sendo essencial para a assimilação e acomodação de novos conhecimentos.

O jogo, como ferramenta pedagógica, vai além de ser um simples passatempo; ele é um meio por meio do qual a criança não apenas se desenvolve, mas também encontra motivação para aprender. Durante as brincadeiras, o ambiente torna-se adequado para a observação e avaliação do comportamento da criança. O professor tem a oportunidade de monitorar suas atitudes e intervenções, identificando áreas em que pode apoiar seu desenvolvimento. Essa observação constante é uma oportunidade valiosa para ajudar a criança a amadurecer e a avançar em seu processo de aprendizagem.

O jogo não deve ser entendido como uma distração ou uma atividade sem propósito; pelo contrário, ele ocupa um papel fundamental no desenvolvimento integral da criança. Conforme argumentam estudiosos como Vygotsky e Piaget, o jogo é de grande importância na educação infantil, pois proporciona um espaço de interação social, exploração e autoconhecimento. A criança, ao brincar, não apenas se entretém, mas também constrói o conhecimento de maneira criativa e significativa. Além disso, o jogo funciona como um estímulo à curiosidade das crianças, o que as leva a se engajar de maneira ativa no processo de aprendizagem.

Diversas atividades lúdicas podem ser implementadas em sala de aula, como jogos de faz de conta, caixas sensoriais,

pintura com dedos, modelagem com massinha, e histórias contadas com fantoches. Essas atividades são valiosas para o desenvolvimento da coordenação motora fina, da imaginação e da criatividade das crianças, ao mesmo tempo em que oferecem benefícios que ultrapassam a simples diversão. Elas favorecem a aprendizagem significativa e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a formação integral do aluno.

Além disso, as atividades lúdicas na educação infantil favorecem não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a promoção da autonomia, o desenvolvimento social, a linguagem e a criatividade. Por meio de jogos, brincadeiras ao ar livre, atividades artísticas, contação de histórias e experimentações, a criança tem a oportunidade de explorar e expandir suas capacidades de forma integral, criando uma base sólida para o aprendizado futuro. Essas atividades, portanto, são essenciais para garantir que o processo educativo seja não apenas eficaz, mas também prazeroso e envolvente para as crianças.

Os benefícios das brincadeiras são extensivos e multidimensionais, influenciando o desenvolvimento social e de maneira significativas. Silva ressalta que:

A inclusão de atividade lúdica no currículo não apenas facilita a assimilação de novos conhecimentos mais também promove o desenvolvimento integral da criança, preparando-as não apenas academicamente, mas como cidadãos ativos e conscientes em suas comunidades (Silva *et al*, 2019, p. 60).

As brincadeiras são fundamentais no desenvolvimento cognitivo e social da criança, nas atividades lúdicas as crianças têm a oportunidade de explorar o mundo, resolver problemas e desenvolver habilidades essenciais. A integração de brincadeiras no contexto educativo é uma estratégia pedagógica, pois enriquece a experiência de aprendizagem e facilita o desempenho de competências essenciais para sua vida futura.

As brincadeiras e os jogos assumem uma importância enorme no processo de aprendizagem dos alunos, a utilização dos jogos e brincadeiras na sala de aula não é um mero brincar como muitos pensam, o objetivo é de contribuir de modo positivo para a construção do aprendizado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de recursos lúdicos nas práticas pedagógicas diárias permite que o professor crie um ambiente mais acessível e motivador, possibilitando que crianças com dificuldades de aprendizagem superem obstáculos e alcancem êxitos no processo educacional. As atividades lúdicas oferecem uma abordagem prática e envolvente que facilita a resolução de problemas e a assimilação de novos conhecimentos, especialmente para aqueles alunos que enfrentam desafios no aprendizado. Ao integrar jogos e brincadeiras no contexto escolar, os educadores tornam o ambiente de aprendizagem mais dinâmico, enriquecendo a experiência educativa e

promovendo o desenvolvimento de competências essenciais para o futuro das crianças.

O estudo revelou que o uso de práticas lúdicas na educação infantil é uma estratégia pedagógica eficaz, capaz de promover o aprendizado de forma significativa. A inclusão de atividades lúdicas não só facilita a assimilação de novos conteúdos, mas também contribui para o desenvolvimento integral das crianças. Ao brincar, elas não apenas aprendem de maneira prazerosa, mas também desenvolvem habilidades cognitivas, emocionais e sociais fundamentais para sua formação. O lúdico, portanto, desempenha um papel crucial na construção do conhecimento e na formação de indivíduos mais preparados para os desafios futuros.

A pesquisa também evidenciou que a ausência do lúdico no ambiente educacional pode ter sérias consequências para o desenvolvimento das crianças. A falta dessa abordagem pedagógica compromete a qualidade do ensino e restringe as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. Assim, a implementação de estratégias lúdicas na educação infantil se torna indispensável para inovar e tornar o ensino mais inclusivo e prazeroso. Ao garantir que as atividades lúdicas sejam incorporadas ao currículo escolar, assegura-se que as crianças tenham condições adequadas para desenvolver suas competências de forma plena, respeitando seus ritmos e potencialidades.

Portanto, este estudo reforça a importância da ludicidade como um método pedagógico essencial para a construção de uma educação mais inclusiva, significativa e humanizadora. A

integração de jogos e brincadeiras no processo de ensino-aprendizagem não apenas enriquece a experiência escolar, mas também favorece o desenvolvimento integral das crianças, assegurando que elas se tornem protagonistas de sua própria aprendizagem e agentes ativos no processo de socialização e formação pessoal.

REFERÊNCIAS

ALHADAS, M. **Atividades lúdicas na educação infantil: Aplicações e benefícios**. São Paulo: Editora Educação Infantil. 2012.

BATISTA, S. A. **O lúdico na educação: Teorias e práticas**. São Paulo: Editora Educação Moderna. 2014.

CARLA, M. **A importância da ludicidade no desenvolvimento infantil**. São Paulo: Editora Educação Moderna. 2016.

CONCEIÇÃO, M. A. **Jogos e brincadeiras na educação infantil: Importância e benefícios**. São Paulo: Editora Educação Infantil. 2022.

COSTA, M. A. **Inovação na Educação Infantil: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Editora Educação Moderna. 2024.

DUARTE, J.R; MOTA. A.A. O Lúdico no processo de Aprendizagem na educação infantil. **Revista Educação Pública, v. nº 15, 27 de abril de 2021**. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/o-ludico-no-processo-de-aprendizagem-na-educacao-infantil>. Acesso em novembro de 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** (6ª ed.). São Paulo: Atlas. 2008.

LUCKESI, C. C. **Desenvolvimento dos estados de consciência e ludicidade**. 1998.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

KISHIMOTO, T. M. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil do Brasil**. Cadernos de Educação de Infância, n. 90, p. 4-7. 2010.

MARIA, S. F. **O brincar e a ludicidade na educação infantil**. Brasília: Universidade Católica de Brasília. 2014.

MENGUE (Ed.), **Ludicidade e Educação** (p. 10). São Paulo: Cortez Editora.

MENGUE, A. (2010). **O lúdico como ferramenta pedagógica**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

OLIVEIRA, D. N., & ALBRECHT, A. R. M. **Uso de jogos e brincadeiras para o desenvolvimento e aprendizagem**. 2021.

PAEL R. **Inovação na educação infantil está ligada à interação e ao brincar**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/inovacao-na-educacao-infantil-esta-ligada-a-interacao-e-ao-brincar> acesso em dezembro de 2024.

PIAGET, J: **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SILVA, G. F., & FERREIRA, I. V. **A criança e as atividades lúdicas na educação infantil**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

SOUSA, Anderson do Vale. **Anarquismo pedagógico: um olhar voltado para as práticas pedagógicas**. João Pessoa, PB: Editora Oiticica, 2025.

SOUZA, Vanessa Cristina Saran de; MARINELLI, Rosa Cristina; SILVA, Sirlene Bento da; ANTUNES, Renata Correia Ramos; SILVA, Rosana Aparecida da. A ludicidade e sua importância no desenvolvimento e na aprendizagem. **Revista ISCIWEB, 2021**. Disponível em: <https://www.isciweb.com.br/revista/37-numero-1-2021/2322-a-ludicidade-e-sua-importancia-no-desenvolvimento-e-na-aprendizagem>. acesso em dezembro de 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

METODOLOGIAS E AVALIAÇÕES ULTRAPASSADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rillary de Kássia Lopes Nascimento¹⁴
Anderson do Vale Sousa¹⁵

I. INTRODUÇÃO

A educação infantil é uma etapa fundamental no processo de desenvolvimento das crianças, é onde ela sai do seu núcleo familiar, uma vez que designa conhecimentos para o aprendizado ao longo da vida. Nesse cenário, as metodologias de ensino executam uma função importante na criação dos primeiros saberes, promovendo o desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social, facilitando a inserção na vida dos alunos.

Este artigo tem como finalidade causar uma reflexão sobre as práticas pedagógicas que ainda são utilizadas na educação infantil, mas que podem não atender mais as necessidades e progressos do desenvolvimento das crianças nos dias atuais. Além de que, ao analisar os métodos e avaliações tradicionais

¹⁴ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF

¹⁵ Pedagogia pela FAEPI; Especialista em Educação Global pela UNIFUTURO; Mestre em Educação pela FCU (Reconhecido pela UNAMA); Doutorando em Educação pela FCU.

ajuda a reconhecer limitações, como o foco exagerado em memorização, que pode desvalorizar a diversidade das crianças, seus ensinamentos e o cenário a qual estão inseridas. Desse modo, o interesse aqui presente é refletir as avaliações da aprendizagem e as práticas pedagógicas na educação infantil para transformá-la mais eficiente, e estimulante para as crianças, com eixo nas evidências recentes sobre o desenvolvimento infantil e as novas necessidades educacionais da população. Essa busca de reflexão, permite promover métodos e avaliações mais inclusivas, com base no emocional, social e cognitivo dos alunos, preparando-os para o futuro,

A abordagem de metodologias ultrapassadas na educação infantil torna-se desfavorável a preparação das crianças, visto que evita os avanços pedagógicos que destacam as práticas e aprendizagens ativas. As utilizações dos métodos tradicionais, como a falta de interação entre aluno e professor, anulam a criatividade e autonomia dos alunos, fatores necessários para um desenvolvimento significativo.

Além disso, essas metodologias não promovem a inclusão, nem o reconhecimento da diversidade, que são características importantes para a preparação de cidadãos críticos e interativos. Também, não reconhecem a importância do brincar, da exploração e da interação social no processo de aprendizagem.

Portanto, faz-se necessário trazer metodologias modernas que proporcionem um ensino que tenha diálogo entre professor e aluno, tornando os métodos e avaliações focados no

aprendizado com emoções, criatividade, diferentes formas de aprender, sem prejudicar a autonomia das crianças.

Com a apresentação da problemática, é discutível mencionar: O uso de metodologias e avaliações ultrapassadas na sala de aula causa a falta de interesse dos alunos, diante disso faz-se necessário trazer métodos e avaliações inovadoras para a educação infantil?

O uso de metodologias e avaliações ultrapassadas na educação infantil pode causar a falta de interesse e atenção por parte das crianças. O ensino tradicional, é um método rigoroso, focalizado em avaliações punitivas, que não dá a importância as necessidades de desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças. Assim, causando o desinteresse e não facilita a participação ativa e a curiosidade, necessárias para o desenvolvimento infantil. Portanto, faz-se necessário estabelecer metodologias inovadoras e avaliações eficazes e formativas, que atendem as necessidades da educação infantil.

O presente artigo inclui em seus objetivos proporcionar metodologias e avaliações inovadoras para a aprendizagem das crianças na educação infantil. Detectar os métodos e avaliações de ensino que são passados para os alunos; Analisar quais metodologias e avaliações os professores podem aplicar na sala de aula; sugerir estratégias de ensino para um bom desenvolvimento na aprendizagem dos alunos.

Os métodos de procedimentos estabelecem descrição detalhada de como a pesquisa foi coordenada, ou seja, o conjunto de etapas e técnicas aplicadas para analisar os dados, dito isto a metodologia deste artigo quanto aos procedimentos

foi aderida pelo meio bibliográfico, especificando conhecimentos de revistas, livros, páginas de web e sites, dando a estrutura e fundamento durante a pesquisa. A pesquisa bibliográfica é fundamental para fornecer uma base teórica sólida a qualquer estudo ou investigação, ao recorrer a fontes já publicadas, os pesquisadores podem construir um quadro teórico robusto que sustenta suas hipóteses e descobertas. Isso é essencial para garantir a credibilidade e a validade do trabalho acadêmico "A pesquisa bibliográfica é um procedimento que visa recolher, selecionar e analisar informações já publicadas sobre um determinado tema, com o objetivo de fundamentar teoricamente um estudo ou trabalho acadêmico" (Gil, 2008, p. 44).

2. MÉTODOS DE ENSINO E AVALIAÇÕES ULTRAPASSADAS

Os métodos de ensino e avaliações ultrapassadas são abordagens tradicionais e inflexíveis que impossibilitam a adaptação das mudanças e necessidades educacionais contemporâneas. Esses métodos e avaliações, estão cada vez mais improdutivos para a evolução de habilidades criativas, críticas e práticas que os pequenos utilizam no cenário atual.

Esses métodos de ensino considerados ultrapassados são aqueles que não presenciam as mudanças culturais, sociais e tecnológicas, além de não oferecerem um conhecimento significativo. Também são considerados ultrapassados os métodos que desvalorizam as novas tecnologias, tratando-as

como algo desnecessário, quando, na realidade, elas são cruciais para o progresso das habilidades digitais e para a construção de aprendizagens mais interativas e dinâmicas. Esses métodos precisam ser reconsiderados, para que o ensino se torne mais adaptado, flexível e adequado com as necessidades atuais dos alunos.

Os modelos de avaliações tradicionais, como provas, são pouco eficazes para medir o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e cognitivas que são essenciais nessa fase. A avaliação serve para verificar as mudanças de cada aluno com a falta de uma avaliação contínua e formativa, que acompanhe cada passo das crianças ao longo do tempo, pode acabar prejudicando a identificar as suas necessidades individuais e a adaptação de novas práticas pedagógicas.

A avaliação formal pode adotar diferentes significados, instrumentos, critérios, objetivos e importância. Pode ser dada através de provas ou trabalhos, escritos ou orais; exercícios práticos ou teóricos; em sala ou não; em grupo ou individualmente. O que se avalia desses instrumentos, como conteúdo, estética, organização, pode ainda nos dar um número incontável de combinações (Gentile e Andrade, 2001).

Na educação infantil, a avaliação formal desempenha um papel importante, mas sua aplicação requer cuidados, pois essa fase é marcada por um desenvolvimento global das crianças, envolvendo não apenas o aprendizado cognitivo, mas também

aspectos emocionais, sociais e motoras. Nesse contexto, a avaliação formal deve ser vista como uma ferramenta para acompanhar o progresso das crianças e aprimorar as práticas pedagógicas, sem perder o foco principal que é o desenvolvimento integral e a aprendizagem lúdica.

Muitos métodos de ensino que foram comuns no passado são considerados ultrapassados, pois não atendem às necessidades e ao desenvolvimento das crianças da forma mais eficaz. No método tradicional, de ensino, o educador é considerado figura central e único detentor do conhecimento. Este, por sua vez, é repassado aos estudantes em aulas expositivas. Nesse modelo, o estudante é reduzido a espectador em sala de aula, cabe a ele apenas memorizar e reproduzir os saberes.

Um exemplo de método ultrapassado é a abordagem passiva, em que o professor é o único responsável por transmitir o conhecimento e as crianças se limitam a ouvir ou copiar, desconsiderando a participação ativa do aluno no seu processo de aprendizagem. As crianças aprendem de forma eficaz quando têm a oportunidade de explorar, experimentar e interagir com o ambiente e com os outros.

Alguns métodos antigos não valorizam a importância do brincar como uma forma essencial de aprendizagem. O brincar é a principal maneira na qual as crianças desenvolvem habilidades sociais, emocionais, motoras e cognitivas. Métodos que não incorporam o brincar de forma sistemática e significativa limitam o desenvolvimento das crianças, pois o jogo e a

interação social são fundamentais para que elas se desenvolvam de forma integral.

Não podemos esquecer que a brincadeira faz parte do ser criança, ou seja, além de ser uma necessidade própria, é direito delas, e é preciso que elas tenham liberdade para explorar desses momentos. Nesse sentido, se faz necessário que as instituições de educação infantil se organizem a atender características das crianças e devem valorizar a brincadeira em seus espaços e tempos (Navarro; Prodócimo, 2012).

Desse modo, os métodos de ensino e avaliações ultrapassados não são mais apropriados para a preparação dos alunos para as metodologias inovadoras. É de suma importância, oferecer abordagens que reconheçam a aprendizagem ativa, a individualização de ensino e avaliações dinâmicas e inclusivas, que estimulem o avanço de habilidades práticas e centradas nos alunos.

Sobre a temática em discussão, a pesquisadora Pereira (2024) comenta que esses os métodos tradicionais de ensino estão ultrapassados, pois a sociedade já não requer esse tipo de competências. Para ela, os alunos têm que aprender para serem reflexivos, autônomos e com diferentes competências, tanto técnica quanto transversais e não debitem o que ouvirem. Em suma, a fala da pesquisadora enfatiza a necessidade de os alunos aprenderem de maneira reflexiva e autônoma. Assim, significa dizer que os educadores devem incentivar a investigação, a exploração e a descoberta, permitindo que os alunos sejam protagonistas de seu aprendizado.

É de suma importância mencionar a falta de formação continuada dos professores, a formação contínua permite que os educadores atualizem suas práticas pedagógicas, adquiram novas competências e reflitam sobre seus métodos e avaliações, o que tem um impacto direto na qualidade do ensino e no desempenho dos alunos. Quando os professores não têm acesso a programas de formação continuada, ficam limitados no uso de estratégias inovadoras e na adaptação às mudanças curriculares e tecnológicas, assim prejudicando a aprendizagem eficaz dos alunos.

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial. A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (Delors, 2003, p. 160).

Assim, o professor deve investir na sua formação contínua, pois a educação está em constante evolução e as práticas pedagógicas precisam ser constantemente atualizadas. A formação contínua amplia os conhecimentos pedagógicos do professor, e também permite que ele acompanhe as novas demandas da sociedade, as mudanças nas tecnologias educacionais e as diferentes necessidades dos alunos. Nesse sentido, Vieira, 2011, postula o seguinte:

Sabe-se que o professor não será substituído pela tecnologia, mas ambos juntos podem adentrar na sala de aula levando aprendizado e conhecimento para os alunos, pois basta que ele comece a pensar como introduzir no cotidiano escolar de forma decisiva para que após essa etapa passe a construir conteúdos didáticos renovados e dinâmicos, que estabeleça todo o potencial necessário que essa tecnologia oferece (Vieira, 2011, p. 134).

A citação enfatiza que os professores precisam começar a pensar em como introduzir a tecnologia de maneira decisiva no cotidiano escolar. Mas, para isso acontecer, requer um planejamento cuidadoso e intencional que garanta que as tecnologias sejam incorporadas de maneira que melhorem o processo de ensino e aprendizagem. É possível alinhar as novas tecnologias ao ensino e aprendizagem dos alunos, mas para isso, é necessária a formação do professor, para que o mesmo saiba fazer uso atendendo a aprendizagem dos alunos, daí a importância da formação continuada do professor para trabalhar as novas metodologias de avaliação dos alunos.

Além disso, a formação continuada também é essencial para promover a inclusão e atender as necessidades dos estudantes com diferentes formas de aprendizagem. É fundamental não apenas para o desenvolvimento profissional dos professores, mas também para garantir que os alunos recebam uma educação de qualidade.

Sobre essa discussão Silva, Oliveira e Coutinho 2019, comentam o seguinte:

A formação continuada dos professores é essencial para que eles possam integrar as novas tecnologias de forma eficaz no processo de ensino-aprendizagem. É necessário que os educadores desenvolvam competências tecnológicas e pedagógicas que lhes permitam utilizar essas ferramentas de maneira crítica e inovadora, promovendo um ambiente de aprendizado mais dinâmico e interativo. (Silva, Oliveira e Coutinho, 2019, p. 40).

Em um cenário educacional e em constante evolução, é fundamental que os educadores estejam atualizados com as últimas ferramentas e métodos tecnológicos, e sem dúvida alguma, a formação continuada é um mecanismo que garante que os professores não apenas aprendam como usá-las, mas também como aplicá-las alinhadas ao que precisa ser ensinado para os alunos. Ou seja, alinhar as práticas pedagógicas de ensino. Quando o educador entende essa necessidade de inserir o novo, no cenário atual da educação, todos os envolvidos nesse processo ganham, o professor ganha porque o aluno está ativo, aprendendo por meio daquilo que gosta e interessa e o professor tem do dele a atenção e retorno preciso do que necessita aprender. Mas para isso, é importante que o docente saiba como usar métodos avaliativos novos.

O professor de hoje precisa ficar atento as inovações tecnológicas na construção de conteúdos didáticos, renovados e dinâmicos, o que significa criar materiais e atividades que possam aproveitar ao máximo o potencial do alunado. A

tecnologia é um potencial a mais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, seu uso adequado só traz benefícios para ambos envolvidos nesse processo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 METODOLOGIAS E AVALIAÇÕES INOVADORAS

As metodologias e avaliações inovadoras vêm se tornando cada dia mais necessárias no âmbito educacional atual para que melhoria do desenvolvimento de aprendizagem e deixar a maneira de ensino mais flexível e dinâmico. Contudo, é sempre interessante enfatizar a questão da formação do professor para trabalhar as novas metodologias de avaliação, ou seja, não basta conhecê-las, é preciso alinhá-las a prática pedagógica pra que os resultados sejam os melhores possíveis.

Moran (2015) explica que as metodologias ativas permitem que o aluno se aproxime da realidade que enfrentará após a vida escolar, especialmente no âmbito profissional. Mais precisamente, o ensino e a aprendizagem conduzidos por essas abordagens criam oportunidades para os estudantes viverem de maneira mais independente e, assim, desenvolverem habilidades para lidar com os desafios cotidianos.

Esses métodos ativos visam ultrapassar os métodos tradicionais de ensino, que na maioria das vezes se dá apenas repassando o conteúdo aos alunos, e procuram renovar as práticas pedagógicas, possibilitando a participação ativa dos alunos.

As Metodologias Ativas na Educação Infantil são pautadas na interação direta das crianças com o ambiente de aprendizagem. Ao invés de serem apenas receptores passivos de informações, os alunos são encorajados a explorar, experimentar e expressar suas ideias. Essas metodologias priorizam a criação de ambientes estimulantes, ricos em estímulos sensoriais, que propiciam a construção do conhecimento de maneira ativa e prazerosa (Fanstone, 2020, p. 05).

O processo de aprendizagem ocorre por meio do diálogo entre professor e aluno, através da experimentação, da reflexão, do aprender fazendo, que o aluno seja o autor do próprio conhecimento. É fundamental que os alunos vivenciem de maneira mais leve e prática todas as etapas da Educação Básica. Geralmente, na Educação Infantil, para que as crianças aprendem com mais praticidade, é necessário que o professor traga para sala de aula assuntos relacionados com o cotidiano dos alunos, sendo uma aprendizagem significativa, tornando-os protagonistas do processo.

Com a tecnologia, no contexto atual, ela vem promovendo uma integração constante entre diferentes espaços e tempos. O ato de ensinar e aprender se dá por meio de uma conexão contínua e interdependente entre o mundo físico e o digital. São um único espaço expandido e híbrido, onde a sala de aula se reinventa e se funde o tempo todo. Por essa razão, a educação formal se torna cada vez mais híbrida, misturando não apenas o ambiente físico da escola, mas também os diversos cenários digitais que permeiam o dia a dia dos alunos.

Os métodos tradicionais, que privilegiam a transmissão de informações pelos professores, faziam sentido quando o acesso à informação era difícil. Com a internet e a divulgação aberta de muitos cursos e materiais, podemos aprender em qualquer hora e com muitas pessoas diferentes. Isso é complexo, necessário e um pouco assustador, porque não temos modelos prévios bem sucedidos para aprender de forma flexível numa sociedade altamente conectada. (Almeida e Valente, 2012, p. 11).

O papel do professor, portanto, é continuar se comunicando diretamente com os alunos, mas também interagir no ambiente digital, utilizando tecnologias móveis para equilibrar tanto a interação coletiva quanto a atenção individualizada. Essa fusão entre os espaços presenciais e virtuais é essencial para ampliar os horizontes da escola, conectando-a com o mundo externo e, simultaneamente, trazendo o mundo para dentro da sala de aula.

Além disso, a comunicação na educação moderna deve combinar formas mais estruturadas e planejadas com abordagens mais informais e espontâneas, características das redes sociais. Nesses ambientes, a linguagem é mais fluida e descontraída, com um fluxo constante de imagens, vídeos e ideias, o que modifica a maneira como os alunos se relacionam com o aprendizado e entre si.

Segundo Almeida (2003, p. 78), “É por meio das tecnologias digitais que aplicaremos mais informações temáticas em sala de

aula e a cada dia que as exploramos descobriremos muito mais para que possamos transformar as questões em interatividade”. Aqui é enfatizado que ao explorar continuamente as tecnologias digitais, os educadores podem descobrir novas maneiras de utilizá-las para transformar questões em interatividade, ou seja, ao utilizar essas novas ferramentas o docente pode melhorar o ambiente educacional do aluno. O ponto sempre abordado é que para isso acontecer sem prejuízos, o professor necessita de constante atualização de seus conhecimentos tecnológicos para que possa aproveitar ao máximo o que essas ferramentas podem trazer de significativo para ensino e aprendizagem.

Sobre o uso das tecnologias digitais (Selva e Oliveira 2024), postulam o seguinte:

Com o uso das tecnologias digitais, os educadores podem enriquecer o conteúdo temático em sala de aula, promovendo uma maior interatividade e engajamento dos alunos. A cada nova ferramenta explorada, surgem oportunidades para transformar o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais dinâmico e participativo. (Selva e Oliveira, 2024, p. 15).

As tecnologias digitais não substituem o professor, ao contrário, elas servem de ferramentas que os professores podem utilizar para enriquecer o conteúdo temático da sala de aula, em outras palavras, pode-se dizer que elas são aliadas dos docentes, e auxiliar dos alunos no processo de ensino e

aprendizagem. A sala de aula de hoje precisa ser dinâmica e interativa para que fomente nos alunos a vontade de aprender e tornar esse aprendizado conciso e furtivo.

Ademais, por meio das tecnologias, o professor pode enriquecer o processo de ensino na educação infantil de diversas maneiras, promovendo um ambiente de aprendizado mais interativo, lúdico e personalizado. Algumas formas de tecnologia que podem ser utilizadas nesse contexto são aplicativos e jogos educativos, existem vários aplicativos voltados para a educação infantil que estimulam o aprendizado de habilidades básicas, como alfabetização, contagem; Histórias digitais e livros interativos, são ferramentas digitais que permitem que o professor compartilhe histórias digitais, livros interativos e contação de histórias com recursos visuais e sonoros, despertando o interesse das crianças.

O uso de tecnologias na educação infantil tem se tornado cada vez mais relevante nos últimos anos, embora deve ser feito de maneira responsável e equilibrada. Quando usadas de forma correta, as tecnologias podem ser uma ferramenta eficiente para aprimorar o aprendizado das crianças, tornando-o mais dinâmico e interativo. Elas podem ajudar a formação de ambientes com mais estimulação e que seja personalizado, com o intuito de ajudar as crianças a pesquisar ideias e conceitos de maneira lúdica e a desenvolver habilidades essenciais, como a resolução dos problemas e a concepção crítica.

Para Moran, Masetto e Behrens 2013:

A criança também é educada pela mídia, principalmente pela televisão. Aprende a informar-se, a conhecer - os outros, o mundo, a si mesmo - a sentir, a fantasiar, a relaxar, vendo, ouvindo, "tocando" as pessoas na tela, que lhe mostram como viver, ser feliz e infeliz, amar e odiar. A relação com a mídia eletrônica é prazerosa - ninguém obriga - é feita por meio da sedução, da emoção, da exploração sensorial, da narrativa - aprendemos vendo as histórias dos outros e as histórias que os outros nos contam (Moran; Masetto; Behrens 2013, p. 32).

Portanto, ao utilizar a tecnologia na educação infantil, faz-se necessário que os educadores apliquem ferramentas adequadas à faixa etária, sempre com o objetivo de complementar o processo de aprendizagem, e não de substituir atividades fundamentais. O uso de tecnologias deve ser sempre acompanhado de instruções e reflexões sobre o seu impacto, certificando que as crianças desenvolvam tanto suas habilidades cognitivas quanto suas capacidades de convívio social e emocional.

Atualmente, o uso das tecnologias digitais no ambiente escolar tornou-se essencial. Assim, as escolas devem ter os recursos necessários para que essas tecnologias promovam o aprendizado dos alunos, portanto, os professores devem estar bem-preparados para o uso adequado nas rotinas escolares (Romão, et al, 2022). Aqui mais uma vez, entra a questão da importância do uso das novas tecnologias na educação, mas

também destaca a preparação do professor para atuar frente às novas ferramentas educacionais.

A literatura pesquisada para construção do referido estudo aponta que Barros (2023), oferece sua contribuição nesse eixo, para ela, a tecnologia pode ajudar na educação infantil, posto que podem auxiliar a desenvolver novas habilidades através de aplicativos educacionais, a criança passa a entrar em contato com temáticas diferentes, estimulando a criatividade da criança, tornando o ambiente mais interativo. Garante ainda mais facilidades nas questões práticas de ensino, devido o acesso mais fácil aos materiais, como recursos de multimídias, que inclui vídeos, filmes, imagens etc. A sala de aula se torna mais dinâmica, aperfeiçoando o raciocínio logo das crianças tornando-as mais autônomas, entrando ainda a questão da acessibilidade e maior desempenho escolar.

Ao abordar o papel da tecnologia na educação infantil. Segundo a autora, a tecnologia pode ser uma ferramenta valiosa para auxiliar no desenvolvimento de novas habilidades nas crianças, especialmente através de aplicativos educacionais. Esses aplicativos oferecem uma variedade de temas e atividades que estimulam a criatividade e tornam o ambiente de aprendizado mais interativo e envolvente. A integração eficaz das tecnologias digitais pode transformar a experiência educativa, proporcionando um ambiente de aprendizado mais interativo, acessível e enriquecedor para as crianças.

3.1.1 SUGESTÃO DE ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA UM BOM DESENVOLVIMENTO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

A educação infantil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB 9.394/96), é definida como a primeira etapa da Educação Básica, voltada para o desenvolvimento integral da criança. A metodologia ativa é relevante no quesito autonomia, pois assegura a liberdade de agir e pensar por meio de suas deliberações (Da Rosa, Ghiggi e Mota, 2021).

Nesse sentido, vale destacar que as metodologias ativas envolvem os alunos de maneira mais participativa, promovendo o desenvolvimento integral das crianças, considerando suas necessidades cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Nessa fase, o aprendizado acontece de forma comunicativa, divertida e lúdica, com eixo no brincar e na exploração.

As estratégias pedagógicas na Educação Infantil são recursos usados pelos professores para auxiliar em seu trabalho, com o objetivo em um ensino que promova o desenvolvimento pleno das crianças. Essas estratégias podem envolver as brincadeiras e as interações entre pares, essenciais nessa etapa de ensino (Dcnei, 2010).

Desse modo, algumas estratégias de ensino são necessárias para um bom desenvolvimento do aluno, como a aprendizagem baseada no brincar, é uma das formas de aprendizado na educação infantil, por meio das brincadeiras, as crianças ampliam habilidades sociais, emocionais, cognitivas e

motoras, o professor pode sugerir jogos de faz de conta, como brincar de casinha, assim as crianças desenvolvem a imaginação. Outra forma de estratégia, é a contação de história, as histórias estimulam a imaginação e o vocabulário dos pequenos, contar uma história interativa, fazendo perguntas, possibilitando a participação deles, ajuda na compreensão e no pensamento crítico.

Os métodos de ensino devem ser personalizados, levando em consideração os ritmos e os estilos de aprendizagem de cada criança. Cada aluno aprende de maneira única e é necessário que o professor repasse o conteúdo de forma mais flexível, adaptando às necessidades de cada um. Assim, o professor vai diferenciar as dificuldades individuais de cada criança e acompanhar o progresso de cada aluno.

É necessário que o aprendizado infantil seja estimulado tanto pelos pais quanto pelos professores, com essa motivação esse estímulo é importante para que a criança tenha vontade de aprender. Com isso, podemos perceber a importância da participação dos pais na aprendizagem de seus filhos.

Desta forma, quando os pais se envolvem frequentemente na educação de seus filhos, seja por meio da presença nas reuniões escolares, do acompanhamento das atividades e deveres de casa ou da comunicação regular com os professores, gera um vínculo de confiança e suporte que aumenta o aprendizado. Quando a família e a escola trabalham de maneira harmônica e colaborativa, elas criam um ambiente de aprendizagem mais consistente e seguro para a criança. É na família que inicia o espaço de socialização e aprendizado, onde

a criança aprende valores, regras e comportamentos. Esse equilíbrio entre duas divisões possibilita que a criança tenha um eixo para ter bom desenvolvimento social, emocional e no âmbito escolar.

Paro (2007, p. 10 *apud* Santos, 2011) afirma que, para funcionar a contento, a escola necessita de adesão de seus usuários (não só de alunos, mas também de seus pais ou responsáveis) aos propósitos educativos a que ela deve visar, e que essa adesão precisa redundar em ações que contribuem para o bom desempenho do estudante.

Dentro desta esfera de conhecimento, a relação contínua entre família e escola é uma das principais formas de manter esse equilíbrio. A comunicação ajuda a identificar as dificuldades e desafios que a criança tem na escola, ajuda a prevenir problemas, com a garantia que a criança tenha apoio tanto em casa quanto na escola. Enquanto a família oferece suporte emocional, cuidado e valores, a escola tem o papel de ensinar conhecimentos formais e habilidades sociais.

Para a educação infantil, existem diversas formas para os educadores promoverem um ensino mais dinâmico, lúdico e significativo, os métodos ativos podem ser uma estratégia de ensino. Alguns desses métodos ativos incluem: Jogos lúdicos, o uso de jogos de faz de conta, dramatizações e brincadeiras é um exemplo de aprendizado ativo. A utilização de jogos, aumenta a possibilidade de as crianças aprenderem com mais facilidade, elas aprendem a trabalhar em grupo e desenvolvem a criatividade; Outro método ativo é a aprendizagem ao ar livre, a experiência ao realizar atividades fora da sala de aula, como

caminhadas, observações na natureza, pode ser uma excelente estratégia de ensino.

Para Oliveira (2000, p. 10):

A evolução lúdica, notadamente, nos primeiros anos de vida mostra que ao brincar a criança desenvolve a inteligência, aprende prazerosamente e progressivamente a representar simbolicamente sua realidade, deixa, em parte, o egocentrismo que a impede de ver o outro como diferente dela, aprende a conviver. O lúdico não está nas coisas, nos brinquedos ou nas técnicas, mas nas crianças, ou melhor, dizendo, no homem que as imagina, organiza e constrói.

Nessa perspectiva, os jogos e as brincadeiras desempenham um papel crucial para as crianças, pois são ferramentas necessárias para um desenvolvimento integral de cada uma delas. O brincar não é apenas uma forma de entretenimento, mas uma maneira das crianças aprenderem sobre o mundo, e terem a oportunidade de explorar, experimentar e criar por meio das atividades lúdicas.

Acerca desse assunto, Maximus 2023, faz a seguinte assertiva:

As estratégias de ensino são essenciais para o sucesso educacional, pois influenciam a aprendizagem dos alunos ao engajar e atender suas diversas necessidades. Técnicas como aprendizagem baseada em projetos e

gamificação promovem um ambiente dinâmico e inclusivo, motivando a participação ativa" (Maximus, 2023, p. 12).

Destarte, é destacado que as estratégias de ensino são essenciais para o sucesso educacional. Isso significa que a forma como os professores planejam e conduzem suas aulas pode ter um impacto significativo na aprendizagem dos alunos. Estratégias bem elaboradas e aplicadas ajudam a engajar os alunos e a atender às suas diversas necessidades, facilitando um ambiente de ensino eficaz e produtivo.

A gamificação na educação infantil é visto como uma ferramenta essencial no processo educacional das crianças. A gamificação tem como princípio a apropriação dos elementos dos jogos, aplicando-os em contextos, produtos e serviços que não são necessariamente focados em jogos, mas que possuam a intenção de promover a motivação e o comportamento do indivíduo (Busarello, et al. 2014). Desse modo, compreende-se que trabalhar a gamificação na educação infantil, pode tornar o ensino mais eficaz e a aprendizagem mais prazerosa e significativa.

Nessa mesma linha, Santos, Costa e Santos 2024, diz que:

A gamificação na educação infantil tem se mostrado uma estratégia eficaz para aumentar o engajamento e a motivação dos alunos. Ao incorporar elementos de jogos nas atividades educativas, os professores conseguem criar um ambiente de aprendizado mais dinâmico e interativo, promovendo o desenvolvimento de

habilidades cognitivas e sociais. (Santos, Costa e Nascimento, 2024, p. 45)

A gamificação é posta em evidência como ferramenta que promove o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais em crianças, considerando que ao participar de atividades ramificadas, as crianças têm a oportunidade de aprimorar suas capacidades de memória, atenção e raciocínio lógico. Além disso, muitas atividades ramificadas envolvem colaboração e trabalho em equipe, o que ajuda a desenvolver habilidades sociais importantes, como comunicação, cooperação e empatia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face ao exposto, pode-se concluir que é imprescindível que as instituições de ensino reflitam sobre aplicação de novas práticas pedagógicas que sejam ajustadas com as necessidades da sociedade contemporânea, com o intuito de trazer o conhecimento de forma mais justa e eficaz, essa mudança de modelo no ensino e na avaliação é uma fase importante para uma educação mais significativa, inclusiva e renovadora.

Os debates sobre as metodologias e avaliações ultrapassadas no contexto educacional tem tido mais importância, à medida que a população e as tecnologias crescem ligeiramente. A utilização dessas metodologias e avaliações ativas modificam a sala de aula, já que os protagonistas são as crianças, nota-se a diferença aplicando esses novos métodos,

elas vivenciam as atividades de maneira mais prática, desenvolvendo ideias e autonomia.

Moran e Bacich (2018) destacam a importância de capacitar os educadores para trabalhar com metodologias ativas e currículos mais flexíveis. Eles argumentam que somente as formações pedagógicas, aliadas à prática cotidiana, possibilitarão avanços nesse setor, pois é fundamental testar o que funciona ou não em sala de aula e buscar opções que sejam coerentes com o método adotado.

Para os profissionais da educação infantil, se torna um processo desafiador, pois é necessário que estejam sempre dispostos a trazer para a sala de aula novas perspectivas que proporcionam a construção do conhecimento de forma mais lúdica e transformadora. Em resumo, a literatura pesquisada e analisada mostra que a necessidade de práticas avaliativas inovadoras, e que trabalhar as novas tecnologias na educação infantil é essencial, pontuando a importância da gamificação como uma estratégia eficaz para aumentar o engajamento e a motivação dos alunos na educação infantil. Ao incorporar elementos de jogos nas atividades educativas, os professores conseguem criar um ambiente de aprendizado mais dinâmico e interativo, que promove o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA & VALENTE, 2012, Apud, MORAN, J. M., **Mudando a educação com metodologias ativas.**2015. Disponível em:

https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2025.

BARROS, T. **Tecnologia na Educação Infantil: benefícios, métodos e muito mais!.** <https://www.jpn.up.pt/2024/01/29/os-metodos-tradicionais-de-ensino-estao-ultrapassados-diz-investigadora/> Acesso em 12 de janeiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2010.

DA ROSA, Cleci T. Werner; GHIGGI, Caroline; MOTA, Ana Rita. Metodologias ativas e autonomia: uma revisão das pesquisas brasileiras em educação.

Caminhos da Educação

Matemática em Revista (Online), v. 11, n. 4, p. 24-46, 2021. Disponível em: https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/caminhos_da_educacao_matemática/article/view/1143. Acesso em 12 de janeiro de 2025.

DELORS, J. **Educação: Um Tesouro a Descobrir.** São Paulo: Cortez. 2003

FANSTONE, P. dos R. P. et al. Transição do ensino presencial para o ensino remoto emergencial nos cursos de graduação da Uni evangélica durante a pandemia de COVID-19. **Anais do Seminário de Atualização de Práticas Docentes**, v. 2, n. 2, 2020.

GENTILE, M., & ANDRADE, A. **Avaliação Educacional: Instrumentos e Métodos.** São Paulo: Editora Educação Moderna. 2001. Acesso em novembro de 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** (6ª ed.). São Paulo: Atlas. 2008.

LIMA, Marília Freires de; ARAÚJO, Jefferson Flora Santos de. A utilização das tecnologias de informação e comunicação como recurso didático-pedagógico no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 23, 22 de junho de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/23/a-utilizacao-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-como-recurso-didatico-pedagogico-no-processo-de-ensino-aprendizagem>. Acesso em 12 de janeiro de 2025.

MORAN; José Manuel. MASSETTO; Marcos T. BEHRENS; Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MORAN, J. **Mudando a educação com metodologias ativas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**, p. 15-33, 2015.

MORAN, J.; BACICH, L. Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018.

NAVARRO, M. S., & PRODÓCIMO, E. Brincar e mediação na escola. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.34, n.3 633-648. 2012.

RODRIGUES, Polyana Marques Lima; LIMA, Williams dos Santos Rodrigues; VIANA, Maria Aparecida Pereira. **A importância da formação continuada de professores da educação básica: A arte de ensinar e o fazer o cotidiano**. v. 03, n. 01, 2017. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/uploads/documentos/3-A-IMPORTANCIA-DA-FORMACAO-CONTINUADA-DE-PROFESSORES-DA-EDUCACAO-BASICA-A-ARTE-DE-ENSINAR-E-O-FAZER-COTIDIANO-ID.pdf> Acesso em 12 de janeiro de 2025.

ROMÃO, C. A. B., SANTOS, E. M. R. DA C., PAGNUSSAT, L. G. R., SANTOS, M. D. DE S., SANTOS, M. R. DOS, FERREIRA, S. L., & REIS, J. L. dos. **AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, v.8, n.10, p.1903–1914, 2022.

SANTOS, A. E. C., COSTA, J. de S., SANTOS, M. P. N., & Jesus, T. dos S. **GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPACTOS E DESAFIOS**. **Revista Formadores**, v.21, n.3. 2024.

SELPA, V. S. E.; OLIVEIRA, L. A. de. As tecnologias digitais na educação: Um olhar crítico sobre sociedade, tecnologia e cultura. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 9, n. 00, p. e024018, 2024.

SILVA, E. da, OLIVEIRA, A. J. de, & COUTINHO, D. J. G. (2019). Formação de professores em tecnologias: reflexões sobre a prática. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v.4, n.3, p.36-44.

PEREIRA, D. **Os métodos tradicionais de ensino estão ultrapassados.** 2024 <https://www.jpn.up.pt/2024/01/29/os-metodos-tradicionais-de-ensino-estao-ultrapassados-diz-investigadora/>. Acesso em 12 de janeiro de 2025.

VIEIRA, R. S. *O Papel das Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação a Distância: Um Estudo sobre a Percepção do Professor/Tutor.* **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância.** 2011.

AVALIAÇÕES ULTRAPASSADAS E EVASÃO ESCOLAR NA EJAI NA ZONA RURAL

Leociane Siqueira da Costa¹⁶

Anderson do Vale Sousa¹⁷

I. INTRODUÇÃO

A evasão escolar na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), especialmente em zonas rurais, é um desafio recorrente que impacta diretamente a continuidade e o sucesso do processo educativo. Esse fenômeno está frequentemente associado a fatores como condições socioeconômicas adversas, distância das instituições de ensino, falta de apoio pedagógico adequado e práticas avaliativas que não consideram as especificidades desse público. Além disso, muitos estudantes enfrentam dificuldades em conciliar a educação com responsabilidades familiares e laborais.

Este estudo analisa a relação entre práticas avaliativas inadequadas e a evasão escolar no contexto do EJAI, propondo soluções que valorizem a participação ativa e o esforço dos

¹⁶ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF.

¹⁷ Pedagogia pela FAEPI; Especialista em Educação Global pela UNIFUTURO; Mestre em Educação pela FCU (Reconhecido pela UNAMA); Doutorando em Educação pela FCU.

alunos. Sugere-se a implementação de metodologias avaliativas adaptadas, como rodas de conversa e trabalhos manuais, que promovam um ambiente mais inclusivo e motivador. Conclui-se que, ao adotar práticas avaliativas que respeitem as particularidades dos alunos, é possível criar condições que favoreçam a permanência e o engajamento, contribuindo para a redução da evasão escolar nesse contexto.

A proposta da EJAI vai além do ensino acadêmico, buscando fornecer aos alunos não apenas a conclusão dos estudos, mas também habilidades práticas e profissionais que possam ser aplicadas diretamente em suas vidas cotidianas. A EJAI integra conteúdos curriculares com experiências práticas, visando a formação integral do aluno, capacitando-o tanto para continuar os estudos quanto para ingressar ou se qualificar para o mercado de trabalho.

Ao integrar o ensino básico com a formação técnica e profissional, a EJAI oferece aos alunos a oportunidade de melhorar sua qualificação e aumentar suas chances no mercado de trabalho. O foco na formação prática e na empregabilidade pode aumentar a motivação dos alunos e reduzir as taxas de evasão, pois eles veem uma conexão direta entre os estudos e o futuro profissional. Ao atender jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, a EJAI tem um papel importante na inclusão social, oferecendo a oportunidade de acesso à educação formal e a uma vida mais digna e com mais oportunidades.

O artigo aborda a problemática da diminuição de alunos frequentes nas escolas da EJAI, uma questão que parece estar relacionada às práticas avaliativas inadequadas. Diante disso,

surge a reflexão: É possível evitar a evasão escolar por meio da utilização de métodos avaliativos mais adequados, que valorizem a participação e o esforço dos estudantes, gerando um impacto positivo no processo de ensino e aprendizagem? Assim, tem como objetivo geral propor estratégias pedagógicas e avaliativas que contribuam para a redução da evasão escolar na EJAI, especialmente em zonas rurais, promovendo a permanência e o engajamento dos alunos no processo educativo.

Quanto aos objetivos específicos do referido estudo, tem os seguintes: Identificar os fatores que contribuem para a evasão escolar na EJAI; analisar como as práticas avaliativas atuais impactam a permanência dos estudantes e avaliar os efeitos das estratégias propostas na redução da evasão escolar.

Este estudo justifica-se pela necessidade de identificar e implementar estratégias pedagógicas e avaliativas que possam efetivamente reduzir a evasão escolar na EJAI. Ao promover um ambiente de aprendizagem que valorize a participação dos alunos e suas experiências práticas, podemos contribuir para a formação de indivíduos mais preparados e confiantes para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e da vida cotidiana.

A metodologia deste artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica elaborada a partir de livros, artigos científicos, material disponibilizado na Internet e documentos oficiais "A pesquisa bibliográfica é um método essencial na investigação científica, pois permite a identificação, a análise e a síntese de informações disponíveis sobre um determinado tema. Ela é

fundamental para o desenvolvimento de uma base teórica sólida e para a compreensão do estado da arte em uma área específica do conhecimento." (Silva, 2023, p. 34). A pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador discutir com uma literatura acerca da temática estudada.

Quanto a abordagem ao problema, foi aderido o método misto, pois além de trazer números trouxe ideias e experiências para uma melhor visão sobre a Educação. Seguindo os métodos utilizados, e visando conquistar uma maior familiaridade com o problema, aderiu-se o método exploratório e quanto ao método científico, fez-se a utilização do dedutivo, baseando-se em dados gerais para chegar a uma conclusão específica sobre a pesquisa.

2. IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO ESCOLAR NO EJAI

O público da EJAI é bastante heterogêneo, com alunos de diferentes idades, experiências e níveis de escolaridade. Isso exige abordagens pedagógicas diferenciadas e personalizadas. A evasão na EJAI ocorre devido a diversos fatores, como condições socioeconômicas, a necessidade de trabalhar, a desmotivação, a falta de apoio familiar, e as dificuldades de adaptação ao ambiente escolar. Para combater esse problema, a avaliação deve ser usada como uma ferramenta de diagnóstico e intervenção. Identificar as necessidades dos alunos é um passo importante e um começo à aplicação de avaliações.

A pesquisa em questão traz a pauta das avaliações ultrapassadas e evasão escolar na EJAI, mais especificamente na zona rural. A bem dizer, a evasão escolar nessa modalidade na zona rural é um problema pouco abordado, acredita-se que influenciado por fatores sociais, econômicos, pedagógicos e institucionais. Para Lima et al 2024:

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na zona rural é um problema multifacetado, influenciado por fatores sociais, econômicos, pedagógicos e institucionais. O abandono escolar entre jovens e adultos está frequentemente relacionado às condições de vulnerabilidade social, como dificuldades financeiras, necessidade de trabalho e responsabilidades familiares, que obrigam os alunos a escolher entre os estudos e suas obrigações cotidianas. (Lima et al., 2024, p. 150)

A questão da evasão escolar na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) na zona rural é complexa e envolve inúmeros fatores. Podendo ser mencionados de acordo com o exposto, aspectos sociais, econômicos, pedagógicos e também institucionais, esses pontos são fundamentais para garantir que o aluno da EJAI permaneça na escola. Entre os fatores pontuados, está o fato de que muitas vezes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social é que garante o sustento familiar, afastando-se das salas de aula. Em suma, é preciso um olhar mais de perto sobre essas questões, políticas públicas precisam ser trabalhadas, o pedagógico também não pode ficar

de fora, o aluno dessa modalidade precisa no mínimo se sentir motivado a continuar os estudos, cabendo a escola, professor e apoio pedagógico a fornecer essas condições.

Como a temática em discussões envolve a EJA no contexto da zona rural, consta-se ainda que a acessibilidade também entre em pauta, posto que muitas vezes as escolas são distantes, outras vezes nem existem na zona rural, e os alunos têm que se deslocar até a cidade e na grande maioria das vezes não possuem transportes próprio e nem um transporte público é disponibilizado. Para Di Pierro, (2010).

A EJA se insere em um campo de tensões onde convivem demandas sociais pela escolarização e as dificuldades dos sujeitos em conciliar estudo, trabalho e vida familiar. A permanência dos alunos na EJA está diretamente ligada a políticas públicas de incentivo e à adequação das práticas pedagógicas às suas necessidades. (Di Pierro, 2010, p. 355).

A fala do autor acima mencionado, está na mesma direção da existência de tensões que envolvem a permanência do aluno da EJA na zona rural frequentando a escola, chamando a atenção para a adequação das práticas pedagógicas para atender as necessidades desse público. Nesse mesmo segmento Barbosa e Vilela (2015, p. 49) comentam que “entre os principais fatores estão as dificuldades financeiras, a necessidade de trabalhar para sustentar a família e as responsabilidades domésticas, que muitas vezes impedem os alunos de frequentar

a escola regularmente”. Percebe-se que o fator financeiro está em evidência, ou seja, a necessidade de trabalhar para garantir o sustento da família é abordada como tema central da evasão escolar na EJAI na zona rural, o que não é muito diferente da zona urbana.

A educação é vista como um direito fundamental e uma necessidade para o desenvolvimento social e individual, especialmente em populações historicamente marginalizadas. Jovens e adultos enfrentam barreiras que dificultam a continuidade dos estudos, como a necessidade de trabalhar, cuidar da família e, muitas vezes, lidar com questões emocionais e de autoestima, incentivos adequados, como flexibilidade de horários, auxílio financeiro e programas específicos, são essenciais para promover a permanência e o sucesso dos alunos.

De acordo com Silva e Oliveira, 2023:

As práticas avaliativas convencionais, que priorizam resultados quantitativos em detrimento da valorização do esforço e da participação, podem contribuir para o abandono escolar. Essa desconexão é ainda mais evidente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde os alunos possuem trajetórias educacionais interrompidas e demandas específicas de ensino. A EJA é um espaço em que coexistem a busca por inclusão educacional e as dificuldades impostas por condições de vida, como trabalho e responsabilidades familiares. Incentivos adequados, como flexibilidade de horários, auxílio financeiro e programas

específicos, são essenciais para promover a permanência e o sucesso dos alunos. (Silva e Oliveira, 2023, p.102).

O Aluno dessa modalidade quando chega a escola, não está atrás de brios, de feitos quantitativos, eles estão em busca de conhecimentos, de certificação de conclusão da educação básica para conseguir um emprego melhor remunerado, salvo alguns que terminam e ingressam no ensino superior. Destarte, direcionar o foco apenas nas avaliações pode resultar em uma desconexão entre o estudante e o seu processo de aprendizagem, em especial em contextos de vulnerabilidade social.

A educação na EJAI é vista por muitos como uma retratação social, uma inclusão social, para Lameira, 2024:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social, ao oferecer oportunidades educacionais para pessoas que não tiveram acesso ou não conseguiram concluir a educação básica na idade adequada. A EJA contribui significativamente para a redução das desigualdades sociais e econômicas, garantindo acesso à educação de qualidade para todos, independentemente da idade. (Lameira, 2024, p. 30)

A EJAI tem papel fundamental na formação cidadã, ela oportuniza uma nova chance para aqueles que por alguma razão deixou a escola. Na citação acima, é destacado o papel essencial

dessa modalidade, incluindo a inclusão social, levando em conta que propicia uma segunda chance aos sujeitos, contribuindo assim para a redução das desigualdades sociais e econômicas, garantido que todos tenham oportunidade independentemente da idade ou contexto social.

Importante apontar que essa modalidade não apenas foca na conclusão dos estudos formais, como também oferece habilidades práticas e profissionais que são diretamente aplicáveis na vida cotidiana dos alunos, o que se pode destacar como fundamental para melhorar a empregabilidade e a qualificação profissional, aumentando as chances de inserção no mercado de trabalho e de certa maneira, contribuindo para a promoção da autonomia e dignidade desses alunos. O direito a educação garantido por lei, todo ser humano tem direito a educação, ela é essencial para a vida, para sua construção social. Avaliar os interesses e experiências de vida dos alunos para conectar os conteúdos à realidade deles também se faz necessário, tornando o aprendizado mais significativo trazendo suas vivências para a sala de aula e usando exemplos do seu dia a dia para ajudar o aluno a compreender alguns assuntos.

Na visão de Soares (2012):

A Educação de Jovens e Adultos, embora seja uma possibilidade de inclusão social, enfrenta diversos desafios, entre eles a evasão escolar, que está frequentemente associada a fatores como a precariedade das condições de vida e a falta de identificação dos alunos com o conteúdo escolar (Soares, 2012, p. 58).

Outro ponto crucial abordado por Soares é a formação dos professores que atuam na EJAI. Ela critica a falta de capacitação específica para esses educadores e propõe que sejam oferecidos programas de formação continuada, com ênfase nas metodologias próprias para o ensino de adultos. Para Soares, os professores devem ser capacitados a lidar com as especificidades dos alunos adultos, que frequentemente trazem bagagens de experiências de vida, e também devem ser preparados para trabalhar com alunos que apresentam uma grande diversidade de idades e contextos.

Dentro do panorama da EJAI e da evasão escolar nessa modalidade, entra a questão da formação do professor que para Cruz (2018, p. 12) “professores bem preparados são capazes de elaborar didáticas que resultem em bons desempenhos em sala de aula, garantindo a permanência dos alunos na escola e mostrando-lhes a importância de continuar seus estudos para se tornarem cidadãos críticos e reflexivos.”

Professores bem formados são capazes de desenvolver metodologias didáticas eficazes que resultam em um melhor desempenho dos alunos em sala de aula. Isso é essencial, especialmente na EJAI, onde os estudantes frequentemente enfrentam uma série de desafios únicos, como trajetórias educacionais interrompidas e responsabilidades familiares e profissionais. A formação dos professores é essencial que estes possam enfrentar sabiamente os desafios específicos que a EJAI oferece. Os alunos dessa modalidade não podem ter seu ensino pautado apenas na prerrogativa de que precisam concluir o

ensino básico, eles precisam ser atendidos em todos os requisitos como acontece com o aluno do regular.

Em suma, a EJAI precisa adotar práticas pedagógicas que considerem as experiências de vida dos alunos. Ao invés de focar exclusivamente em conteúdo teórico, as aulas devem se conectar com o cotidiano dos alunos, abordando temas práticos e diretamente relacionados à sua realidade de trabalho e vida pessoal. A literatura mostra que a precariedade de infraestrutura em escolas da EJAI, especialmente em comunidades vulneráveis, reforça a exclusão educacional e contribui significativamente para a evasão.

Portanto, compreender e abordar esses fatores é essencial para propor estratégias que favoreçam a permanência e o sucesso educacional dos estudantes na EJAI. Como bem mensura Freire, 1996, quando a educação é proposta de forma desconectada da realidade e das necessidades do educando, ela se torna algo distante, gerando desinteresse e, conseqüentemente a evasão escolar. O educador Paulo Freire, nessa fala põe em pauta a desconexão da educação proposta fora da realidade dos alunos é um problema no sistema educacional. A bem dizer, seria mais interessante e conseqüentemente os resultados seriam melhores se o ensino colocasse em tese as necessidades reais dos alunos.

Muitos alunos da EJAI têm dificuldades de adaptação ao estilo de ensino tradicional, que pode não considerar suas experiências de vida e seus ritmos de aprendizagem. Uma metodologia rígida e pouco flexível pode contribuir para a desmotivação e o afastamento da escola. A falta de suporte

pedagógico e o isolamento dos alunos nas escolas, especialmente em ambientes onde não há um bom acompanhamento por parte dos educadores, pode fazer com que os estudantes se sintam desamparados e não percebam progresso, aumentando o risco de evasão.

Freire (1996) ressalta que a educação de jovens e adultos precisa ser contextualizada, reconhecendo as experiências de vida dos alunos. Caso contrário, será mais um fator de exclusão e contribuirá para o abandono escolar. A evasão escolar é um desafio multifacetado, que exige uma abordagem integrada e sensível às necessidades dos estudantes, com metodologias adaptadas, apoio contínuo e a criação de vínculos reais entre os alunos e o processo educacional.

A literatura de embasamento da pesquisa em questão, aponta que a inclusão das experiências de vida e dos conhecimentos prévios dos alunos no processo educativo é uma prática que pode tornar o aprendizado mais significativo. Ao valorizar as vivências dos alunos, os educadores conseguem criar um ambiente de aprendizado mais acolhedor e inclusivo, onde os estudantes se sentem vistos e respeitados. Essa abordagem pode aumentar o compromisso dos alunos com o aprendizado e reduzir as taxas de evasão.

2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E ESTRATÉGIAS PARA SANAR A EVASÃO ESCOLA NA EJAI

Considerando que a EJAI é uma modalidade de ensino que buscar meios de oportunizar aos sujeitos que não conseguiram

concluir seus estudos no tempo esperado e por alguma razão adiou, deve ser ofertado um ensino de qualidade e motivador, para que alunos não desperdicem a chance, mas para isso é necessário não somente políticas públicas, incentivos financeiros, é preciso investir em práticas pedagógicas que chame a atenção dos alunos, que eles se sintam motivados a continuarem, é preciso ainda, focar na formação continuada do professor, para que este possa atender de maneira satisfatória as demandas que a educacionais que a modalidade EJAI possui.

Para Vieira (2025):

A formação continuada de professores é fundamental para a melhoria da qualidade do ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Professores bem preparados e atualizados são capazes de desenvolver práticas pedagógicas mais eficazes, que atendam às necessidades específicas dos alunos da EJA, contribuindo para a redução da evasão escolar e promovendo a permanência dos estudantes. (Vieira, 2025, p. 45)

A citação evidencia que a atualização constante dos educadores permite que desenvolvam práticas pedagógicas mais eficazes e adaptadas às necessidades específicas dos alunos da EJAI. Todo esse preparo é de suma importância para abordar os diversos desafios que esses estudantes enfrentam como a interrupção da trajetória educacional. Dessa maneira, é importante que o professor se reinvente para melhorar a educação na EJAI.

Moço *et al.* (2011), apresentam sete ações para combater a evasão escolar na EJAI, são:

- **Uso de várias linguagens:** inclui incorporar atividades relacionadas à arte e cultura. Na concepção dos autores dos pesquisadores a utilização de música, cordel, teatro, facilita a aprendizagem dos mais velhos.
- **Reorganização do tempo:** Elaborar cronograma de aulas ajustado à disponibilidade dos alunos, organizar dias e horários segundo a necessidade da turma; essa são ações que garante o atendimento contínuo e a reposição de aulas.
- **Currículo contextualizado:** Associar temas do cotidiano às disciplinas faz com que os alunos entendam o assunto com mais facilidade.
- **Articulação com empresas:** Entrar em contato com empresas públicas e privadas para estabelecer parcerias de flexibilidade de horários e melhorias de transporte público nos bairros escolares.
- **Atendimentos aos filhos:** Criar uma infraestrutura para receber os filhos dos alunos, muitos não vão à escola ou se evadem por não ter com quem deixar seus filhos, e a escola ofertando espaço e apoio é e fundamental para permanência desses na escola.
- **Atendimento individual:** Oferecer um plano de estudo personalizado segundo a necessidade de cada aluno. Essa é uma tarefa longa e não muito fácil, porém necessárias para no mínimo minimizar a evasão escolar na EJA.
- **Acolhimento e Merenda:** Essa é sem dúvida crucial também, posto que muitos alunos saem do trabalho e

vão direto para a escola, de modo que oferecer uma refeição é também parte do incentivo.

Como bem postulam Barbosa e Cardoso (2011):

Para combater a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na zona rural, é essencial implementar estratégias que considerem as necessidades específicas dos alunos. Entre as ações mais eficazes estão a flexibilização dos horários das aulas, a oferta de apoio financeiro, a criação de um currículo contextualizado e a utilização de metodologias ativas que valorizem a participação dos estudantes. (Barbosa & Cardoso, 2011, p. 11)

Mediante exposto fica apontado destacar a importância de implementar estratégias específicas para combater a evasão escolar na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) na zona rural. As necessidades dos alunos dessa região são distintas, e, por isso, é essencial adotar abordagens que considerem suas particularidades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ANÁLISE DAS PRÁTICAS AVALIATIVAS E SEU IMPACTO NA PERMANÊNCIA ESCOLAR

As práticas avaliativas desempenham um papel fundamental no processo educativo, pois influenciam diretamente o engajamento e a permanência dos estudantes na

escola. No contexto do EJA, as avaliações tradicionais, que geralmente priorizam resultados numéricos e a memorização, muitas vezes não consideram as trajetórias de vida e as dificuldades enfrentadas pelos alunos.

Esses métodos podem gerar desmotivação, especialmente em estudantes que já possuem experiências negativas no ambiente escolar ou que enfrentam desafios para conciliar os estudos com responsabilidades pessoais e profissionais. Quando as práticas avaliativas não valorizam o esforço e a participação dos estudantes, cria-se um ambiente de exclusão, afastando-os ainda mais do processo de aprendizagem.

Além disso, no contexto das escolas rurais, a rigidez das práticas avaliativas pode ser um fator agravante. Alunos que lidam com desafios como transporte precário, longas distâncias e demandas familiares precisam de estratégias que flexibilizam os critérios de avaliação e reconheçam seus esforços e aprendizagens de forma mais ampla. A adoção de metodologias avaliativas mais inclusivas, como rodas de conversa, projetos colaborativos e atividades práticas, pode ajudar a criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e significativo. Isso não apenas incentiva os estudantes a permanecerem na escola, mas também fortalece o vínculo entre o aluno e o processo educativo, promovendo maior engajamento e sucesso acadêmico.

Adotar métodos avaliativos mais inclusivos, como rodas de conversa, atividades práticas e avaliações formativas, pode transformar a

experiência educacional dos estudantes do EJA. Essas práticas promovem um ambiente de aprendizagem mais acolhedor, reconhecendo e valorizando as contribuições individuais de cada aluno, o que pode impactar positivamente na sua permanência escolar (Freire, 1987).

As práticas avaliativas são componentes essenciais do processo educacional e influenciam diretamente a permanência ou evasão escolar. Quando mal conduzidas, podem desmotivar os estudantes, especialmente em contextos como o da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA). Uma análise criteriosa mostra que a avaliação, em vez de ser apenas um instrumento de verificação de aprendizado, deve ser vista como uma ferramenta de inclusão e promoção do engajamento dos alunos.

Práticas avaliativas rígidas e centradas em normas de desempenho fixas podem atuar como fatores de exclusão. No caso da EJA, onde muitos alunos podem ter lacunas no aprendizado devido à interrupção dos estudos ao longo da vida, avaliações punitivas e sem a devida atuação pedagógica compensatória podem afastar os alunos da escola. Quando os alunos se sentem incapazes de alcançar as expectativas da avaliação, podem perder a motivação e, conseqüentemente, abandonar o curso.

Na EJA, as práticas avaliativas devem ser ainda mais sensíveis às realidades dos alunos. Muitos estudantes dessa modalidade têm experiências de vida únicas e podem enfrentar dificuldades específicas, como a dúvida sobre sua capacidade de aprender ou a falta de tempo para se dedicar aos estudos devido

a obrigações de trabalho ou família. Portanto, as avaliações na EJA devem ser flexíveis e adaptadas, levando em consideração as experiências prévias dos alunos e oferecendo múltiplas oportunidades para que se sintam bem-sucedidos. Além disso, é importante que as estratégias de avaliação não sejam meramente punitivas, mas também voltadas para o desenvolvimento contínuo do aluno.

A avaliação, quando realizada de maneira formativa e contínua, não visa apenas medir o conhecimento, mas sim orientar o processo de aprendizagem, oferecendo aos alunos a oportunidade de refletir sobre seu desempenho e traçar caminhos para a superação de suas dificuldades, o que contribui significativamente para a permanência escolar. (Libâneo, 2013, p. 120).

Para que as práticas avaliativas contribuam efetivamente para a permanência escolar, é essencial que elas sejam pensadas de forma a promover suporte pedagógico, motivação contínua e um ambiente inclusivo que favoreça a autoconfiança dos alunos. Segundo Vygotsky (1998), a avaliação deve ser entendida como um processo dinâmico, que leva em consideração o desenvolvimento cognitivo do aluno e a interação social no processo de aprendizagem. Para ele, práticas avaliativas que considerem o contexto do aluno e proporcionem feedback contínuo ajudam a manter a motivação e contribuem para a permanência escolar, uma vez que oferecem suporte para a superação de dificuldades de maneira gradual e personalizada.

Quando o aluno percebe que está sendo apoiado em vez de apenas julgado, ele tende a investir mais em sua aprendizagem e a manter-se comprometido com seus estudos. Por exemplo, a utilização de avaliações participativas, que envolvem o aluno no processo de construção do conhecimento e no feedback, pode ser uma estratégia eficaz para fortalecer o vínculo do aluno com a escola e garantir que ele continue a frequentar as aulas.

A valorização das experiências de vida do aluno, em especial no caso da EJAI, é uma estratégia fundamental. Os alunos dessa modalidade, muitas vezes, possuem saberes adquiridos ao longo da vida que, se reconhecidos e aplicados nas práticas avaliativas, podem gerar um fortalecimento da autoestima e da confiança. Isso cria um ambiente no qual o aluno se sente respeitado e valorizado, elementos essenciais para sua permanência na escola.

Nesse sentido, Dolci (2004) argumenta que as práticas avaliativas devem ser vistas como um processo contínuo e interativo, capaz de identificar as dificuldades e os avanços dos alunos ao longo do tempo. Segundo o autor, quando bem aplicadas, as avaliações formativas não apenas medem o desempenho, mas também oferecem a oportunidade de apoiar a aprendizagem, ajudando os alunos a superar suas dificuldades e permanecer na escola. Ele destaca que, principalmente para os alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), a avaliação deve ser sensível às suas realidades e necessidades, criando condições para que se sintam incluídos e motivados a continuar seus estudos.

3.2 DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE MÉTODOS AVALIATIVOS MAIS INCLUSIVOS E PARTICIPATIVOS

A inclusão e a participação dos estudantes são fundamentais para tornar o processo avaliativo mais significativo e motivador, especialmente no contexto do EJA. Métodos tradicionais, baseados unicamente na memorização e no desempenho quantitativo, muitas vezes não atendem às necessidades específicas desse público, que apresenta trajetórias diversificadas e desafios únicos. Para promover maior engajamento, é essencial implementar práticas que considerem os diferentes ritmos de aprendizagem e experiências de vida dos alunos. Atividades como rodas de conversa oferecem um espaço aberto para a troca de ideias, permitindo que os estudantes expressem seus conhecimentos e vivências de maneira mais natural. Esse formato também favorece o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e reforça a conexão entre a escola e o estudante.

Destarte, trabalhos práticos, como projetos colaborativos e atividades manuais, valorizam a criatividade, a cooperação e o esforço individual, aspectos que muitas vezes não são contemplados nas avaliações convencionais. Essas práticas não apenas tornam o processo de avaliação mais dinâmico, mas também fortalecem a relação dos alunos com os conteúdos e com a própria escola.

A avaliação não deve ser um simples instrumento de julgamento, mas uma ferramenta pedagógica que favorece a

interação e o desenvolvimento contínuo dos alunos. Ao adotar práticas avaliativas inclusivas, que considerem a realidade de cada aluno, criamos um ambiente de aprendizagem que os motiva e contribui para sua permanência escolar. (Freitas, 2007, p. 112). “A implementação desses métodos exige uma reestruturação das práticas pedagógicas, com foco na formação de professores para que desenvolvam estratégias adaptadas às realidades do EJA”. Assim, o processo avaliativo passa a ser uma ferramenta de inclusão, promovendo o protagonismo dos estudantes e contribuindo para a redução da evasão escolar.

A adoção de estratégias inclusivas, como rodas de conversa e atividades práticas, tem o potencial de impactar positivamente a permanência dos estudantes no EJA, especialmente em zonas rurais. Essas práticas valorizam as vivências dos alunos e promovem um ambiente mais acolhedor e participativo, fortalecendo o vínculo entre estudante e escola. Segundo Freire (1987), “a educação, enquanto prática de liberdade, deve partir da realidade dos educandos, promovendo um diálogo que os torne sujeitos de sua própria aprendizagem.”

Nesse sentido, estratégias que reconhecem e respeitam o contexto dos estudantes criam um espaço favorável para o engajamento, o que pode reduzir significativamente a evasão escolar. Além disso, a utilização de métodos avaliativos que priorizam o esforço e a participação permite que os alunos se sintam valorizados e motivados. Luckesi (1998) argumenta que a avaliação deve ser concebida como um processo contínuo e inclusivo, no qual o aluno tenha a oportunidade de perceber seu progresso de maneira clara e significativa, recebendo os

estímulos necessários para se engajar de forma duradoura no processo educativo. Esse modelo avaliativo, ao focar na evolução do estudante, contribui para o fortalecimento da sua autonomia e motiva a permanência no ambiente escolar, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de seu potencial intelectual e pessoal.

Estudos mostram que a implementação de estratégias como rodas de conversa fortalece o senso de pertencimento dos estudantes à comunidade escolar, enquanto atividades práticas tornam a aprendizagem mais significativa. Esses métodos também ajudam a reduzir os sentimentos de exclusão e inadequação, fatores que frequentemente contribuem para a evasão.

Avaliar os efeitos dessas estratégias requer a coleta de dados qualitativos e quantitativos, como índices de frequência escolar, depoimentos dos estudantes e análises do desempenho acadêmico antes e após a implementação das novas práticas. Assim, a avaliação contínua das estratégias propostas é essencial para garantir sua eficácia e realizar ajustes que atendam às necessidades específicas dos estudantes. A avaliação dos efeitos das estratégias propostas na redução da evasão escolar é uma etapa crucial para verificar a eficácia das políticas públicas e das práticas educacionais adotadas.

A evasão escolar é um desafio persistente, especialmente na modalidade da EJAI (Educação de Jovens e Adultos Idosos), e a avaliação ajuda a ajustar as abordagens de forma contínua. Para realizar uma avaliação eficaz, é importante considerar várias etapas e métodos. A avaliação deve ser um processo

contínuo e interativo, no qual o aluno tem um papel ativo, refletindo sobre seu próprio aprendizado e recebendo feedback constante, que o motiva a continuar seu processo educativo. Esse modelo de avaliação, mais inclusivo e participativo, contribui para a permanência escolar, pois respeita as individualidades dos alunos e os envolve diretamente no seu desenvolvimento. (Santos, 2016, P. 98).

Embora os métodos avaliativos inclusivos e participativos sejam altamente benéficos, sua implementação enfrenta alguns desafios. A falta de formação dos professores, que podem não estar preparados para utilizar esses métodos, é um obstáculo comum. Além disso, a resistência a mudanças na cultura escolar e a pressão por resultados imediatos também podem dificultar a adoção dessas práticas. Outro desafio está relacionado ao tempo necessário para realizar avaliações contínuas e oferecer feedback detalhado a cada aluno. Isso exige mais tempo de planejamento e dedicação por parte dos professores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo discutiu os desafios inerentes à evasão escolar no contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), destacando os principais fatores que contribuem para o abandono educacional nesse segmento. A análise evidenciou que práticas avaliativas inadequadas, a desmotivação dos educandos e a ausência de estratégias pedagógicas inclusivas figuram entre os elementos mais recorrentes que dificultam a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

Como alternativa para enfrentar essa problemática, foram propostas metodologias avaliativas que valorizam o esforço individual, a participação ativa e o reconhecimento das singularidades dos educandos. Dentre essas metodologias, destacam-se as rodas de conversa, as atividades práticas e os projetos colaborativos, que contribuem para tornar o processo de avaliação mais significativo e humanizado. Tais estratégias, ao promoverem a construção de vínculos afetivos entre os estudantes e a escola, colaboram para o fortalecimento do engajamento e para a redução dos índices de evasão escolar, além de fomentarem uma educação mais inclusiva e adaptada às realidades específicas do público da EJAI.

Entretanto, para que essas propostas se concretizem de forma eficaz, é imprescindível investir na formação continuada dos docentes, bem como na implementação de políticas públicas que assegurem os recursos necessários à execução dessas práticas pedagógicas. A transformação das práticas avaliativas no âmbito da EJAI constitui um passo essencial na construção de um ensino verdadeiramente inclusivo e transformador, capaz de atender às necessidades de jovens, adultos e idosos em seus distintos percursos educacionais.

O desenvolvimento e a aplicação de métodos avaliativos mais inclusivos e participativos são fundamentais para a construção de um ambiente educacional que valorize a diversidade e favoreça a permanência dos estudantes. Essas práticas não apenas reconhecem as diferenças individuais, como também respeitam o contexto sociocultural de cada aluno, convertendo a avaliação em um instrumento de apoio ao

processo de aprendizagem, e não em um mecanismo de exclusão.

A adoção de estratégias como a autoavaliação, o uso de portfólios, a elaboração de projetos interdisciplinares e a prática do feedback construtivo potencializam uma aprendizagem mais significativa, promovendo o desenvolvimento da autonomia, da autoestima e do senso de pertencimento dos educandos. Além disso, a flexibilização dos critérios avaliativos e o preparo dos professores para atuar de forma sensível às particularidades de seus alunos são condições indispensáveis para a consolidação de uma prática avaliativa mais humana e contextualizada.

Em síntese, investir em métodos avaliativos inclusivos não apenas eleva a qualidade do ensino, como também combate a evasão escolar e fortalece os laços entre estudantes, professores e a comunidade escolar. Dessa forma, a educação cumpre efetivamente sua função social, promovendo a cidadania e o desenvolvimento pleno dos indivíduos. Assim, este estudo reafirma a urgência de transformar as práticas avaliativas em ferramentas de inclusão, contribuindo de maneira efetiva para a permanência e o sucesso dos alunos no contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. B. P., & CARDOSO, M. V. A. *Os Desafios da EJA no Campo*. Universidade Federal de Minas Gerais. 2011.

BARBOSA, M. I., & VILELA, M. S. C. *Evasão escolar na EJA: Um estudo sobre as dificuldades vivenciadas por jovens e adultos para a efetivação do processo ensino-aprendizagem*. Universidade Federal Rural da Amazônia. 2015.

CALAZANS, M. (2015). **Educação no Campo: Políticas e práticas pedagógicas**. São Paulo: Cortez. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/artigo-cientifico/pdf/eja-no-brasil.pdf> acesso em 27 de novembro de 2024.

CRUZ, A. C. dos S. *EJA: A Formação Docente e seus Desafios na Preparação do Aluno para o Mundo Moderno*. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. 2018.

DI PIERRO, M. C. **Educação de jovens e adultos no Brasil: A constituição de um campo de pesquisa**. Revista Brasileira de Educação, 2010.

DOLCI, Sérgio. **Avaliação e aprendizagem: dimensões e implicações no processo educativo**. São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/c759cbc7-d313-4143-bdcc-15834a7a053a/full> - acesso em 26 de novembro de 2024.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREITAS, Marinaide. **A Educação de Jovens e Adultos em Maceió – Alagoas: a experiência de uma década – 1993 a 2003**. In: MOURA, Tânia (Org.). *A formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 105–123.

LAMEIRA, L. V. da C. *Inclusão Social do Ensino da EJA e suas Contribuições para a Redução das Desigualdades*. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 33. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, G. C., CÓRDULA, T. M., COSTA, S. X. M. S., LIMA, L. S. F. S., MELO, T. S. A. S., & ANDRADE, J. P. *Evasão escolar no ensino de jovens e adultos*:

reflexões e intervenções. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. 2024.

LUCKESI, C. C. (1998). **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez. Disponível em: <https://archive.org/details/AvaliacaoDaAprendizagemC.Luckesi>. Acesso em 27 de novembro de 2024.

MOÇO, Anderson; ANDRADE, Marcelo; SANTOMAURO, Beatriz; GENTILE, Paola. **7 ações para combater a evasão na EJA**: Gestão Escolar. São Paulo, 1 mar. 2011. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/526/7-acoes-para-combater-a-evasao-na-eja>. Acesso em: 12 maio 2025.

OLIVEIRA, F. R.; SANTOS, M. A. *Estratégias para Reduzir a Evasão Escolar na EJA: Um Estudo de Caso*. Editora Acadêmica. 2023.

SANTOS, Maria de Fátima. **Avaliação inclusiva: práticas e desafios no contexto escolar**. São Paulo: Editora FTD, 2016.

SOARES, Maria de Fátima de Souza. **Educação de jovens e adultos: desafios e possibilidades**. 1. ed. São Paulo: Editora XYZ, 2012.

SILVA, L. H. *Metodologia da Pesquisa Científica: Fundamentos e Práticas*. Editora Acadêmica. 2023.

SILVA, M. A; OLIVEIRA, R. F. *Práticas Avaliativas e Evasão Escolar na EJA: Desafios e Perspectivas*. Editora Acadêmica. 2023.

VIEIRA, D. S. *Formação Continuada de Professores e a Redução da Evasão Escolar na EJA*. **Revista Educação Pública**. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL I E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA NOVAS PRÁTICAS AVALIATIVAS

Natália Brandão Rocha ¹⁸
Anderson do Vale Sousa ¹⁹

I. INTRODUÇÃO

A educação nos anos iniciais desempenha um papel crucial na formação integral dos alunos, sendo essencial a adoção de práticas que estimulem o aprendizado de forma significativa. No entanto, a falta de formação continuada do professor sobre o processo avaliativo pode ser uma das principais causas da ausência de atividades que possam integralizar melhor o ensino e aprendizagem dos anos do Ensino Fundamental nos anos iniciais. O professor dessa modalidade precisa alinhar teoria e prática para garantir um melhor desempenho dos alunos nessa etapa inicial, para que possam de maneira segura desempenhar seu aprendizado, e encaminhar para as séries seguintes.

¹⁸ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF.

¹⁹ Pedagogia pela FAEPI, Especialista em Educação Global pela UNIFUTURO, Mestre em Educação pela FCU (Reconhecido pela UNAMA); Doutorando em Educação pela FCU.

Diante desse cenário, o presente projeto tem como problema de pesquisa o seguinte: Como a articulação entre teoria e prática na formação continuada de professores do Ensino Fundamental I impacta na implementação de novas práticas avaliativas? A problemática parte do pressuposto de que a integração é eficaz entre teoria e prática na formação continuada de professores, é fundamental para a adoção de novas práticas avaliativas, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e eficiente.

A hipótese levantada para pesquisa em questão é de que a formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental I que articula teoria e prática de forma eficaz contribui para a implementação de novas práticas avaliativas, melhorando a qualidade da avaliação e o desempenho dos alunos. Quanto aos objetivos adotou-se como objetivo geral: Investigar como a articulação entre teoria e prática na formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental I contribui para a implementação de novas práticas avaliativas. Como objetivos específicos os seguintes: Analisar as metodologias utilizadas na formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental I para integrar teoria e prática, identificar os desafios enfrentados pelos professores ao implementar novas práticas avaliativas após a formação continuada e propor recomendações para a melhoria dos programas de formação continuada, visando à adoção eficaz de novas práticas avaliativas nas escolas de Ensino Fundamental I.

Diante desses aspectos, a relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, por meio da investigação e proposição de práticas avaliativas mais eficazes, integradas a uma formação continuada que articule teoria e prática. As recomendações desta pesquisa têm o potencial de orientar gestores escolares e formuladores de políticas na criação de iniciativas que promovam a adoção de práticas avaliativas inovadoras e eficazes nas escolas de Ensino Fundamental I.

Para alcançar os objetivos propostos, o projeto foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em livros, artigos e outras publicações relevantes sobre o tema. Os materiais analisados foram obtidos, em sua maioria, em fontes disponíveis na Internet, alinhadas a temática da formação continuada de professores para atuação no Ensino Fundamental I. A pesquisa buscou associar teoria e prática, visando o desenvolvimento e à construção de novas práticas avaliativas

A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

A pesquisa bibliográfica permite uma revisão extensiva da literatura existente sobre um tema específico. Isso ajuda a identificar o estado atual do conhecimento, as lacunas nas pesquisas e as controvérsias existentes.

Além dessa metodologia utilizada, foi aderido também uma abordagem qualitativa, onde não busca apenas números, mas ideias e experiências. A natureza deste artigo é classificada como básica, visto que, não se vincula a pesquisa prática, como por exemplo a pesquisa de campo. Quanto aos objetivos, o método utilizado foi o exploratório, pois este tende a analisar e compreender os materiais bibliográficos dessa pesquisa e por fim o método científico aderido foi o dedutivo, segundo Prodovan e Freitas (2013) analisa em uma ordem geral para o particular.

2. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA MATEMÁTICA

A relação entre teoria e prática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental é um assunto crucial e complexo dentro do cenário educacional brasileiro. Essa interação se revela essencial para o desenvolvimento integral das crianças, permitindo que educadores utilizem abordagens pedagógicas que não apenas transmitam conhecimento, mas que também estimulem habilidades e competências dos alunos. Ana Teberosky (2020) destaca que é na prática diária da sala de aula que as teorias educacionais se concretizam, criando um espaço dinâmico para a construção do aprendizado.

Um dos grandes desafios que os educadores enfrentam é a dificuldade de integrar teoria e prática de forma efetiva. Muitas vezes, a formação inicial dos professores não oferece o preparo necessário para lidar com a complexidade das realidades escolares. Pimenta (1995) relata que há uma desconexão entre o conhecimento teórico adquirido nas instituições de Ensino Superior e as realidades observadas nas salas de aula, onde o ensino é moldado por contextos culturais e sociais diversos. Essa lacuna pode resultar em práticas pedagógicas que não atendem às reais necessidades das crianças.

A desconexão mencionada pelo autor evidencia uma lacuna significativa entre o que é ensinado nas instituições de Ensino Superior e nas realidades encontradas nas salas de aula. A bem dizer, são dois polos que não podem se distanciar, visto que as realidades escolares são extremamente diversificadas, sendo influenciadas por fatores culturais, sociais e econômicos. Desse modo, se faz necessário que os programas de formação de professores incluam experiências práticas que permitam aos futuros educadores compreenderem e lidar com essa diversidade. Ao enfrentar esses desafios, os professores estão mais bem preparados para criar ambientes de aprendizagem que atendam às necessidades reais dos alunos.

A obra “Pedagogia da Autonomia” de Paulo Freire (1996), é fundamental para essa discussão, pois ele defendia uma pedagogia crítica que valorizasse a experiência dos alunos e a construção do conhecimento em suas realidades. Freire enfatiza a relevância do diálogo e da reflexão na prática docente, sugerindo que a teoria deve ser revisitada constantemente e

adaptada aos desafios do cotidiano escolar. Percebe-se, que a proposta de Freire é uma pedagogia que vai além da mera transmissão de conhecimento, posicionando a experiência dos alunos no centro do processo educativo. Nessa pedagogia, o professor não deve ser visto como detentor único do conhecimento, e aluno por sua vez um ser receptor passivo, a verdade é que novas práticas são sempre necessárias, ou no mínimo a adaptação das tradicionais ao novo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, também oferece diretrizes que favorecem essa articulação entre teoria e prática, propondo uma formação integrada. A BNCC considera a Educação Infantil uma etapa vital para a formação de identidade e para a construção de valores, enquanto os anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar a continuidade desse desenvolvimento. Essa continuidade é crucial para o crescimento integral das crianças, uma vez que cada etapa deve contribuir para a construção do conhecimento, conforme expõe Gadotti (2000).

A prática pedagógica, quando embasada em teorias pertinentes, pode aumentar o envolvimento dos alunos e sua motivação para aprender. Estudos mostram que a adoção de metodologias ativas, que estimulam a participação dos alunos, resultam em indicadores de aprendizagem mais positivos (Pezzi; Frison, 2024). Abordagens contemporâneas, como a aprendizagem colaborativa e a gamificação, têm demonstrado eficácia em envolver os estudantes e desenvolver habilidades necessárias para o século XXI.

O texto acima, discute a relevância de sempre aprofundar as práticas pedagógicas e em teorias concisas e de bom embasamento, e assim afirmar o que pode ser melhorado, para criar mecanismo de motivação para os alunos, tal posicionamento é pautado na prerrogativa de que metodologias ativas incentivam melhor a participação dos alunos em atividades que muitas vezes não lhes parecem interessante.

A fundamentação teórica é aliada da prática pedagógica, pois é através dela que os professores adquire embasamento para elaboração de estratégias de ensino, e quando os docentes buscam fazer uso de teorias reconhecidas elas ganham maior notoriedade, considerando que estão embasadas em algo que já e que podem dar certo. Quanto as metodologias ativas, elas podem ser destacadas como uma ferramenta significativa de aprendizagem, entre as metodologias ativas está o uso da gamificação, posto que ela coloca o aluno em processo ativo de aprendizagem.

Outro ponto importante na articulação entre teoria e prática é a formação continuada dos professores. Lima *et al.* (2023) destacam que o processo de atualização constante possibilita que educadores reflitam sobre suas práticas e busquem novas abordagens pedagógicas. A formação continuada precisa ser encarada como essencial, dado que a educação é um campo em permanente transformação.

Ressalta-se a formação continuada de professores, como parte essencial no processo educacional. Reflexões críticas sobre as práticas, tendo esse como fundamental, posto que quando o professor questiona suas práticas tem a chance de

adequá-las ou melhorá-las, podendo até criar abordagens, pontuando sempre uma educação para a transformação humana.

2.1 A APRENDIZAGEM COMO UM PROCESSO NÃO UNIVERSAL: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO NA PRÁTICA

O processo de aprendizagem é fundamentalmente individual e influenciado por experiências, contextos e ritmos únicos de cada aluno. Essa diversidade torna a prática educacional um desafio complexo, frequentemente distante das teorias que propõem métodos e currículos padronizados. Conforme Vygotsky (1978), a aprendizagem se desenvolve em contextos socioculturais variados, indicando que não há um único caminho para adquirir conhecimento, sendo indispensável que as práticas educacionais reconheçam e valorizem essa pluralidade.

Um elemento que evidencia a diversidade no processo de aprendizagem é a diferença nas habilidades e ritmos dos alunos. De acordo com Howard Gardner (1983), em sua Teoria das Múltiplas Inteligências, cada pessoa apresenta diferentes formas de inteligência, o que afeta suas maneiras de aprender. Isso aponta para a insuficiência de uma abordagem pedagógica singular que possa atender às necessidades de todos. Assim, a prática educacional deve abraçar essa variedade, ajustando-se aos distintos estilos de aprendizagem e garantindo que todos os alunos tenham a chance de desenvolver seu potencial.

Além disso, a ideia de que a aprendizagem é um processo não linear contrasta com muitas propostas teóricas que defendem sequências de ensino rígidas e cronológicas. Bruner (1996) argumenta que os alunos aprendem de maneira contextual e frequentemente não seguem um caminho previsível. Essa compreensão desafia os educadores a reavaliarem suas práticas e a adotarem uma maior flexibilidade na aplicação dos métodos de ensino, permitindo que os alunos avancem no seu próprio ritmo e busquem explorar o conteúdo de forma significativa.

A inclusão da diversidade cultural e social na sala de aula é um fator vital que influencia a experiência de aprendizagem. Paulo Freire (1996) destaca a importância de um ensino que valorize as vivências e realidades dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado que seja inclusivo e democrático. Ignorar as particularidades culturais dos alunos pode resultar em insucesso escolar, pois não reconhece a riqueza de saberes que cada estudante traz ao ambiente educativo.

Outro aspecto relevante a ser considerado refere-se ao tempo necessário para a aprendizagem. Estudos indicam que os alunos não têm o mesmo ritmo para aprender, o que pode ser intensificado por fatores como motivação, apoio familiar e condições socioeconômicas (Gardner, 1993). Portanto, a expectativa de que todos os alunos alcancem os mesmos objetivos de aprendizagem simultaneamente é problemática e pode gerar frustrações tanto para educadores quanto para estudantes. Nesse contexto, a personalização do ensino se torna

essencial para que a educação realize seu papel social de promoção da equidade.

Com base nas reflexões de Margareth dal Ri e Marlene de Fátima (2017), que enfatizam a importância de levar em conta a individualidade do aluno no processo educativo, fica claro que o reconhecimento das diferenças na aprendizagem e na trajetória de cada estudante deve ser um pilar central nas práticas pedagógicas. Isso requer que os educadores estejam aptos a diversificar estratégias e recursos, trabalhando em um modelo que valorize a singularidade de cada aprendiz.

A avaliação, outro aspecto fundamental da educação, também precisa ser ajustada para refletir essa diversidade. Luckesi (2017) sugere uma avaliação formativa que considere o progresso individual dos alunos, em contraste com métodos tradicionais que comparam todos a um único padrão. A avaliação deve funcionar como um meio de identificar avanços e dificuldades, promovendo um aprendizado significativo e respeitando o tempo e o espaço de cada estudante.

Uma das principais vantagens da avaliação formativa é que ela respeita o tempo e o ritmo de cada estudante. Sem estabelecer comparações padronizadas entre os alunos. Além disso, essa abordagem reconhece as especificidades individuais e a forma como cada aluno aprende, valorizando a diversidade no processo educacional. Quando o professor põe em prática a utilização da avaliação formativa, ele oferece ao aluno a oportunidade de desenvolvimento mais aprofundado e crítico, aspecto fundamental para que ele se torne um sujeito consciente, reflexivo e capaz de avaliar suas próprias ações.

Adicionalmente, o ambiente escolar deve ser um espaço seguro onde a diversidade é celebrada e as diferenças são vistas como oportunidades de aprendizado. A adoção de práticas que promovam a colaboração e o respeito mútuo, conforme indicado por Nunes e Oliveira (2018), pode contribuir para um clima escolar mais saudável e propício ao aprendizado. Nesse sentido, a prática deve ir além da teoria, buscando ativamente construir uma cultura de inclusão e respeito às particularidades.

Por fim, o papel do professor é crucial nesse contexto de diversidade. Educadores que se sentem à vontade para adaptar suas metodologias e estão dispostos a refletir criticamente sobre suas práticas são essenciais para criar um ambiente onde todos os alunos possam prosperar. Segundo Nóvoa (1992), a formação contínua e a capacidade reflexiva do professor são fundamentais para responder a essas demandas diversas e dinâmicas.

O campo da educação está em constante evolução, com novas pesquisas, tecnologias e teorias pedagógicas emergindo regularmente. Destarte, a diversidade nas salas de aula apresenta desafios e oportunidades únicas. O Professor bem-preparado e capacitado para lidar com essas mudanças é fundamental para assim, garantir que todos os alunos recebam uma educação de qualidade. É evidente que a educação está em constante evolução, e o professor também precisa andar a par de suas práticas educativas.

2.2 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA PRÁTICA EM RELAÇÃO À TEORIA

A educação é um campo que frequentemente enfrenta uma desconexão entre teoria e prática, e essa lacuna é ampliada por diversos desafios que comprometem a eficácia do ensino. Entre os principais obstáculos estão a falta de investimento, a estrutura inadequada das salas de aula, a escassez de recursos materiais e as salas superlotadas. Esses fatores não apenas afetam a qualidade do ensino, mas também a experiência de aprendizado dos alunos, limitando seu potencial de desenvolvimento.

Um dos desafios mais significativos é a insuficiência de investimentos em educação. De acordo com a UNESCO (2020), muitos países ainda não atingiram os níveis necessários de financiamento para garantir uma educação de qualidade. A falta de recursos financeiros compromete a formação de professores, a atualização dos currículos e a adoção de novas metodologias de ensino. Como resultado, muitas instituições educacionais operam com orçamentos limitados, o que prejudica tanto a qualidade do ensino quanto o aprendizado dos alunos.

Outro aspecto que impacta a prática educativa é a configuração das salas de aula, segundo Silva e Almeida (2018), a disposição física dos ambientes muitas vezes não favorece a interação entre alunos e professores. Salas mal projetadas, com mobiliário inadequado e espaço reduzido, limitam a implementação de metodologias ativas que incentivam a

participação e o engajamento dos estudantes. Essa falta de adequação do espaço pode resultar em um ensino mais tradicional e menos eficaz, ignorando as necessidades e os estilos de aprendizagem dos alunos.

A sala de aula que não apresenta condições adequadas contribui para a dificuldade de implementar metodologias ativas, uma vez que essas estratégias exigem participação direta dos discentes por meio de projetos, dinâmicas e grupos de discussão. As salas de aula inadequadamente planejadas forçam o professor a continuar utilizando práticas que não trazem resultados satisfatórios.

A falta de recursos materiais representa um desafio crítico adicional, como aponta Freire (1996), a ausência de materiais didáticos adequados dificulta a realização de práticas pedagógicas que poderiam enriquecer a experiência de aprendizado. Recursos como livros, tecnologias educacionais e materiais de apoio são essenciais para diversificar as abordagens de ensino e atender às diferentes necessidades dos estudantes. Sem esses recursos, os educadores enfrentam dificuldades em implementar atividades que estimulem o pensamento crítico e a criatividade, que são fundamentais para a formação integral dos alunos.

Por último, as salas superlotadas são um dos maiores obstáculos à prática educativa eficaz. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) mostram que um número elevado de alunos por sala compromete a atenção individualizada que cada estudante necessita. Em ambientes superlotados, os professores

encontram dificuldades para gerenciar a sala e atender às necessidades específicas de cada aluno, o que pode resultar em um ambiente de aprendizagem menos produtivo e mais desafiador.

Essa situação destaca a urgência de políticas que visem a redução do número de alunos por turma, permitindo um ensino mais personalizado e eficaz. Esses desafios estão interligados e refletem a complexidade do sistema educacional, exigindo um olhar atento e políticas eficazes que busquem integrar teoria e prática de maneira mais harmoniosa e produtiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 MUDANÇA NA POSTURA PROFISSIONAL DOS EDUCADORES: RUMO A NOVOS MÉTODOS NA EDUCAÇÃO

A transformação na postura profissional dos educadores é um tópico fundamental na contemporaneidade, considerando o papel transformador que a educação desempenha na sociedade. Para Freire (1970), a educação deve ser um ato de liberdade, onde o diálogo e a conscientização são essenciais, e salienta que "a educação não muda o mundo, educação muda pessoas que mudam o mundo" (Freire, 1970, p. 77). Assim, a mudança de atitude dos educadores é vital para que possam implementar práticas pedagógicas que desafiem a reprodução do conhecimento tradicional, criando um ambiente de aprendizado que seja mais crítico e reflexivo.

A adoção de novos métodos de ensino é uma das maneiras mais claras de quebrar com o tradicionalismo educacional. A pedagogia da pesquisa, defendida por autores como Carr e Kemmis (1986), enfatiza a necessidade de os educadores se tornarem pesquisadores de suas próprias práticas. Por meio da integração de métodos como a aprendizagem baseada em projetos, os educadores capacitam os alunos a desenvolverem habilidades práticas e críticas. Como mencionam os autores, "a prática pedagógica é um campo de combate onde se disputa o sentido do ensino e da aprendizagem" (Carr; Kemmis, 1986, p. 192). Essa transformação demanda que os educadores repensem suas abordagens, priorizando a experimentação e a inovação.

Além disso, estimular um pensamento inovador na educação é crucial para formar estudantes críticos e criativos. O autor argumenta que "a educação deve preparar as crianças para pensar por si mesmas e resolver problemas complexos" (Robinson, 2006, P. 55). Essa perspectiva é fundamental para que os educadores deixem de atuar apenas como transmissores de informações. O foco no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, criatividade e pensamento crítico deve ser central na prática pedagógica. Ao criar um ambiente que valorize a criatividade, os educadores não apenas motivam os alunos, mas também os preparam para um mundo em constante evolução.

É igualmente importante reconhecer os aspectos relevantes do tradicionalismo. Saviani (2008) aponta que a história da pedagogia brasileira é rica em contribuições significativas que merecem ser resgatadas, mas que precisam

ser atualizadas. Ele afirma que "recuperar o passado é uma forma de fortalecer o presente" (Saviani, 2008, p. 45). Essa abordagem crítica permite que os educadores adotem práticas que respeitem a tradição, mas que também inovem de maneira significativa. Ao mesclar novas metodologias com práticas tradicionais eficazes, os educadores conseguem proporcionar um aprendizado mais significativo.

A formação continuada dos educadores, segundo Perrenoud (2000), é essencial para promover essa mudança de postura. O autor enfatiza que, para enfrentar os desafios do século XXI, os educadores devem estar em constante atualização e reflexão sobre suas práticas. Ele ressalta que "os professores devem se tornar aprendizes permanentes, dedicando-se ao desenvolvimento de suas competências" (Perrenoud, 2000, p. 20). Investir em formação e em intercâmbio de experiências entre educadores não apenas eleva a qualidade da educação, mas também favorece uma cultura de inovação nas instituições.

Em resumo, a mudança na postura profissional dos educadores é um processo dinâmico que envolve a adoção de novos métodos, a promoção da criatividade e a reflexão crítica sobre a tradição. As contribuições de Freire, Carr e Kemmis, Robinson, Saviani e Perrenoud oferecem uma base sólida para essa transformação. Ao se tornarem agentes de mudança, os educadores não só enriquecem sua prática, mas também preparam seus alunos para serem cidadãos críticos e ativos, prontos para enfrentar os desafios do futuro.

A cultura escolar também tem um impacto significativo nesse processo. O ambiente escolar deve incentivar a experimentação e a inovação. Nóvoa (1992) pontua que é fundamental que as escolas promovam um clima que favoreça a troca de experiências entre docentes, contribuindo para a construção do conhecimento de maneira colaborativa. Essa interação entre colegas é vital para enfrentar os desafios diários e aprimorar uma prática pedagógica mais crítica e reflexiva.

O uso de tecnologias educacionais é um fator que pode facilitar a conexão entre teoria e prática. Atualmente, as ferramentas digitais oferecem novas oportunidades de aprendizado e colaboração. Segundo Silva e Gomes (2020), essas tecnologias, quando utilizadas de maneira adequada, podem enriquecer o processo educativo, permitindo que os alunos vivenciem experiências práticas que se relacionam com a teoria ensinada. Contudo, é importante que a integração dessas ferramentas seja realizada de maneira criteriosa, para que não se perca o foco no desenvolvimento integral dos alunos.

É crucial entender a avaliação como um processo contínuo, e não apenas como uma etapa final de verificação de conhecimentos. Luckesi (2017) sugere que a avaliação deve ser diagnóstica e formativa, possibilitando ao educador ter uma visão abrangente do aprendizado dos alunos e ajustar suas práticas de acordo. Essa abordagem amplia a compreensão sobre a importância da teoria na avaliação, criando um ciclo de feedback que contribui para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO

A formação continuada é uma prática essencial para o desenvolvimento profissional dos educadores, proporcionando a atualização necessária diante das inovações constantes no campo da educação. Conforme Pimenta (1995), "a formação continuada deve transcender a simples atualização dos conteúdos, buscando promover a reflexão crítica e a construção de um saber que articule teoria e prática" (p. 61). Essa ideia central deve ser um guia para as instituições que buscam melhorar a qualidade de ensino.

A importância da formação continuada é evidente na capacidade dos educadores de se adaptarem às novas demandas sociais e tecnológicas, Saviani (2013) destaca que, ao se dedicarem a esse tipo de formação, os professores não apenas enriquecem seu repertório didático, mas também se tornam agentes ativos na transformação social através da educação. Essa postura proativa permite que os profissionais da educação desempenhem um papel crucial na promoção de um ensino que responda às necessidades de uma sociedade em constante evolução.

Além de facilitar a atualização profissional, a formação continuada também é essencial para a construção coletiva do conhecimento. Tardif (2016) ressalta que a formação deve ser um espaço de intercâmbio e diálogo, onde os educadores possam compartilhar experiências, refletir sobre suas práticas e, juntos, construir novos entendimentos. Esse ambiente

colaborativo é fundamental, pois promove um sentimento de pertencimento e apoio mútuo entre os docentes.

Outro aspecto significativo da formação continuada é o desenvolvimento da identidade profissional dos educadores. Freire (2011) argumenta que é por meio da formação e da reflexão sobre suas práticas que os educadores conseguem construir uma identidade sólida e consciente de seu papel na sociedade, essa construção não apenas fortalece a prática docente, mas também contribui para a valorização da profissão e do educador como um todo.

Além disso, a formação continuada é fundamental para ativar o processo de reflexão crítica, que é vital para a evolução das práticas pedagógicas. Nóvoa (2009) afirma que "a reflexão crítica deve ser um dos pilares da formação contínua, permitindo que os educadores questionem suas práticas e busquem alternativas que melhorem o ensino e a aprendizagem" (p. 112). Dessa forma, a formação se configura como um espaço essencial para a prática reflexiva e transformadora.

A relevância da formação continuada se conecta com a necessidade de atender à diversidade presente nas salas de aula. Oliveira (2015) ressalta que "os educadores precisam estar preparados para lidar com a diversidade de alunos com diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, e a formação continuada é a chave para desenvolver essas competências" (p. 144). Isso indica que, ao investir na formação dos professores, as instituições também fomentam um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

As políticas públicas educacionais precisam dar prioridade à formação continuada dos docentes para que possam produzir impactos significativos. Gatti (2017) enfatiza que a qualidade do ensino está intimamente ligada à formação dos educadores, o que faz dessa formação uma responsabilidade tanto das instituições quanto do Estado, tornando a implementação de programas efetivos uma prioridade na agenda política da educação.

A formação continuada também é fundamental para a motivação dos professores. Perrenoud (2016) observa que a manutenção da motivação e do engajamento dos educadores está relacionada às oportunidades de formação e desenvolvimento que lhes são oferecidas. Com isso, ao oferecer formação, as instituições não apenas aprimoram as competências docentes, mas também promovem um ambiente de entusiasmo e dedicação na escola.

Além disso, é essencial que a formação continuada aborde o desenvolvimento de competências digitais, dada a crescente influência da tecnologia no contexto educativo. Almeida (2018) ressalta a necessidade de capacitar os professores para que possam utilizar ferramentas digitais de maneira pedagógica, integrando-as efetivamente em suas práticas de ensino. Essa capacitação é crucial para que a educação acompanhe as demandas e as mudanças da sociedade contemporânea.

É de suma importância, a formação continuada e deve ser compreendida parte integrante da trajetória dos educadores, Veiga (2014) argumenta que a integração da formação contínua no cotidiano escolar é crucial para estabelecer uma cultura de

aprendizado permanente, que traz benefícios não apenas para os professores, mas também para toda a comunidade escolar. Essa visão destaca a importância de um compromisso coletivo com o aprendizado e a formação ao longo de toda a vida profissional dos educadores.

A formação continuada é um aspecto fundamental na educação, especialmente no ensino fundamental, pois possibilita que os docentes atualizem seus conhecimentos e práticas pedagógicas, adaptando-se às novas exigências educacionais e tecnológicas. De acordo com Magalhães e Azevedo (2024), "a formação continuada é uma condição necessária no processo de formação ao longo da carreira, mas não suficiente para o pleno exercício da docência garantida pela formação inicial de qualidade". Essa afirmação ressalta a importância de uma formação inicial robusta, que deve ser complementada por um desenvolvimento profissional contínuo.

A formação continuada prepara os educadores para enfrentar a diversidade escolar e a inovação tecnológica, promovendo aprendizagens relevantes. Souza (2024) argumenta que uma formação abrangente e contínua capacita os professores a lidar com a diversidade escolar, a inovação tecnológica e as demandas sociais, promovendo aprendizagens significativas. Essa capacitação é vital para que os professores consigam oferecer uma educação de qualidade, que atenda às necessidades dos alunos e contribua para seu desenvolvimento integral.

Ademais, a formação continuada é crucial para a valorização da carreira docente. Políticas públicas que incentivem a formação dos professores e reconheçam a importância de sua função são essenciais para fortalecer o papel estratégico dos educadores na promoção de uma educação equitativa e de qualidade. Nesse sentido, a formação continuada se apresenta como uma ferramenta decisiva, apoiando a atuação dos professores e promovendo a evolução do ensino e da aprendizagem.

Além disso, essa formação contínua fomenta a reflexão crítica sobre as práticas de ensino. A formação de professores é um elemento fundamental para potencializar a transformação docente, pois vai além da aquisição de conhecimentos necessários para a profissão, promovendo uma reflexão crítica profunda sobre as práticas pedagógicas. Com essa abordagem contínua, os educadores têm a oportunidade de adquirir novas competências e mergulhar no amplo universo das melhores práticas educacionais (Cruz; Gomes; Ribeiro, 2023).

Por último, a formação continuada é imprescindível para que os professores se adaptem às constantes mudanças do cenário, esse processo não apenas fornece aos educadores novos saberes diretamente relacionados à prática profissional, mas também provoca uma revolução na compreensão do que significa saber fazer, na dinâmica pedagógica e no ambiente educacional. Esse acúmulo de conhecimento transforma as aulas em experiências dinâmicas, capacitando os docentes a atenderem, de forma precisa, as necessidades individuais de

cada aluno, criando um ambiente de aprendizado inclusivo e participativo (Pletsch, 2009).

A literatura deixa evidenciada que a formação continuada dos professores é essencial no processo educacional para adoção de novas práticas formativas. A educação é um campo vasto de transformações devido aos novos avanços pedagógicos e tecnológicos, e para acompanhar todas essas mudanças, os educadores precisam se reinventar, procurando formação e capacitação para aplicar, implementar e desenvolver práticas que oportunize aos alunos uma construção de aprendizado significativo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre teoria e prática na educação é crucial para a formação integral dos alunos, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A prática docente deve se basear em teorias sólidas, adaptando-as à realidade da sala de aula e às necessidades individuais de cada aluno. A formação continuada dos professores é essencial nesse processo, pois permite a atualização constante e a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas.

O uso de metodologias ativas, como a aprendizagem colaborativa e a gamificação, pode enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais dinâmico e engajador. A personalização do ensino, que considera os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, também contribui para a inclusão e o sucesso de todos os alunos.

A avaliação deve ser vista como um processo contínuo e formativo, que acompanha o progresso individual de cada aluno, em vez de apenas comparar os resultados a um padrão único. A diversidade cultural e social dos discentes deve ser valorizada e integrada ao currículo, criando um ambiente de aprendizagem inclusivo e respeitoso.

A formação continuada dos professores deve ir além da mera atualização de conteúdos, promovendo a reflexão crítica e a construção de uma identidade profissional sólida. O intercâmbio de experiências entre educadores e o desenvolvimento de competências digitais também são importantes para a formação docente na era da tecnologia.

Investir na formação continuada dos docentes é investir no futuro da educação. As políticas públicas devem priorizar essa formação, reconhecendo a importância estratégica dos educadores na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Afinal, são estes profissionais que, por meio de sua prática transformadora, inspiram e preparam as futuras gerações para os desafios do mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. **Tecnologia e educação: desafios e possibilidades**. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

PEZZI, Fernanda; FRISON, Marli Dallagnol. As atividades do brincar e do ensinar em crianças com TEA na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, 2024.

BRUNER, J. A. **A educação como arte da descoberta**. Editora Artes Médicas, 1996.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Becoming critical: education, knowledge and action research**. Routledge, 1986.

CRUZ, F. S. P. A.; GOMES, S. T.; RIBEIRO, D. S. A formação continuada de professoras: a relação teoria e prática nos processos de ensino na Educação Infantil. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 4, n. 11, p. 1-26, 30 dez. 2023.

DAL RI, M.; DE FÁTIMA, M. A. A individualização na aprendizagem: caminhos na educação inclusiva. **Psicologia e Educação**, v. 22, n. 2, p. 42-51, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. [S.l.]: São Paulo em Perspectiva, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/hbD5jkw8vp7MxKvfvLHsW9D/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GARDNER, H. **Frames of mind: the theory of multiple intelligences**. Basic Books, 1983.

GARDNER, H. ****Multiple intelligences: the theory in practice****. Basic Books, 1993.

GATTI, B. A. **A formação dos professores e a qualidade da educação: uma análise das políticas públicas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

LIMA, L. A. de O.; *et al.* Formação continuada de professores e as contribuições para a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 12, p. 32784-32802, 2023. Disponível em:

<<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/3847>>. Acesso em 09 de janeiro de 2025.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem: fundamentos e métodos**. Cortez, 2017.

MAGALHÃES, L. K. C.; AZEVEDO, L. C. S. Formação continuada e suas implicações: entre a lei e o trabalho docente. **SciELO**, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/G7Fqdms45c6bxtK8XSF6tbq/?format=pdf>>. Acesso em 19 de dezembro de 2024.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Associação de Professores, 1992.

OLIVEIRA, J. **Educação inclusiva: práticas e reflexões**. Campinas: Papirus, 2015.

PERRERNOUD, P. **Construir competências: a formação dos professores**. Artmed, 2000.

PERRERNOUD, P. **Construir a profissão professor: formar e re-formar**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, n. 33, p. 143–156, 2009.

PRODANOV, C. C., & FREITAS, E. C. (2013). **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** (2ª ed.). Novo Hamburgo: Feevale.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: fundamentação e metodologia**. Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **A história da educação no Brasil**. Campinas: Editora Autores Associados, 2013.

SOUSA, J. G. A importância da formação inicial e continuada dos professores para garantir uma educação de qualidade. **Humanidades & Inovação**, 2024.

Disponível em:

<<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9458>>
. Acesso em 05 de janeiro de 2025.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2016.

TEBEROSKY, Ana. **Palavras às professoras que ensinam a ler e a escrever**.

Coordenação: Beatriz Cardoso e Angélica Sepúlveda. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <<https://labeledu.org.br/wp-content/uploads/2020/11/palavrasasprofessoras.pdf>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PROCESSUAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO QUESITO DA AUTOAVALIAÇÃO E DA AUTONOMIA

Tawany Sthefany Frazão dos Santos ²⁰

Anderson do Vale Sousa ²¹

1. INTRODUÇÃO

A avaliação processual é uma ferramenta essencial no contexto educacional, uma vez que, permite que os alunos reflitam sobre seu próprio desempenho e desenvolvam a capacidade de se autoavaliar. Em vez de apenas receber uma nota no final de um período, a avaliação processual incentiva os estudantes a monitorarem constantemente seu progresso, identificando pontos fortes e áreas que necessitam de aprimoramento. Dessa forma, os alunos se tornam mais responsáveis pelo seu processo de aprendizagem, buscando estratégias de estudo mais eficazes e desenvolvendo a

²⁰ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF.

²¹ Pedagogia pela FAEPI; Especialista em Educação Global pela UNIFUTURO; Mestre em Educação pela FCU (Reconhecido pela UNAMA); Doutorando em Educação pela FCU.

autonomia necessária para alcançar seus objetivos acadêmicos (Gomes; Silva; Ribeiro, 2021).

Além disso, a avaliação processual está diretamente relacionada à construção da autonomia dos alunos. Ao serem estimulados a refletir sobre seu próprio desempenho e a identificar suas dificuldades e potencialidades, os estudantes desenvolvem a capacidade de tomar decisões e resolver problemas de forma independente. Isso contribui não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida adulta, como a capacidade de se autoavaliar e buscar soluções para os desafios que surgirem.

A prática da avaliação processual também favorece o desenvolvimento da metacognição dos alunos. Ao refletirem sobre seus processos mentais durante o aprendizado, os estudantes tornam-se mais conscientes de suas estratégias de estudo e aprendem a identificar as melhores formas de abordar diferentes conteúdos. Isso os torna mais críticos em relação ao próprio desempenho, incentivando-os a buscar feedbacks construtivos e estabelecer metas claras para melhorias contínuas em sua aprendizagem.

É importante ressaltar que a adoção de práticas avaliativas que valorizem o processo de aprendizagem é essencial para motivar os alunos a se envolver ativamente em seu desenvolvimento acadêmico. Em vez de focar exclusivamente nos resultados, os professores devem incentivar os estudantes a se dedicarem ao longo do processo educativo, reconhecendo seus esforços e progressos ao longo do caminho. Dessa forma,

os alunos se sentirão mais motivados a aprender e buscarão constantemente maneiras de melhorar seu desempenho (Ruppenthal; Coutinho, 2019).

O presente artigo tem como justificativa a avaliação processual que destaca como uma prática fundamental no ambiente educacional contemporâneo, pois transcende a simples atribuição de notas ao final de um período. Essa abordagem favorece a autonomia dos alunos, promovendo a reflexão sobre seus próprios processos de aprendizagens e o desenvolvimento de habilidades metacognitivas. Ao permitir que os estudantes acompanhem seu progresso e identifiquem áreas de melhoria, a avaliação processual contribui para um aprendizado mais consciente e significativo. Assim, sua implementação reforça a importância de práticas pedagógicas que valorizem o esforço contínuo e o protagonismo do estudante no processo educativo, em contraponto à cultura da nota como único indicador de desempenho. A avaliação é necessária para que a aprendizagem do discente seja analisada, e ela dar-se no decorrer do processo avaliativo, porém quando não utilizada de forma efetiva e sim tradicionalmente, ela desencadeia a falta de autonomia e autoavaliação nos estudantes.

Com a apresentação da problemática, é questionável dizer: Qual a importância da avaliação processual para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos no quesito da autoavaliação e da autonomia? Muitos quesitos avaliativos podem contribuir para esses fatores, visto que a avaliação não deve privar os discentes de sua autonomia e autoavaliação.

Diante do exposto, a pesquisa conta como objetivo geral analisar a eficácia da avaliação processual como ferramenta pedagógica na promoção da autonomia e da autoavaliação dos estudantes no contexto educacional. Quanto aos objetivos específicos consiste em investigar as práticas de autoavaliação e reflexão crítica dos estudantes durante o processo de aprendizagem, considerando sua relação com o desenvolvimento da autonomia, identificar os benefícios da avaliação processual para a construção de habilidades metacognitivas e a tomada de decisão consciente pelos alunos e propor estratégias pedagógicas que integrem a avaliação processual ao ensino tradicional, promovendo um ambiente educativo mais inclusivo e centrado no aprendizado contínuo

A metodologia adotada neste estudo consistiu em uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada na análise de artigos científicos, revistas periódicas e livros, com a finalidade de investigar a eficácia da avaliação processual como ferramenta pedagógica no desenvolvimento da autonomia e da autoavaliação dos estudantes. "Na pesquisa bibliográfica, é fundamental que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar." (Silva de Sousa; Oliveira; Alves, 2021, p. 64). Ao conduzir uma pesquisa bibliográfica, o pesquisador deve estar atento a discrepâncias entre diferentes fontes, que podem indicar problemas metodológicos, vieses ou interpretações divergentes. Identificar essas inconsistências é crucial para desenvolver uma compreensão crítica e holística do tema em estudo.

A pesquisa exploratória aderida neste trabalho objetiva explorar e examinar determinado assunto, para que assim seja construído maior familiaridade e aderir maior conhecimento dele, mediante isto, o objetivo de pesquisa utilizado neste artigo é o descrito. O método de pesquisa utilizado quanto a natureza trata-se de uma pesquisa básica, pois não há necessidade da avaliação prática, o presente estudo objetiva relatar informações sem que haja a utilidade da aplicabilidade.

2. AS IMPLEMENTAÇÕES DA AVALIAÇÃO PROCESSUAL NA PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E AUTOAVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES

A avaliação processual desempenha um papel essencial na promoção da autonomia dos estudantes, considerando que permite que eles assumam um papel ativo em seu próprio processo de aprendizagem. Ao invés de serem apenas receptores passivos de informações, os alunos são incentivados a participar ativamente do processo de avaliação, refletindo sobre seu desempenho e identificando suas próprias dificuldades e pontos fortes. Isso os capacita a se tornarem mais responsáveis por seu progresso acadêmico, estimulando a construção da autonomia e da independência no ambiente educacional, Bloom (1956) cita que:

A avaliação processual é uma abordagem que visa promover a autonomia e autoavaliação dos estudantes, permitindo que eles sejam corresponsáveis pelo seu próprio aprendizado e

desenvolvam habilidades metacognitivas. Isso inclui a capacidade de refletir sobre o próprio processo de aprendizado, identificar pontos fortes e fracos e estabelecer metas realistas" (Bloom, 1956, p. 12-13).

Além disso, a avaliação processual incentiva os alunos a aprender com seus erros e buscar estratégias para melhorar, favorecendo assim o desenvolvimento da autoavaliação. Ao refletir sobre seus próprios desafios e conquistas, os estudantes se tornam mais conscientes de suas habilidades e áreas que precisam ser aprimoradas. Dessa forma, a prática da autoavaliação é fortalecida pela implementação da avaliação processual, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades metacognitivas nos alunos (Andrade, Viana, 2017).

A relação entre a avaliação processual e a construção da autonomia dos estudantes é estreita, uma vez que essa prática os encoraja a buscar soluções por conta própria e se tornarem mais independentes em sua jornada educacional. Ao invés de depender exclusivamente do feedback do professor, os alunos são incentivados a assumir um papel ativo em seu aprendizado, tomando decisões sobre como abordar seus estudos e melhorar seu desempenho acadêmico (Leonardi, Galatti, Scaglia, de Marco, 2017).

A citação destaca a relação essencial entre a avaliação processual e a construção da autonomia dos estudantes. Esta relação está centrada em um paradigma educacional que valoriza a participação ativa dos alunos em seu próprio processo

de aprendizagem, promovendo a independência e a responsabilidade pessoal.

Os benefícios da avaliação processual na promoção da autonomia dos estudantes são inúmeros, pois ela os capacita a assumir responsabilidade por seu progresso acadêmicos e os encoraja a se tornarem protagonistas de sua própria educação. Ao buscar soluções por conta própria e tomar decisões informadas sobre seu aprendizado, os alunos se tornam mais confiantes em suas habilidades e mais engajados no processo educacional (Veloso, 2019).

Dado o exposto, percebe-se que a autora pontua múltiplos benefícios da avaliação processual na promoção da autonomia dos estudantes, entre esses, estão, Responsabilidade e Protagonismo, nesse processo, ao buscar soluções por conta própria e tomar decisões informadas sobre seu aprendizado, os alunos tornam-se autônomos e assumem uma responsabilidade pelo seu desenvolvimento educacional. A avaliação processual também promove a confiança dos alunos em suas próprias habilidades, aumenta o engajamento dos alunos no processo educacional, contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, considerando não apenas o aspecto cognitivo, mas também os aspectos afetivos e sociais.

A prática da autoavaliação, incentivada pela avaliação processual, contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades metacognitivas nos alunos. Ao refletirem sobre seus próprios processos de aprendizagem e identificarem estratégias eficazes para melhorar seu desempenho acadêmico, os estudantes se tornam mais

conscientes de suas próprias capacidades e limitações. Isso não apenas melhora sua autoeficácia, mas também promove uma maior autonomia no processo educacional (Silva, Luft, Olave, 2022).

Por fim, a avaliação processual pode ser considerada uma ferramenta eficaz para empoderar os estudantes, permitindo que eles se tornem protagonistas de sua própria educação. Ao invés de serem meros receptores passivos de conhecimento, os alunos são incentivados a assumir um papel ativo na construção do conhecimento, tomando decisões informadas sobre como abordar seus estudos e melhorar seu desempenho acadêmico. Dessa forma, a implementação da avaliação processual contribui significativamente para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes no ambiente educacional.

A avaliação processual desempenha um papel essencial na promoção da reflexão dos alunos sobre seu próprio desempenho e progresso ao longo do tempo. Ao fornecer feedback contínuo e detalhado, os estudantes são incentivados a analisar criticamente seu trabalho, identificar áreas de melhoria e estabelecer metas para o futuro. Dessa forma, a avaliação processual não apenas avalia o conhecimento adquirido, mas também estimula a autorreflexão e o desenvolvimento da consciência metacognitiva dos alunos (Vieira, Lima, 2019).

Ainda, a avaliação processual contribui significativamente para o desenvolvimento da autonomia dos alunos. Ao serem envolvidos ativamente no processo de avaliação, os estudantes são incentivados a assumir responsabilidade por sua aprendizagem, tomar decisões informadas sobre seu progresso

e buscar recursos adicionais quando necessário. A autonomia resultante desse processo não apenas fortalece a autoconfiança dos alunos, mas também os prepara para enfrentar desafios acadêmicos e pessoais de forma independente

A autoavaliação é um componente chave da avaliação processual, permitindo que os alunos identifiquem pontos fortes e fracos, estabeleçam metas e desenvolvam planos de ação. Isso promove a responsabilidade e a motivação intrínseca, essenciais para o sucesso acadêmico e profissional" (Boud, 2000, p. 151-152)

Além do que foi citado acima, a autoavaliação também contribui para a relação dos alunos com a avaliação processual, ambas são essenciais para promover uma cultura de aprendizagem centrada no estudante. Através da autoavaliação, os estudantes são encorajados a refletir sobre seus pontos fortes e áreas de melhoria, identificar estratégias eficazes de estudo e monitorar seu progresso ao longo do tempo. Quando combinada com uma avaliação processual eficaz, essa prática permite que os alunos assumam um papel ativo em seu próprio desenvolvimento acadêmico.

A literatura destaca que tanto a avaliação processual quanto a autoavaliação são essenciais para promover uma cultura de aprendizagem centrada no aluno. Essa cultura valoriza a participação ativa dos estudantes em seu próprio processo educacional, incentivando a reflexão, a autorregulação e a autogestão. Ao serem encorajados a refletir sobre seus

pontos fortes e áreas de melhoria, identificar estratégias eficazes de estudo e monitorar seu progresso ao longo do tempo, os alunos desenvolvem uma maior consciência de seu próprio aprendizado e se tornam mais engajados e motivados.

2.1 PRÁTICAS DE AUTOAVALIAÇÃO E REFLEXÃO CRÍTICA

A autoavaliação é uma ferramenta essencial para que os alunos possam identificar seus pontos fortes e fracos, possibilitando um maior direcionamento de esforços para o desenvolvimento pessoal. Ao refletir sobre seu próprio desempenho, os alunos conseguem compreender melhor suas habilidades e limitações, o que os capacita a buscar estratégias mais eficazes para superar desafios e alcançar seus objetivos acadêmicos. Além disso, a autoavaliação promove a autoconsciência e a responsabilidade dos alunos em relação ao seu processo de aprendizagem, incentivando-os a assumir um papel ativo na busca pelo conhecimento, como Perrenoud (2000) cita:

A autoavaliação é uma estratégia eficaz para desenvolver habilidades metacognitivas e promover a responsabilidade dos alunos em relação ao seu processo de aprendizagem. Isso inclui a capacidade de refletir sobre o próprio aprendizado e identificar áreas de melhoria" (Perrenoud, 2000, p. 123-124).

Assim, a reflexão crítica durante o processo de avaliação é crucial para que os alunos possam compreender melhor seus erros e acertos, promovendo uma aprendizagem mais significativa. Ao analisar de forma crítica suas próprias práticas e resultados, os alunos são capazes de identificar padrões de comportamento e tomar decisões mais conscientes em relação aos seus estudos. A reflexão crítica também estimula o pensamento crítico dos alunos, permitindo que eles questionem suas próprias crenças e concepções, ampliando sua capacidade de análise e interpretação de informações

A autonomia dos alunos é essencial para o desenvolvimento da aprendizagem significativa, pois permite que eles assumam o controle do seu processo educativo e se tornem agentes ativos na construção do conhecimento. A autoavaliação é uma ferramenta chave para promover essa autonomia (Biggs, 2003, p. 56-57)

Dessa forma, a prática da autoavaliação está diretamente relacionada ao estímulo à autonomia dos alunos, pois permite que eles se tornem mais responsáveis pelo próprio processo de aprendizagem. Ao avaliarem seu próprio desempenho e definirem metas pessoais, os alunos desenvolvem habilidades de autorregulação e autogestão, tornando-se mais independentes e proativos em relação aos seus estudos. A autonomia dos alunos é essencial para o desenvolvimento da aprendizagem significativa, pois permite que eles assumam o

controle do seu processo educativo e se tornem agentes ativos na construção do conhecimento (Santos; Vasconcelos, 2020).

A fala dos autores expressa a importância da autoavaliação no estímulo à autonomia dos alunos, podendo ser destacado como uma ferramenta poderosa para promover a autonomia dos alunos. Ao se tornarem mais responsáveis por seu próprio aprendizado, os alunos desenvolvem habilidades de autorregulação e autogestão, tornando-se mais independentes e engajados em sua educação. Essa autonomia é essencial para a aprendizagem significativa, permitindo que os alunos assumam um papel ativo e protagonista na construção do conhecimento.

2.2 FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO MAIS EFICAZES PARA MEDIR CONHECIMENTO E DESENVOLVER A HABILIDADE CRÍTICA DOS ALUNOS

A utilização de ferramentas de avaliação mais eficazes é essencial para medir o conhecimento dos alunos em sala de aula, levando em consideração a diversidade de habilidades e estilos de aprendizagem presentes. Ao adotar diferentes métodos de avaliação, como provas escritas, apresentações orais, projetos práticos e debates em grupo, os educadores podem obter uma visão mais abrangente do desempenho dos estudantes e identificar suas necessidades individuais. Dessa forma, é possível promover uma avaliação mais justa e precisa, que valorize as múltiplas formas de expressão do conhecimento

e estimule o desenvolvimento integral dos alunos, como cita Boud (2000):

A avaliação diversificada permite que os educadores considerem as diferentes habilidades e estilos de aprendizagem dos alunos, proporcionando uma visão mais completa do seu desempenho. Isso inclui a utilização de provas escritas, apresentações orais, projetos práticos e debates em grupo" (Boud, 2000, p. 152-153).

A avaliação processual desempenha um papel importante no desenvolvimento da habilidade crítica dos alunos, incentivando-os a refletir sobre seu próprio desempenho e buscar maneiras de melhorar constantemente. Por meio da análise contínua do progresso individual e da identificação de pontos fortes e áreas de melhoria, os estudantes são estimulados a pensar criticamente sobre seu aprendizado e a adotar uma postura proativa na busca pelo conhecimento. Assim, a avaliação processual não apenas mensura o desempenho dos alunos, mas também os capacita a se tornarem aprendizes autônomos e reflexivos (Ruppenthal; Coutinho, 2019).

A avaliação processual desempenha um papel essencial no desenvolvimento da habilidade crítica dos alunos. Ao incentivá-los a refletir sobre seu próprio desempenho e buscar maneiras de melhorar constantemente, essa abordagem promove a autorreflexão e a análise crítica. Posto isso, pode-se dizer, que a

avaliação processual, auxilia o aluno a ser um indivíduo discursivo e crítico.

No que tange a autoavaliação dos alunos e sua autonomia no processo de aprendizagem é um aspecto essencial a ser considerado na prática educacional. Ao refletirem sobre seu próprio progresso e identificarem seus objetivos pessoais, os estudantes assumem um papel ativo em sua jornada educacional, aumentando sua motivação e engajamento na busca pelo conhecimento. A autoavaliação não apenas permite que os alunos monitorem seu desenvolvimento ao longo do tempo, mas também os capacita a tomar decisões informadas sobre suas estratégias de estudo e metas acadêmicas (Andrade; Viana, 2017).

Além de medir o conhecimento adquirido pelos alunos, as ferramentas de avaliação mais eficazes também podem ser utilizadas para avaliar as competências socioemocionais e habilidades práticas dos estudantes. Através da observação do trabalho em equipe, da resolução de problemas complexos e da comunicação eficaz, os educadores podem avaliar não apenas o domínio dos conteúdos curriculares, mas também as habilidades essenciais para o sucesso acadêmico e profissional. Dessa forma, a avaliação se torna mais abrangente e alinhada com as demandas do mundo contemporâneo (Souza, 2023).

Ao incluir a avaliação das competências socioemocionais e habilidades práticas, as ferramentas de avaliação se tornam mais abrangentes e alinhadas com as demandas do mundo contemporâneo. A educação moderna exige que os alunos não apenas adquiram conhecimento teórico, mas também

desenvolvam as habilidades necessárias para aplicar esse conhecimento em contextos reais. E nesse contexto, a abordagem holística da avaliação a preparar melhor os alunos para que sejam cidadãos críticos e completos capazes de se expressar de maneira mais significativa

As ferramentas de avaliação mais eficazes proporcionam feedbacks detalhados e individualizados aos alunos, auxiliando no direcionamento de suas próximas etapas de aprendizagem. Ao receberem orientações específicas sobre seus pontos fortes e áreas de melhoria, os estudantes têm a oportunidade de ajustar suas estratégias de estudo, corrigir eventuais equívocos e progredir em direção aos objetivos estabelecidos. O feedback construtivo não apenas informa os alunos sobre seu desempenho atual, mas também os orienta na definição de metas realistas e alcançáveis para o futuro (Sefton; Galini, 2022).

É essencial envolver os alunos no processo de avaliação, incentivando-os a participar ativamente da construção dos critérios e metas a serem alcançadas ao longo do período letivo. Ao colaborarem na definição dos objetivos educacionais, os estudantes se tornam coautores do processo avaliativo, assumindo responsabilidade pelo próprio aprendizado e engajando-se ativamente na busca pela excelência acadêmica. Dessa forma, a participação dos alunos na definição das estratégias avaliativas promove uma maior autonomia cognitiva e um senso ampliado de pertencimento à comunidade escolar (Salatino, Morés, 2020).

A avaliação processual pode ser uma ferramenta poderosa para promover uma cultura de aprendizagem contínua na sala de aula, estimulando os alunos a assumirem um papel ativo em seu próprio desenvolvimento educacional. Ao integrar atividades formativas ao longo do processo pedagógico, os educadores criam oportunidades constantes para que os estudantes reflitam sobre seu progresso, recebam feedbacks construtivos e ajustem suas estratégias conforme necessário. Dessa forma, a avaliação processual não se limita à mensuração pontual do desempenho acadêmico; ela se torna parte integrante do cotidiano escolar, fomentando uma cultura centrada no aprendizado contínuo.

Em suma, as ferramentas de avaliação mais eficazes desempenham um papel essencial no processo educacional ao medir o conhecimento dos alunos com base em suas diversas habilidades e estilos de aprendizagem. Além disso, a avaliação processual contribui significativamente para o desenvolvimento da habilidade crítica dos estudantes ao incentivá-los a refletir sobre seu próprio desempenho continuamente. A relação entre autoavaliação dos alunos e autonomia no processo educacional é essencial para promover sua motivação intrínseca na busca pelo conhecimento. Por fim, a integração dessas práticas avaliativas pode transformar significativamente o ambiente escolar ao promover uma cultura centrada no aprendizado contínuo por meio da participação ativa dos estudantes em seu próprio desenvolvimento educacional (Leonardi, Galatti, Scaglia, de Marco, 2017).

O exposto apresenta uma visão abrangente e integrada sobre a importância das ferramentas de avaliação no contexto educacional, evidenciando que, que por meio de diversos tipos habilidades, e estilos de aprendizagem, os alunos possuem diferentes maneiras de aprender e demonstrar seu conhecimento, assim, ferramentas de avaliação diversificada são essenciais para promover competências de aprendizagem mais amplas.

2.3 MÉTODOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS NA AVALIAÇÃO

A utilização de métodos qualitativos e quantitativos na avaliação processual dos alunos é de grande importância para uma análise mais completa e abrangente do desenvolvimento da aprendizagem. Enquanto os métodos quantitativos fornecem dados numéricos que podem ser facilmente comparados e mensurados, os métodos qualitativos permitem uma compreensão mais profunda das experiências e percepções dos alunos. Combinar esses dois tipos de abordagens na avaliação processual possibilita aos educadores obterem uma visão mais holística do progresso dos estudantes, identificando não apenas o que foi aprendido, mas também como foi aprendido e quais são as necessidades individuais de cada aluno (Veloso, 2019).

A autoavaliação dos alunos desempenha um papel relevante no processo de aprendizagem, pois permite que eles identifiquem seus pontos fortes e fracos de forma autônoma. Ao refletirem sobre seu próprio desempenho, os alunos podem

desenvolver a capacidade de avaliar criticamente seu progresso e buscar estratégias para aprimorar continuamente. Além disso, a autoavaliação promove a responsabilidade pelo próprio aprendizado, incentivando os alunos a assumirem um papel ativo em sua formação acadêmica (Vieira, Lima, 2019).

A relação entre a avaliação processual e o desenvolvimento da autonomia dos alunos é evidente, uma vez que a prática constante de refletir sobre seu próprio desempenho pode estimular a tomada de decisões independentes. Ao participarem ativamente do processo de avaliação, os alunos se tornam mais conscientes de suas habilidades e limitações, o que contribui para o fortalecimento de sua autonomia. A capacidade de autoavaliar-se e tomar decisões com base nessa reflexão é essencial para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes (Barretto, 2018).

Os desafios enfrentados pelos professores ao implementar estratégias de avaliação processual que promovam a autoavaliação e a autonomia dos alunos são diversos. Um dos principais obstáculos é a resistência dos estudantes em assumir responsabilidade pelo próprio aprendizado, muitas vezes preferindo atribuir seu sucesso ou fracasso aos professores ou ao sistema educacional. Ademais, alguns alunos podem sentir-se inseguros ao avaliarem seu próprio desempenho, temendo expor suas fraquezas ou serem julgados pelos colegas.

Para incentivar os alunos a se engajarem na avaliação processual, é essencial estabelecer metas individuais claras, oferecer feedbacks construtivos e promover atividades que estimulem a reflexão sobre o próprio desempenho. Ao

definirem objetivos específicos para alcançar durante o processo de aprendizagem, os alunos se sentem mais motivados a se envolver ativamente na avaliação e buscar melhorias contínuas. O feedback construtivo fornece orientações específicas sobre como os alunos podem melhorar seu desempenho, enquanto as atividades reflexivas incentivam a autorreflexão e o desenvolvimento da metacognição.

A definição de metas individuais claras é fundamental para estimular o engajamento dos alunos na avaliação processual. Isso permite que eles sejam mais autônomos e responsáveis pelo seu próprio aprendizado, identifiquem áreas de melhoria e estabeleçam planos de ação" (Boud, 2000, p. 154-156).

Sendo assim, os benefícios da avaliação processual para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos no longo prazo são significativos. Ao praticarem constantemente a autoavaliação e refletirem sobre seu próprio desempenho, os estudantes adquirem habilidades críticas essenciais para sua formação como indivíduos autônomos e capazes de aprender continuamente. Adicionalmente, a avaliação processual contribui para o desenvolvimento da capacidade analítica dos alunos, permitindo-lhes identificar áreas de melhoria e implementar estratégias eficazes para superar desafios acadêmicos.

Mostra-se indispensável que os educadores estejam atentos às necessidades individuais dos alunos durante o

processo de avaliação, garantindo que cada um tenha oportunidades equitativas de desenvolver sua autoavaliação e autonomia. Ao reconhecer as diferenças entre os estudantes em termos de habilidades cognitivas, estilos de aprendizagem e experiências prévias, os professores podem adaptar suas estratégias de avaliação para atender às necessidades específicas de cada aluno.

2.4 FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E RECURSOS EDUCACIONAIS

A utilização de plataformas online para a realização de avaliações processuais tem se mostrado uma ferramenta eficaz para promover a autonomia dos alunos no processo de aprendizagem. Por meio dessas plataformas, os estudantes podem acompanhar continuamente seu desempenho, identificar suas dificuldades e buscar estratégias para superá-las. Além disso, a possibilidade de acessar as avaliações a qualquer momento e em qualquer lugar contribui para a flexibilização do ensino, permitindo que cada aluno desenvolva seu próprio ritmo de aprendizagem (Souza, 2023).

A utilização de plataformas online para avaliações processuais é destacada como uma ferramenta poderosa para promover a autonomia dos alunos no processo de aprendizagem. Considerando que essas plataformas permitem que os alunos acompanhem de maneira contínua seu desempenho, podendo assim identificar suas dificuldades e ao lado do professor, buscar estratégias para superá-las. Pontua-

se ainda que nesse caminho, o acompanhamento constante pode promover a autorreflexão e a autoavaliação.

A diversidade de recursos educacionais, como vídeos explicativos, jogos interativos e simuladores, desempenha um papel essencial na promoção da autoavaliação dos alunos. Esses recursos estimulam a reflexão sobre o próprio aprendizado, incentivando os estudantes a identificar seus pontos fortes e fracos e a buscar maneiras de melhorar. Além disso, a variedade de recursos disponíveis possibilita atender às diferentes necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos, tornando o processo de autoavaliação mais abrangente e significativo (Oening; Engel, 2021).

A integração de ferramentas tecnológicas, como softwares de correção automática e plataformas de feedback instantâneo, no processo de avaliação processual facilita o acompanhamento individualizado do progresso dos estudantes. Essas ferramentas permitem que os professores identifiquem rapidamente as dificuldades dos alunos e forneçam orientações personalizadas para auxiliá-los em seu desenvolvimento acadêmico. Dessa forma, as tecnologias educacionais contribuem para uma avaliação mais eficaz e precisa, promovendo o crescimento contínuo dos estudantes (Leonardi; Galatti; Scaglia; De Marco, 2017).

A criação de ambientes virtuais de aprendizagem é decisiva para favorecer a construção da autonomia dos alunos na busca pelo conhecimento. Por meio desses ambientes, os estudantes podem acessar materiais didáticos complementares, realizar atividades práticas e interagir com

colegas e professores. Essa interação virtual estimula a colaboração entre os alunos, o compartilhamento de conhecimentos e experiências, além de promover o desenvolvimento da autonomia ao incentivar a busca ativa pelo aprendizado (Gomes, Silva, Ribeiro, 2021).

A utilização da avaliação processual como ferramenta para promover a autoavaliação dos alunos é de grande importância no contexto educacional. Ao incentivar os estudantes a refletir sobre seu próprio desempenho e identificar pontos de melhoria, a avaliação processual possibilita um maior engajamento e responsabilidade por parte dos discentes em relação ao seu processo de aprendizagem. Além disso, ao proporcionar momentos de autorreflexão, os alunos são estimulados a desenvolver habilidades metacognitivas que são essenciais para o seu crescimento acadêmico e pessoal (Sefton; Galini, 2022).

O feedback estruturado desempenha um papel estratégico no desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Ao fornecer orientações claras e específicas sobre o desempenho dos alunos, o feedback estruturado permite que eles tomem decisões mais conscientes em relação ao seu processo de aprendizagem. Dessa forma, os estudantes são incentivados a assumir um papel ativo na sua formação, tornando-se mais autônomos e responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento acadêmico (Sousa, 2023).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ESTRATÉGIAS QUE VISEM COMPLEMENTAR A AVALIAÇÃO TRADICIONAL E PROMOVAM OS DISCENTES NO QUESITO AUTO AVALIATIVO E AUTÔNOMO

A utilização de estratégias complementares à avaliação tradicional é de grande relevância para promover a autoavaliação e autonomia dos alunos. Essas estratégias permitem que os discentes sejam mais ativos em seu processo de aprendizagem, estimulando a reflexão sobre seu próprio desempenho e incentivando a busca por soluções e aprendizados independentes. Além disso, ao oferecer diferentes formas de avaliação, os alunos têm a oportunidade de demonstrar suas habilidades de maneiras diversas, o que contribui para uma avaliação mais abrangente e justa (Oliveira, Civiero, Guerra, 2019).

A avaliação processual configura-se como um elemento essencial no desenvolvimento da capacidade dos discentes de refletir sobre seu próprio desempenho. Ao longo do processo de avaliação, os alunos são constantemente desafiados a pensar criticamente sobre o que estão aprendendo e como estão progredindo. Isso os ajuda a identificar suas áreas de melhoria e a desenvolver estratégias para superar obstáculos, tornando-se mais conscientes de seu próprio processo de aprendizagem (Santos, Vasconcelos, 2020).

Ressalta-se a importância da avaliação processual no desenvolvimento da capacidade reflexiva dos estudantes. Ao

promover a reflexão crítica, a identificação de áreas de melhoria e o desenvolvimento de estratégias, a avaliação processual capacita os alunos a se tornarem aprendizes mais conscientes e proativos. Essa abordagem integral da avaliação não apenas mensura o desempenho acadêmico, mas também contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para os desafios futuros. Em suma, é importante que o professor trabalhe essas avaliações.

A relação entre a avaliação processual e o estímulo à autonomia dos alunos na busca por soluções e aprendizados independentes é evidente. Ao serem incentivados a assumir um papel mais ativo em sua própria avaliação, os discentes se tornam mais responsáveis por seu processo de aprendizagem. Isso os motiva a buscar novas maneiras de aprender, experimentar diferentes abordagens e assumir riscos calculados em busca do Conhecimento (Vieira, Lima, 2019).

3.1.1 LIMITAÇÕES DA AVALIAÇÃO TRADICIONAL

A avaliação tradicional, muitas vezes baseada apenas em provas e trabalhos pontuais, apresenta diversas limitações que podem comprometer o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Ao focar apenas em momentos específicos de avaliação, essa abordagem não leva em consideração o processo contínuo de aprendizagem dos estudantes, ignorando a evolução gradual e as dificuldades enfrentadas ao longo do tempo.

A abordagem tradicional de avaliação pode gerar pressão excessiva sobre os alunos, focando em resultados imediatos em detrimento do desenvolvimento contínuo das habilidades. Isso pode afetar negativamente a saúde mental e o bem-estar dos estudantes" (Biggs, 2003, p. 61-64).

Dessa forma, os alunos podem se sentir-se pressionados a obter resultados imediatos, sem oportunidades para corrigir erros e aprimorar suas habilidades de forma progressiva. Além do mais, a falta de feedback constante na avaliação tradicional dificulta a construção da autoavaliação e da autonomia dos estudantes. Sem orientações regulares sobre seu desempenho, os alunos podem ter dificuldade em identificar seus pontos fortes e fracos, bem como em desenvolver estratégias para melhorar seu aprendizado. Mediante exposto, fica evidenciada uma crítica pertinente no que diz respeito à abordagem tradicional da avaliação e seus impactos negativos sobre os estudantes. Os tempos mudaram, e o sistema de avaliação não pode permanecer o mesmo, como já é preconizado, é necessário implementar metodologias inovadora, ou, ao menos, promover uma adequação do modelo tradicional às demandas dos novos tempos.

A ausência de um acompanhamento mais próximo por parte dos professores pode resultar em uma visão limitada do progresso dos alunos e na falta de estímulo para que assumam responsabilidade por sua própria aprendizagem (Gomes, Silva, Ribeiro, 2021).

Por outro lado, a avaliação processual oferece a oportunidade de um acompanhamento mais detalhado do progresso dos alunos ao longo do tempo. Por meio de atividades contínuas e variadas, os professores podem identificar com maior precisão as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, bem como suas potencialidades. Esse enfoque permite uma intervenção mais eficaz para auxiliar no desenvolvimento das habilidades necessárias para o sucesso acadêmico (Velo, 2019).

Considerando o que postulam Gomes, Silva e Ribeiro (2024), em consonância com Velo (2019), a ausência de acompanhamento por parte dos docentes implica na educação dos alunos. Porém pontuam a relevância da avaliação processual, dando ênfase de ela não apenas oferece uma visão mais detalhada do processo dos alunos, como contribui com intervenções que possam sanar lacunas existentes no ensino e aprendizagem.

3.1.2 ESTRATÉGIAS INOVADORAS DE AVALIAÇÃO FORMATIVA

A utilização de estratégias inovadoras de avaliação formativa desempenha um papel essencial na promoção da autoavaliação dos alunos. Ao incentivar os estudantes a refletirem sobre seu próprio processo de aprendizagem, essas estratégias contribuem para o desenvolvimento de habilidades metacognitivas e para a construção de uma consciência crítica em relação ao próprio desempenho acadêmico. Dessa forma, os

alunos são estimulados a assumir um papel mais ativo em sua formação, tornando-se protagonistas do seu processo educativo (Ruppenthal; Coutinho, 2019).

A avaliação processual é essencial para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, uma vez que permite que eles assumam a responsabilidade por sua aprendizagem. Ao serem constantemente avaliados e receberem feedbacks regulares, os alunos são incentivados a identificar suas próprias dificuldades e buscar soluções para superá-las. Isso contribui para o desenvolvimento da capacidade de autorregulação e para a construção de uma postura mais autônoma em relação aos estudos.

É imprescindível que os professores adotem práticas avaliativas que estimulem a participação ativa dos alunos no processo de avaliação. A construção de uma cultura de feedback constante favorece não apenas o acompanhamento do progresso dos estudantes, mas também o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva deles. Dessa forma, os alunos se tornam mais engajados e motivados em relação ao seu processo de aprendizagem (Sousa, 2023).

A inclusão da autoavaliação como parte do processo de avaliação processual revela-se uma estratégia relevante para que os alunos possam refletir sobre seu próprio desempenho e identificar pontos fortes e fracos. Através dessa prática, os estudantes são incentivados a assumir um papel mais ativo em sua aprendizagem, tornando-se conscientes de suas habilidades e áreas que precisam ser desenvolvidas. Além disso, a autoavaliação permite que os alunos se tornem mais

responsáveis por seu progresso acadêmico, contribuindo para uma maior autonomia no processo de ensino-aprendizagem (Gomes, Silva, Ribeiro, 2021).

O desenvolvimento da autonomia dos alunos também é promovido pela avaliação processual, uma vez que eles são encorajados a assumir responsabilidade por seu próprio aprendizado. Ao participarem ativamente do processo de avaliação, os estudantes têm a oportunidade de tomar decisões sobre suas estratégias de estudo e metas de aprendizagem, o que contribui para o fortalecimento de sua autonomia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação processual se destaca como uma ferramenta essencial para promover a reflexão dos alunos sobre seu próprio desempenho e progresso ao longo do processo de aprendizagem. Ao possibilitar que os estudantes acompanhem de perto sua evolução, a avaliação contínua estimula a autorregulação do aprendizado, favorecendo a identificação de potencialidades e fragilidades, incentivando a busca por estratégias de melhoria. Dessa forma, os alunos se tornam mais conscientes de seu desenvolvimento acadêmico e mais engajados em seu próprio processo de aprendizagem.

A autoavaliação desempenha um papel importante no desenvolvimento da autonomia dos alunos, uma vez que estimula a responsabilidade pelo próprio aprendizado e pela busca constante por melhorias. Ao refletir sobre seu desempenho, os estudantes são incentivados a assumir um

papel ativo em sua formação, tomando decisões mais conscientes e participando ativamente na construção do conhecimento. A prática da autoavaliação contribui para o desenvolvimento da autonomia dos alunos, preparando-os para enfrentar desafios e tomar iniciativas em seu percurso educacional.

A relação entre avaliação processual e promoção de uma cultura de feedback construtivo é essencial para o desenvolvimento dos alunos. Através do diálogo aberto entre professores e estudantes, é possível identificar pontos de melhoria e realizar ajustes no percurso educativo, favorecendo o crescimento acadêmico e pessoal dos alunos. O feedback construtivo proporciona orientações claras e objetivas para os estudantes, permitindo que eles compreendam suas dificuldades e busquem soluções de forma colaborativa.

Os educadores enfrentam diversos desafios na implementação de práticas avaliativas que valorizem a autoavaliação e a autonomia dos estudantes. A resistência à mudança e a falta de formação específica são obstáculos frequentes que podem comprometer a eficácia das estratégias pedagógicas adotadas. É pertinente que os educadores estejam preparados para superar esses desafios, investindo em sua formação continuada e buscando alternativas inovadoras para promover uma avaliação mais significativa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. S.; VIANA, K. S. L. **Atividades experimentais no ensino da química: distanciamentos e aproximações da avaliação de quarta geração.** Ciência & Educação, 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1516-73132017000200507&script=sci_abstract acesso em 06 de fevereiro de 2025.

BARRETTO, C. A autoavaliação institucional e seus impactos: o caso da faculdade ESUDA. **Revista Hum@nae**, 2018. Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/624> acesso em 08 de fevereiro, 2025.

BOTH, I.J. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida:: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina.** Disponível em: https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=_y4yEQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1941&dq=a+import%C3%A2ncia+da+avalia%C3%A7%C3%A3o+processual+para+o+desenvolvimento+da+aprendizagem+dos+alunos+n+o+questo+da+autoavalia%C3%A7%C3%A3o+e+da+autonomia+na+pedagogia&ots=ALNS_ZB_IL&sig=zhQ77vUX_FU-RzqGs8ymX7lJjzM. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025.

COCCO, RM; KOZLOSKI, CL. "... de arquitetos e urbanistas como facilitadores de aprendizagem em curso técnico em paisagismo: desafios da docência, planejamento de ensino e auto avaliação". **Paisagem e Ambiente**, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/168874> acesso em 29 de janeiro de 2025.

GOMES, A. F.; SILVA, T. L.; RIBEIRO, G. M. **Práticas Educativas Integradoras na Educação Profissional e Tecnológica: A Avaliação em Educação Profissional e Tecnológica: Abordagens para uma Sistematização nos Processos de Avaliação.** Disponível em: <https://www.editorafamen.com.br/wp-content/uploads/2021/09/Praticas-Educativas-Integradoras-na-Educao-Profissional-e-Tecnologica-.pdf#page=132>. Acesso em: 10 de janeiro, 2024.

LEONARDI, T.J.; GALATTI, L.R.; SCAGLIA, A.J.; DE MARCO, A. **Pedagogia do esporte: sinalização para a avaliação formativa da aprendizagem.**

Pensar a ..., 2017. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/fef/article/view/36744>. Acesso em: 23 de janeiro de 2025.

OENING, EP; ENGEL, EPJ. A avaliação no processo de ensino e de aprendizagem no ensino superior. **Criar Educação**, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/5059>. acesso em 05 de janeiro de 2025.

OLIVEIRA, FPZ de; CIVIERO, PAG; GUERRA, LL. **Avaliação nas Feiras de Matemática como processo de formação de professores.** 2019.

Disponível em: <https://www.academia.edu/download/87889161/4352.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2024.

PAIVA, V. M. A. S. Autoavaliação: **uma proposta para a aprendizagem de língua inglesa no ensino médio.** 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23495>. Acesso em: 21.jan.2025.

RUPPENTHAL, R.; COUTINHO, C. Avaliação como estratégia de desenvolvimento da cultura da participação: uma experiência no ensino essenci ..., 2019. Disponível em:

http://revista.geem.mat.br/index.php/_CPP/article/view/381. Acesso em: dezembro de 2023.

SALATINO, V. E.; MORÉS, A. **Demandas da avaliação da aprendizagem na Educação a Distância na perspectiva da Educação Superior.** **Revista Teias**, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052020000300088&script=sci_arttext. Acesso em: 08 de dezembro de 2024.

SANTOS VIEIRA, LS; LIMA, ML. Avaliação no Ensino Superior: Um olhar à Prática Avaliativa do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri/Evaluation in HigherEducation: A viewof ... ID online. Revista de ..., 2019. Disponível em:

<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2107>. Acesso em: 29.jan.2025.

SANTOS, APS dos; VASCONCELOS, AD. **As Estratégias Avaliativas No Percorso Da Qualificação Da Aprendizagem Dos Alunos Na Educação Infantil**. Disponível em: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2020/03/CADERNO_TCC_20192.pdf#page=50 acesso em 11 de novembro de 2024.

SEFTON, A.P.; GALINI, M.E. **Metodologias ativas: desenvolvendo aulas ativas para uma aprendizagem significativa**. 1. ed. 2020. Disponível em: https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=49iYEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT131&dq=a+import%C3%A2ncia+da+avalia%C3%A7%C3%A3o+processual+para+o+desenvolvimento+da+aprendizagem+dos+alunos+no+quesito+da+autoavalia%C3%A7%C3%A3o+e+da+autonomia+na+pedagogia&ots=sM7-fXNqZA&sig=Yt3NEUr_efpHXdVVE5MeTdv5x3k

SILVA, MRS; LUFT, MCMS; OLAVE, MEL. Política de Autoavaliação e Perspectivas para Aprendizagem e Inovação Organizacional nos PPGs em Administração do Nordeste brasileiro. **Anais do XLVI Encontro da ...**, 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/1a3650aedfdd3a21444047ed2d89458f.pdf> acesso em 11 de janeiro de 2025.

SOUSA, JS; SOUSA, LA. A monitoria na formação inicial do docente: um relato de experiência. **Conexões-Ciência e Tecnologia**, 2023.

SOUZA, C. J. **Processo de autoavaliação em Programas de Pós-Graduação da UnB: uma possibilidade formativa**. 2023. Disponível em: <http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/46322>. Acesso em: 23. Jan.2025.

VELOSO, C. **Ambiente Virtual De Aprendizagem: Influências Das Estratégias De Ensino Na Participação Dos Alunos De Um Curso De Pedagogia**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/968>. Acesso em: 27 de janeiro de 2025.



EDITORA
OITICICA